

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS LIAMES DE SOLIDARIEDADE ENTRE O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA LUTA CONTRA POBREZA NAS COMUNIDADES  
RURAS EM CABO VERDE

Autor: José Maria Coelho de Carvalho

Brasília, 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS LIAMES DE SOLIDARIEDADE ENTRE O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA LUTA CONTRA POBREZA NAS COMUNIDADES  
RURAS EM CABO VERDE

Autor: José Maria Coelho de Carvalho

Tese apresentada ao Departamento de  
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Doutor.

Brasília, 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**TESE DE DOUTORADO**

OS LIAMES DE SOLIDARIEDADE ENTRE O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA LUTA CONTRA POBREZA NAS COMUNIDADES  
RURAS EM CABO VERDE

Autor: José Maria Coelho de Carvalho

Orientadora: Professora Doutora Berlindes Astrid Kuchemann (UnB)

Banca: Profa. Doutora Berlindes Astrid Kuchemann (Orientadora, Sol – UnB)  
Prof. Doutor Roberto Marinho Alves da Silva (SENAES)  
Prof. Doutor Cláudio Alves Furtado (UFBA)  
Prof. Doutor Marcelo Carvalho Rosa (Sol - UnB)  
Profa. Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (Sol - UnB)  
Prof. Doutor Sadi Dal Rosso (Suplente, Sol - UnB)

Brasília, 2012

## AGRADECIMENTOS

A nossa gratidão é dirigida às instituições e pessoas, cujas contribuições propiciaram as condições indispensáveis para a realização do nosso projeto acadêmico.

Antes de mais, um especial agradecimento ao povo brasileiro que, através dos sucessivos governos, mormente, a partir do Governo do Presidente Lula, vem mantendo relações de cooperação com Cabo Verde, no domínio de formação de quadros, materializadas no Programa de Estudante Convênio (PEC) e Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), mediante a atribuição de vagas e bolsas de estudo, respectivamente.

CAPES/MEC pela vaga e bolsa de estudo, sem os quais não teríamos condições de dedicar ao curso em tempo integral;

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília por nos ter proporcionado as condições pedagógicas e técnico-científicas que possibilitaram a realização exitosa do curso;

Unidade de Coordenação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (UCP-PNLP) e, especialmente, o Subprograma de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), Cidade da Praia, Ilha de Santiago;

Organizações da Sociedade Civil Cabo-verdiana, por se dignarem a colaborar conosco, disponibilizando-nos o seu tempo, documentação e informações imprescindíveis à realização dos objetivos da nossa pesquisa empírica em Cabo Verde:

Associação para o Desenvolvimento das Mulheres de Gouveia, Município de Ribeira Grande de Santiago;

Associação Amigos do Berço Comum (ABC-Patim), Patim, Município de São Filipe, Ilha do Fogo;

Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Cutelo Alto, Município dos Mosteiros, Ilha do Fogo;

Projeto *Turismo Solidário de Base Comunitária*, Lajedos, Município de Porto Novo, Ilha de Santo Antão;

Associação Agro-Órgãos, Cidade de João Teves, Município de São Lourenço dos Órgãos, Ilha de Santiago;

Cooperativa de Produtores Associados em Rede de Economia Solidária (PARES),  
Cidade e Município de Porto Novo, Ilha de Santo Antão;

Comissão Regional de Parceiros da Região Norte da Ilha de Santiago, Cidade de  
Calheta, Município de São Miguel;

Atelier-Mar, Cidade do Mindelo, Município/Ilha de São Vicente;

Associação para a Cooperação com Cabo Verde (ACCVE), Cidade Velha,  
Município de Ribeira Grande de Santiago, Ilha de Santiago;

Organização das Associações para o Desenvolvimento Integrado de Santo Antão  
(OADISA), Cidade de Povoação, Município de Ribeira Grande de Santo Antão;

Organização das Associações dos Agricultores, Pecuários, Avicultores e Pesca da  
Ilha de Santiago (OASIS), Cidade de Calheta, Município de São Miguel;

Plataforma Nacional das ONG de Cabo Verde, Cidade da Praia, Ilha de Santiago;

Professora Doutora Berlindes Astrid Kuchemann pela paciência, disponibilidade e  
sabedoria em conduzir-nos nesta “aventura”, numa postura que se traduziu em parceria e  
amizade;

Minha querida família, meu porto seguro, Deots, Helton e Nuno, pelo incentivo,  
afeto e carinho, sobretudo, nos momentos mais difíceis desta jornada.

Queiram todos aceitar a nossa mais profunda e sincera gratidão.

## RESUMO

A tese tem como objetivo compreender, à luz do paradigma do dom e da perspectiva teórica da economia solidária, a natureza das relações de cooperação entre o Estado e as Associações Comunitárias de Desenvolvimento, no âmbito da luta contra a pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde. O principal foco do estudo é o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza e, particularmente, o seu (Sub)Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural. O PLPR, pela sua concepção de pobreza, metodologia e estratégia de intervenção descentralizada nas Associações Comunitárias de Desenvolvimento e respetivas comunidades, revelou-se como o modelo que melhor demonstra como as duas modalidades de solidariedade democrática, reciprocidade e redistribuição, interagem e participam de um processo dinâmico de geração, construção e multiplicação de iniciativas e experiências de economia solidária; de ampliação e aprofundamento do processo de democratização do Estado e de aproximação da gestão pública das comunidades rurais pobres. Subsidiariamente, o paradigma do dom, particularmente, o conceito de solidariedade democrática, instigou-nos a propor um outro olhar sobre a economia (convencional) de Cabo Verde, a partir da reflexão e análise sobre a relação entre o Estado e a diáspora cabo-verdiana espalhada pelo mundo, na forma da hipótese de que os vínculos culturais e identitários existentes entre o Estado e a diáspora são a principal motivação dos emigrantes enviarem, regularmente, suas remessas ao país de origem. Por seu turno, das relações de cooperação entre o Estado cabo-verdiano e seus tradicionais parceiros internacionais de desenvolvimento, formulamos a hipótese de que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento consiste num sistema internacional de redistribuição de recursos públicos à Cabo Verde (dom aos estrangeiros), para o enfrentamento dos desafios da luta para a erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento socioeconómico, constituindo-se, assim, como o equivalente empírico do conceito de solidariedade redistributiva internacional.

**Palavras-chave:** economia solidária, solidariedade, solidariedade democrática, pobreza, cooperação Estado e sociedade civil, Estado democrático, associações comunitárias de desenvolvimento, Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural.

## **ABSTRACT**

The thesis aims to understand in light of the gift paradigm and the theoretical perspective of the solidarity economy, the nature of cooperation relations between the State and the Community Associations Development, in the fight against poverty in rural communities in Cape Verde. The main focus of the study is the National Program for Combating Poverty; particularly its (Sub)Program Poverty Alleviation in Rural Areas. The National Program for the Fight Against Poverty, by their conception of poverty, methodology and intervention strategy decentralized in Community Associations Development and respective communities, revealed itself as the model that best demonstrates how the two modalities of democratic solidarity, reciprocity and redistribution interact and participate in a dynamic process of generation, construction and proliferation of initiatives and experiences of solidarity economy, the widening and deepening of the democratization of the state and public management approach of poor rural communities. In the alternative, the gift paradigm, particularly the concept of democratic solidarity, prompted us to propose a different view of the economy (conventional) of Cape Verde, from reflection and analysis on the relationship between the State and the Cape Verdean Diaspora throughout the world, according to the hypothesis that cultural ties and identity between the state and the Diaspora are the primary motivation of emigrants send regularly their remittances to Cape Verde. Meanwhile, the cooperative relations between the Cape Verdean State and its traditional international development partners, we hypothesized that the ODA is an international system of redistribution of public resources to Cape Verde (foreigners donors) to face the challenges of the fight for the eradication of poverty and promotion of socio-economic development, becoming thus as the equivalent of the empirical concept of international solidarity redistribution.

**Keywords:** solidarity economy, solidarity, democratic solidarity, poverty, state and civil society cooperation, democratic state, community development associations, Program for Poverty Alleviation in Rural Areas.

## RESUMÉ

La thèse a comme but comprendre, à la lumière du paradigme du don et de la perspective théorique de l'économie solidaire, la nature des relations de coopération entre l'Etat et les Associations Communautaires de Développement, dans le cadre de la lutte contre la pauvreté dans les communautés rurales au Cap Vert. L'objet principal de l'étude est le Programme de la Lutte Contre la Pauvreté et, particulièrement, son (Sous)Programme de la Lutte Contre la Pauvreté au milieu rural. Le PLPR, par sa conception de pauvreté, méthodologie et stratégie d'intervention décentralisé au sein des Associations Communautaires de Développement et respectives communautés, s'est révélé comme le modèle qui illustre mieux comment les deux modalités de solidarité démocratique, réciprocité et redistribution, s'interrogent et participent d'un processus dynamique de génération, construction et multiplication d'initiatives et d'expériences d'économie solidaires; d'ampliation et approfondissement du processus de démocratisation de l'Etat et d'approximation de la gestion publique des communautés rurales pauvres. Subsidiairement, le paradigme du don, particulièrement, le concept de solidarité démocratique, nous a forcé à proposer un autre regard sur l'économie (conventionnelle) du Cap Vert, à partir de la réflexion et analyse sur la relation entre l'Etat et la diaspora capverdienne, propagée autour du monde, comme hypothèse dont les liens culturelles et d'identités qui existent entre l'Etat et la Diaspora constituent la motivation principale des émigrants pour envoyer, régulièrement, leurs revenus au Cap Vert. De son côté, à partir des relations de coopération entre l'Etat capverdien et ses traditionnels partenaires internationaux de développement, nous avons formulé l'hypothèse dont l'Aide Publique au Développement consiste en un système international de redistribution de ressources publiques au Cap Vert, (dons aux étrangers), pour faire face aux défis de la lutte pour l'éradication de la pauvreté et de la promotion du développement socioéconomique, représentant ainsi, comme l'équivalent empirique du concept de solidarité distributive internationale.

**Mots clés:** économie solidaire, solidarité, solidarité démocratique, pauvreté, coopération Etat et société civile, Etat démocratique, associations communautaires de développement, Programme de la Lutte Contre la Pauvreté au Milieu Rural.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PARTE I - A ABORDAGEM: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	22
<b>Capítulo 1 – O enquadramento teórico e metodológico.....</b>	<b>23</b>
1.1. Base metodológica: os pressupostos teórico-epistemológicos.....	23
1.1.1. Os procedimentos de pesquisa.....	28
1.2. Base conceptual.....	38
1.2.1. Economia solidária.....	38
1.2.2. Solidariedade.....	39
1.2.3. Pobreza.....	42
1.2.4. Cooperação Estado e sociedade civil.....	44
1.2.5. Estado democrático.....	45
1.2.6. Associações comunitárias de desenvolvimento.....	47
1.3. A Perspectiva teórica.....	48
1.3.1. O delineamento do paradigma do dom.....	52
1.3.2. A dádiva e a economia solidária.....	59
1.3.3. A economia e a solidariedade.....	67
1.3.4. O Estado e a dádiva.....	74
1.3.5. A dádiva e o fenômeno associativo.....	86
1.3.6. A especificidade do fenômeno associativo.....	92
1.3.7. O papel do Estado na luta para a erradicação da pobreza.....	96
1.3.7.1. Que modelo de Estado para os objetivos da erradicação da pobreza?.....	102
PARTE II - CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA.....	110
<b>Capítulo 2 – Cabo Verde.....</b>	<b>111</b>
2.1. A história e a geografia.....	111
2.2. A organização política e administrativa.....	119
2.3. A cultura.....	122
2.4. A economia.....	125
2.5. A emigração e as remessas dos emigrantes.....	130
2.5.1. A emigração.....	130
2.5.2. As remessas dos emigrantes.....	134

<b>Capítulo 3 - A emergência e manifestação das organizações comunitárias em Cabo Verde.....</b>	<b>143</b>
3.1. O enquadramento institucional do associativismo em Cabo Verde.....	143
3.2. Das solidariedades tradicionais às novas formas de solidariedade.....	146
3.2.1. O <i>djunta-mon</i> (ajuda mútua).....	146
3.2.2. A tabanca.....	151
3.3. O associativismo no contexto cabo-verdiano.....	154
3.3.1. O cooperativismo.....	154
3.3.2. A experiência cooperativa na Iª República.....	158
3.4. A relação Estado e sociedade.....	161
3.4.1. Do assistencialismo ao associativismo nas comunidades rurais.....	161
3.4.2. As associações comunitárias de desenvolvimento.....	168
3.4.3. O papel dos agentes externos.....	174
<b>Capítulo 4 - As ações do Estado contra a pobreza em Cabo Verde.....</b>	<b>183</b>
4.1. O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.....	183
4.2. O Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural.....	187
4.2.1. A abordagem: conceito, metodologia e estratégia do PLPR.....	192
4.2.2. As instituições do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural.....	200
4.2.2.1. Assembleias Comunitárias.....	200
4.2.2.2. Associações Comunitárias de Desenvolvimento.....	203
4.2.2.3. Comissões Regionais de Parceiros.....	207
4.2.2.4. Unidade de Coordenação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.....	212
4.2.3. Os instrumentos do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural.....	219
4.2.3.1. Formação e animação.....	219
4.2.3.2. Atividades de demonstração.....	220
4.2.3.3. Programas Locais de Luta contra a Pobreza.....	224
4.2.3.4. Seguimento e avaliação.....	229
4.2.3.5. Micro crédito.....	231
4.2.3.6. Um programa específico para as mulheres.....	232
<b>Conclusão.....</b>	<b>239</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>247</b>

## Introdução

O que produz as descobertas científicas não é a universal e impessoal Razão em ato, mas a capacidade dos sábios para travar alianças, para construir redes e ganhar o apoio dos colegas, administradores, financistas, jornalistas, aparelhagens técnicas, micróbios ou moluscos. O que faz as empresas funcionarem e anima os mercados econômicos não é a universal e abstrata lei econômica da oferta e da procura, e sim a cadeia das (inter)dependências das relações de confiança com que se tecem as redes. A sociologia da ciência ou aquela da economia convergem portanto para uma tipologia das redes (CAILLÉ, 2002, p. 64).

Importa referir que, no quadro da nossa dissertação de mestrado<sup>1</sup>, o problema de pesquisa tinha como principal objetivo investigar se efetivamente existem em Cabo Verde iniciativas e experiências que se conformam ao conceito de economia solidária e aos princípios que organizam a diversidade de práticas referenciadas pela literatura especializada, relativas aos múltiplos contextos de manifestação do fenômeno em todo o mundo. Uma das principais conclusões da dissertação é a constatação de que, independentemente da forma jurídica, da denominação, do conteúdo, do grau de dinamismo, de estruturação e de desenvolvimento organizacional das diversas iniciativas e experiências dos empreendimentos econômicos não-capitalistas existentes em Cabo Verde, existem efetivamente aquelas que, a exemplo das associações comunitárias de desenvolvimento da Ilha de Santiago, se estruturam, organizam e funcionam segundo princípios e valores das associações de economia solidária. Pese embora o fato de não serem identificadas e denominadas sob o rótulo de economia solidária.

Com a proposta de aprofundar e alargar o âmbito da nossa investigação sobre o projeto de economia solidária cabo-verdiana, esta tese tem como objetivo compreender, à luz do paradigma do dom e da perspectiva teórica da economia solidária, a natureza da relação de cooperação entre o Estado e as Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), no processo da luta para a erradicação da pobreza nas comunidades rurais em Cabo

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Maria Coelho de. Economia solidária: uma perspectiva sobre a experiência em Cabo Verde. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Verde. A principal unidade de análise é o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, particularmente, o seu (Sub)Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural.

Para a compreensão da natureza da relação de cooperação entre o Estado e as Associações Comunitárias de Desenvolvimento, começamos pela definição de um quadro conceptual, em torno do qual essa relação se estrutura e se desenvolve. Assim, os conceitos cujas inter-relações subsidiam uma compreensão mais adequada da realidade do nosso objeto empírico são: economia solidária, solidariedade, pobreza, cooperação Estado e sociedade civil, Estado democrático e Associações Comunitárias de Desenvolvimento.

No contexto da realidade da nossa investigação de campo as Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), engajadas no Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), constituem iniciativas e experiências genuínas de economia solidária no meio rural, uma vez que sua organização, funcionamento e finalidade se adequam aos princípios e valores que regem esse tipo de economia. Nesse âmbito, as ACD constituem instrumentos privilegiados de mobilização, organização e participação das comunidades rurais pobres, em torno do objetivo da luta contra a pobreza. Por outro lado, são, simultaneamente, produto do processo da democratização do Estado e da politização da sociedade e agentes em torno dos quais se está a construir a articulação e aproximação entre a democracia participativa e a representativa, na sociedade cabo-verdiana.

A tese está estruturada em duas partes. Na primeira parte apresentamos o referencial teórico-conceptual e metodológico que sustenta a discussão sobre o objeto de estudo e na segunda parte apresentamos o contexto histórico, socioeconômico e político em que o objeto empírico se insere e evolui, analisando os dados e informações levantados no campo e a conclusão que os mesmos nos conduziram sobre os objetivos em torno dos quais esta tese foi desenvolvida.

No primeiro capítulo explicitamos os conceitos, a metodologia e o referencial teórico que se configuram como mais adequadas à apreensão da complexidade e singularidade do fenômeno de economia solidária e da modalidade de interação que ela estabelece com o Estado na luta contra a pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde.

A nível metodológico apresentamos as linhas gerais de uma reflexão sobre os pressupostos teórico-epistemológicos que orientam o estudo do nosso objeto, em que Zaoual (2006) lança o repto para a reflexão sobre o esgotamento, na fase atual do

capitalismo, dos paradigmas que orientaram a consolidação acadêmica das ciências sociais. Em contrapartida, diz o autor que a busca por uma nova episteme tem sustentado a valorização do território, da diversidade, do conhecimento do outro, da riqueza do cotidiano; essa episteme será relacional e expressiva das mediações culturais que transformam a técnica e a ciência em valores de uso e não apenas em formas de acumulação mais eficazes de objetos.

No entanto, é relevante reconhecer que a abundância de informações e descrições sobre iniciativas e experiências de economia solidária, em contextos tão díspares, pode, em si mesma, constituir um obstáculo à teorização e à análise epistemológicas. Assim sendo, Zaoual (2006) defende uma filosofia de pesquisa que se enquadra numa abordagem pluralista dos fenômenos econômicos (FRANÇA FILHO; LAVILLE (2004), POLANIY (2000), FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004) consubstanciado na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, em que os comportamentos das organizações e dos sistemas econômicos são apreendidos com base nos contextos de ação dos agentes que os animam e os moldam.

Como procedimentos de pesquisa o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza e, especialmente, o seu (Sub)Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), foi a nossa principal unidade de estudo à qual incluímos uma amostra intencional de 06 Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), sendo 02 na ilha do Fogo, 02 em Santiago e 02 em Santo Antão, parceiras do PLPR, que, aliás, engloba a esmagadora maioria das ACD, num total de cerca de 500, em todo o país. A nossa decisão por esse tipo de amostragem prende-se com os condicionalismos atinentes à dispersão geográfica do país, às dificuldades de acesso às comunidades objeto de estudo e aos custos advenientes em matéria de recursos financeiro, tempo e esforço.

Os instrumentos de pesquisa consistiram na pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas abertas e semi-estruturadas e observação direta.

A nível teórico justificamos a nossa opção pelo paradigma do dom enquanto fundamento e recurso teórico-metodológico da estratégia de investigação do nosso objeto de estudo, que consiste na força crítica presente na capacidade desse paradigma superar certas clivagens conceptuais habituais em ciências sociais, realizadas pelos seus dois paradigmas clássicos e predominantes, o holismo e o individualismo metodológico (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004). Sendo a dádiva uma relação constitutiva de pessoas

e de grupos que se obrigam por seu livre consentimento, optamos pela abordagem de França Filho e Dzimira (2004; CAILLÉ, 2002) que procura relacionar economia solidária e dádiva, tanto a nível teórico como prático, no pressuposto da existência de um vínculo evidente entre as duas realidades e de que a dádiva constitui um dos componentes fundamentais da economia solidária.

Seguidamente delineamos as principais linhas de força do paradigma do dom, procurando ao mesmo tempo, demonstrar como os nossos conceitos teóricos, impregnados de dom, se interrelacionam de modo a conferir intelegibilidade e sentido ao nosso objeto empírico.

Nessa perspectiva, também procuramos compreender o tipo de relação existente entre a dádiva e o Estado, assente no argumento de Laville (2004) de que, numa retrospectiva histórica, a interdependência evolutiva entre ações associativas e públicas é um dos principais ensinamentos a ser considerado; uma realidade (relação) a partir da qual o autor inscreve a origem, natureza e desenvolvimento do conceito de solidariedade. Aliás, diz o autor que na resistência à sociedade de mercado a solidariedade é o conceito central mobilizado para a invenção de proteções sociais suscetíveis de limitar os efeitos perturbadores da economia capitalista e obtenção de uma relativa e dolorosa democratização da economia. Por seu turno, corrobora Martins (2004) que o sistema burocrático-legal, ao assegurar a igualdade e universalidade dos direitos, contribui para reproduzir o sistema da dádiva entre estranhos, permitindo o surgimento de valores de confiança que são imprescindíveis para a cidadania democrática.

Entretanto, Barbosa (2007) salienta que não se pode descurar o fato de, atualmente, o poder estrutural do capital ter estado em conflito com o bem-estar humano, pela avassaladora tendência capitalista global de romper com a proteção social gerida pelo Estado, de privatizar o patrimônio coletivo, de atender as necessidades do capital em detrimento da satisfação de necessidades sociais e de desmontar direitos sociais conquistados pelos movimentos democráticos.

Por seu turno, a relação entre dádiva e o fenômeno associativo manifesta-se na afirmação de Caillé (2004) de que a pobreza mundial prevalecente e em crescendo atesta que o Estado e o mercado, por estarem insuficientemente estruturados e desenvolvidos, estão longe de poder garantir a sobrevivência material da totalidade da população. Por esta razão, Caillé propõe que, além das solidariedades tradicionais de famílias, deve-se criar

solidariedades novas que podem materializar-se através das cooperativas sociais, das associações e do conjunto das atividades coletivas sem fins lucrativos. Porém, enfatiza que, em qualquer dessas formas de organização, o engajamento associativo e voluntário implica que cada associado ou associada dê uma parcela de seu tempo e se empenhe pessoalmente em alguma tarefa, o que, em outros termos, significa que ela deve funcionar primeiramente no registro do dom. É assim que, reportando à essência da associação, Caillé (2002) sugere que dom, associação e política são realidades indissociáveis que não podem compreender-se plenamente a não ser quando interpenetradas uma pela outra.

O fato da pobreza ter-se tornado uma preocupação global implicou uma mobilização, esforço e sinergia globais em torno da causa da sua erradicação que, entre outras ações se estabeleceu, na Cúpula do Milênio, em 2000, as grandes linhas de orientação de políticas e estratégias visando uma luta eficaz pela sua erradicação, consubstanciado nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, prometendo cortar a pobreza pela metade até 2015.

Assim sendo, há também o consenso de que, para reduzir a pobreza e tornar possíveis a inclusão social e a igualdade, o papel do Estado é fundamental. No entanto, face à histórica ineficiência do Estado tanto na tentativa de reduzir os níveis de pobreza, desigualdade e exclusão como na de impedir o seu crescimento na maioria dos países menos desenvolvidos, Cimadamore *et al* (2006) defendem uma reforma substancial e urgente do Estado que leve a redução da pobreza, mediante a produção de riqueza sustentável e sua redistribuição equitativa.

Green (2009) e Polanyi (1980, 2000) respondem que a história revela que nenhum país prosperou sem um Estado que administre ativamente o processo de desenvolvimento. Esta perspectiva reforça a tese de Fukuyama (2005) de que, designadamente, para o período pós 11 de setembro de 2001, a principal questão para a política global não será como reduzir o Estado, mas sim como aumentá-lo.

No segundo capítulo apresentamos dados e informações gerais sobre Cabo Verde, com incidência sobre: história e geografia, organização política e administrativa, cultura, economia, emigração e remessas dos emigrantes.

O Estado-arquipélago de Cabo Verde situa-se na zona tropical do Atlântico Norte. É formado por dez ilhas de origem vulcânica, com uma superfície de 4033 km<sup>2</sup> e uma

zona econômica exclusiva (ZEE) de 734265 km quadrados. A capital do país é a cidade da Praia, sita no litoral sul de Santiago, a maior e mais populosa ilha do arquipélago.

Localizado na zona sub-saheliana, o arquipélago é caracterizado por condições climáticas de aridez e semi-aridez. Descoberto em 1460, com muitas dificuldades, a colonização inicia o povoamento pela ilha de Santiago a partir de 1462, com aventureiros portugueses e alguns europeus, negros livres e escravos. Dada a sua posição estratégica, nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e o Brasil, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento, com particular destaque no tráfego de escravos, enviados maioritariamente para América espanhola (as “Índias de Castela”), onde eram utilizados na exploração mineira e na agricultura (AMARAL, 2001).

Em 1530 Ribeira Grande, ilha de Santiago, recebeu a Carta de Vila, tornando-se a primeira capital cabo-verdiana, a sede do primeiro bispado da costa ocidental africana e a primeira cidade mandada construir pelos europeus na África Subsaariana<sup>2</sup>.

Importa destacar que desde os primórdios da ocupação e povoamento de Cabo Verde até à Segunda Guerra Mundial, várias foram as formas de resistência (tanto pacífica como violenta) à dominação colonial portuguesa, nomeadamente, contra a administração tributária colonial, pelas aspirações causadas pela abolição da escravatura e independência do Brasil. Finalmente, a ideia de autonomia e independência nacional começam a consolidar-se nos anos 40 do século passado, com a geração de Amílcar Cabral, líder histórico da luta de libertação da Guiné e Cabo Verde. Assim, a 19 de dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e o Governo colonial, instaurando-se um Governo de Transição em Cabo Verde, o qual preparou as eleições para a Assembleia Nacional Popular e a independência, proclamada em 5 de julho de 1975.

Administrativamente, o território de Cabo Verde encontra-se subdividido em Concelhos/Municípios, que, por sua vez, se subdividem em Freguesias. A divisão oficial, desde 2005, engloba 22 Concelhos/Municípios e 32 Freguesias.

Cabo Verde é uma república soberana, unitária e democrática que tem como objetivo fundamental a realização da democracia econômica, política, social e cultural e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

---

<sup>2</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA.

Disponível em: <[http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18/06/12.



A cultura é fruto da miscigenação de europeus livres, nomeadamente portugueses, e escravos da costa africana. O povo cabo-verdiano é mestiço e, de igual modo, a sua cultura, a língua nacional, a música e a culinária. A mestiçagem cessou os vínculos étnicos com as terras distantes e forjou-se a categoria povo, no sentido de coletividade de cidadãos. O termo *étnico* pode ser equiparado à noção *cabo-verdianidade*.

No domínio religioso predomina o cristianismo, nomeadamente o catolicismo professado por 96% da população (SPINOLA, 1986).

Economia: com um PIB real *per capita*, em 1975, de 190 dólares, a viabilização econômica de Cabo Verde tem sido impulsionada, sobretudo, com recursos financeiros do exterior, tais como as remessas dos emigrantes, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e o Investimento Direto Estrangeiro.

A transição democrática em 1991 foi o fato político determinante para as reformas estruturais que derem novo dinamismo e orientação ao processo de desenvolvimento de Cabo Verde. O resultado das reformas implementadas se traduziu numa contínua recuperação econômica após a recessão de 1990, tendo o PIB crescido 3,0%, 7,3%, 6,9% e 7,8% em 1992, 1993, 1994 e 1995, respectivamente (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1998, apud MENDES, 2010).

Importa destacar que a economia cabo-verdiana diferencia-se da maior parte da dos países africanos, não tanto pelo nível de desenvolvimento real, muito acima da média das economias-tipo da África Ocidental, mas principalmente pela sua estrutura, onde o domínio do peso do setor terciário (cerca de 70% do PIB em 2005 e mais de 66% do emprego) a faz aproximar da estrutura típica das economias desenvolvidas<sup>3</sup>. A economia concentra-se nos serviços, que representaram mais de 80% do PIB em 2010<sup>4</sup>.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde em 2005 era de 1035 milhões de dólares, e o PIB *per capita* de 2063 dólares<sup>5</sup>. Em 2007, o PIB atingiu o montante de 1.429,5 milhões de dólares e o PIB *per capita* 2.893 dólares<sup>6</sup>. Em 2010 o PIB foi de 1 861 milhões de dólares e o PIB *per capita* de 3.402 dólares<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Caixa Deral de Depósitos, 2007.

<sup>4</sup>Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/PDF/Cabo%20Verde.pdf>>. Acesso em: 06 dez 2012.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup>Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/74408674/Plano-Estrategico-Desenvolvimento-do-Turismo>>. Acesso em: 18 set. 2012.

<sup>7</sup> Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_PT\\_Tables.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Tables.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2012.

No que concerne à emigração, segundo Tolentino *et al* (2008) é geralmente aceita a afirmação de que o número de cabo-verdianos no estrangeiro é maior do que o número de residentes no território nacional de 500 mil habitantes. A escassez de recursos naturais e das chuvas no arquipélago determinou, ao longo da sua história, um fluxo emigratório permanente para diversos países do continente europeu, americano e africano.

Quanto às remessas dos emigrantes, atualmente a atenção está mais concentrada no seu potencial enquanto meio de luta contra a pobreza e fator de desenvolvimento socioeconômico, preocupação que está em conformidade com os objetivos do nosso estudo. Tolentino *et al* (2008) defendem que existem dados mais ou menos fiáveis e em quantidade suficiente para sustentar a tese de que os emigrantes e as remessas têm desempenhado papel vital nas estratégias de sobrevivência pessoal, afirmação do Estado e financiamento da economia familiar e nacional.

Ressaltamos que, subsidiariamente, a investigação sobre o nosso objeto revelou-se instigante pelo fato de termos percebido que podemos, à luz do paradigma do dom, apresentar uma outra perspectiva de análise e compreensão da relação entre o Estado de Cabo Verde e a diáspora espalhada pelo mundo e, de igual modo, das relações internacionais de cooperação entre Cabo Verde e os países e organizações internacionais parceiros do seu desenvolvimento e da própria economia de Cabo Verde.

No terceiro capítulo intitulado “A emergência e manifestação das organizações comunitárias em Cabo Verde” iniciamos a apresentação, análise e interpretação dos dados e informações do campo, levantados durante a investigação, com foco nas condições históricas, socioeconômicas e políticas da emergência e do desenvolvimento das iniciativas e experiências de economia solidária no âmbito da luta contra a pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde.

A nossa abordagem começa pelo enquadramento institucional do movimento associativo em Cabo Verde e apresentação de sua evolução, procurando, em cada momento, discernir o tipo de solidariedade que o motiva e a modalidade de vínculo que esse movimento estabelece com o Estado, do período colonial ao momento atual.

Destacamos que as primeiras manifestações de cooperação social, de que há registro são o *djuda* (ajuda) e *djunta-mon* (ajuda mútua), os quais surgiram por iniciativa das populações rurais, numa estratégia de sobrevivência face às adversidades da vida no campo, ao isolamento, à ausência e falta de apoio do Estado colonial. A importância social,

econômica e simbólica dessas formas de solidariedade na vida do camponês pode ser verificada pela sua prática em outros setores de atividade ou esferas da vida comunitária. Évora (2009) constatou que o *djunta-mon* (ajuda mútua) persiste em, praticamente, todos os tipos de associações de caráter mutualista como, por exemplo, a *tabanca* que é provavelmente a associação do gênero mais antiga da ilha de Santiago, que é também uma manifestação cultural do santiaguense, herdada da cultura tradicional africana. Na perspectiva de Trajano Filho (2006), a *tabanca* funciona como uma irmandade ou confraria, com o objetivo de fomentar o auxílio mútuo entre seus membros nas situações de crise, morte, doença, limpeza das roças, trabalho agrícola, bem como na devoção aos santos do catolicismo popular e na sociabilidade e entretenimento de seus membros, o que faz dela uma instituição (social) total (Mauss, 2003).

No entanto, estas formas tradicionais de solidariedade (de famílias, vizinhos e amigos) passaram a coexistir com experiências tímidas de solidariedades novas, estruturadas em cooperativas sociais, ainda durante as últimas décadas da administração colonial. Porém, a partir da independência nacional, o governo do PAIGC introduziu o cooperativismo (do Estado) como instrumento político e ideológico de mobilização, organização e participação popular no processo de reconstrução nacional e desenvolvimento do país, o qual prevaleceu até a mudança para um regime democrático em 1990.

A partir do início da década de 1990, o cooperativismo foi praticamente substituído pelo movimento associativo de base comunitário, representado por Associações Comunitárias de Desenvolvimento, notadamente, nas comunidades rurais, a partir da reconversão das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO), no âmbito da reforma do Estado, da administração pública central e das autarquias locais (prefeituras). É nesse quadro que a solidariedade democrática (LAVILLE, 2004) começa a ganhar corpo e a se fortalecer tanto no Estado, pela sua democratização, como na sociedade civil, pela sua progressiva politização, fazendo dessas instâncias parceiros permanentes no processo de desenvolvimento local e nacional.

Assinalamos que essa sinergia Estado e sociedade conheceu um grande impulso e desenvolvimento, a partir de finais de 1990, com a implementação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) e, sobretudo, com o seu (Sub)Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) que, pela sua metodologia e estratégia de intervenção

descentralizada, tem como principal parceiro as Associações Comunitárias de Desenvolvimento.

Importa ressaltar que na promoção e fortalecimento do associativismo cabo-verdiano alguns agentes externos deram importantes contribuições, dos quais destacamos o próprio Estado, a ONG americana ACDI-VOCA, os Municípios, a Plataforma Nacional das ONG de Cabo Verde, Atelier Mar e OASIS. Argumenta Cunha (2007) que um ponto de grande relevância para refletir sobre as relações entre Estado e economia solidária é o papel destes agentes externos, cada vez mais considerados pela literatura como catalisadores de mudanças, por sua capacidade de canalizar ideias e recursos aos grupos e comunidades e servir como intermediários destes com o mundo externo.

Os estudos sobre a pobreza realizados em 1993 mostraram que, na ocasião, 30% da população cabo-verdiana era pobre, dos quais, 14% viviam numa situação de extrema pobreza (CODESRIA, 2008, p. 19). Mas os resultados do IDRF 2001/2002 mostraram um agravamento da situação da pobreza em Cabo Verde, verificando-se um total de 36% de pobres e 20% de muito pobres.

No sentido de pôr cobro a esta situação de pobreza, a partir de 1997, o Governo de Cabo Verde, com apoio de parceiros internacionais, concebeu o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), um programa-quadro, que visa congregar recursos financeiros e organizacionais das instituições governamentais, dos municípios e da sociedade civil para uma intervenção profunda, abrangente e eficaz no combate à pobreza, especialmente nas comunidades rurais do país.

No quarto capítulo o foco da análise é o Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR). Considerando que os traços mais marcantes do perfil da pobreza em Cabo Verde, no limiar do século XXI, é o fato da pobreza extrema ser sobretudo rural e da sua incidência ser maior quando o chefe de família é mulher<sup>8</sup>, um programa específico de combate à pobreza no meio rural, o PLPR, foi concebido e implementado a partir de julho de 2000. O seu objetivo é atenuar a pobreza rural, desenvolvendo o capital social dos pobres rurais, através da mobilização do potencial de iniciativas econômica e social das comunidades locais, dos seus líderes e parceiros, tanto na sociedade civil como na administração pública central e local. Com uma duração total de 09 anos, dividido em 03

---

<sup>8</sup> Situação em que a sobrevivência da família é assegurada exclusivamente pelo ingresso da mulher, sem a participação, financeira ou de outra natureza, do pai ou companheiro da mesma.

fases distintas, o Programa encontra-se na sua última fase (III), estando prevista a sua conclusão para o fim de 2012.

As instituições do Programa PLPR responsáveis pela sua execução foram concebidas e organizadas em função do seu conceito de pobreza, metodologia e estratégia intervenção descentralizada com base em: Assembleias Comunitárias (AC), nas quais as populações rurais identificam e decidem sobre os projetos e atividades e serem propostos; Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD) que executam os projetos/atividades e representam as respectivas comunidades; Comissões Regionais de Parceiros (CRP) que dão assistência técnica e metodológica às ACD, elaboram os Programas (trienais) Locais de Luta contra a Pobreza (PLL), os programas anuais de atividades e financiam os projetos e atividades das ACD; UCP-PNLP que coordena o Programa e dá assistência técnica e formação às CRP, ACD e respetivos membros e os ajuda na procura parcerias, nomeadamente, internacionais.

Por sua vez, os seguintes instrumentos foram adotados e implementados pelo PLPR no decurso da implementação do Programa: formação e animação; atividades de demonstração (AD), durante a fase I do Programa; Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL) a partir da fase II; Seguimento e Avaliação; atividades de micro crédito; plano específico para mulheres na fase III do PLPR; mecanismo flexível de transferência de fundos para as CRP, destinados ao financiamento dos PLL e planos anuais de atividades das ACD, em cada uma das fases do Programa.

A principal conclusão é a de que PNLP/PLPR contribuiu fortemente para inspirar a estratégia de redução da pobreza, nomeadamente, por sua metodologia participativa e pelo capital de experiência que acumulou em matéria de estratégia de intervenção fundada na parceria, tendo confirmado a sua capacidade em tornar-se um instrumento sustentável e perene de luta contra a pobreza rural a nível nacional (CABO VERDE, 2008, p. 3).

De resto, sendo Cabo Verde signatário das Metas de Desenvolvimento do Milénio, face aos progressos e resultados alcançados tanto no domínio económico quanto social, está muito bem posicionado para os atingir até 2015.

## PARTE I

### A ABORDAGEM: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

## Capítulo 1 – O enquadramento teórico e metodológico

### 1.1. Base metodológica: os pressupostos teórico-epistemológicos

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1978, p. 13).

Queríamos começar apresentando algumas considerações de natureza epistemológicas por as considerarmos relevantes para a abordagem que adotamos na presente pesquisa e para a inteligibilidade da realidade concreta da manifestação dos fenômenos objetos da nossa observação.

Zaoual (2006) lança o repto para a reflexão sobre o esgotamento, na fase atual do capitalismo, dos paradigmas que orientaram a consolidação acadêmica das ciências sociais.

A busca de uma nova episteme tem sustentado a valorização do território e, sobretudo, das territorialidades, assim como a vitalidade da antropologia e a centralidade atribuída ao campo da história social. Há ânsia por respeito ao diferente, por diversidade, pelo conhecimento do Outro, pela riqueza do cotidiano, num mundo comandado pela codificação instrumental do pensamento e da ação (ZAOUAL, 2006, p. 8).

Assim, segundo o autor, a nova episteme será relacional e expressiva das mediações culturais que transformam a técnica e a ciência em valores de uso e não apenas em formas de acumulação mais eficazes de objetos.

Pensamos que a nossa preocupação de pesquisa, em certa medida, encontra-se traduzida na abordagem de Zaoual, que como Santos e Rodríguez (2002), recomenda sobre a necessidade de se adotar uma atitude de permanente vigilância epistemológica e metodológica na preparação e no desenrolar do processo de investigação teórica e empírica sobre as formas de organização econômicas que se regem por princípios não capitalistas.

Por outro lado, a justificativa para a nossa opção resulta do fato de, não obstante a ampla diversidade de experiências, inclusive impulsionadas por inúmeras incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, vinculadas ou não a universidades, termos constatado serem escassos ou mesmo inexistentes reflexões dessa natureza direcionada especificamente para a problemática da economia solidária em particular e para a dos empreendimentos econômicos alternativos em geral. De resto, é relevante reconhecer que a abundância de informações e descrições sobre iniciativas e experiências de economia solidária em contextos tão díspares pode, em si mesma, constituir um obstáculo à teorização e à análise epistemológicas.

Contudo, a questão que, de início, pode colocar-se é a de se saber se a proposta teórico-metodológica de Zaoual tem algo a ver com o paradigma da dádiva. A esse respeito, é nossa convicção de que têm tudo a ver um com o outro. Vejamos como o Zaoual se posiciona perante os dois paradigmas clássicos e predominantes das ciências sociais, o holismo e o individualismo metodológico:

A questão do ‘todo e seus indivíduos’ já fez derramar muita tinta. E as noções que estão em jogo são ambíguas. A experiência mostra que não se deve ceder nem a um lado nem ao outro, sendo sempre uma questão do justo meio. O holismo conduz ao romantismo e até ao totalitarismo de entidades coletivas e o individualismo metodológico à apreensão do indivíduo fora do contexto no qual ele evolui (Boyer, 1999). É esse duplo obstáculo que a teoria dos sítios tenta evitar, pondo em evidência as formas de autonomia relativa e interacionista dos atores (ZAOUAL, 2006, p. 121).

Além disso, Zaoual defende uma filosofia de pesquisa que se enquadra numa abordagem pluralista dos fenômenos econômicos, consubstanciado na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, em que os comportamentos das organizações e dos sistemas econômicos são apreendidos com base nos contextos de ação dos agentes que os animam e os moldam. Esses agentes são as configurações do *homo situs*, ou seja, do *ser humano* da situação munido de e movido por uma *racionalidade situada*.

Ele postula que se ficarmos apegados às definições e visões do *ser humano* e da sociedade que o sistema capitalista elaborou, as alternativas econômicas não capitalistas



não transcenderão o paradigma do progresso. Chama atenção para o fato de todos os conceitos que utilizamos estarem impregnados da civilização econômica do capital; aponta, inclusive, o problema das ambiguidades transmitidas pelo vocabulário proliferante das alternativas que estão se desenhando em diferentes regiões do mundo.

Na mesma linha, Santos e Rodríguez (2002), além de recomendarem a adoção da perspectiva que denominam de “hermenêutica das emergências”<sup>9</sup>, sugerem que antes de se avançar para análise das iniciativas e propostas concretas, é necessário precisar os termos geralmente utilizados nas discussões sobre estes temas. Por exemplo, na falta de um termo melhor, as práticas e teorias que desafiam o capitalismo são frequentemente qualificadas como “alternativas”. Assim sendo,

diz-se ‘globalização alternativa’, ‘economias alternativas’, ‘desenvolvimento alternativo’, etc. (...) Contudo, pensamos que em vez de uma mudança de linguagem, o que se exige no início de uma interrogação que procura teorizar e tornar visível o espectro de alternativas é formular a pergunta óbvia: alternativo em relação a quê? Em outras palavras, quais são os valores e práticas capitalistas que essas alternativas criticam e procuram superar? (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 27).

Radicalizando um pouco, Zaoual ressalta que não basta acrescentar qualificativos como *local*, *sustentável*, *social*, *solidário*, *justo* a categorias pertencentes a seu paradigma, como desenvolvimento, economia, comércio, democracia, etc., para encontrar uma verdadeira visão paradigmática da alternativa às práticas desse sistema. Ademais, todas essas concepções e práticas podem ser recuperadas e recicladas nas capacidades de adaptação de que é capaz a civilização econômica. Por exemplo, a feição *simpática* de uma noção como a de desenvolvimento local não deve nos iludir, pois o conceito de desenvolvimento prolonga uma visão que nega a diversidade e mesmo a necessidade da existência das outras dimensões da vida social. Ele é, antes de tudo, de essência econômica. Portanto, o rótulo *local* não garante uma verdadeira mudança de paradigma.

---

<sup>9</sup> Procedimento metodológico referido no capítulo 2 da tese, mais concretamente, no subcapítulo *dádiva e economia solidária*.

É o ‘mesmo’ que se dissolve no sítio para melhor acostumá-lo à cultura da acumulação e à competição que, aliás, acabam corroendo os valores de coesão que o desenvolvimento local pretende estabelecer, e assim por diante. Há então antinomia como no caso de desenvolvimento sustentável, na medida em que a lógica do lucro é incompatível com o respeito da biodiversidade e a continuidade do vínculo social (ZAOUAL, 2006, p. 140).

A perspectiva de Zaoual é que a crise está desestabilizando o saber econômico, e que devido à urgência dos problemas de desemprego e de exclusão que assolam o planeta, surgiu um vocabulário proliferante sobre as alternativas ou eventuais correções: economia informal, setor não estruturado, economia subterrânea, economia de reciprocidade, economia comunitária, economia solidária e alternativa, terceiro setor, etc. Tudo isso, segundo Zaoual, gera perturbações paradigmáticas e semânticas. Donde resulta que nem sempre sabemos do que estamos falando.

Ora, a epistemologia das ciências nos ensina que os conceitos determinam o que observamos e quantificamos. Esses mesmos conceitos adquirem seu significado profundo com base na teoria que os organiza. Noutros termos, os principais defeitos de uma teoria emergente residem também nos termos que usa para designar os fenômenos que procura interpretar. Nada é neutro em ciência. As crenças científicas e as definições, como também os princípios sobre os quais se constroem uma disciplina, um paradigma ou uma teoria, condicionam amplamente seu desenvolvimento intelectual e, mais tarde, sua impotência em decifrar as realidades. Pensa-se apenas no que se acredita e mede-se apenas o que se pensa” (ZAOUAL, 2006, p.176-177).

Segundo Zaoual, o primeiro passo para uma real emancipação consiste na inovação conceptual que dará um verdadeiro sentido às práticas e à confusão dos fatos observáveis. Neste nível é preciso clarificar a terminologia; este trabalho é central para consolidar um verdadeiro discurso alternativo e coerente consigo próprio e com os fatos observados. Isto é requisito para ser aceito na arena científica e mobilizador no plano político. Nesta perspectiva, o discurso produzirá sentido. Tal objetivo é necessário para corrigir as

principais deficiências dos múltiplos movimentos e correntes de pensamento que observamos no plano do que ele designa por economia dissidente em seu conjunto.

Relativamente à pergunta se pode o econômico ser solidário e plural? Primeiramente, Zaoual (2006) afirma que o econômico é uma criação do mundo moderno; que a história do pensamento econômico é sobretudo a história do capitalismo; e que, nesse contexto, produzir consiste em responder às exigências do lucro e da concorrência, sendo marginal o papel do Estado como regulador e provedor do bem-estar sociais e o mercado o modelo social por excelência. Portanto, o autor defende a tese de que a civilização econômica é, por essência, não solidária<sup>10</sup> porque se constrói exclusivamente na base da concorrência e da competitividade. No entanto, esclarece que, como nos países do Sul, a atualidade econômica nos países globalmente ricos é, também, marcada pelo crescimento das práticas econômicas híbridas enraizadas nos territórios. Assim,

Ao lado dos setores mercantil e público que, supostamente funcionam segundo princípios próprios e claramente definidos, está havendo uma proliferação de práticas que remetem ao desenvolvimento local, à economia social, à economia solidária, etc. Tais práticas apresentam relações estreitas com os territórios dos quais estão emergindo. Elas põem em relação uma variedade de atores em espaços mutáveis e sempre singulares dependendo de suas trajetórias históricas. A hegemonia do pensamento único revela-se incapaz de classificar em uma mesma grade o conjunto desses fatos econômicos e sociais observáveis (ZAOUAL, 2006, 91).

Ressalta, entretanto, que a retomada no Sul e no Norte do debate sobre o *desenvolvimento* através da noção de *desenvolvimento local* não esclarece os enigmas que se formam. Outrossim, a noção em questão não é objeto de um verdadeiro consenso, ainda que pereça simpática com relação aos sítios locais. É verdade que a literatura especializada tem a preocupação de ser realista quanto ao caráter incontornável da participação dos atores na mudança de sua situação e isso já é um passo adiante com relação ao caráter mecanicista dos grandes modelos macroeconômicos. Falta, contudo, elucidar o sentido e a

---

<sup>10</sup> Por outro lado, por considerar que o econômico em sentido estrito da ciência normal seja distante de uma sociedade solidária, baseada na confiança, Zaoual (2006) adverte que o próprio termo *economia solidária* é antinômico, ambíguo.

direção a dar a tais abordagens: se é do local para o global? Ou do local que procura emancipar-se do global? Saber se isto é realmente possível? Ou, então, saber se a economia solidária e o desenvolvimento local estão a procura de mercados ainda não vislumbrados? Efetivamente, segundo o autor,

há risco de voltar, a qualquer momento, à visão e às leis do sistema que está na origem da exclusão e dos problemas tratados em tais abordagens! Fechando o círculo, volta-se ao ponto de partida. Aliás, a performance dos projetos sustentados por organizações não-mercantis tende a ser avaliada com regras e critérios de mercado, pelo menos para períodos de médio ou longo prazo. O sistema não pensa de modo híbrido!” (ZAOUAL, 2006, p. 182-183).

Argumenta ainda que hoje, a experiência exige uma recomposição dos saberes, das disciplinas e das culturas rumo a um paradigma capaz de pensar e de contribuir para construir conceitos e ferramentas humanamente operacionais. Esse paradigma só poderá ser construído sobre os escombros do pensamento global, apostando em uma abordagem mais modesta e flexível para adaptar a grande variedade do nosso mundo. Esta abertura científica é também ética, na medida em que deve integrar os múltiplos sentidos que os seres humanos dão aos seus mundos. Nessa perspectiva, o paradigma dos sítios, ou diríamos, o paradigma da dádiva, constitui uma das variantes entre as alternativas procuradas. Integrando as crenças dos atores de base, ele demonstra que as leis econômicas são construções sociais situadas no tempo, no espaço, e no mundo imaginário dos seres humanos, daí sua relatividade. Enfim, o postulado do fim de uma ciência uniforme, início de uma ciência plural!

### **1.1.1. Os procedimentos de pesquisa**

No contexto da realidade cabo-verdiana, predominam associações denominadas de primeiro grau<sup>11</sup> que, entretanto, organizam-se em estruturas associativas de grau superior<sup>12</sup>, a exemplo da Plataforma Nacional das ONG de Cabo Verde, das Organização das

---

<sup>11</sup> São organizações que têm como membros cidadãos numa base do voluntariado.

<sup>12</sup> Estruturas associativas que têm como membros associações e ou ONGs.

Associações dos Agricultores, Pecuários, Avicultores e Pesca da Ilha de Santiago (OÁSIS) a da Associação das Associações Juvenis do Concelho do Tarrafal.

Todas as associações objeto de análise no quadro da pesquisa realizada neste trabalho têm em comum o fato de suas estruturas organizativas resultarem da Lei nº. 25/VI/03, de 21 de julho de 2003 (CABO VERDE, 2003), isto é, todas elas têm: a) um órgão diretivo colegial, b) uma assembleia deliberativa c) e um órgão colegial de fiscalização. Além disso, a) utilizam a associação como forma jurídica, b) são organizações sem fins lucrativos, c) perseguem fins sociais e de solidariedade, d) são de natureza apolítica, e) surgiram da necessidade das comunidades locais/territoriais rurais ou das associações se unirem na base do voluntariado, solidariedade, liberdade e igualdade para a resolução de problemas comuns aos seus associados e respectivas comunidades, no quadro da luta para a erradicação da pobreza.

A construção teórico-metodológica da pesquisa procurou articular a componente teórica ao método da investigação empírica, privilegiando, no aspecto teórico, a investigação sobre os conceitos que delimitam e sustentam a discussão sobre o nosso objeto teórico e que se configuraram como centrais para a análise e compreensão do nosso objeto de investigação empírica, no contexto cabo-verdiano, designadamente, nas comunidades rurais, cujas populações são mais fustigadas pelo fenômeno da pobreza. Os conceitos acima mencionados são: economia solidária, solidariedade, pobreza, Estado, sociedade civil e associações comunitárias de desenvolvimento.

No âmbito deste trabalho a elaboração e implementação do plano de investigação empírica, foram orientadas pela preocupação de responder a questão inicial: *quais são os mecanismos legais, institucionais e orgânicos de mediação das relações de cooperação entre o Estado e as associações de economia solidária no processo de luta para a erradicação da pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde?*

A partir da questão de partida, visando delimitar e focalizar melhor o objeto de investigação, formulamos a hipótese básica de que *a luta para a erradicação da pobreza engendra vínculos de solidariedade entre o Estado e as organizações de economia solidária, potencializadores do processo de desenvolvimento das comunidades rurais do país.*

Para investigar de que forma a luta contra a pobreza no meio rural em Cabo Verde está a gerar e a desenvolver vínculos de solidariedade entre o Estado e sociedade civil e a

constituir, por outro lado, uma oportunidade para a construção de um novo modelo de relação entre o Estado e a sociedade nesse contexto, definimos objetivos gerais e específicos que nortearam o desenvolvimento do nosso trabalho de campo.

Em termos gerais, a pesquisa ambiciona compreender e explicar os processos de construção de consensos e cooperação entre o Estado e as organizações de economia solidária nas comunidades rurais de Cabo Verde, no quadro de uma relação histórica e estruturalmente marcada por antagonismo e dominação da sociedade pela instituição estatal, ou seja, avaliar em que medida a diversidade de lógicas de ação e interesses potencialmente conflitantes dos atores envolvidos são “socializados” (ou não) de modo a viabilizar os objetivos da luta para erradicação da pobreza e de desenvolvimento das comunidades objeto de estudo.

Para a materialização dessa proposta definimos uma estratégia de abordagem que se consubstanciou nas seguintes ações:

1. Analisar os instrumentos legais, institucionais e orgânicos de mediação das relações de cooperação entre o Estado e as associações de economia solidária, no quadro do processo de luta para a erradicação da pobreza nas comunidades rurais das ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão.

2. Estudar a forma como se estruturam, organizam, e funcionam essas instituições de mediação, os princípios que orientam e dão corpo às suas práticas e os mecanismos existentes de coordenação e de concertação das ações entre o Estado e as associações comunitárias, no quadro do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR).

3. Analisar a capacidade técnica, organizativa e política das associações na formulação de projetos e atividades de interesses para as respectivas comunidades, bem como na negociação com os parceiros visando a obtenção de recursos para a execução dos mesmos.

4. Analisar os critérios utilizados na seleção, aprovação e financiamentos dos projetos, programas e atividades das associações.

5. Conferir o nível de participação dos associados e ou suas organizações representativas na gestão, tomada de decisões, e controle das ações desses órgãos de mediação.

6. Analisar a qualidade associativa: participação nas assembleias, esforço coletivo para a manutenção e consolidação da associação enquanto projeto qualificado a favor do bem comum.

O trabalho de campo teve lugar no interior<sup>13</sup> das ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão. A nossa opção por estas três ilhas se justifica, primeiro, por serem as ilhas mais rurais e com a maior população rural do país, segundo, por possuírem maior potencialidade agrícola, terceiro, por serem ilhas com maior incidência da pobreza, quarto, por terem maior densidade e dinamismo associativo e, quinto, por suas atividades serem predominantemente agrícolas e afins.

Segundo os dados do Censo 2010<sup>14</sup>, a população cabo-verdiana é de 491.875 pessoas residentes, da qual 188.010 no meio rural e 160.683 no meio rural das três ilhas<sup>15</sup> objeto de investigação empírica.

Na investigação de campo adotamos como principal unidade de estudo o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza e, especialmente, o seu (sub)Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), o qual complementamos com o estudo de uma amostra intencional de 6 Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), sendo 2 na ilha do Fogo, 2 em Santiago e 2 em Santo Antão, parceiras do PLPR, que, aliás, engloba a esmagadora maioria das ACD, num total de cerca de 500, em todo o país. A opção por esse tipo de amostragem prende-se com os condicionalismos atinentes à dispersão geográfica do país, às dificuldades de acesso às comunidades objeto de estudo e aos custos advenientes em matéria de recursos financeiro, tempo e esforço.

Na ilha do Fogo escolhemos a Associação Amigos do Berço Comum (ABC-Patim), sita no Município de São Filipe, na localidade de Patim, com uma população de 876 pessoas, distando a 15 km da cidade de São Filipe. No Município dos Mosteiros, na mesma ilha, escolhemos a Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Cutelo Alto, localidade situada em uma encosta de difícil acesso, com uma população de 271 pessoas, situada a 5 km da cidade dos Mosteiros. Cutelo Alto tem a particularidade de ser uma comunidade que, em 1999, ainda se encontrava isolada, perdida e carente de desenvolvimento em todas as esferas da vida comunitária. Enfrentava graves problemas no

---

<sup>13</sup> No interior das ilhas, regiões cujas características orográficas normalmente dificultam as acessibilidades, concentram-se a grande maioria das comunidades rurais objeto de estudo.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=1>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

<sup>15</sup> Destaca-se que a ilha de Santiago possui mais de metade da população do país, de cerca de 500.000 habitantes.

acesso aos bens essenciais, nomeadamente, água, energia, cuidados básicos de saúde, estrada, telecomunicação. A agravante é o fato da comunidade não estar, na ocasião, organizada e a aldeia se encontrar em um processo acelerado de desertificação populacional e, sobretudo, numa situação de pobreza extrema. Segundo o Presidente da Associação, a situação era de tal forma grave que alguns dirigentes nacionais e locais lhes comunicaram que seria melhor (viável) serem transferidos e assentados em Mosteiros de Trás, do que investir em Cutelo Alto.

Em Santiago as duas associações comunitárias estudadas são a Associação para o Desenvolvimento de São Lourenço dos Órgãos (Agro-Órgãos), sita no Município de São Lourenço dos Órgãos, cuja sede se encontra na localidade de Laje, nos arredores da cidade de João Teves. Agro-Órgãos tem a particularidade de ser presidida por uma mulher chefe de família e micro empresária. A segunda é denominada de Associação para o Desenvolvimento das Mulheres de Gouveia (ADMG), sita no Município de Ribeira Grande de Santiago, na comunidade de Gouveia, localizada a 8 km da Cidade Velha, sede do Município e a 20 km da capital, cidade da Praia. A escolha desta Associação também se deveu a uma circunstância particular ou seja: a) por se tratar de uma Associação constituída exclusivamente por mulheres (embora aberta a admissão de homens), b) por estas mulheres terem tido como atividade predominante a apanha de areia e brita nas praias e ribeiras da Gouveia e localidades vizinhas, c) por terem protagonizado uma briga mediática com a Câmara Municipal (Prefeitura) de Ribeira Grande de Santiago, a qual tentava expulsá-las do Centro Comunitário que esta mesma edilidade lhes tinha cedido para a instalação de um Centro de Produção de Artesanato Têxtil.

Na ilha de Santo Antão, Município de Porto Novo, na comunidade de Lajedos, situada a 17 km da cidade de Porto Novo, interessamos especialmente pelo estudo de uma experiência inédita e inovadora de implementação e desenvolvimento de um Projeto denominado *Turismo Solidário de Base Comunitária*, mesmo não estando ainda os seus protagonistas e beneficiários diretos formalmente organizados em uma associação ou cooperativa. Por conseguinte, são grupos informais, formados em diferentes áreas de ofício, direcionadas à utilização, valorização e divulgação de produtos e materiais locais, artes, tradições e cultura locais, entre as quais destacamos: i) a produção e comercialização de materiais de construção civil, ii) restauração, iii) alojamentos familiares destinados à acomodação de turistas, iv) transformação e comercialização de produtos agroalimentares,



estando este último associado a Cooperativa de Produtores Associados em Rede de Economia Solidária, denominada *PARES*.

Não obstante a nossa pesquisa ser de carácter qualitativa, portanto, sem pretensões de natureza estatística ou quantitativa, é também nosso objetivo observar, na medida em que os dados e as informações nos permitirem, a situação socioeconômica das comunidades objeto de investigação e de intervenção do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), seja antes das mesmas se terem organizado em associações e ou de nelas se ter começado a implementação do PLPR, seja depois destas comunidades se encontrarem organizadas associativamente e ou da implementação do PLPR.

Pela observação tentamos, na perspectiva de Lopes (2005), reconstruir empiricamente a realidade do objeto da nossa investigação, coletando e reunindo de forma metódica evidências possíveis que nos permitam reproduzir e interpretar à luz da perspectiva teórica que adotamos, o essencial dos fenômenos que nela se manifestam. Dentre as técnicas de coleta de dados e informações disponíveis optamos pela análise documental, observação direta e entrevistas.

A análise documental tinha como objetivo analisar as condições históricas, econômicas, sociais e políticas da emergência e desenvolvimento das iniciativas e experiências de economia solidária no contexto cabo-verdiano, através da análise do quadro legal, institucional e orgânico da definição e implementação de políticas públicas de sociedade civil e, particularmente, de economia solidária. Pretendíamos ainda tentar identificar e caracterizar a modalidade da estrutura das relações entre o Estado e sociedade civil e sua evolução desde a independência nacional ao momento atual.

Assim, foram analisados, entre outros, o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza I e II; as Grandes Opções do Plano de Desenvolvimento de Nacional; os sucessivos Programas dos Governos, de 1975 a 2006; o Estatuto dos Municípios; a Lei das Finanças Locais; a Lei-quadro da Cooperação Descentralizada; os Estatutos e Regulamentos Internos das associações objeto de pesquisa; a Lei nº 35/VI/2003, de 15 de setembro que define o enquadramento legal das CRP<sup>16</sup>; a Lei nº 15/VII/2007, de 10 de

---

<sup>16</sup> Comissões Regionais de Parceiros do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural. As CRP são associações de direito privado, sem fins lucrativos, dotados de personalidade jurídica. Cada CRP é constituída a nível de território de um município que corresponda a uma ilha ou de diferentes municípios da mesma ilha. Elas são constituídas por diferentes parceiros domiciliados na sua área de constituição e intervenção, designadamente, representantes das associações de desenvolvimento comunitário, das

setembro que regula a Atividade de Micro-Finança<sup>17</sup>; O Decreto-lei n.º. 135/81, de 5 de dezembro que cria FAC<sup>18</sup>; o Decreto-Lei n.º. 96/78, de 21 de outubro que cria o INC<sup>19</sup>; o Decreto-Lei n.º. 80/79, de 25 de agosto que aprova as Bases Gerais das Cooperativas; o Decreto-lei n.º 101-H/90, de 23 de novembro que aprova as (novas) Bases Gerais das Cooperativas; o Relatório da Central das Cooperativas de Cabo Verde, Praia, 27 de dezembro de 1977; Plano de Desenvolvimento Cooperativo 1992/1996; “Encontro de Reflexão sobre o Movimento Cooperativo Cabo-verdiano, Praia, 1 a 3 de julho de 1991”.

Observação direta consistiu na participação em alguns eventos como a cerimônia de empossamento, pelo Ministro de Desenvolvimento Social, da Comissão Regional de Parceiros do PLPR da Região Centro, que inclui os municípios de Santa Catarina, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos e da Comissão Regional de Parceiros da Região Sul de Santiago, que engloba a zona rural da cidade da Praia, os municípios de São Domingos e de Ribeira Grande de Santiago. Além disso, tivemos a oportunidade de participar em três seminários e *workshops* sobre o associativismo e desenvolvimento local, em duas feiras de artesanato e produtos agroalimentares promovidas pela Associação Zé Moniz e pela Associação para a Cooperação com Cabo Verde (ACCVE), na cidade da Praia e em Cidade Velha respectivamente, e em assembleias gerais para eleição dos órgãos diretivos de duas associações comunitárias. Ressaltamos que a observação em apreço se realizou apenas na ilha de Santiago.

Entrevistas semidiretivas foram realizadas, nas três ilhas objeto de investigação empírica, num total de 25, sendo 5 na ilha do Fogo, 6 em Santo Antão e 14 na ilha de Santiago. As pessoas entrevistadas incluem lideranças associativas, gerentes das ONG de apoio às Associações Comunitárias de Desenvolvimento, membros das associações comunitárias, Coordenador do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), *Desk Officer*, responsável pelo Programa de Luta contra a Pobreza no meio Rural (PLPR) e gestores das Unidades Técnicas das Comissões Regionais de Parceiros do PLPR.

---

organizações não-governamentais para o desenvolvimento, das Câmaras Municipais (Prefeituras) e dos serviços desconcentrados do Estado e demais parceiros locais (CABO VERDE, 2003).

<sup>17</sup>“Atividade exercida pelas entidades autorizadas, sem o estatuto de instituições de crédito ou parabancárias, e que praticam habitualmente operações de crédito e/ou de recolha de poupança dos seus membros e ofereçam serviços financeiros específicos a favor das populações que operam essencialmente à margem do circuito bancário tradicional” (CABO VERDE, 2007).

<sup>18</sup> Fundo de Apoio às Cooperativas, que tem como atribuições o apoio, a consolidação e o desenvolvimento do setor cooperativo pela outorga das ajudas fornecidas ao movimento cooperativo por entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais (CABO VERDE, 1981).

<sup>19</sup> Instituto Nacional das Cooperativas, um serviço autônomo do Estado que dinamiza, coordena e orienta todo o movimento cooperativista (CABO VERDE, 1978).

As entrevistas com os presidentes das organizações (federações) de associações comunitárias foram realizadas pelo fato destas personalidades estarem na posse de informações privilegiadas sobre o associativismo e o desenvolvimento local, tanto a nível das comunidades das respectivas ilhas, como a nível do país.

Por seu turno, os dirigentes das ONG foram entrevistados, sobretudo, pelo relevante papel que estas organizações vêm desempenhando no apoio, assessoria e promoção do associativismo, destacando especialmente as atividades ligadas às ações de mobilização e animação das comunidades para se auto-organizarem associativamente; seu empenho na mobilização de recursos, junto aos parceiros nacionais e internacionais, para o financiamento dos projetos e atividades das ACD; na realização de cursos de formação e capacitação das mesmas visando o seu empoderamento e constituição enquanto sujeitos ativos e engajados no desenvolvimento e resolução dos problemas dos seus associados e comunidades.

Com os sócios das associações comunitárias a entrevista teve como finalidade conhecer o seu ponto de vista sobre as ações desenvolvidas pelas respectivas associações seja no âmbito do PLPR, seja no de outros programas e projetos.

Com o Coordenador da Unidade de Coordenação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (UCP-PNLP), a entrevista tinha como objetivo compreender o grau de autonomia do Programa face ao Governo e aos parceiros internacionais, os mecanismos de coordenação e articulação com essas entidades e com as CRP, a efetividade e eficiência do Comitê Nacional de Redução da Pobreza (CNLP) e a auto-avaliação do desempenho do PLPR.

Dada a especificidade e atualidade do ressurgimento e expansão da economia solidária em Cabo Verde, particularmente, nas duas últimas décadas; considerando a particularidade da economia solidária ser um fenômeno que em Cabo Verde também se caracteriza por uma expressiva diversidade jurídica, social e geográfica, com os dados e informações coletados sobre as unidades de estudo, realizamos uma análise comparativa, evidenciando os pontos comuns e divergentes das diferentes iniciativas e práticas associativas estudadas, bem como as circunstâncias que concorreram para facilitar ou dificultar a performance institucional das mesmas. Além disso, os dados e informações coletados nos permitiram conhecer a dinâmica de atuação de cada associação, ressaltando suas semelhanças e especificidades, seus pontos fortes e fracos, suas potencialidades e

limites. Esses procedimentos foram executados em permanente confronto com os pressupostos teóricos que sustentam a nossa abordagem, tendo sempre presente o contexto em que a investigação se insere.

Finalmente, destacamos que as diferenças e semelhanças identificadas foram ainda relacionadas tanto aos aspetos da organização e funcionamento de cada associação, quanto aos aspetos sistêmicos, tais como o marco regulatório e as políticas públicas para o setor social que circunscrevem a atuação das associações. Estes procedimentos, associados à definição da análise, foram desenvolvidos em diferentes etapas, envolvendo a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a observação direta e as entrevistas semiestruturadas.

De resto, a utilização das fontes primárias e secundárias nos possibilitou uma percepção da visão do Programa, tanto na perspectiva dos beneficiários (grau de satisfação, impacto socioeconômico nas comunidades pesquisadas), quanto na do Governo e dos parceiros internacionais, designadamente o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Também nos permitiu perceber, a partir dos critérios utilizados pelo Governo e da abordagem do PLPR, desde a sua concepção à sua implementação, qual a concepção da pobreza que permeia as ações políticas do Governo, quais os limites e possibilidades apresentados pelo Programa.

Porque nossa análise privilegiou os relatórios do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do Governo de Cabo Verde (PNLP/PLPR)?

Não obstante o risco da tese apresentar uma análise em que predomina uma visão institucional do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) consideramos esses documentos<sup>20</sup> fontes heurísticamente relevantes, com base nas seguintes razões: i) pela sua concepção da pobreza rural; ii) pela estratégia e metodologia de implementação descentralizada nas Associações Comunitárias de Desenvolvimento e suas comunidades de base; iii) por constituir um instrumento de diagnóstico, seguimento e avaliação das ações do Programa nas múltiplas dimensões e fases da sua implementação, ressaltando, na avaliação do desempenho e do impacto do PLPR, os avanços, os desvios e as insuficiências; iv) pela riqueza e sistematização das informações e dados sobre o PLPR fazendo desses documentos fontes privilegiadas e incontornáveis à uma compreensão aprofundada e abrangente do fenômeno da luta contra a pobreza no meio rural em Cabo Verde; v) além

---

<sup>20</sup> Destacamos, principalmente, o documento de concepção e orientação do Programa, e os relatórios de atividades, de assistência técnica e de missões de supervisão.

disso, a análise do cruzamento de informações extraídas da documentação do PLPR com as relativas à percepção e avaliação do PLPR pelas comunidades rurais objeto de investigação empírica nos deu a necessária garantia quanto a credibilidade e relevância das fontes acima mencionadas.

Em contrapartida, uma particularidade do campo que refletiu na nossa análise é o fato do ponto de vista dos pobres rurais (sócios e não-sócios) ter sido filtrado pelos dirigentes, nomeadamente, presidentes das ACD. Primeiramente, porque, em regra, as pessoas que abordamos preferiram que sejam seus presidentes a falar por elas, o que denota, por um lado, um bom nível de confiança, representatividade e legitimidade dessas lideranças. Por outro lado, demonstra o baixo nível de escolaridade, formação e informação dos membros das ACD. Segundo, nos casos em que as pessoas se disponibilizaram a conversar, seus depoimentos eram, no essencial, coincidentes com os das suas lideranças. Assim sendo, para não sermos reduntantes e por que as informações dos líderes eram mais completas, concatenadas e sistematizadas optamos por privilegiar a fala dos dirigentes associativos.

## **1.2. Base conceptual**

### **1.2.1. Economia solidária**

Segundo França Filho e Laville (2004), enquanto conceito, a expressão economia solidária elabora-se na França, no início dos anos 90, fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas no Crida (*Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie*), em Paris, sob a coordenação de Jean-Louis Laville, visando dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno de proliferação das iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Assim, a expressão *economia solidária* vem, num primeiro momento, indicar, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade, e, por outro lado, sugerir a inscrição da solidariedade no centro da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Para Singer (2002, p. 86),

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção - o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Porém, mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, dada a sua incapacidade de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa e todas as formas de produção.

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos aqueles que os utilizam para gerar o produto social.

Com base em Singer (2003), que considera a cooperativa de produção como a modalidade básica de economia solidária, define-se, no âmbito deste trabalho, como economia solidária todo empreendimento que se organiza, estrutura e funciona com base nos seguintes princípios: a) posse coletiva ou compartilhada dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; b) gestão democrática do empreendimento, por meio da participação direta ou por representação; c) divisão, por igual, entre todos os trabalhadores, do direito de decisão; d) destinação do excedente segundo critérios aprovados por todos; e) ter como finalidade básica a quantidade e a qualidade do trabalho e não a maximização do lucro.

Entretanto, dada a diversidade e abrangência do universo da economia solidária relativamente ao campo mais restrito e homogêneo do cooperativismo tradicional, como esforço de identificação desse universo de experiências, França Filho e Laville (2004), propõem alguns critérios norteadores das iniciativas de economia solidária. Esses critérios refletem cinco grandes traços característicos dessas iniciativas<sup>21</sup>: i) a natureza e a origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade; ii) sua

---

<sup>21</sup> Cf. Carvalho (2008, p. 16-17).

autonomia gestonária e a natureza das relações interinstitucionais que são estabelecidas; iii) o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; iv) o padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; v) sua finalidade (multidimensional).

### **1.2.2. Solidariedade**

Na perspectiva de França Filho e Laville (2004), um sistema econômico baseado na economia mercantil não pode ser concebido sem a instituição prévia de uma comunidade política, fixando-se como horizonte a liberdade e a igualdade entre todos os indivíduos. Segundo os autores, esta afirmação de um laço político manifesta a ruptura fundamental da modernidade que reside na extinção de toda a transcendência<sup>22</sup>. A emancipação relativa aos costumes e à tradição confrontou o mundo ocidental, em particular, com uma pluralidade de valores, engendrando, assim, a questão do tipo de laço social próprio à modernidade, induzida pela existência do laço político.

Portanto, para além do utilitarismo, impõe-se novamente a necessidade de conceituar o laço social moderno.

Nesta ótica, Leroux elabora a noção de solidariedade: ‘A natureza não criou nenhum ser para ele-próprio (...) ela os criou uns para os outros, e colocou entre eles uma solidariedade recíproca’ (Leroux, 1841 apud Le Bras Chopard, 1992, p. 58). ‘Através desta, apenas pelo fato dos homens existirem e terem entre si relações, a sociedade existe (...). Há, portanto, necessariamente e divinamente comunhão entre os homens’”. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 42).

---

<sup>22</sup> Pensamos que seria mais adequado falar-se em termos de instituição, na modernidade, de uma nova transcendência. Pois, segundo Bazzanella (2011?), sendo possível o reconhecimento na estrutura da proposta filosófica nietzscheana a centralidade que a economia alcança na modernidade, elevando-a à condição de transcendência, esvaziando e apequenando as potencialidades da vida, em Arendt a condição de primazia da economia no que se refere à dinâmica da vida em sua totalidade, transforma o homem moderno em homo faber e, contemporaneamente, em homo laborans, conduzindo ao fim da política, da esfera pública como locus privilegiado das relações humanas em sua totalidade. Por conseguinte, a vida na contemporaneidade articula-se na esfera da produção e do consumo, configurando a sociedade de massas em que estamos inseridos.

Entendemos que, não obstante Leroux<sup>23</sup> ter formulado uma concepção determinista das relações sociais e da própria solidariedade, sendo esta apresentada como um dado da natureza, França Filho e Laville valorizam a sua contribuição pelo mérito de, primeiro, ter elaborado o conceito de solidariedade, segundo, ter vinculado sua origem nas relações sociais e, terceiro, de acordo com Stjerno (2004), ter transformado o conceito legal de solidariedade num conceito social. Nessa perspectiva, solidariedade não pode ser concebida a partir do indivíduo ou da sociedade, considerando que ela é indissociável de uma relação, o que autoriza a pensar uma igualdade na diferença.

Tal pensamento reflete em um associacionismo operário no qual o próprio Leroux intervém, engajando-se precisamente na pesquisa de uma economia que fosse solidária e cuja organização do trabalho pudesse fornecer a oportunidade de erguer entidades produtivas que inscrevam a solidariedade no coração da economia.

Na perspectiva de Laville (2004), solidariedade<sup>24</sup> é um conceito central na resistência à sociedade de mercado, mobilizado para inventar proteções suscetíveis de limitar os efeitos perturbadores da economia capitalista. Por outro lado, defende, na modernidade, a existência de um elo particular entre reciprocidade e redistribuição.

Com efeito, Laville apresenta duas modalidades distintas de solidariedade: uma solidariedade benevolente, traduzida normalmente num dom gratuito, isto é, sem reciprocidade, sendo, por isso, possuidora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção de desigualdades, apoiado nas redes sociais de proximidade. A outra versão é a solidariedade democrática a qual se relaciona prioritariamente com a economia solidária e, por conseguinte, pressupõe uma igualdade de direitos entre as pessoas que dela

---

<sup>23</sup> Segundo Stjerno (2004, p. 29, tradução nossa) “*não há dúvida de que Leroux deu uma importante contribuição ao transformar o conceito legal de solidariedade num conceito social*”. Diz Stjerno que o ponto de partida de Leroux foi o seu criticismo de três outras posições: a caridade cristã, a ideia de um contrato social como uma fundação para a sociedade e a concepção da sociedade como um organismo. Caridade cristã por ser incapaz de conciliar amor-próprio com o amor de outros e por considerar o amor de outros como uma obrigação e não o resultado de um interesse genuíno em comunidade com outros. Além disso, a igualdade não desempenhou nenhum papel na caridade cristã. Segundo Stjerno, Leroux quis suplantiar o conceito de caridade com o conceito de solidariedade, argumentando que a ideia de solidariedade seria a mais capaz na luta para uma sociedade mais organizada e justa. Sobre a ideia de um contrato social como uma fundação para a sociedade, Leroux disse que o contrato social é uma noção mal concebida porque pressupôs uma visão atomizada do indivíduo. Finalmente, Leroux denunciou a concepção orgânica da sociedade como um organismo, porque ele temeu que este modo de compreensão da vida social resultasse num autoritarismo.

<sup>24</sup> Adotamos a acepção de Barbosa (2007), de solidariedade não no sentido anglo-saxônico de caridade, mas numa perspectiva tipicamente francesa, numa dimensão republicana de meio de conciliar direitos individuais e responsabilidade do Estado. Assim, segundo Pereira (2008), os governos passam a ser vistos e a funcionar como autoridade pública, a sofrer novos tipos de pressões, entre as quais, a exigência de proteção social como direito do cidadão e dever do Estado.



participam. Assim sendo, solidariedade democrática manifesta-se sob duas formas: uma de reciprocidade, designando o elo social voluntário entre cidadãos livres e iguais (contrastando-se com a caridade e a filantropia) e outra redistributiva, designando normas e prestações estabelecidas pelo Estado para reforçar a coesão social e corrigir desigualdades. Portanto, a diferença entre reciprocidade e distribuição não deve levar ao esquecimento de que elas conhecem um engendramento mútuo a partir da referência comum à solidariedade.

Nesse sentido, segundo Laville (2004), o conceito de solidariedade democrática reforça a ideia da existência de relações estreitas entre dádiva, reciprocidade e redistribuição, em vez de sublinhar suas diferenças.

Ainda trabalhando essa noção de solidariedade, subjacente ao conceito de economia solidária, França Filho e Laville (2004), perspectivam que a economia solidária pode representar formas inéditas de ação pública, participando de uma tendência atual de desenvolvimento de novas formas de solidariedade, dos denominados novos movimentos sociais (SCHERER-WARREN; GOHN, 1997). Ora, isso significa que o tipo de solidariedade que se elabora nestas experiências não se define propriamente como solidariedade abstrata (estatal), pois trata-se de indivíduos engajando-se voluntariamente em projetos coletivos concretos, emanados do seio da sociedade civil e não meros assistidos, gozando ou tendo acesso a certos direitos de modo passivo. Por outro lado, tampouco se trata de uma forma típica de solidariedade tradicional (característica dos chamados grupos primários), pois a ação organizacional tende a não se fechar num pequeno grupo de beneficiários. Segundo França Filho e Laville (2004), a vocação de tais iniciativas parece ser a de combinar a dimensão pública da primeira (novas formas de solidariedade), com a força dos laços comunitários da segunda (solidariedade tradicional), resultando em dinâmicas comunitárias abertas à alteridade, ou que se projetam num espaço público, criando, em alguns casos, o que se poderia chamar de espaços públicos de proximidade.

### **1.2.3. Pobreza**

Dado a estreita relação - embora em termos de campos e lógicas absolutamente opostos - entre economia solidária e pobreza; considerando a associação entre o tema do desenvolvimento local e a questão do combate a pobreza; atendendo a onipresença da

problemática da pobreza na preocupação e no objeto desta pesquisa; considerando ainda o fato da pobreza ser, por natureza, um fenômeno histórico estrutural, complexo e multifacetado, coloca-se, então, a questão de se saber qual o conceito de pobreza que melhor ajusta ao objeto desta pesquisa, aos princípios e ao conceito de economia solidária por nós adotados.

Normalmente o conceito de pobreza se prende ao acesso a bens materiais e simbólicos por parte dos diversos membros de uma dada comunidade ou sociedade. E este acesso pode ser considerado de forma absoluta ou relativa. No primeiro caso o conceito refere-se à insuficiência de bens acessados pelos membros de uma comunidade para terem uma vida socialmente digna, tendo frequentemente como mensuração uma determinada renda<sup>25</sup>. No segundo, refere-se a uma comparação no acesso aos bens por parte dos membros de uma comunidade considerando-se pobres os que se encontram na base da pirâmide social<sup>26</sup>.

É nosso entendimento que o conceito de pobreza, formulado por Demo (2003), associado à ideia do PNUD de conceber desenvolvimento como oportunidade, consubstancia e sinaliza um caminho para uma abordagem mais inteligível possível do árduo e complexo processo de luta para erradicação da pobreza e, conseqüentemente, para a construção, a nível das localidades rurais, de condições de vida mais justas e igualitárias para os seus habitantes.

Demo (2003) propõe uma nova visão e uma nova compreensão do fenômeno da pobreza, e sugere elementos para a definição e operacionalização de uma estratégia mais adequada aos objetivos da luta para sua erradicação. Argumenta que,

atualmente, dois aspectos principais são realçados nos estudos sobre pobreza: sua base material ou o problema da renda e a vulnerabilidade crescente de grandes majorias, observada geralmente por intermédio do prisma da 'exclusão social' (DEMO, 2003, p. 34-35).

---

<sup>25</sup> No caso do Brasil normalmente se considera pobre aquelas pessoas que vivem com um valor igual ou menor que meio salário mínimo por mês. Distinto do conceito de indigente que viveria com um valor igual ou menor que um quarto de salário mínimo. Mas este conceito não é aceito por todos os estudiosos do assunto, ver a este respeito Rocha, 2005, pp. Xxx.

<sup>26</sup> Ver Nascimento, 2006, p. 22.

Porém, carência material não torna pobreza uma questão social (CASTEL, 1998), porquanto esta surge quando a pobreza se apresenta como desigualdade, marginalização, repressão. E ainda, conforme Nascimento (2000), quando a desigualdade é percebida como injusta.

Demo (2003) tenta mostrar que, à base material<sup>27</sup> da pobreza - o problema da renda e o da vulnerabilidade crescente de grandes majorias -, é forçoso acrescentar outras, em particular a política, a partir da hipótese de que o cerne mais duro da pobreza é político. “A pobreza política é uma dimensão perversa e dominante da constituição da identidade do pobre” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 159). Assim, pobreza extrema não é apenas não dispor de bens essenciais, mas, sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar seu destino. Nega-se não só o acesso aos bens materiais, mas principalmente a autonomia emancipatória ou seja, a capacidade de lutar pela vigência de seus direitos.

Disso resulta claramente que não é possível combater a pobreza sem o pobre, conservando-o como objeto de esmolas ou simples beneficiário. Explica Demo que, antes de tudo, é preciso conseguir que o pobre se faça sujeito da sua própria história, sabendo ler criticamente sua condição social, atendendo que pobre irremediável é quem sequer consegue saber que é pobre, atribuindo sua condição à vontade de Deus, ao destino, a mau jeito ou à falta de sorte, como se fosse natural e incontornável ser pobre.

Nesse sentido, o conceito de pobreza política questiona o entendimento usual de pobreza como simples carência ou vulnerabilidade material. Portanto, na abordagem do fenômeno da pobreza é imperativo considerar a pobreza material e a pobreza política como duas das faces ou dimensões relevantes do (mesmo) problema.

Rocha (2006), ao problematizar a questão da pobreza, argumenta que os conceitos de pobreza a serem adotados, devem levar em conta as especificidades dos países, nomeadamente, o nível de desenvolvimento socioeconômico atingido e as tradições culturais. Tal como Sen e Demo, também evidencia as reconhecidas fragilidades inerentes à variável renda como indicador-chave para delimitação e compreensão do fenômeno da pobreza, introduzindo em sua análise a abordagem de necessidades básicas.

---

<sup>27</sup> Segundo Demo (2003), geralmente pesquisadores e técnicos da área da pobreza tendem a se fixar nos aspectos materiais da pobreza e apenas na renda, pela fato de metodologicamente ser mais fácil formalizar dados empíricos quantificáveis.

Por seu lado, Sen (2000), defende que existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas, no pressuposto de que a perspectiva da capacidade na análise da pobreza permite melhorar o entendimento da natureza e causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios para os fins e para as liberdades das pessoas de poder alcançar esses fins.

Portanto, foi através de uma tentativa de potencializar os vínculos e complementaridades existentes entre as diferentes abordagens sobre o problema da pobreza e a partir de uma perspectiva teórico-conceitual transdisciplinar que construímos e definimos o conceito da pobreza que nos permitiu apreender o essencial do fenômeno no contexto das práticas sociais nas comunidades rurais objeto investigação empírica.

#### **1.2.4. Cooperação Estado e sociedade civil**

Segundo Pereira (2008) o Estado é um conceito complexo, um fenômeno histórico-relacional, um meio - não um fim - que interage com outros meios para atingir objetivos que os transcendem. Portanto, o Estado não é auto-suficiente e goza de uma autonomia relativa, que será maior quanto menos democrático for. Dessa perspectiva de análise, decorre que só podemos entender o Estado pelas suas interdependências, dentre as quais a que mantém com a sociedade, seu principal oponente e complemento.

Assim sendo, a autora entende que a relação entre o Estado e a sociedade é essencialmente marcada por uma dinâmica de constante e simultâneo antagonismo e reciprocidade, sendo seus liames, por conseguinte tensos. Argumenta ainda que o carácter contraditório da instituição estatal consiste em exercer a dominação pura nas situações em que a autoridade pública precisa ser mantida e preservada e, por outro lado, fazer uso de mecanismos de consenso para se legitimar e fortalecer perante o conjunto da sociedade, atendendo demandas e necessidades das classes subalternas, nomeadamente das ONG e associações de base comunitária. Portanto, tanto o Estado como a sociedade se configuram como entidades dotadas de particularidades e interesses próprios, embora interdependentes e sem autonomia absoluta.

É por isso que se, por um lado, a cooperação com as instâncias estatais pode oferecer às ONG e associações de base comunitária a possibilidade de intervir nas políticas públicas, de alcançar maior participação na implementação de programas governamentais e

de mobilizar fundos<sup>28</sup>, por outro lado, há o perigo das Associações e ou ONG serem enfraquecidos ou desmobilizados por tentativas de instrumentalização e cooptação e destas relações de cooperação não serem refletidas ou avaliadas de uma forma suficientemente crítica. Nesta circunstância, é imprescindível a existência de um permanente controle de parcelas organizadas da sociedade sobre atos e ações dos governos, que incluem demandas ou imposições do capital atendidas pelos mesmos.

### 1.2.5. Estado democrático

Na perspectiva de Chaniel,

A democracia (...) não se resume ao governo do povo para o povo. Define-se mais propriamente como o governo do povo para o povo e pelo povo. É neste ‘pelo povo’ que se exprime o ideal de cidadania, ou seja, o ideal de auto-regulação, de autonomia política, a capacidade de aplicar a si próprio sua lei (CHANIAL, 2004, p. 58).

Entretanto, ele reconhece que o processo de mundialização neoliberal ameaça os direitos arduamente adquiridos, nomeadamente os direitos sociais, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, o que exige a atribuição de um novo sentido à exigência democrática e cidadã. Assim, cabe aos cidadãos a função de desempenhar um papel crítico, um controle democrático do Estado, diria Demo (2003), de assegurar o desdobramento de uma outra força de regulação social que constitui a solidariedade, no entendimento de que “se as velhas noções do espírito público, de compromisso com o bem comum, com o interesse geral tem ainda um sentido, elas pressupõe a ética da responsabilidade e da solidariedade” (CHANIAL, 2004, p. 65).

Na mesma linha de pensamento, mas numa postura mais pragmática, Singer (2004), argumenta que cabe ao Estado, como representante democrático da sociedade, defendê-la contra sua divisão entre ricos e pobres, poderosos e fracos. Para isso, o Estado já dispõe de instrumentos, dos quais os mais importantes são os impostos sobre a renda e a propriedade e a transferência de recursos públicos aos carentes.

---

<sup>28</sup> Sendo certo que a pressão por parte da sociedade civil e o trabalho de *lobby* por parte das ONGs são frequentemente necessários para ampliar os espaços de participação da sociedade civil, influenciar a configuração de processos participativos, propagar e legitimar novas formas de participação.

O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue, e isso sem destruir os incentivos para que os produtores se esforcem em oferecer aos compradores a melhor qualidade e quantidade pelo melhor preço (SINGER, 2004, p. 12).

Por seu turno, Martins (2004) destaca as mudanças em curso nas estruturas do Estado no contexto da ordem pós-nacional, designadamente as políticas de descentralização política e administrativa que estão colocando novos desafios à gestão estatal. Consistem especialmente na necessidade do Estado estabelecer alianças e parcerias com organizações da sociedade civil, nomeadamente, as organizações não-governamentais e associações comunitárias de desenvolvimento, o que tem contribuído para estimular diversas mobilizações cívicas e autonomizantes, possibilitando assim a tessitura democrática de uma esfera pública autônoma do Estado.

Procurando evidenciar a estreita relação entre os conceitos operacionais: *Cooperação Estado e sociedade civil* e *Estado democrático* sustentamos em Chanial, na tese em que, corroborando a favor da cooperação e da solidariedade entre o Estado e a sociedade civil, esclarece que a política da sociedade civil, por exigir garantias jurídicas (um sistema de direitos fundamentais instituídos e aprovados) não é auto-suficiente. Assim sendo, não há sociedade civil sem comunidade jurídica e, de igual modo, a sociedade civil não é plenamente independente do Estado ou seja, não há sociedade civil sem a comunidade política.

Certamente, o Estado democrático depende hoje primeiramente da vitalidade da vida associativa na sociedade civil. Mas, por outro lado, uma sociedade civil democrática apenas pode desabrochar-se em um Estado democrático. As suas associações não poderão desenvolver-se, reforçar a participação quotidiana da maioria, incentivar as pessoas a ajudar a si mesmas, sem a ajuda do Estado (CHANIAL, 2004, p. 68).

Desse ponto de vista, só um *Estado solidário* poderá reforçar e ajudar uma *sociedade solidária*.

### **1.2.6. Associações comunitárias de desenvolvimento**

São organizações sociais não-capitalistas, que se estruturam, organizam e funcionam de acordo com os princípios de economia solidária, acima mencionados, em comunidades nas quais as atividades predominantes são agricultura, pecuária, pesca, pequenas e micro-empresas, de cariz formal e informal, de produção, comercialização e prestação de serviços e produtos diversos.

Além das atividades de geração de renda, é ainda objetivo dos trabalhadores associados a promoção de atividades que normalmente se denominam de desenvolvimento comunitário, ou seja, aquelas atividades cuja finalidade é a satisfação de outras necessidades humanas como educação, saúde, formação e aperfeiçoamento profissionais, ambiente, cultura e lazer, promovidas de maneira formal ou informal, isolada ou em parceria com outras entidades, cujo objetivo é a satisfação das necessidades imateriais de seus integrantes e da comunidade local.

Esses empreendimentos comunitários são, de uma maneira geral, alternativas de renda para pessoas marginalizadas do mercado formal de trabalho. Seus integrantes, em geral, têm baixa ou nenhuma escolaridade (em alguns casos), precária ou nenhuma qualificação profissional. A participação das mulheres é geralmente superior a dos homens; localizam-se, nas periferias dos centros urbanos, mas principalmente, no campo.

Têm como parceiros privilegiados entidades como: o governo, a cooperação internacional bilateral, multilateral e descentralizada, os municípios, as ONG estrangeiras.

### **1.3. A Perspectiva teórica**

Pela complexidade e singularidade da economia solidária, a questão que se nos coloca no âmbito da pesquisa que conduziu a elaboração desta tese de doutorado é a de se saber quais das ferramentas conceptuais disponíveis são as mais adequadas a apreender e compreender, nomeadamente, a tensão entre lógicas distintas inerentes ao fenômeno de economia solidária.

A proposta apresentada pelos autores, designadamente Caillé, Godbout, Laville, Singer, França Filho e Dzmira, com a qual a preocupação deste trabalho compartilha, é a de se sustentar a análise dessas experiências de economia solidária no paradigma da dádiva, “em virtude do mesmo permitir ultrapassar o triplo reducionismo economicista-

mercantil, utilitarista - positivo - e metodológico, sob o qual estas experiências de economia solidária não se deixam apreender nas suas várias dimensões: econômica, social, política e cultural” (FRANÇA FILHO; DZMIRA, 2004, p. 148).

Assim, a perspectiva teórica que adotamos no âmbito deste trabalho é a da sociologia da dádiva, na linha da abordagem dos autores como Caillé e Godbout, disseminada entre nós por Paulo Henrique Martins e Brasilmar Fereira Nunes, entre outros, e a da economia solidária, como a compreende Santos, Singer, Laville e outros.

Segundo Martins e Nunes (2004)<sup>29</sup>, Marcel Mauss ao sistematizar a teoria da dádiva no seu célebre *Ensaio sobre a dádiva*, de 1923, resgatou uma ideia antiutilitarista extremamente importante para a existência das sociedades arcaicas, tendo igualmente demonstrado a sua relevância para a sobrevivência das sociedades modernas, consubstanciada na fórmula da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

No entanto, segundo os pensadores do MAUSS<sup>30</sup>, nos tempos atuais, a importância desta tríplice obrigação para a compreensão dos vínculos sociais ficou, de certo modo, esquecida devido à força exercida pela ideologia do utilitarismo econômico sobre o indivíduo moderno. Porém, ao se tornar evidente o impacto negativo do neoliberalismo sobre as perspectivas de sobrevivência das sociedades nacionais, sobre uma distribuição mais igualitária e justa das riquezas em escala planetária e sobre a promoção da solidariedade humana como fator político e moral, surge, uma reação antiutilitarista visando, senão estancar, pelo menos contrapor-se às tendências desumanizadoras em curso. O paradigma da dádiva aparece, nesse contexto, como referência central para justificar as reações antiutilitaristas.

Os mesmos autores sublinham ainda que estudiosos de diferentes latitudes, vêm chamando atenção sobre o fato de que a dádiva não constitui uma teoria social a mais, na moda, mas a modalidade específica de produção da convivência não apenas entre os seres humanos, mas entre os seres vivos em geral. Justamente por isso, a dádiva não é uma mera teoria, mas um poderoso recurso paradigmático para compreender a formação, a natureza e a permanência dos vínculos sociais. Por isso, o paradigma da dádiva constitui importante recurso para o processo de procura de respostas a questões que estão à espera de soluções,

---

<sup>29</sup> Expressando as conclusões dos pensadores do MAUSS.

<sup>30</sup> Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais, escola filiada à tradição teórica de Marcel Mauss, criada em 1981, na Europa.



em particular, a de saber que orientação a crítica antiutilitarista deve tomar na presente conjuntura mundial.

Para corroborar a tese quanto ao vigor potencial compreensivo e explicativo do paradigma da dádiva, Caillé elucida com a reflexão de que

De saída, a referência a M. Mauss nos tinha principalmente servido para sedimentar a crítica do utilitarismo e do economicismo, corroborando a intuição, por si mesma evidente, que na ação social, certamente entra cálculo e interesse, material ou imaterial, mas não há somente isso: encontra-se também obrigação, espontaneidade, amizade e solidariedade, em suma dom. Mas, pouco a pouco, fomos levando sempre mais a sério, e desta vez de forma positiva, a descoberta, que Mauss nos parece ter feito, de uma certa universalidade daquilo que ele denominava a tríplice obrigação, para os seres humanos, de dar, receber e retribuir (CAILLÉ, 2002, p. 15).

Quanta a relevância, onipresença e perenidade da dádiva na sociedade moderna, a argumentação e os exemplos apresentados por Godbout são, do nosso ponto de vista, suficientemente esclarecedores, traduzidos nos seguintes termos:

A ideia que pouco a pouco se nos impôs é que a dádiva é tão moderna e contemporânea quanto característica das sociedades primitivas; que ela não se refere unicamente a momentos isolados e descontínuos da existência social, mas a sua totalidade. Ainda hoje, nada pode se iniciar ou empreender, crescer e funcionar se não for alimentado pela dádiva. Começando pelo começo, ou seja, pela própria vida, pelo menos ainda por enquanto nem comprada nem conquistada, mas realmente dada, e dada geralmente no seio de uma família, legítima ou ilegítima. No entanto, tudo leva a crer – não importa o que digam os sociólogos do interesse e do poder – que as famílias se dissolveriam instantaneamente se, repudiando as exigências da dádiva e da contradádiva, elas passassem a se assemelhar a uma empresa ou a um campo de batalha. Passando pelas relações de amizade, de camaradagem ou de vizinhança, as quais tampouco se compram, se impõem pela força ou se decretam, mas

pressupõem reciprocidade e confiança; e terminando, provisoriamente e para não alongar uma lista que poderia ser interminável, pelas empresas, administração ou a nação, as quais pereceriam todas rapidamente se os assalariados não dessem nada além daquilo que o seu salário rende, se os funcionários não dessem alguma prova de espírito público e se um número suficiente de cidadãos não estivessem prontos a morrer pela pátria (GODBOUT, 1999, p. 20-21).

Na perspectiva de Caillé (2002), seria errôneo acreditar que a descoberta de Mauss só se refere às sociedades arcaicas e que o dom antropológico já não existiria hoje a não ser sob a forma de sobrevivência. Diz a autor que nas sociedades arcaicas a modalidade de sociabilidade prevalente denomina-se por sociabilidade primária que é o tipo de relação social em que a personalidade das pessoas é mais importante que as funções que elas desempenham - o que não impede que essas funções existam e sejam importantes. Por seu turno, na modernidade, denomina-se de sociabilidade secundária, o tipo de relação social submetido à lei da impessoalidade - como ocorre no mercado, no direito ou na ciência -, onde as funções desempenhadas pelas pessoas têm mais importância que a sua personalidade.

A tese que argumenta e defende a possibilidade da existência da dádiva nas sociedades modernas, formulada por Caillé, é sintetizada e apresentada na forma de três hipóteses. A primeira hipótese enuncia que sob uma forma transposta, a tríplice obrigação continua estruturando a esfera da sociabilidade primária, a das redes interpessoais (família, o círculo dos vizinhos, amizade, associações de conhecimento mútuo). Nos termos da segunda hipótese, a tríplice obrigação (dar, receber e retribuir) continua agindo vigorosamente até no seio da sociabilidade secundária, de tal sorte que, nenhuma empresa, privada ou pública, nenhum empreendimento científico poderia funcionar se não mobilizasse, em benefício próprio, as redes de primariedade cimentadas pela lei do dom.

Neste sentido, é possível uma articulação e um diálogo com a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento (ZAOUAL, 2006), no que se refere à natureza paradoxal do mercado, que consiste no fato dele precisar daquilo que a sua própria lógica destruiu: a confiança! Aliás, o empreendedorismo contemporâneo mostra que todas as dimensões negligenciadas pelos modelos físico-financeiros de gestão e a economia em geral desempenham um papel fundamental no dinamismo econômico: ética, identidade e

solidariedade de grupo, tradições e culturas de comunidade, vínculo familiar e ético, rede de pertencimento, efeitos sociais e espaciais do território, etc. Enfim, exemplos de *entidades qualitativas* de que precisa o próprio sistema para se desdobrar com a máxima certeza.

E, por último, a hipótese de que a modernidade está assistindo ao desenvolvimento de uma forma inédita de dom, o dom aos estrangeiros, na qual ele já não serve para dar origem ou para consolidar relações interpessoais estáveis, quase comunitárias, mas alimenta redes abertas potencialmente ao infinito, muito além do interconhecimento concreto. Além do mais, a dádiva moderna não se funda em uma obrigação moral da classe abastada para com o povo. Pessoas de qualquer meio social participam dessa dádiva moderna, não somente monetariamente, mas também sob a forma de dádiva de tempo: atividades de escuta, visitas, acompanhamento de pessoas idosas, etc.

Caillé (2002), referindo ao papel do político nesse processo, ressalta que no quadro da microssociedade, fundada sobre o interconhecimento, o político coincide com o dom. Por outro, o político é efetivamente a matriz dessa aliança generalizada para além do interpessoalidade, funcionando, na macrosociedade, como um equivalente do dom, considerando que, embora conserve o seu espírito não se reduz, contudo, ao dom de pessoa a pessoa, ou seja, ao que poderia ser um dom primário. Portanto, conclui que “o paradigma do dom e do simbolismo é igualmente um paradigma do político”; e que “o dom é a forma que a política reveste na microssociedade”; e que “o político é aquilo que permite a generalização do dom na macrosociedade” (CALLÉ, 2002, p. 147) ou seja, na modernidade.

### **1.3.1. O delineamento do paradigma do dom**

Na perspectiva de Caillé (2002), a superação de uma boa parte dos impasses em que se encontram as ciências sociais, os debates da filosofia moral e política e a própria vida política, passam pelo ato de levar a sério e por uma exploração metódica de todas as implicações da descoberta de Marcel Mauss.

Sendo o dom<sup>31</sup>, segundo Caillé (2002), por natureza, aquilo que permite superar a antítese entre o eu e o outro, entre obrigação e liberdade, entre a parte do herdado e a parte

---

<sup>31</sup> Os autores que compõem este quadro teórico utilizam *dádiva* e *dom* como noções sinônimas.

do legado a receber, compreender-se-á facilmente que pensar segundo o dom implica aprender a superar a tensão gerada da oposição não resolvida entre os dois grandes paradigmas em que se dividem as ciências sociais: o paradigma individualista (utilitarista, contratualista, instrumentalista), que imagina explicar a totalidade do social tomando o indivíduo como ponto de partida e o paradigma holista segundo o qual o conjunto das ações individuais ou coletivas parece ser comandado por uma totalidade social sempre preexistente aos indivíduos (funcionalismo, culturalismo, estruturalismo).

Por conseguinte, segundo Caillé (2002, p. 19), a totalidade social não preexiste aos indivíduos nem estes a aquela; o indivíduo e a totalidade são ambos mutuamente transcendentais. O que na verdade se necessita é de meios intelectuais que nos possibilitem apreender e compreender o que ele denomina de, “essa dupla transcendência cruzada, esse duplo englobamento do contrário”. Portanto, “a superação da antinomia se dá com a conquista, o esclarecimento e a colocação em evidência de uma maneira de questionar especificamente sociológica” (CAILLÉ, 2002, p. 12).

Holismo e individualismo têm, com efeito, um traço comum que é pensar a sociedade segundo um eixo vertical. Nos dois casos é necessário supor que um dos dois termos preexiste à geração e seria assim transcendente à realidade que gera. Em contrapartida,

Raciocinar em termos de interacionismo do dom, de pensamento do político, significa ao contrário adotar um ponto de vista radicalmente imanente, horizontalista, espinoziano, e mostrar como é pelo mesmo movimento que se produzem ou se reproduzem os termos opostos (...) ‘no início’ - isto é, a todo momento, agora, não há nem indivíduo nem sociedade - nem natureza nem sociedade, diria B. Latour - mas a (inter)ação dos homens concretos. Mas a práxis, diria o jovem Marx de A Ideologia Alemã (CAILLÉ, 2002, p. 66-67).

Portanto, uma sociologia e uma filosofia maussiana do dom não procuram imputar à ação outra coisa senão seus próprios determinantes positivos e normativos imanentes. Neste sentido, constituem uma verdadeira sociologia e filosofia da práxis.

Nessa perspectiva, colocando em evidência o componente normativo do paradigma do dom, Caillé (2002) defende, que existe uma forte correlação entre a adoção do

paradigma individualista e uma certa predileção pelo liberalismo econômico e político e, reciprocamente, entre a escolha de uma abordagem holística e, no mínimo, a existência de certas reticências em face do liberalismo econômico. Assim, os individualistas almejam abandonar ao livre jogo do mercado a organização da maior parte da existência do social. Quanto aos holistas, pelo contrário, mostrarão preferência por um Estado que tenha um papel importante no jogo social.

Porém, Caillé (2002), em referência aos que interpretaram a sua crítica, a hipertrofia da economia do mercado, a hipótese da naturalização do mesmo e as dúvidas colocadas sobre a capacidade da ciência econômica para analisá-la, como uma pretensão ou desejo de substituí-la por uma economia totalmente outra, fundada sobre o dom e a gratuidade, por exemplo, defende argumentando que

Como Marcel Mauss, não preconizamos de jeito nenhum a abolição de mercado ou do Estado, mas pensamos em sua reinserção em uma ordem social e política que sintonize com o senso comum. Pensamos em seu reenquadramento, em seu reembedding, como diria K. Polanyi (CAILLÉ, 2002, p. 70-71).

Para Caillé (2002), uma das razões teóricas fundamentais para isso é que nem a economia de mercado nem a economia pública, nem o capitalismo nem o Estado são incomensuráveis e absolutamente estranhos à economia ou sociedade do dom. O princípio da economia de mercado - o interesse (e, em segundo lugar, a liberdade) e o princípio da economia pública - a pressão ou a coerção (e, em segundo, lugar a igualdade) encontram-se presentes no registro do dom. E a singularidade do dom não é certamente negligenciar o interesse e a coerção, a liberdade ou a reciprocidade, mas misturar todos esses princípios, temperando-os uns com os outros, onde a modernidade deixa cada ordem obedecer a seu próprio princípio. Não existe, portanto, segundo Caillé (2002), um modelo da economia do dom que se possa como tal contrapor ao do mercado ou da economia estatal. E isso, segundo o autor, implica a necessidade de precisar melhor em que sentido seria possível procurar definir um paradigma do dom.

Nesse sentido, Caillé (2002) insiste que o paradigma do dom não pretende propriamente analisar como se gera o vínculo social nem a partir dos indivíduos (individualismo metodológico) nem a partir de uma totalidade social (holismo), mas de

algum modo a partir do seu meio, horizontalmente, em função do conjunto das inter-relações que ligam os indivíduos e os transformam em atores sociais. Segundo Caillé, a aposta sobre a qual repousa o paradigma do dom é que

O dom constitui o motor e o performador por antonomásia das alianças. O dom é que as sela, as simboliza, as garante e lhes dá vida. (...) é dando que se declara concretamente disposto a tomar parte no jogo da associação e da aliança e que se solicita a participação dos outros nesse mesmo jogo. (...) A obrigação que o dom nos impõe é de fato uma espécie de exortação, (...) uma exortação à ação, (...) à individuação e a manifestação pessoal. E se em toda a sociedade, em um momento dado, é o peso dos hábitos e do ritual que parece predominar, bem se pode ver que, a longo prazo, e na escala da história, é a liberdade que triunfa e desfaz todo o instituído abrindo sem cessar novos campos de possibilidades, irreduzíveis às prescrições oblativas originais. O dom é o agente dos possíveis sociais e históricos (CAILLÉ, 2002, p.19- 20).

Segundo Caillé (2002), Marcel Mauss fez uma dupla descoberta, sustentada na tese de que

Em muitas sociedades arcaicas, talvez em toda parte, é rivalizando em dons que os seres humanos se ligam e constituem a sociedade, trocando bens que não possuem um valor utilitário mas simbólico, é também porque, desde há muito, ele tinha ao mesmo tempo generalizado e radicalizado a idéia durkheimiana segundo a qual ‘a vida social não é possível a não ser por um vasto simbolismo’; e os símbolos, segundo as palavras de Claude Lévi-Strauss, são ‘mais reais que aquilo que simbolizam’ (CAILLÉ, 2002, p. 20-21).

Caillé (2002) argumenta que para estar em condição de compreender e descobrir empiricamente como o vínculo social é tecido de dons, que só ganham valor simbolicamente, era ainda necessário ter compreendido, para além de Durkheim, que não se dá, de um lado, a realidade social e do outro as representações coletivas ou os símbolos, mas que a um nível mais profundo, é a própria realidade social que deve ser concebida

como intrinsecamente simbólica. E, assim, a descoberta da coextensividade do dom e do símbolo.

Entretanto, do seu ponto de vista, Mauss radicaliza essa concepção da natureza simbólica da relação social inferindo com isso suas implicações positivas e negativas. Assim, contrariamente à conceptualização durkheimiana do sagrado e do profano, Mauss não cansará, com efeito, de insistir sobre a estreita imbricação entre o utilitário e o simbólico, o interesse e o desinteresse, de tal modo que também questiona a oposição durkheimiana radical entre o sociológico e o psicológico, com o argumento de que do social para o individual não se dá ruptura, mas gradação e tradução recíproca, com os simbolismos constitutivos de um dos planos se deixando traduzir nos do outro.

Aliás, segundo Caillé (2002), o próprio curso da investigação evidencia que a oposição entre as coisas e as pessoas não tem sentido nem alcance a não ser aos olhos do nosso direito moderno, e que em todos os outros lugares é a confusão das dimensões reais e pessoais que predomina. Assim sendo, os fatos sociais não podem verdadeiramente ser mais considerados como simples coisas.

Os fatos sociais, poder-se-ia dizer, para resumir da melhor forma possível a especificidade da abordagem maussiana, passam a ser totais (Tarot,1996) e não devem mais ser considerados como coisas e sim como símbolos. E este conselho não tem um alcance apenas metodológico, mas principalmente socioontológico. (...) é necessário tratar os fatos sociais como símbolos porque sabemos que esta é precisamente de fato a sua natureza (CAILLÉ, 2002, p. 39).

De resto, Caillé se questiona mesmo sobre o porquê do paradigma uma vez que, contrariamente aos dois primeiros, o individualismo metodológico e o holismo, o principal mérito do paradigma do dom consiste em abrir questões, realizar pesquisas em vez de pretender ter a priori respostas para tudo (sob a forma de verdades abstratas e atemporais). Entretanto ele justifica que por mais anti-sistemática que pretenda ser o paradigma do dom, é necessário fixar com um pouco de sistematicidade as modalidades de um pensamento do concreto e concatená-las, mesmo que frouxamente, numa forma de paradigma, ainda que seja antiparadigmática.

Sobre o por quê do paradigma do dom (paradigma do simbolismo, da associação, da aliança, do político, do jogo, etc.), todos estes termos remetem a uma mesma maneira fundamental de pensar), explica que sob múltiplos aspectos seria, com efeito, mais preciso falar de paradigma primeiro ou primordial. Sustenta que o mercado de um lado, o Estado do outro, individualismo e holismo não se tornam inteligíveis a não ser como formas especializadas e autonomizadas de uma realidade maior e mais englobante desse fato social total que tem no dom a sua expressão por antonomásia.

Caillé começou a apresentar o esboço de sua idéia de um paradigma do dom, com base na hipótese de que “existe com certeza em Mauss, uma teoria sociológica vigorosa e coerente, que oferece as grandes linhas não somente de um paradigma sociológico (...), mas do único paradigma propriamente sociológico que se possa conceber e defender” (CAILLÉ, 2002, p. 43-44); uma hipótese tanto mais forte e frágil ao mesmo tempo por ser no fundo bastante precisa, a hipótese da universalidade ou pelo menos de uma certa universalidade da obrigação de dar, receber e retribuir e que liga intrinsecamente dom e simbolismo.

Portanto, na perspectiva de Caillé, o que confere ao pensamento de M. Mauss todo o seu vigor e fecundidade são os estreitos vínculos que ele estabelece (mesmo sem o dizer explicitamente e sem o explicar) entre a figura do dom, a temática do simbolismo e o seu conceito de fato ou de fenômeno social total. O enorme vigor potencial da análise maussiana advém do fato dela não se apresentar como resultado de uma construção especulativa, mas como o desvelamento da complexidade do próprio concreto.

Para corroborar a tese de Alain Caillé sobre os fundamentos do paradigma do dom, França Filho e Dzimira (2004) referem que Marcel Mauss no seu *Ensaio sobre a dádiva* (1998)<sup>32</sup>, fixa um duplo objetivo, ao mesmo tempo positivo e normativo:

Ao pesquisar a forma e a razão das trocas nas chamadas sociedades arcaicas, ele espera poder encontrar ‘um dos fundamentos humanos sob o qual são construídas nossas sociedades’, a partir do qual ele pensa poder ‘deduzir certas conclusões de moral sobre certos problemas colocados pela crise do nosso direito e da nossa economia’. Ele enxerga este fundamento na dádiva (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 148-149).

---

<sup>32</sup> Tradução da versão original publicado na revista francesa *l'Année Sociologique* em 1923.



Para Maus, segundo estes autores, a dádiva é incompreensível sob a figura do mercado:

Não se constata jamais simples troca de bens, de riquezas e de produtos ao longo de um mercado entre indivíduos, pois, em primeiro lugar, não são os indivíduos, são as coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam, e, em segundo lugar, o que eles trocam não são exclusivamente objetos úteis economicamente. São antes gentilezas, danças, festas onde o mercado é apenas um dos momentos e a circulação de riqueza apenas um dos termos de um contrato muito mais geral (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 149).

Para Filho e Dzimira (2004), em consonância com Caillé (2002), a dádiva é um fenômeno social total, por um lado, pelo engajamento da coletividade como um todo e, por outro lado, por se tratar de um fenômeno que atravessa todas as esferas da vida social. Portanto, “A dádiva não se reduz a um ato obrigatório isolado: as obrigações de dar, de receber e de devolver constituem os ‘três temas de um mesmo complexo’. A obrigação de dar está sempre acompanhada de duas outras, receber e devolver, sem as quais é a relação - o laço social - que se rompe” (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 150).

França Filho e Dzimira (2004) explicam que pelo fato da dádiva ser antiutilitária, antiacumuladora e antiequivalente, faz com que ela seja irredutível a uma relação mercantil, com base no argumento de que

Os objetos doados aceitos e devolvidos não se ‘trocam’ por serem úteis, nem em razão da sua equivalência monetária, mas por significarem, simbolicamente, a vontade de construir vínculo ou relação (*faire lien*). (...) A dádiva possui ‘valor de vínculo’. Assim sendo, o que está em jogo na dádiva não é o valor de uso (...) ou o valor da troca, (...) mas sim o valor das pessoas. Os objetos intercambiados não têm preço, senão aquele, *a priori* indeterminado, da honra e da grandeza daquele que dá, ou, ao contrário, da desonra e da vileza daquele que, tendo aceitado a dádiva, recusa-se a devolvê-la (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, 156).

Com Caillé partilham ainda a tese de que, sendo a dádiva uma relação constitutiva de pessoas e de grupos aos quais as pessoas se obrigam por seu livre consentimento, ela não se enquadra nos dois paradigmas dominantes em sociologia: o holismo e o individualismo metodológicos.

França Filho e Dzimira prosseguem explicando que as experiências associativas por gerarem projetos capazes de mobilizar as pessoas e sensibilizá-las no sentido de se reunirem em torno de objetivos comuns, não se acomodam no holismo, por este supor regras absolutamente transcendentais e no individualismo que, por sua vez, as supõe como sendo absolutamente imanentes. Disso decorre que compreender estas experiências, na perspectiva destes autores, supõe a reconciliação conceitual de três pares de figuras estreitamente ligadas e muitas vezes separadas e opostas de maneira dicotômica: a sociedade e o indivíduo, a transcendência e a imanência, a obrigação e a liberdade.

De resto, concluem, que em virtude das experiências associativas da economia solidária serem lugar de aprendizagem da vida em sociedade, momentos em que a igualdade é vivida como liberdade<sup>33</sup>, *espaços públicos* (HABERMAS, 2003; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004) autônomos alimentando a participação democrática, a dádiva ali se configura como experiência democrática. Por conseguinte, o contexto dessas práticas solidárias possibilita uma melhor compreensão da *relação intrínseca* entre associação e democracia. Portanto, assim como Caillé (2002), França Filho e Dzimira (2004, p. 156) defendem a existência de uma relação de identidade entre associação e democracia, afirmando que “elas são uma só e mesma coisa, mas em escala diferente. Esta relação não é outra coisa se não aquela processada entre a dádiva e a política, o modo sob o qual se instituem as sociedades, em pequena e grande escala”.

### **1.3.2. A dádiva e a economia solidária**

Conforme referimos, a opção pelo paradigma da dádiva, justifica-se, essencialmente, pela força crítica presente em sua capacidade de ultrapassar certas clivagens conceituais usuais em ciências sociais, as quais não permitem apreender o fenômeno da economia solidária.

---

<sup>33</sup> Em alguns casos por nós pesquisados, as relações hierárquicas, de poder e de dependência dos indivíduos, grupos e ou organizações face, nomeadamente, aos agentes externos é evidente o que, por enquanto, inviabiliza essa (ainda ideal de) vivência da “liberdade como igualdade”.

Para Santos (2002), qualquer análise que procure sublinhar e avaliar o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas deve ter em conta que, face ao seu caráter anti-sistémico, essas experiências e propostas são frágeis e incipientes. Daí a proposta de uma perspectiva de análise que o autor denomina de “*hermenêutica das emergências*”, uma abordagem que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas, ampliando e desenvolvendo as características emancipatórias dessas alternativas tornando-as mais visíveis e credíveis.

Na mesma linha, França Filho e Laville (2004) sublinham que sobre o termo economia solidária parece repousar um valor heurístico fundamental, aquele de pretender refletir uma tendência atual, verificada em diferentes partes do mundo, de proliferação de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil, com o intuito de produção de atividades econômicas de modo distinto daquela praticada no mercado. Segundo estes autores, não obstante suas diferenças significativas, relacionadas a cada contexto de sociedade, um traço comum que mais parece caracterizar tais iniciativas é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, e, ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural.

Sob a perspectiva da dádiva, França Filho e Dzimira (2004) propõem uma abordagem que procura relacionar economia solidária e dádiva tanto a nível teórico como prático. Nesse sentido, defendem a existência de um vínculo evidente entre estas duas realidades, postulando que a dádiva constitui um dos componentes fundamentais da economia solidária.

Definido na esteira de Godbout e Caillé como uma forma de circulação de bens e/ou serviços que não pertence ao circuito nem do mercado nem do Estado, e que se faz em nome do laço social, a dádiva é muitas vezes reduzida - sua existência - ao espaço das relações entre próximos, conhecidos: no seio da família, entre amigos, entre vizinhos etc. Entretanto a dádiva se faz também entre estranhos, desconhecidos (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 136-137).

Todavia, é sobretudo no nível do afrontamento das conseqüências da crise atual (do paradigma fordista e do Estado de bem-estar social)<sup>34</sup>, que se posicionam certas iniciativas associativas e cooperativas solidárias que constituem a economia solidária. Na perspectiva de Filho e Dzimira (2004), “a inovação destas experiências reside, assim, na manifestação da dádiva para além do espaço restrito da esfera doméstica. Assiste-se, através destas experiências, a uma espécie de ‘impulsão de reciprocidade’ no seio da esfera pública” (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 137).

França Filho e Dzimira (2004) insistem que a relação proposta entre economia solidária e dádiva não significa uma identificação simplista da economia solidária a uma espécie de economia da dádiva. Reiteram enfatizando que se trata de uma relação que transcende o envolvimento teórico-prático, visto que a participação da dádiva na economia solidária se manifesta, designadamente, por intermédio do trabalho voluntário-militante - dádiva de si mesmo, de seu tempo e, em certos casos, a exemplo dos clubes de trocas, que são uma das formas de economia solidária, a dádiva pode mesmo se constituir como elemento estruturante.

Segundo Singer (2004), pelo menos nas sociedades atuais, a economia da dádiva não constitui um modo distinto de produção, uma vez que os objetos e serviços que se tornam dádivas não são produzidos especialmente para este fim. Podem ser adquiridos no mercado ou produzidos no lar. Para Singer a economia da dádiva não se distingue pelas relações de produção (como é o caso do capitalismo, produção simples de mercadorias, economia pública, etc.), mas pelas relações de solidariedade que tece e reproduz.

Em certo sentido, a reciprocidade é o relacionamento básico entre os que trabalham na economia solidária, na medida em que todo tipo de associação autogestionária tem por fundamento a ajuda mútua, que não passa de um sinônimo da economia da dádiva (SINGER, 2004, p. 7).

Poderia-se pensar, de acordo com Singer (2004), que o modo solidário de produção fosse o correspondente marxista da economia da dádiva de Polanyi, que será tratada mais a frente. Porém, França Filho e Laville (2004) se distanciam dessa hipótese porque a partir

---

<sup>34</sup> “É precisamente quando estes dois principais agentes de regulação da sociedade começam a dar sinais de fraqueza na sua capacidade de satisfazer as necessidades, que outros fenômenos tomam corpo e se desenvolvem” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 21).

dos dados da análise histórica do ressurgimento<sup>35</sup> da economia solidária, nos anos de 1990, concluíram que a economia solidária, como resposta a crise do paradigma fordista e do Estado de bem-estar social, é um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais. Nessa perspectiva, defendem que

A economia solidária não constitui uma nova forma de economia que veria acrescentar-se às formas dominantes de economia mercantil e não-mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terciarização das atividades econômicas. O desafio é acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 73, apud SINGER 2004, p. 7-8).

Contudo, Singer (2002), fazendo uma história social da emergência, (Bourdieu, 2000) e constituição progressiva da economia solidária, refere que ela é uma invenção dos operários, nos primórdios do capitalismo industrial, no início do século XIX, como resposta à pobreza e ao desemprego. Segundo Singer, as cooperativas surgiram como tentativas dos trabalhadores de recuperar o trabalho e a autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

Nessa perspectiva, continua Singer, a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse tanto dos meios de produção como do capital (reconhecidos como a base do capitalismo) ou seja, a fusão entre trabalho e capital constitui o seu ato e princípio fundadores. Assim sendo, o empreendimento é propriedade dos trabalhadores que nela trabalham, sendo a sua propriedade dividida por igual entre todos, para que cada um tenha o

---

<sup>35</sup> Segundo Lechat (sem data), o “novo recobre, geralmente, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas, sendo objeto de uma ação consciente articulada e atraindo financiamentos, pesquisa e divulgação através da mídia”.

Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>>. Acesso em: 16 mai. 2012.

mesmo poder de decisão sobre ela. Por isso, sua finalidade básica não é a maximização do lucro, mas a quantidade e a qualidade de trabalho, e o capital da empresa solidária não é remunerado.

Então, para Singer (2002), a cooperativa de produção é a modalidade básica da economia solidária ao lado de outras modalidades, designadamente, as cooperativas de comercialização e de consumo. Porém, visando uma clarificação e precisão conceptual, Singer ressalta argumentando que economia solidária compõe-se de empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão, integrando assim a economia cooperativa ou social, sem, no entanto, confundir-se com as cooperativas que empregam assalariados. Por conseguinte, reitera que numa empresa solidária não pode haver separação entre trabalho e capital.

Importa ressaltar, que a abordagem que concebe e analisa as iniciativas e experiências de economia solidária enquanto projeto alternativo e viável ao capitalismo, retira sua força do pensamento crítico que, segundo Santos e Rodríguez (2002, p. 25), fundamentalmente, consiste na asserção de que

A realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que tem cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas (Santos 2000:23). Neste sentido, a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas como inviáveis (Wright, 1998).

Nessa perspectiva, é de se sublinhar a contribuição de Caillé (2005), que esclarece argumentando que a linha de clivagem mais forte opõe sem dúvida aqueles para os quais a economia solidária tem vocação a substituir integralmente o capitalismo e aqueles para os quais ela representa em definitivo uma nova forma de economia mista. Uma economia que articularia não somente economia de mercado e economia pública, mas que, deixando

subsistir completamente essas duas lógicas, as colocaria também ao serviço do setor associativo. Segundo Caillé (2005), é uma concepção deste tipo que defendem, em França, Laville e Barnard Eme (1996), vendo na economia solidária uma maneira de hibridar recursos públicos, recursos privados e energia recíproca, colocando a lógica da redistribuição que preside aos primeiros e a da troca que comanda os segundos sob a dominação do princípio de reciprocidade que constitui a alma das associações. Nesta concepção, vê-se claramente, que a economia solidária não tem vocação para abolir o mercado ou o Estado, mas sim de se posicionar ao seu lado - um lugar susceptível de ser quantitativamente importante, nomeadamente, lá onde mercado e Estado são particularmente deficientes.

No entanto, segundo Singer (2002), o que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Referindo-se ao caso brasileiro, Singer destaca que

economia solidária já firmou sua identidade e que, por isso, está em condições de se estruturar a nível local, regional e nacional. (...) Não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo (SINGER, 2002, p. 127).

A abundância de idéias e de experiências, segundo França Filho e Laville (2004), testemunha a imbricação entre debates e práticas para confrontar os caminhos através dos quais poderia consolidar-se uma economia solidária que constitua a finalidade em direção à qual tendem numerosos e díspares tentativas. Entretanto, para estes autores, qualquer que seja a diversidade das organizações iniciadas neste objetivo, sua especificidade pode ser medida através de dois traços fundamentais:

O “*agrupamento voluntário*”, (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, apud VIENNEY, 1994, p. 88), que se inspira na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica. A participação nesta atividade, não podendo ser separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento

econômico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas. A “*ação comum*”, por estar baseada na igualdade entre os membros, é o vetor de acesso ao espaço público, sob o registro de processos regulados pela solidariedade, que atribui aos membros capacidade de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional.

França Filho e Lavelle (2004), entendem que esta inscrição na esfera pública diferencia radicalmente a economia solidária da economia doméstica e da informal, uma vez que os serviços (públicos) de proximidade baseiam-se nas práticas quotidianas das populações ou seja, nas relações e trocas simbólicas que tecem a trama diária da vida local, nas aspirações, nos valores e desejos das pessoas que são os usuários.

Portanto, em virtude dessa dupla inscrição, ao mesmo tempo na esfera econômica e na esfera política,

A economia solidária mergulha suas raízes nas relações de pertencimento vividas que podem, inclusive, ser tradicionais. Entretanto, ela não se confunde com a economia tradicional, pois vai além do domínio privado, exprimindo no espaço público a reivindicação de um poder agir na economia, isto é, a demanda de uma legitimação da iniciativa, independente da detenção de um capital. Ela funda, assim, um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e que não distingue o que é da ordem da produção e da distribuição, combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 47).

Por conseguinte, para França Filho e Lavelle (2004), tanto na sua origem, na primeira metade do século XIX, quanto no seu recente ressurgimento, na década de 1980, a economia solidária constitui uma resposta ao agravamento da crise do trabalho, que nos tempos recentes vem minar as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades na modernidade, marcados pela sinergia entre Estado e mercado. Na sua perspectiva, “é justamente quando estes dois principais agentes de regulação da sociedade começam a dar sinais de fraqueza na sua capacidade de satisfazer as necessidades, que outros fenômenos tomam corpo e se desenvolvem” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 21).



Ainda a respeito, Santos e Rodríguez (2002) acrescentam que com o fracasso das economias centralizadas<sup>36</sup> e a ascensão do neoliberalismo, acadêmicos, ativistas, e governos progressistas de todo mundo têm recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa que surgiu no século XIX, no espaço urbano, com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas.

O autor explica que o ressurgimento do interesse pelas formas de produção solidárias em geral e pelas cooperativas de trabalhadores em particular, deve-se a quatro razões fundamentais relacionadas às condições econômicas e políticas contemporâneas que tornam o estudo e a promoção das cooperativas de trabalhadores uma tarefa prometedora para a criação de alternativas de produção emancipadoras. Primeiramente, ele considera que mesmo estando as cooperativas baseadas em valores e princípios não capitalistas, sempre foram concebidas e operaram como unidades produtivas capazes de competir no mercado. Pois, “o cooperativismo considera que o mercado promove um dos seus valores centrais, a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 36). Em segundo lugar, Santos e Rodríguez defendem que as características das cooperativas de trabalhadores têm potencial para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, porque, por um lado, elas tendem a ser mais produtivas do que as empresas capitalistas, dado que os seus trabalhadores-proprietários têm maior incentivo econômico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho, por outro lado, essas cooperativas parecem ser especialmente adequadas para competir em um mercado fragmentado e volátil como é o caso da economia global contemporânea. Em terceiro lugar, continua Santos, visto que a característica essencial das cooperativas de trabalhadores é o fato destes serem proprietários, a difusão das cooperativas tem um efeito igualitário direto sobre a distribuição da propriedade na economia. Por último, ele argumenta que as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a

---

<sup>36</sup> Segundo Santos (2002) são modelos econômicos como o caso da ex-URSS (e seus Estados satélites do Leste Europeu) em que os meios de produção eram propriedade do Estado e as decisões sobre a produção eram um processo de negociação política em que os dirigentes da enorme burocracia estatal definiam as prioridades, metas e objetivos e os impunham através de um planejamento centralizado: planos quinquenais, que seguiram as nacionalizações, e supressão da oposição política ao partido comunista no poder, especialmente, na chamada *Era Stalin*. Nesses planos se decidiam que fundos seriam aplicados e quais seriam as áreas prioritárias.

comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista.

Em face desta constatação e, com base em França Filho e Laville (2004), propomos analisar o que caracteriza e define a emergência e o dinamismo do fenômeno da economia solidária na modernidade. Neste sentido partilhamos com estes autores a ideia de que o cerne da questão reside essencialmente no significado e na abrangência que o conceito de solidariedade assume na modernidade. Assim,

Pensamos que, tratando-se de economia solidária, e diferentemente do que ocorre com a solidariedade na sua acepção mais tradicional, tal como vivida no passado da maioria das sociedades humanas (e até mesmo atualmente, em muitos casos), ela, solidariedade, afirmada como uma ação voluntária das pessoas, projeta-se sobre um espaço público. Ou seja, os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração das atividades econômicas, porém com vistas ao enfrentamento de problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente etc. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 18).

Com isso, Filho e Laville (2004) querem sugerir a idéia de que a economia solidária tem por vocação combinar uma dimensão comunitária (mais tradicional), com uma dimensão pública (mais moderna), na sua ação, o que é particularmente evidente nos casos em que a ação associativa, fortemente baseada nos vínculos comunitários, ataca a resolução de problemas públicos concretos ligados às condições de vida das pessoas no contexto de um bairro, por exemplo.

Para os mesmos autores, é exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental.

Entretanto, eles reconhecem que esse esforço de tentar salientar e estabelecer os traços comuns à emergência do fenômeno na modernidade, não é feito sem dificuldades, considerando que enormes diferenças entre os distintos contextos de realidade, sejam em escala mundial, continental, nacional, regional e local, pesam significativamente sobre a

configuração das iniciativas. Além das nuances culturais que o próprio conceito de economia solidária pode assumir em diferentes contextos.

### **1.3.3. A economia e a solidariedade**

Para introduzir a abordagem da relação entre economia e solidariedade, conferindo-lhe uma maior inteligibilidade, adotamos uma questão formulada por Laville (2004) no seu texto: *Com Mauss e Polanyi rumo a uma economia plural*, tendo em conta a sua relevância para a abordagem do nosso objeto e a ênfase que dá à dimensão política do fenómeno de economia e de economia solidária em particular. Entretanto, o termo *política* aqui nós a adotamos na acepção de político enquanto conceito fundacional que, Vandenberghe (2004), inspirado em Arendt (2007) e Habermas (2003), define como “como a totalidade das atividades comunicativas que ocorrem na esfera privada e prolongam-se na esfera pública, quando os cidadãos se reúnem para discutir os fins da sociedade e os meios mais adequados para alcançá-los” (VANDENBERGHE, 2004, p. 99).

A questão em referência tem a seguinte formulação: pode a visão de uma outra economia, de um outro mundo, negligenciar uma reflexão sobre as condições democráticas de sua realização? (LAVILLE, 2004, p. 43)

Segundo Laville (2004) essa questão suscita reflexões e debates visando à compreensão e explicação das dimensões da atividade econômica oculta pela naturalização da economia dominante, para articular esse esforço de inteligibilidade com uma concepção das transformações sociopolíticas que se apóie sobre o debate público.

Por conseguinte, argumenta que não há um modo único de organização da economia que seria a expressão de uma ordem natural, mas um conjunto de formas de produção e de distribuição que coexistem ou seja, que “a realidade da economia é plural” (LAVILLE, 2004, p. 43).

Perspectiva Laville (2004) que a “referência a uma economia plural não é subentendida por nenhum pressuposto de consenso, constituindo uma grade de análise que apresenta a vantagem de respeitar os fatos e de poder atualizar tanto complementaridades como tensões e conflitos entre as polaridades econômicas” (LAVILLE, 2004, p. 47).

Nesse sentido, defende que “Polanyi e Mauss (...) abrem os caminhos para um projeto de emancipação que recusa o esquecimento do político, ao contrário do que

paradoxalmente vem fazendo a retórica revolucionária da eficácia” (LAVILLE, 2004, p. 43).

Enfatizando a atualidade de um projeto de economia solidária é de se ressaltar que, tanto no passado como no presente, esse projeto só é perceptível através da dupla inscrição na esfera política e na esfera econômica. Assim sendo, França Filho e Laville (2004), sugerem que na atualidade, a economia solidária pode, em parte, atenuar os efeitos devastadores para a democracia de uma mercantilização e de uma abstração das relações sociais.

Por outro lado, propõem que se no passado, quando se implantava uma sociedade industrial baseada no trabalho assalariado,

no plano econômico, ontém, a economia solidária constituiu uma abertura na direção de uma economia plural (...) hoje ela pode reatar esse élan original na passagem a uma sociedade de serviços, em particular, apoiando-se sobre formas plurais de trabalho, funcionando como um operador da integração das estratégias de repartição do emprego, de não diferenciação das formas de emprego e de multiplicação das formas de trabalho. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 92).

Entretanto, reconhecem os autores que essa proposta não constitui um receituário para a saída da crise do Estado providência e da economia capitalista.

Ainda, Polanyi (1977, apud LAVILLE, 2004, p. 43), “sublinha o valor heurístico de um retorno reflexivo sobre a definição da economia”. Com base em Caillé, ele refere que o termo econômico utilizado correntemente para designar um certo tipo de atividade humana oscila entre dois pólos de significação. O primeiro sentido, o formal, provém do caráter lógico da relação entre fins e meios. O segundo, ou o sentido substantivo, trata das relações e das interdependências entre os seres humanos e os meios naturais de onde extraem sua subsistência.

A economia como conjunto, reagrupando as atividades submetidas à necessidade, ou seja, as atividades de produção e distribuição de bens e serviços, confronta-se com a questão da escassez dos recursos disponíveis para satisfazer o número ilimitado de necessidades e de desejos humanos.

Diante desta exigência, o recurso ao mercado é apresentado, na ciência econômica ortodoxa, como a realização final de um processo que otimiza o destino e a repartição dos recursos (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 31).

Para os autores, esta visão que naturaliza o mercado é refutada pela sociologia econômica que, ao contrário, aborda a economia como uma construção sócio-histórica cuja forma atual não corresponde a uma realização final da evolução humana, mas a uma configuração particular que convém situar em relação àquelas que a precederam. Nessa perspectiva, Filho e Laville (2004) destacam a preciosa contribuição de economistas e etnólogos que olharam a sociedade moderna à luz das não modernas, nomeadamente a pesquisa de Polanyi (2000), ao distinguir quatro grandes princípios do comportamento econômico: o mercado autorregulado<sup>37</sup>, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade, os quais, segundo estes autores, podem resumir-se em três formas de economia, mercantil, não-mercantil e não-monetária.

Assim, França Filho e Dzimira (2004) argumentam que

são inúmeras as lógicas que perpassam a dinâmica dos empreendimentos de economia solidária, pois com a imbricação entre as dimensões social, econômica e política é a própria perspectiva de entendimento do funcionamento da economia real que deve ser complexificada. (...) É assim em termos de uma economia plural que devemos raciocinar, ou seja, em termos de uma economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 141-142).

Os autores postulam que o conceito de economia plural permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial, aquela regida prioritariamente pela

---

<sup>37</sup> Segundo Pereira (2008) não obstante Keynes não ter sido socialista foi, efetivamente, um forte oponente à crença liberal clássica de que o capitalismo fosse um sistema autorregulável e que as disfunções do mercado fossem sempre resultado de causas extraeconômicas. Argumentava que tal equilíbrio somente seria assegurado se um agente externo ao mercado - o Estado - regulasse variáveis chaves do processo econômico. Porém, como defensor convicto do capitalismo, sua doutrina não se identificou com o ideário socialista, uma vez que Keynes, ao contrário de Marx, não questionava os fundamentos e as contradições internas do modo de produção capitalista. Além disso, Keynes não apresenta uma teoria sobre o Estado, mas uma proposta em que este é concebido como um instrumento ao serviço da economia, do equilíbrio econômico entre a oferta e a demanda, da superação da crise com o estímulo ao “pleno emprego” (MONTANO; DURIGUETO, 2010).

solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional, ou neoclássica. Do seu ponto de vista,

Esta dimensão não deve ser desprezada, pois dela depende a sobrevivência de uma grande parte da população no mundo. Ao compreendermos assim o fenômeno, filiamo-nos à formulação polanyiana, que identificou quatro grandes princípios do comportamento econômico na sua obra *A Grande Transformação: o mercado autorregulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade*. Estes princípios podem resumir-se em três formas de economia (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 142).

Os três modelos institucionais correspondentes referidos por França Filho e Dzimira são os seguintes:

a) Uma economia mercantil fundada no princípio do mercado auto-regulado. Segundo França Filho e Dzimira, consiste num tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, “pois neste tipo de troca/relação o valor do bem - que se mede por seu preço - funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame - ou da relação social - que se busca numa lógica da reciprocidade” (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 142).

b) Uma economia não-mercantil fundada na redistribuição, que os mesmos autores reputam como sendo marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior - o Estado - que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los.

c) Uma economia não-monetária fundada na reciprocidade, que França Filho e Dzimira identificam como um tipo de sistema de relações de troca orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada e descrita por Marcel Mauss.

a dádiva compreende três momentos: aquele de dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigada, ela é essencialmente paradoxal (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 142).

Pois na prática, segundo estes autores, as economias de mercado além de não serem mercantis, sua prosperidade repousa sobre os pólos não-mercantil, designadamente, nas infra-estruturas financiadas pelos poderes públicos, e não-monetário ou pólo de reciprocidade, ou seja, sobre as relações familiares, de vizinhança, associativas, que contribuem de modo decisivo no processo de socialização dos indivíduos.

Na perspectiva de França Filho e Dzimira (2004), esta visão mais abrangente da economia implica compreender estes três pólos em sua complementaridade, simultaneamente criadores e consumidores de riqueza. Sublinham que nesta perspectiva da economia, sua redução à idéia do mercado, torna-se insustentável. Por conseguinte, argumentam França Filho e Laville, é o próprio mito do progresso, a crença no crescimento econômico como fonte exclusiva do desenvolvimento e da felicidade que é colocada em questionamento.

Por outro lado, ao partir de uma definição da economia solidária como conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania, o desafio que se coloca a este fenômeno, na perspectiva de França Filho e Dzimira (2004, CAILLÉ, 2005, EME, 2001), não é o de um substituto da ação do Estado. Ao contrário, seu objetivo é muito mais o de uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir uma reimbricação da economia num projeto político de integração social e cultural. É nesse sentido que França Filho e Dzimira consideram que a economia solidária apresenta-se como emanção de ações coletivas, buscando a instauração de novos modos de regulação. Segundo estes autores, na perspectiva da sociologia e da antropologia econômica, dois traços característicos fundamentais resumem a especificidade do fenômeno da economia solidária, erigindo ainda uma hipótese fecunda para sua interpretação como modo de regulação. Os traços em referência são: a hibridação de economias e a construção conjunta da oferta e da demanda.

Para Laville (2004, FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; CAILLÉ, 2005; EME, 2001) a hibridação de economias é a combinação de diferentes princípios econômicos, que são também lógicas de ação, presente na maioria dos casos. Tal combinação deve-se à natureza distinta das diversas fontes de recursos mobilizados na prática dessas iniciativas.

França Filho e Laville (2004) explicam que tais recursos podem ser de natureza mercantil, pela venda ou prestação de serviços a particulares, pessoa física ou jurídica, o

que configura um recurso ao mercado; são também de natureza não-mercantil, mediante subvenções ou outros financiamentos a atividades provenientes do poder público ou outras instituições públicas, o que configura o ato de recorrer ao Estado ou às instituições públicas da sociedade civil; ou ainda de natureza não-monetária, pela participação voluntária de alguns membros, ou seja, a doação sob forma material ou humana - doação de tempo - que, por exemplo, constitui o recurso privilegiado de uma lógica de reciprocidade ou de uma lógica da dádiva.

Segundo estes autores, é essa hibridação de economias que permite, em muitos casos, a sustentabilidade e a perenidade dos projetos de iniciativas e experiências de economia solidária.

A construção conjunta da oferta e da demanda, segundo França Filho e Laville (2004), indica que, em matéria de economia solidária, a oferta e a demanda não podem harmonizar-se pela ação de uma mão invisível. A construção conjunta da oferta e da demanda indica que os serviços são concebidos e propostos em função de necessidades sociais reais expressas localmente. Ora isso se concretiza em virtude da interação entre os diferentes participantes da iniciativa e os seus estatutos particulares, que podem ser múltiplos ou difusos, isto é, ao mesmo tempo usuários e assalariados ou usuários e voluntários militantes. Daí a idéia de se pensar em termos de espaço público de proximidade como modo de concepção destes serviços, pois os debates concentram-se sobre os problemas reais enfrentados no quotidiano da vida das pessoas, favorecendo o exercício de uma dimensão política nestas experiências. Em suma,

a especificidade da economia solidária reside na hibridação de economias - dimensão econômica -, na prática de serviços solidários de proximidade - dimensão social - e na afirmação de sua ação enquanto projeto - dimensão política. A estas três dimensões cabe ainda acrescentar uma quarta, no sentido de reconhecer a importância da dimensão cultural. Ou seja, em muitos casos de economia solidária, os projetos empreendidos são emanção direta da vida cultural dos grupos implicados, incorporando seus costumes, valores e *savoir-faire*. Em outros casos, os próprios projetos definem-se em torno de atividades culturais, a exemplo dos cafés-concerto, restaurantes multiculturais de bairro, e algumas associações culturais. (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2004, p. 147).



Segundo França Filho e Laville (2004), apesar das diferenças fundamentais e dos contornos específicos que assume a manifestação do fenômeno em distintos contextos, nomeadamente, nos europeu e latino americano, pensam ser possível sugerir um quadro analítico geral. O que, entretanto, implica, na sua perspectiva, a desconstrução do modo habitual de conceber a economia no seu funcionamento real, que a reduz ao princípio mercantil. Para os autores, é, portanto, em termos de economia plural que se deve raciocinar.

Assim, França Filho e Laville (2004) argumentam que economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria a acrescentar-se às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição. Então, continuam os autores, este conceito de economia solidária se configura, como uma projeção ao nível micro e mesossocial deste conceito macrosocial de economia plural: designa efetivamente realidades micro e mesossociais, que constituem formas híbridas das economias mercantil, não-mercantil e não-monetária, e que não se deixam apreender sob a figura única do puro mercado, domínio conhecido e preferido apenas pelos economistas ortodoxos. Portanto, concluem que nestas experiências os recursos são plurais: mercantil pela venda de produtos ou prestação de serviços; não-mercantil, através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas governamentais ou não-governamentais; e não-monetário, através de contribuições voluntárias, de dádivas, principalmente sob a forma de benevolato - dádiva de si mesmo e do seu tempo.

Por outro lado, de acordo com França Filho e Laville (2004), economia solidária refere-se ainda a experiências em que o emprego não representa um fim em si mesmo, parecendo representar mais um meio para a descoberta de sentido na elaboração em conjunto de projetos econômicos.

Observa-se, então, segundo França Filho e Laville, que a vocação fundamental de um projeto de economia solidária, situa-se principalmente em dois aspectos. O primeiro, a hibridação de economias, refere-se ao cruzamento de lógicas próprio à dinâmica dessas formas de organização o que, na prática, não acontece sem dificuldades, donde resulta que ao mobilizar diferentes legitimidades, através de uma diversidade de fontes de recursos e, em suma, distintas racionalidades no plano da ação organizacional, estas iniciativas se desenvolvam num jogo de tensão permanente. Neste sentido, segundo os autores, constata-

se que a perenidade dos projetos de economia solidária, encarnados por suas formas de organização, se joga na capacidade que terão tais iniciativas de encontrar o equilíbrio na gestão desta tensão. Assim, segundo os mesmos, importa sublinhar, que esse equilíbrio implica a subordinação da dimensão instrumental da ação aos objetivos sociais e políticos, ou seja, a dimensão do projeto - na qual se encontra seu sentido. Alertam os autores que é exatamente quando se inverte o primado de uma racionalidade substantiva sobre aquela mais funcional ou instrumental é que aparecem as maiores dificuldades.

O outro grande desafio inerente a vocação de um projeto de economia solidária é, segundo França Filho e Laville (2004), o da afirmação de um agir no espaço público, o que implica ir além de uma dinâmica comunitária que restringe os benefícios da sua ação à própria organização e seus membros. Sublinham, entretanto, que a realização de tal vocação passa exatamente pela capacidade que terão essas iniciativas de afirmar um dos seus próprios fundamentos, que inclusive distingue, de modo central, o princípio de uma economia solidária do princípio mercantil ou da economia de mercado: o da construção conjunta da oferta e da demanda ou seja, tratando-se de economia solidária, os produtos e/ou serviços são propostos em função de demandas reais expressos localmente.

#### **1.3.4. O Estado e a dívida**

Segundo Martins (2004) a primeira grande dificuldade na abordagem das relações entre dívida e Estado consiste no fato de ainda não existir, entre os teóricos antiutilitaristas, uma reflexão aprofundada sobre o tema. Contudo, Martins justifica essa inconsistência teórica pelo fato dos estudos maussianos se terem, geralmente, restringido e focalizado o uso dessa teoria para a compreensão das modalidades de constituição do vínculo social no plano da sociedade civil.

Por seu turno, Pereira (2008) destaca que um fato notável no estudo da relação entre o Estado e a sociedade

É o tardio interesse teórico para com o Estado em ação, isto é, para com aquele tipo de Estado dotado de obrigações positivas que inevitavelmente o impelem a exercer regulações sociais por meio de políticas. (...) ao se privilegiar a igualdade substantiva a ingerência do Estado faz-se

imprescindível. Afinal, não se persegue a igualdade sem o protagonismo estatal na aplicação de medidas sociais que reponham perdas moralmente injustificadas. Da mesma forma, não se consubstanciam direitos sociais sem políticas públicas que os concretizem e liberem indivíduos e grupos tanto da condição de necessidade quanto do estigma produzido por atendimentos sociais descomprometidos com a cidadania (PEREIRA, 2008, p. 99).

No pensamento social do século XIX, segundo Pereira, só de forma indireta e superficial se referia ao papel ativo do Estado na sua relação com a sociedade, por um lado, pela fato de, na época, a ação estatal era socialmente restrita e, por outro lado, porque, implícita ou explicitamente, havia reservas intelectuais a respeito da possibilidade do Estado interferir nos assuntos da sociedade. Para enfatizar essa questão das resistências teóricas - clássicas e contemporâneas - ao Estado social, Pereira argumenta que

não é de admirar, pois, que entre eminentes pensadores sociais do século XIX – Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, (...) um possível Estado social representasse sério perigo ao exercício da liberdade ou da emancipação dos indivíduos, grupos ou classes subalternas (PEREIRA, 2008, p. 101).

Segundo Pereira (2008), Durkheim defendia que face a insuficiência do Estado em lidar com o problema da anomia da Europa moderna exigia-se a organização de corporações profissionais em contraposição à moral do progresso fundado no individualismo e à supremacia estatal.

A teoria weberiana sobre o Estado tem, segundo Pereira (2008), um cunho mais conceitual a analítico. Para Weber,

O Estado (...) é a única fonte do direito à violência, sustentado pelo consentimento dos dominados e por um quadro jurídico e administrativo que lhe confere poder, racionalidade e legitimidade. Assim, quanto mais desenvolvida e industrializada se torna uma sociedade mais ela tende a exigir o domínio racional-legal próprio do Estado moderno, indicando que a razão estatal é histórica, a despeito da tendência de se tornar cada

vez mais burocratizada para evitar que a sociedade seja manipulada por interesses pessoais. (PEREIRA, 2008, p. 103-104).

Relativamente as postulações clássicas de Marx e Engels, segundo Pereira, prevalece a ideia de que “a política social, associada a um Estado ativo, necessariamente não promove nem emancipa quem se encontra em posição socialmente desigual. Pelo contrário, ela funciona como meio para manter a desigualdade e perpetuar a dominação do Estado como um instrumento manejável pelos grupos do poder” (PEREIRA, 2008, p. 104).

Entretanto a autora esclarece que Estado sempre interveio politicamente na realidade social, mesmo nos regimes liberais mais ortodoxos visando o atendimento das demandas e necessidades, tanto da esfera do trabalho, como da esfera do capital.

Desse ponto de vista, segundo Habermas (2003), com a concentração de capital e intervencionismo, a partir de processo idêntico de uma socialização do Estado e de uma estatização da sociedade, surge uma nova esfera - o social - que se caracteriza por não ser verdadeiramente privada nem pública. Argumenta o autor que

Na mesma medida em que a esfera profissional se autonomiza, a da família se recolhe a si mesma: a mudança estrutural da família desde a era liberal é caracterizada menos pela perda de funções produtivas a favor de funções consumptivas e mais pela sua progressiva separação do contexto funcional do trabalho social de modo geral. (...) Os riscos clássicos, sobretudo desemprego, acidentes, doença, velhice e falecimentos, são hoje grandemente cobertos por garantias sociais do Estado (HABERMAS, 2003, p. 184).

Segundo Habermas (2003), hoje o membro individual da família é assegurado publicamente e, assim, ela é cada vez menos solicitada como agência primordial da sociedade e cada vez mais excluída do contexto imediato da reprodução da sociedade.

Nessa ótica, Laville (2004) sublinha que, em uma retrospectiva histórica, a interdependência evolutiva entre ações associativas e públicas é, por conseguinte, um dos principais ensinamentos a ser considerado e, por outro lado, uma realidade (relação) a partir da qual ele inscreve a origem, natureza e desenvolvimento do conceito de solidariedade.

Laville (2004) defende que solidariedade é um conceito central na resistência à sociedade de mercado, mobilizado para inventar proteções suscetíveis de limitar os efeitos perturbadores da economia capitalista e argumenta que a relativa democratização da economia, obtida após muita luta, ocorreu em nome da solidariedade. Sustenta, de acordo com Habermas (2003), que

O Estado elabora um modo específico de organização, o social, que torna praticável a extensão da economia mercantil, conciliando-a, de certo modo, com a cidadania dos trabalhadores. A segurança obtida advém, todavia, de um abandono da interrogação política sobre a economia. Entretanto, a relativa democratização da economia, obtida após muita luta, ocorreu em nome da solidariedade (LAVILLE, 2004, p. 49).

Laville (2004) apresenta duas modalidades distintas de solidariedade. Uma solidariedade *benevolente* que, na sua perspectiva, caracteriza-se normalmente por dom gratuito, isto é, sem reciprocidade e, sendo por isso, possuidora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção de desigualdades, apoiado nas redes sociais de proximidade. A outra versão é a solidariedade democrática que, segundo o autor, relaciona-se prioritariamente com a economia solidária e, por conseguinte, pressupõe uma igualdade de direitos entre as pessoas que dela participam. Laville explica ainda que essa solidariedade manifesta-se sob duas formas: uma de reciprocidade, designando o elo social voluntário entre cidadãos livres e iguais (contrastando com a caridade e a filantropia) e outra redistributiva, designando normas e prestações estabelecidas pelo Estado para reforçar a coesão social e corrigir desigualdades. Assim sendo, argumenta, a diferença entre reciprocidade e distribuição não deve levar ao esquecimento de que elas conhecem um engendramento mútuo a partir da referência comum à solidariedade.

No entanto, reconhece Laville (2004) que o entendimento de que solidariedade democrática introduz a reciprocidade entre cidadãos no espaço público, ao mesmo tempo em que funda uma redistribuição num Estado de direito, marca distância em relação a autores como Godbout, que privilegiam o dom em relação à reciprocidade e à solidariedade. Mas, segundo Laville, o que na verdade importa é pleitear uma identificação prioritária do que é comum a essas noções e que a gênese do conceito de solidariedade ajuda a reconstituir. Na sua perspectiva, são as ações coletivas baseadas na reciprocidade

que fornecem as matrizes da ação pública distributiva. Assim, a solidariedade tem uma vertente utilitarista mas não deriva do utilitarismo. A história da proteção social, segundo o autor, é ladeada de dispositivos em que a força consistiu em subordinar a regra do cálculo a uma regra simbólica e, segundo Chaniel (2001), em inventar novos espaços e novas formas de reciprocidade, irredutíveis ao jogo exclusivo de interesses. Assim, o seguro social, continua Laville, é, para J. Jaurès, um direito sancionado por um sacrifício legal, constitui um jogo de obrigações e de sacrifícios recíprocos, para Castel (1998), um espaço de concessões mútuas constitutivas de uma propriedade social.

É nesse pressuposto, contudo na perspectiva do MAUSS - Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais -, que Titmuss (1970, apud CIMADAMORE *et al*, 2006) defende o conceito de Estado de bem-estar e sua utilização, em virtude da necessidade do capitalismo de mercado manter a relação de dádiva. Entretanto, os seres humanos precisam habilitar-se para comprometer-se com outros arranjos sociais distintos das formas bilaterais de intercâmbio que caracterizam as relações do mercado. Nesse ótica,

a solidariedade social e o bem-estar humano dependem da nossa capacidade de praticar a dádiva unilateralmente e em sociedades capitalistas complexas o Estado do bem-estar nos proporciona um mecanismo coletivo que permite ajudar não apenas um círculo limitado de família, amigos e vizinhos, mas também cidadãos anônimos. Nesse contexto, o Estado do bem-estar não é, de maneira alguma, desfavorável às demandas antiutilitaristas da visão do pós-desenvolvimento<sup>38</sup> (CIMADAMORE *et al*, 2006, p. 32).

Nessa perspectiva, Laville (2004) reforça, com base em Mauss e Jaurés, que o conceito de solidariedade democrática insiste na existência de relações estreitas entre dom, reciprocidade e redistribuição, em vez de sublinhar suas diferenças, sendo a reciprocidade essencial para que sejam formuladas questões emergentes do mundo vivido, em espaços públicos autônomos, os quais mantêm um potencial de autodeterminação da sociedade.

---

<sup>38</sup> Para Cimadamore *et al*, (2006) é uma perspectiva segundo a qual as instituições internacionais consideram o processo atual de desenvolvimento humano como uma mera extensão do colonialismo, em que qualquer estratégia antipobreza que conceda um papel ao Estado capitalista é, fatalmente, rejeitada.

Por sua vez, Martins (2004) corrobora destacando, por exemplo, as mudanças que ocorrem a nível municipal, referindo, particularmente, às novas iniciativas públicas nos setores do trabalho, na educação e organização das mulheres. Assim sendo, postula que, de uma maneira geral,

as políticas de descentralização estão colocando novos desafios para a gestão estatal, implicando, igualmente, na necessidade do Estado fazer alianças com associações não-governamentais e associações locais, contribuindo para estimular diversas mobilizações cívicas e autonomizantes (MARTINS, 2004, p. 71).

Por outro lado, Martins defende que existe um espaço importante para se repensar o Estado, a partir dos recursos oferecidos pelo paradigma da dádiva, sobretudo quando se observa a gestão pública na perspectiva local.

Contudo, ponderando sobre relação entre o Estado e a sociedade, Pereira (2008) acautela que essa relação é, por natureza, de contínuo e simultâneo antagonismo e reciprocidade, sendo seus liames, por isso, tensos. Nessa perspectiva, segundo a autora, o carácter contraditório da instituição estatal consiste em exercer a dominação pura em casos específicos e, por outro lado, fazer uso de mecanismos de consenso para se legitimar perante o conjunto da sociedade, atendendo demandas e necessidades das classes subalternas e da sociedade em geral.

Quanto a proposta da existência de um vínculo entre dádiva e o Estado sustentada por Martins (2004), Godbout (1999) nega essa possibilidade, com o fundamento de que existiria uma contradição entre a exigência de uma certa espontaneidade dos atores sociais envolvidos no sistema de dom/dádiva e a adoção de regras rígidas impostas pelo direito público sobre o comportamento dos atores sociais, limitando largamente as possibilidades de trocas espontâneas entre os atores sociais.

O principal argumento utilizado por Godbout (1999, apud MARTINS, 2004) para negar a possibilidade de existência da dádiva no interior do aparelho estatal é o de que

o Estado se afirma justamente pela usurpação de um espaço de poder que era até então regido pela lei da dádiva. De início, o Estado surgiria para substituir o dom como sistema regulador da vida social. Graças ao

mecanismo de apropriação obrigatória das riquezas sociais em mãos dos cidadãos - os impostos -, o Estado criaria uma economia pública, monetária e não mercantil que permitiria estabelecer mecanismos de transferências dessas riquezas acumuladas para a sociedade civil, via mecanismos de redistribuição, como as políticas de renda mínima, por exemplo (MARTINS, 2004, p. 80).

Entretanto, Godbout e Caillé (1999) afirmam que o próprio Mauss, embora reconheça a importância da dívida em toda sociedade, considera que na sociedade ocidental a dívida assume sobretudo a forma da redistribuição do Estado; que a seguridade social é de alguma forma o prolongamento moderno da dívida primitiva e que as outras manifestações da dívida, fora desse contexto, acabarão sendo substituídas por formas mistas de circulação em que a dívida tradicional estará imbricada de uma forma ou de outra na ação do Estado. Assim, dizem os autores, a redistribuição estatal representaria a forma acabada e específica que a dívida assume atualmente, e também o seu futuro; o imposto substitui a dívida (GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 66).

Segundo Martins (2004), num certo momento histórico o Estado libera a dívida como sistema regulador da vida social. Assim, continua o autor, pelo pagamento de transferências diretas e indiretas, o Estado assume responsabilidades que liberam os membros das redes primárias de suas obrigações mútuas. É assim que, “a família, esse resquício do privado, é desprivatizada através das garantias públicas de seu status” (HABERMAS, 2003, p. 185), tornando-se consumidora de rendimentos e de tempo livre, beneficiária das indenizações e ajudas previdenciárias garantidas pelo poder público. No mesmo sentido, Johnson (1990), argumenta que um ponto de conexão entre o desenvolvimento econômico e o gasto público em bem-estar é que, à medida que a economia se desenvolve, os suportes tradicionais da família, dos parentes e da comunidade local vão se deteriorando, exigindo que surjam outras formas de provisão que ocupem o seu lugar. Diz Martins que esta função reguladora do Estado é justificada, sobretudo, pela necessidade de se preservar a ideia de bem público, pois, “nas ocasiões em que o Estado deixa de exercer esta função de intermediário legítimo, ele se separa da sociedade/comunidade que o legitimou, abrindo espaço para uma crise de legitimidade do sistema de governo” (MARTINS, 2004, p. 80).



Quanto a ideia de bem público, Marx e Engels revolucionaram a teoria política precisamente por não conceberem o Estado como entidade representativa dos interesses gerais e comuns à sociedade, alegando que “o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante e constitui seu órgão de dominação” (MARX; ENGELS, 2002, p. 31).

Em compensação Martins (2004) sustenta que o sistema burocrático-legal, ao assegurar a igualdade e universalidade dos direitos, contribui para reproduzir o sistema da dádiva entre estranhos, permitindo o surgimento de valores de confiança que são imprescindíveis para a cidadania democrática. Diz o autor que quando as práticas interpessoais são mediadas por uma regulamentação jurídica e administrativa superior à vontade direta dos atores sociais, surge a possibilidade de uma dádiva entre estranhos<sup>39</sup> a favor da cidadania democrática. Assim, ao diferenciar as funções de regulação e de redistribuição da ação estatal, quer sugerir que a dádiva sobrevive nos interstícios do Estado.

Desejamos ainda sugerir que esta presença da dádiva não constitui uma anomalia residual do sistema político pré-moderno, mas é cimento que une a sociedade civil e o sistema político. A dádiva constitui o operador simbólico que traduz a decisão burocrática em ação solidária. Ela permite promover pela ampliação da escuta política dos dirigentes públicos a criação de mecanismos de ampliação da demanda social (MARTINS, 2004, p. 82).

Nessa perspectiva, Pereira (2004), postula que o exercício da política possibilita ao cidadão comum a construção de processos que, na relação do Estado com a sociedade civil, publicizam carências e necessidades, além de afirmarem direitos.

---

<sup>39</sup> Sobre um exemplo concreto de dádiva na modernidade Bertucci (2010) sugere o artigo em que ele analisa uma rede de oferta gratuita de hospedagem, cujo fundamento é a construção de laços sociais. Diz ele que se esta iniciativa fosse considerada um empreendimento de economia solidária certamente poderia ser o maior do mundo, tendo atingido cerca de dois milhões de membros em 2010. Na apresentação desse trabalho, Caillé afirma: “L’essentiel de la discussion sur le don via internet se concentre généralement sur les logiciels libres et sur wikipedia. Mais l’échange des logements via couchsurfing, que l’auteur analyse ici en se fondant sur une enquête ethnographique, prend une ampleur étonnante. Une autre forme de don entre étrangers” (CAILLÉ, sem data, apud BERTUCCI, 2010, p. ?). De resto, o autor acrescenta, corroborando a perspectiva adotada nesta tese, que atualmente além das relações familiares e da oferta de pequenos presentes entre amigos, a maior expressão de relações não mercantis é a redistribuição regulada pelo Estado, desde os programas de transferência de renda como o bolsa-família, até a oferta gratuita de bens públicos como saúde, educação e concertos culturais.

Entretanto, Barbosa (2007) salienta que não se pode descurar o fato de, atualmente, o poder estrutural do capital ter estado em conflito com o bem-estar humano, pela avassaladora tendência capitalista global de romper com a proteção social gerida pelo Estado, de privatizar o patrimônio coletivo, de atender as necessidades do capital em detrimento da satisfação de necessidades sociais e de desmontar direitos sociais conquistados pelos movimentos democráticos. Prossegue a autora que

Nesse processo de despolitização da relação Estado/sociedade civil são produzidos e disseminados valores e ideias que atuam no convencimento do trabalho informal como alternativa social. Trata-se da cultura do auto-emprego, baseada na defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta intangível, mobilizadora das virtudes empreendedoras - ideologia neoliberal do empreendedorismo - e na difusão da sociedade por conta própria, como alternativa para a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais tendentes à universalização (BARBOSA, 2007, p. 67).

Essa constatação, do nosso ponto de vista, serve para reforçar a proposta de reforma do Estado no sentido da sua democratização e redefinição da sua relação com a sociedade. É também a aposta que Chanial (2004) apresenta ao problematizar a relação entre sociedade civil, mercado e Estado, na contramão do processo de racionalização da sociedade e das relações sociais característico da modernidade, sugerindo duas opções:

ou se considera que nossas sociedades, ao se tornarem tão complexas, devem ser pilotadas como sistemas experts, por especialistas, pela mediação exclusiva do mercado e do Estado, ou se atribui um novo sentido (...) à exigência democrática e cidadã, tentando radicalizar este princípio de reciprocidade. Se estas velhas noções de espírito público, de compromisso com o bem comum, com o interesse geral têm ainda um sentido, elas pressupõem a ética da responsabilidade e da solidariedade (CHANIAL, 2004, p. 65).

É nessa perspectiva que Vandenberghe (2004) diz que as reformulações do projeto socialista propostas por Habermas e por Mauss identificam-se por terem entendido que o

objetivo do socialismo é limitar democraticamente o alcance da racionalidade impessoalizante dos subsistemas do mercado e do Estado, em favor da racionalidade comunicativa das associações do mundo da vida. Dito nos termos de Polanyi, a finalidade é subordinar os subsistemas político e econômico à esfera social, na qual eles estariam imersos e atribuir a estes subsistemas o papel subordinado de meios para consecução dos fins sociais que os cidadãos democraticamente decidem perseguir. Por conseguinte, segundo Vandenberghe (2004), o projeto político-econômico do socialismo converge com os propósitos de uma democracia associativa que devolve, tanto quanto possível, os assuntos da sociedade às auto-organizantes associações do mundo da vida, as quais são publicamente fundadas, mas voluntárias. Assim,

Dado que o intuito não é abolir o Estado ou o mercado, mas garantir que a força mobilizadora da sociedade não seja minada pelo dinheiro ou pelo poder, a questão é encontrar a política certa para uma economia plural que redefina as relações tradicionais entre o Estado, o mercado e as associações, de uma forma em que as atividades pessoal e socialmente úteis desempenhadas fora do trabalho assalariado tenham uma chance de florescer, revigorando politicamente o tecido social (VANDENBERGHE, 2004, p. 111).

Ainda na mesma perspectiva, Chaniel corrobora com o argumento de que hoje é, sobretudo, no campo da sociedade civil, na rede de suas associações múltiplas, sobre o terreno concreto da vida cotidiana, que a ação contra o excesso (do Estado e ou do mercado) e a favor da participação cidadã desenvolve-se, dia após dia, no âmbito das culturas e dos regimes políticos mais variados.

Assim, segundo Chaniel, o desafio de uma política da sociedade civil consiste, não somente em defender a autonomia da sociedade civil diante das ameaças que fazem pesar sobre a sua integridade o Estado e o mercado, mas também democratizar estes três pólos, por um lado, favorecendo, no seio da sociedade civil, o reforço dos compromissos e das solidariedades voluntárias e quebrando os quadros hierárquicos tradicionais de dominação; por outro, constituindo esta sociedade civil como o vetor de uma democratização das instituições políticas e de uma domesticação da racionalidade - ou irracionalidade - mercantil. Chaniel ainda defende que

a política da sociedade civil, por exigir garantias jurídicas - um sistema de direitos fundamentais instituídos e aprovados - não é auto-suficiente. Não há sociedade civil sem comunidade jurídica. Do mesmo modo, a sociedade civil não é plenamente independente do Estado. Não há sociedade civil sem a comunidade política. Certamente, o Estado democrático depende hoje primeiramente da vitalidade da vida associativa na sociedade civil. Mas, por outro lado, uma sociedade civil democrática apenas pode desabrochar-se em um Estado democrático. As suas associações não poderão desenvolver-se, reforçar a participação quotidiana da maioria, incentivar as pessoas a ajudar a si mesmas, sem a ajuda do Estado. É por esta razão que o argumento da sociedade civil não pode reduzir-se ao *slogan* liberal ‘a sociedade civil contra o Estado’ (CHANIAL, 2004, p. 68).

Concluiu Chanial que, sendo a sociedade civil marcada ao mesmo tempo pela desigualdade, pela fragmentação e pela descontinuidade, ela não poderá realizar sua missão de salvar o Estado democrático sem o auxílio deste mesmo Estado. Assim, segundo este autor,

nas condições do pluralismo contemporâneo, o papel do Estado deve, por conseguinte, consistir não somente em contribuir para democratizar a sociedade civil, afrontando as desigualdades e as múltiplas formas de opressão ou de sectarismo que emergem no mundo associativo, mas igualmente abrir mais largamente a esfera democrática a fim de moderar as diferenças entre as associações e os recessos identitários; e, por último, remediar o caráter descontínuo e, frequentemente caótico do compromisso benévolo, fazendo, por exemplo, do voluntariado um trabalho estável com *status* reconhecido (CHANIAL, 2004, p. 69).

Contrariamente ao mito mantido por certos socialistas - dentre os quais Marx<sup>40</sup> -, a política da sociedade civil como política da autonomia e como política da solidariedade

---

<sup>40</sup> Para Marx, em *A questão judaica*, o homem da sociedade civil termina sempre por assemelhar-se com o “homem egoísta”, cujo egoísmo chama-se “liberdade civil”. Enfim, do homem visto como aquele que “*curva-se sobre si mesmo, sobre o seu interesse privado e seu arbítrio próprio*” (MARX; ENGELS, 1976, p. 179).

reconhece não somente a necessidade de uma permanência do Estado, mas também, uma redefinição do seu papel: garantir, sobretudo, condições favoráveis à multiplicação de formas de cooperação mútua, livres, igualitárias e solidárias.

Numa perspectiva que reflete uma posição mais de conciliação, sinergia e parceria, Vandenberghe (2004), advoga que ao combinar a lógica da dádiva recíproca, a lógica competitiva do livre mercado e a lógica redistributiva do Estado igualitário, o setor associativo, no qual a maior parte dos serviços está concentrado, é um híbrido institucional do mercado, do não-mercado e da economia não-monetária.

Dado que as associações não pretendem gerar lucro em primeiro lugar, a participação voluntária dos seus membros e as vendas dos serviços ou produtos que elas oferecem não são, em geral, suficientes para manter seus negócios financeiramente desimpedidos. ‘A militância empreendedora’ não remunera. Doações caritativas de indivíduos ou empreendimentos podem ajudar, mas dada sua utilidade social e a redução dos níveis de desemprego que essas associações tornam possível, faz sentido esperar uma contribuição extra por parte das finanças públicas. Ainda que isso transformasse de fato as associações cívicas em instituições ‘semi-públicas’ ou ‘para-estais’, se elas pretendem escapar à rigidez formal e impessoalizante que caracteriza os serviços públicos, é importante que permaneçam imersas no mundo da vida (VANDENBERGHE, 2004, p. 117).

De resto, afigura-se que a incorporação da sociedade civil ao processo de elaboração de estratégias e políticas públicas decorre da consciência de que o Estado não poderá assumir os desafios de proporcionar a integração social, caso não atue como ente público, devendo, com efeito, assumir a sua própria democratização. Neste sentido, o fortalecimento da sociedade civil é solidário à construção da democracia. De igual modo, a inserção do “público” na visão dicotômica absoluta de “privado” e “estatal” implica a ampliação das relações entre a sociedade e o Estado. Segundo Lechner<sup>41</sup>,

---

<sup>41</sup> RELAÇÃO ESTADO/SOCIEDADE CIVIL.

Disponível em: <<http://cursosnavi.ea.ufrgs.br/amerf/demo/files/Documento1.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2012

o público difere do político e do estatal, sendo o espaço de deliberação coletiva do cidadão e o modo pelo qual a preocupação desse cidadão com a ordem social atualiza o político na política. Assim, no campo social e econômico, a democratização assume a forma de co-gestão, autogestão, cooperativismo, criando espaço de socialização, de descentralização e autonomia das decisões. No campo político, implica a aproximação de representantes e representados, desburocratização e transparência da gestão e maior participação do cidadão (LECHNER, s. d., p. 2).

### **1.3.5. A dádiva e o fenômeno associativo**

Numa perspectiva teórica, Laville (2002) defende que a corrente dominante na análise das associações a nível internacional vincula-se à economia neoclássica, que as apreende pelo viés dos fracassos do mercado, no fornecimento de serviços individuais, e do Estado, no provimento de serviços coletivos. Nessa perspectiva, os indivíduos são concebidos apenas como consumidores - *homo economicus* - cujas decisões tendem à maximização de interesses pessoais. Assim sendo, o papel das organizações associativas é percebido apenas na sua função de produção de bens e serviços, em detrimento de outras dimensões como a integração social ou participação democrática.

Por seu turno, Callé (2004), já na perspectiva do desenvolvimento de uma práxis circunscrita e analisada a nível internacional, projeta que

É somente em se mundializando e em se encarnando numa proliferação de associações e em redes originárias de todos os países do mundo que a esperança democrática é suscetível de encontrar vigor e pertinência. (...) Seu princípio o mais central e o mais geral é o da confiança num espírito de associação (CAILLÉ, 2004, p. 18).

Portanto, diz Caillé (2002) que, atualmente, em todos os quadrantes da terra se assiste a um extraordinário desenvolvimento do setor terciário, do voluntariado e do engajamento associativo. Entretanto, reconhece que a pobreza mundial prevalecente e em crescendo atesta que o Estado e o mercado, por estarem insuficientemente estruturados e desenvolvidos, estão longe de poder garantir a sobrevivência material da totalidade da

população. Por esta razão, Caillé propõe que, além das solidariedades tradicionais de famílias, deve-se criar solidariedades novas que podem materializar-se através das cooperativas sociais, das associações e do conjunto das atividades coletivas sem fins lucrativas. Porém, enfatiza que, em qualquer dessas formas de organização, o engajamento associativo e voluntário implica que cada associado ou associada dê uma parcela de seu tempo e se empenhe pessoalmente em alguma tarefa, o que, em outros termos, significa que ela deve funcionar primeiramente no registro do dom.

É assim que, reportando à essência da associação, Caillé (2002) sugere que dom, associação e política são realidades indissociáveis que não se podem compreender plenamente a não ser quando interpenetradas uma pela outra.

Na perspectiva de Caillé, uma sociologia do fenômeno associativo deve determinar-se com relação a seis séries de problemas:

*1. Tópica sociológica:* na perspectiva de que o registro específico da associação não se deixa facilmente detectar em algumas das grandes ordens da ação social distinguidas pelos tópicos sociológicos existentes. Designadamente, o fato do fenômeno associativo não depender da sociabilidade secundária e, de igual modo, dele escapar ao registro dominante da primariedade. Portanto, segundo Caillé,

o fato associativo se desenvolve na interface da primariedade e da secundariedade, da comunidade orgânica (...) e da sociedade contratual (...) Ou melhor, que opera uma mescla e uma transformação de lógicas opostas, permitindo realizar tarefas funcionais sob a forma de personalização, ou formar alianças em grande escala, alianças próprias da macrossociedade, sem, renunciar à forma da microssociedade. E, para dizê-lo em relação a outros referenciais teóricos, a associação abre aquilo que se poderia denominar de espaços públicos primários que repousam sobre o interconhecimento (CAILLÉ, 2002, p. 149).

Todavia, Barthelémy (2000, apud LAVILLE 2002, p. 28), alerta para a consideração de que se as associações se inscrevem no espaço público a partir de um encontro interpessoal, também estão ligadas a relações de poder porque elas “mediatizam os conflitos ideológicos da sociedade global, contribuem para a formação das elites e para a estruturação do poder local e participam da definição das políticas públicas, legitimando

a esfera político-administrativa”. Assim, para Lavelle, as associações relacionam-se a duas dimensões do político: de uma parte, à dimensão política não-institucional, que gira em torno do potencial de ação dos cidadãos e, de outra parte, à dimensão institucional, centrada no exercício do poder.

Lavelle (2002) argumenta ainda que a dimensão política da associação não poderia, contudo, fazer esquecer sua dimensão econômica de produção de bens e serviços e a de contribuição para o laço social. Nessa perspectiva, a associação não dissocia os campos do econômico, social e político, o que, por outro lado, engendra dificuldades de análise, uma vez que muitos estudos se concentram sobre um desses campos, segmentando-os segundo sua construção ou procedendo a abordagens monodisciplinares.

Portanto, segundo Lavelle (2002), a associação é simultaneamente intermediária entre os espaços privado e público e entre o político e o econômico. Estas duas dimensões coexistem no fato associativo, mesmo se as associações concretas podem ponderá-las de maneira diversa e privilegiar uma ou outra.

Disso resulta uma conceptualização que insiste na dimensão intermediária do fenômeno associativo, enfatizando seu caráter fundamentalmente aberto e pluralista.

2. *Móveis da ação*: é, segundo Caillé (2002), no sentido de que ao fato associativo basta-lhe reconhecer a possibilidade de ações empreendidas sem fim lucrativo ou que subordinam o fim lucrativo a outras considerações não instrumentais. Assim,

onde a economia de mercado funciona sobre o princípio do interesse e da liberdade dos particulares, onde a esfera político-administrativa repousa sobre o princípio do interesse público e da coerção necessária para a realização do mesmo, a associação, tal como o dom, em M. Mauss, repousam sobre um princípio de liberdade e de obrigação intimamente misturados através do qual se realizam interesses comuns (CAILLÉ, 2002, 150).

Por sua vez, corroboram Godbout (1999) e Caillé (2002) que onde a obrigação incita a quitar uma dívida, onde o interesse mercantil ou instrumental leva a sair do registro da dívida equilibrando a cada instante os direitos e os deveres, os débitos e os créditos, o dom e a ação associativa estimulam a entrar no ciclo da circulação da dívida que, quando funciona bem, cria o endividamento mútuo positivo.



3. *Definição*: segundo Caillé, a questão advém da constatação de que muitos dos pontos acima frisados têm um alcance sociológico que ultrapassa de longe a definição jurídica e formal da associação, como a formulada pela lei francesa de 1901<sup>42</sup> (apud CAILLÉ, 2002, p. 151): “o acordo pelo qual duas ou mais pessoas põem em comum, de maneira permanente, seus conhecimentos ou sua atividade com um fim que não seja partilhar um benefício”.

Caillé considera esta definição como um caso importante, mas, no entanto, particular de uma definição mais geral da associação, como

O acordo tácito ou explícito, em conformidade ou não com uma lei, escrita ou não escrita, pelo qual duas ou mais pessoas se comprometem, de maneira mais ou menos permanente, a compartilhar seus recursos materiais, seus conhecimentos ou sua atividade, com um fim que é diferente ou que não é principalmente o de compartilhar benefícios materiais (CAILLÉ, 2002, p. 151).

4. *Tipologia*: Caillé considera que dada a imensa variedade empírica de associações definidas pela lei francesa de 1901 e face ao risco de confrontação com um universo quase infinito e heterogêneo resultante de uma definição mais geral da associação, impõe-se, como orientação, a necessidade premente de se dispor de tipologias assentes sobre princípios claros. Assim,

Os critérios devem permitir distinguir entre associações compreendidas largo ou *stricto sensu*: o acordo, sempre voluntário por definição, é tácito ou explícito? Público ou secreto? (...) Clandestino? Ratificado pela lei, pelo costume ou por coisa alguma? Pode-se ou não sair da associação e em que condições? Os critérios relativos aos fins da associação (econômicos, culturais, pedagógicos esportivos, etc.); os relacionados à sua escala; ao recrutamento dos membros; ao seu grau de autonomia face

---

<sup>42</sup> Na França, a chamada lei 1901 autoriza todo indivíduo a criar uma associação sem fins lucrativos sem autorização prévia. Desse texto decorre a extraordinária vitalidade do setor associativo francês. O estatuto das associações, tal como adotado em 1901 na França e em 1908 na Alsácia-Moselle, dá aos cidadãos grande liberdade quanto à forma e a finalidade de sua associação. Era uma ruptura em relação ao regime restritivo e de proibição preventiva da lei Le Chapelier de 1793, inicialmente destinada a se opor às corporações profissionais. Disponível em : <<http://www.france.fr/pt/morar/vida-cotidiana/vida-associativa/o-dinamismo-da-vida-associativa-francesa>>. Acesso em 12 jun. 2012.

às outras organizações e ao grau de democracia (autonomia/heteronomia) em seu seio juntamente com o seu grau de auto-referencialidade (se ela está voltada para si mesma ou para o exterior?); enfim, permitir distinguir entre associações secundarizadas, primarizadas, ou em equilíbrio, entre primariedade e secundariedade e, por fim, ter em atenção as pseudoassociações, associações de fachada ou mafiosas. (CAILLÉ, 2002, p.152).

5. *Lugar do fato associativo do ponto de vista sociológico geral*: justifica-se, na perspectiva de Caillé, em virtude do fato associativo concreto não ser plenamente compreensível a não ser que se conceba a associação na sua máxima generalidade, como “ad-sociação”, movimento ativo rumo à “sociação”, algo definível como “socialização”. Diz caillé que, em certo sentido,

só há duas grandes maneiras de constituir sociedade, de criar um vínculo social onde não existia senão a separação ou a hostilidade: a violência de cima para baixo ou ad-sociação, sendo evidentemente concebível qualquer mistura entre ambos. O dom é o meio pelo qual se estabelece o pacto associativo. Ele só pode se formar no registro da incondicionalidade condicional, aquele no qual cada um se compromete a dar incondicionalmente a cada um, mas se mostra igualmente disposto a sair do jogo, a qualquer momento, se os outros não o jogam (CAILLÉ, 2002, p.152-153).

6. *Associação e democracia*: segundo Caillé (2002), uma das razões pelas quais esta questão das modalidades associativas da gênese do vínculo social ficou relativamente obscura, é que, até recentemente, o peso da sociedade e da sociabilidade herdadas, de uma parte, o peso da violência, da coerção e da dominação, da outra, tinham tanta preponderância sobre o da iniciativa voluntária, que a questão poderia parecer como relativamente marginal. Segundo Caillé, só muito mais tarde as sociedades modernas reconheceram-se como produtoras autônomas de suas próprias normas e como existindo apenas o movimento contínuo da invenção democrática. Portanto,

infere-se daí que existe um nexo privilegiado entre associação e democracia. Que, como o dom e o político, são uma só e mesma coisa, mas em escala diferente. Essa hipótese, por sua natureza, tende a lançar a interrogação sobre o lugar da democracia em nossas sociedades em pistas novas. Pois a sorte da democracia não se joga somente no nível do pacto coletivo tácito, no nível do político; não apenas no nível da política instituída, no nível do que se poderia designar como os espaços públicos secundários. Ele joga também, e talvez em primeiro lugar, no seio desses espaços públicos primários que são as associações (CAILLÉ, 2002, p. 154).

Sobre o *primário* e o *secundário*, o *privado* e o *público*, Caillé esclarece nos seguintes termos:

nossas distinções e nossas tipologias serão com toda a certeza mais claras se não as fundarmos somente sobre a oposição entre o primário e o secundário, mas sobre um cruzamento dessa oposição com aquela do privado e do público. Assim fica fácil, no seio da socialidade secundária, distinguir entre um secundário privado (a empresa, o mercado) e um secundário público (o Estado e a administração). Da mesma forma e simetricamente se impõe com toda a naturalidade ao espírito a distinção entre um primário privado (a família, o âmbito doméstico) e um primário público (o associativo, as corporações, as confrarias, o espaço público do interconhecimento). Assim, o lugar das associações parece que foi perfeitamente encontrado, o primário público (CAILLÉ, 2002, p. 155-156).

O que, entretanto, segundo o autor, encerra uma certa ilusão porque tanto a família como a empresa e o Estado podem ser considerados também associações.

### **1.3.6. A especificidade do fenômeno associativo**

Na perspectiva de Caillé (2004), a análise do fenômeno associativo numa perspectiva estritamente empírica, reunindo sob a etiqueta de associação, apenas o que os franceses inscrevem sob a rubrica da lei de 1901 ou os americanos sob o chamado terceiro

setor, o mundo associativo configura-se como uma realidade dotada de alguma importância, porém marginal face ao potencial das empresas mercantis ou dos Estados. O que, por outro lado, subestimaria a força do princípio associativo.

Assim, Caillé argumenta que associação, no sentido moderno do termo, caracteriza-se, de um lado, por uma dimensão de livre vontade e, de outro, pela ausência de fins lucrativos. Neste sentido, considera como associações “todas as formas de livre união de recursos diversos que subordinam as regras ou o lucro material a fins de solidariedade - amizade, camaradagem, boa vizinhança, aimance em uma palavra - de par com prazer, espontaneidade e inventividade” (CAILLÉ, 2004, p. 19). Contudo, segundo o autor, os anglo-saxões insistem sobre o critério de ausência de fins lucrativos, excluindo, por isso, do campo da associação as cooperativas, as caixas de previdência e os sindicatos; em contrapartida, os europeus continentais colocam no primeiro plano o critério de solidariedade e, por conseguinte, defendem uma concepção mais vasta do terceiro setor. Isto com certa razão, pois, segundo Caillé, a ausência de fins lucrativos não deve ser considerada como um fim em si, no mesmo plano que o espírito de amizade e de democracia que deve conduzir o funcionamento das associações.

Prossegue Caillé (2004) que, na teoria econômica das associações de Lavelle, estas são apresentadas, por um lado, como o resultado da inconsistência dos contratos e do mercado e, por outro, da ausência crescente do Estado. Neste sentido,

Existem associações porque o mercado ou o Estado não sabem tudo, não conhecem as novas necessidades, porque existem assimetrias de informação, viscosidade, etc. Mas, de direito, na lógica da teoria econômica, todas as associações teriam vocação para se tornarem mercantis ou públicas (CAILLÉ, 2004, p. 20).

Assim, diz ainda Caillé

Distingamos então, no interior da nebulosa das associações modernas, as associações de pleno direito, no sentido em que acordam o privilégio ao vínculo sobre o bem e ao entusiasmo sobre as rotinas, daquelas que poderíamos chamar de associações de fato pleno, pois adotam a forma

jurídica da lei de 1901, mas aparecem como substitutas de empresas ou de administrações ausentes (CAILLÉ, 2004, p. 20).

Estas são, antes de tudo, diz Caillé, associações que poderíamos qualificar de associações para os outros - em oposição às associações para si -, cujo objetivo primeiro é satisfazer um público diferente dos membros da associação, benevolentes ou profissionais. Caillé argumenta que a lógica do “para os outros” rompe com o princípio da mutualidade e da reciprocidade, propiciando, deste modo, a propensão à burocratização.

Prosseguindo a sua análise sobre a tipologia e especificidade do fenômeno associativo, Caillé (2004) destaca que

as associações primárias reúnem pessoas - e não indivíduos - definidas primeiramente por seu pertencimento a linhagens familiares e as localidades também inscritas em histórias e geografias determinadas. Ao contrário, a filosofia contratualista moderna - o pensamento do direito natural - faz sociedade não mais com pessoas, sempre já inscritas nas associações ‘naturais’ primeiras - família, vizinhança etc. -, mas com indivíduos singulares ‘que não são (não ainda) associados se bem que associáveis’, tendo como princípio de legitimação o consentimento (CAILLÉ, 2004, p. 22).

Na perspectiva de Caillé (2004), às duas formas de sociedade histórica correspondem dois tipos de sociabilidade igualmente contrastantes: a sociabilidade primária e a sociabilidade secundária, ou seja, o modo de relação social coextensivo ao que ele denomina de sociedade primeira, que funciona pela dádiva e pelo simbolismo e o modo de relação social próprio à sociedade segunda, a sociedade da lei, entendida também como a lei da utilidade funcional e a lei moral. Assim sendo,

Na socialidade primeira, reina um princípio de personalização que permite afirmar que as pessoas são mais importantes - de direito e de fato - que as funções por elas exercidas. Na socialidade secundária, ao contrário, a exigência de eficiência funcional é hierarquicamente primeira em relação à personalidade das pessoas que desempenham as funções. A socialidade primária funciona pelo interconhecimento e pela dádiva. A

secundária, ao mesmo tempo, pela impessoalidade e pela funcionalidade (CAILLÉ, 2004, p. 22).

Dentre as tipologias de associações apresentadas por Caillé destacamos, especialmente, a de *associações híbridas* que, pelas suas características, apresentam maior potencial compreensivo e explicativo das associações que integram o campo da nossa observação e análise empíricas, nas comunidades rurais em Cabo Verde: primeiro, por os seus associados se caracterizarem por um multipertencimento. Segundo, por se constituírem num contexto de ausência ou de insuficiência do mercado ou da administração estatal. Terceiro, por se formarem a partir da exigência de reciprocidade e de dádiva inerentes ao espírito da associação que, para sustentarem suas demandas, reintroduzem no seio de uma lógica associativa de sociabilidade primária, certos limites próprios à sociabilidade secundária (da eficácia técnica, jurídica, administrativa, mediática ou mercantil). Quarto, por não possuírem uma sociabilidade primária já instituída e organizada. Pelo contrário, objetivam criar e estruturar associações onde estas ainda não existem ou existem potencialmente.

Outrossim, diz Caillé que as associações híbridas são específicas à uma contemporaneidade bastante recente e subdividem-se em dois grandes tipos: o primeiro próximo do pólo privado e o segundo próximo do público.

Primeiro: *as associações de economia solidária*, foco desta análise, inscrevem-se no quadro do que normalmente se reconhece sob a denominação de economia solidária.

Sua vocação é inicialmente remediar as insuficiências econômicas do mercado e do Estado, permitindo àqueles que não encontram emprego, sem atividade plena no interior de empresa ou de administração, ou que não o desejam produzirem as condições materiais de sua existência social no âmbito de uma sociabilidade primária - ou primária secundária - associacionista menos desencorajadora que a fria funcionalidade inerente à sociabilidade secundária (CAILLÉ, 2004, p. 26-27).

Segundo: *as associações de militância moral* que, segundo Caillé, seu campo de ação é extraordinariamente fragmentado e seus domínios diversificados, em função das

causas existentes a defender-se. Essas associações estão para o Estado e a administração pública como as associações de economia solidária estão para o mercado.

Diz Caillé que a questão da democracia nas associações híbridas levanta um certo número de problemas óbvios, entre os quais destaca:

Mais elas se especializam, mais ficam imbuídas de provar sua experiência funcional e mais se distanciam os membros permanentes - sejam eles assalariados ou voluntários - dos militantes ou voluntários ocasionais e das populações ajudadas. O fato de que essas associações sejam frequentemente e habitualmente associações para outros - que falam e agem em nome de outros - torna um pouco incerta as motivações dos militantes mais engajados e tende a transformá-las seja em organizações que se comportam como verdadeiros minipartidos, no caso das associações de militância moral, seja em organizações muito próximas à razão social de uma empresa ou ainda verdadeiras administradoras, no caso de empresas de economia solidária, quando se voltam para a inserção e esquecem a motivação propriamente democrática. (CAILLÉ, 2004, p.30).

Outro problema de peso - colocado à democracia pela proliferação de associações híbridas -, não tem relação com a sua lógica interna de funcionamento, mas com o fato de que, em tese, passassem a existir apenas associações específicas, todas se ocupando da defesa de vítimas particulares. Nessa circunstância, diz Caillé, não se vislumbra quais delas seriam encarregadas de colocar o problema da construção e defesa de um modo de funcionamento democrático global, no quadro geral em que as múltiplas associações especializadas poderiam articular-se e encontrar seu lugar, ao lado do mercado e dos Estados.

### **1.3.7. O papel do Estado na Luta para a erradicação da pobreza**

O espectro da pobreza tem sido uma presença constante na história da humanidade. Não obstante existirem atualmente recursos suficientes para a erradicação da pobreza num espaço de tempo razoável, pois “O mundo dispõe de recursos para erradicar a pobreza (...), e a pobreza extrema pode ser banida da face da terra. Nas palavras da UNDP (2004:1-2) ‘a

pobreza não é mais inevitável e, portanto, não deve ser tolerada” (CIMADAMORE *et al*, 2006, p. 15); apesar do desejo e da disposição de organizações internacionais, governos e povos evidenciarem-se na maioria dos discursos que expressam a necessidade e a vontade da comunidade internacional de reduzir e erradicar a pobreza no mundo, ela está presente em todos lugares, inclusive nos países desenvolvidos.

Neste sentido, Stiglitz (2007) corrobora que a pobreza tornou-se finalmente uma preocupação global, tendo as Nações Unidas e o Banco Mundial começado a dar mais atenção à sua redução. Exemplifica que em setembro de 2000, 150 chefes de Estado ou governo compareceram à Cúpula do Milênio, em Nova Iorque e assinaram as Metas de Desenvolvimento do Milênio, prometendo cortar a pobreza pela metade até 2015, reconhecendo as múltiplas dimensões da pobreza - além da renda, saúde e acesso à água inadequados. Entretanto, o autor alerta também para a necessidade premente da ajuda estrangeira e do alívio da dívida, elucidando que

em Março de 2002, na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento realizado em Monterrey, México, (...) os países industriais avançados se comprometeram a aumentar substancialmente a ajuda - para 0,7% de seu PIB (embora, até agora, poucos países tenham cumprido essa promessa e alguns, em especial os EUA – estejam muito longe disso). (...) O desenvolvimento já é difícil: com o peso da dívida, torna-se praticamente impossível. No momento em que escrevo, os países em desenvolvimento do mundo devem em torno de 1,5 trilhões de dólares aos credores, entre eles os bancos internacionais, o FMI e o Banco Mundial. Aproximadamente um terço disso é devido por países de baixa renda (STIGLITZ, 2007, p. 76-77).

Sendo assim, a questão que se coloca, segundo Cimadamore *et al* (2006), é a de se saber como é possível que um dos problemas mais sérios da humanidade não seja solucionado mesmo havendo recursos disponíveis para fazê-lo? A resposta, na sua perspectiva, passa pela indagação sobre o Estado e seu papel na luta contra a pobreza.

Numa perspectiva histórica, destaca-se que já na legislação do seguro social inaugurado por Bismarck, nos anos 1880



Indicava, implicitamente, o reconhecimento das autoridades públicas de que a pobreza no capitalismo era o produto do próprio desenvolvimento predatório desse sistema que, para ser preservado, exigia que o Estado protegesse o trabalhador contra as perdas de rendas advindas de doenças, acidentes, envelhecimento, mortes prematuras, dentre outras contingências sociais. Era preciso, conforme Polanyi (1980), proteger o capitalismo do próprio capitalismo, fazendo uso da intervenção estatal (PEREIRA, 2008, p. 60).

Neste sentido, Stiglitz (2007) afirma que as mudanças do século XIX levaram à formação das economias nacionais e ajudaram a fortalecer o Estado-nação. Diz ainda, referindo ao caso dos EUA, que o seu sucesso se deveu, em parte, ao papel que seu governo desempenhou na promoção do desenvolvimento, na regulamentação dos mercados e na oferta de serviços sociais básicos.

Corroborava ainda Polanyi (1980, apud PEREIRA, 2008) que os chamados mercados livres jamais foram verdadeiramente livres, visto que não funcionariam se seguissem o seu próprio curso; as indústrias e os comércios especialmente os mais importantes, sempre foram contemplados com tarifas protetoras, com exportações subsidiadas e com subsídios indiretos dos salários. Portanto, finaliza Polanyi (1980, apud PEREIRA, 2008) o próprio *laissez-faire*, considerado um dogma do pensamento liberal, foi sustentado pelo Estado mediante farta legislação - rejeitando a interferência do Estado, tanto na produção quanto na distribuição - e robusta burocracia estatal aparelhada para executar as tarefas estabelecidas pelos adeptos do liberalismo. O que, aliás, segundo Pereira, confirma o Welfare State como um fenômeno contraditório, uma vez que, tendo que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, fá-lo preservando a integridade do modo de produção capitalista. De fato, argumenta Pereira que, antes dessa simbólica iniciativa bismarckiana de seguridade social, existiam escassas atenções públicas às necessidades sociais, geridas por um Estado ainda socialmente restrito. Exemplos clássicos dessas atenções - que viam no pobre não um titular de direitos, mas um perigo à ordem pública - são as Leis dos Pobres inglesas (*poor Laws*), datadas do século XIV, especialmente as instauradas 1834.

Sustenta Cimaradmore *et al* (2006) que a transição democrática ocorrida por diversas regiões e países da África, Ásia e América Latina, nas décadas de 1980/1990,

alterou em tempos e ritmos variados, as tradicionais relações entre o Estado e a sociedade, acabando por colocar as ações do Estado no combate à pobreza como compromisso ético e político prioritário, especialmente a partir da década de 1990. Essa centralidade da agenda social a favor da erradicação da pobreza constitui um desafio de governos e sociedades de todos os países.

Nessa perspectiva, no âmbito dos estudos sobre a pobreza, há o consenso de que, para reduzi-la e tornar possíveis a inclusão social e a igualdade, o papel do Estado é fundamental. Segundo Cimadamore *et al* (2006) alcançar tão desejado objetivo exige ações decisivas, para as quais os governos não estão, aparentemente, preparados embora seja o Estado quem, até agora, dispõe dos instrumentos básicos e da responsabilidade para definir as estratégias contra a pobreza no mundo contemporâneo. No entanto, afirmam estes autores, que a simples existência de níveis inaceitáveis de pobreza, desigualdade e exclusão na maioria dos países menos desenvolvidos demonstra que o Estado foi ineficiente tanto na tentativa de reduzir esses níveis, como ao permitir o seu crescimento. Nesse sentido, defendem uma reforma substancial e urgente do Estado, que leve a redução da pobreza, mediante a produção de riqueza sustentável e sua redistribuição equitativa.

Para Cimadamore *et al* (2006), certas formas específicas de Estado são propensas à geração de pobreza, particularmente em países do Sul, enquanto outras são bem mais direcionadas para sua redução. Portanto, sustentam que, em termos teóricos, o Estado tanto pode ser parte quanto solução do problema. Por outro lado, segundo os autores, o Estado é um conceito fundamental nas ciências sociais; uma estrutura social e poderosa que detém a capacidade de controlar as relações sociais e os seus resultados. Assim, sendo a pobreza um fenômeno social, ela “pode ser concebida como o resultado da interação de agentes que respondem aos estímulos dessas estruturas que atuam em vários níveis de análise, incluindo o estatal, o mercado e o contexto internacional” (CIMADAMORE *et al*, 2006, p. 17).

Além disso, dizem os autores que, em uma época e contexto em que a consciência universal acerca da pobreza parece estar se ampliando e a causa de sua erradicação vem estimulando a agenda política global, embora, sobretudo, a nível retórico, duas correntes tendem a marginalizar ou questionar o papel do Estado na redução da pobreza. A primeira é a do antiestatismo inerente às agendas neoliberal, gerencialista e comunitária e a segunda parte de um conjunto de ideias radicais e críticas relativas ao movimento antiglobalização:

uma complexa aliança entre diferentes facções que “desafiam a ascendência global do capitalismo, da democracia liberal, da cultura ocidental e das teorias liberais do bem-estar” (CIMADAMORE *et al*, 2006, p. 18). No mesmo sentido, dizem os autores, que a antiglobalização e o antiestatismo, embora ideologicamente opostos, são céticos, senão hostis, ao papel do Estado na redução da pobreza.

A proposta de Cimadamore *et al* (2006) aponta para a necessidade de focalizar a antiglobalização e o antiestatismo em três níveis distintos de análise:

1. Ao *nível global ou internacional*, o antiestatismo está implícito na abordagem das principais entidades internacionais dedicadas aos programas de redução da pobreza. Por exemplo, o PNUD<sup>43</sup> (apud CIMADAMORE *et al*, 2006) argumenta que os direitos econômicos, sociais e culturais deveriam, doravante, receber tanta atenção quanto os direitos civis e políticos, mas no pressuposto de que o cumprimento dos direitos exige mecanismos semelhantes aos que governam o comércio global ou seja, exigem técnicas orientadas pela negociação, oriundas dos repertórios da nova doutrina gerencialista.

Por seu lado, dizem os autores que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, em publicações mais recentes, têm adotado, ostensivamente, uma posição baseada nos “princípios da boa prática em política social”, a qual “inclui uma abordagem pluralista que dá preferência às organizações não-governamentais e à ideologia comunitária” (CIMADAMORE *et al*, 2006, p. 19).

A ação antiglobalização tem sido manifestada e promovida por um movimento que engloba, entre outros, o protesto contra Cúpula Mundial de Seattle, em 1999; série subsequente de demonstrações anticapitalistas; a campanha do Jubileu 2000 pela redução da dívida do *Terceiro Mundo*<sup>44</sup>, o Fórum Social Mundial. Na perspectiva de George (2001, apud CIMADAMORE *et al*, 2006), trata-se, na verdade, de uma disputa entre os que querem uma globalização inclusiva, baseada na cooperação e na solidariedade, e os que defendem que todas as decisões sejam comandadas pelo mercado.

---

<sup>43</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<sup>44</sup> As Conferências episcopais e as Organizações de solidariedade mostraram-se bastante ativas na coleta de assinaturas a serem enviadas aos Chefes de Governo das nações mais ricas, para lhes pedir a anulação ou pelo menos, a redução da dívida externa dos países pobres. Alegam que a última década do segundo milênio proporcionou-lhes uma visão mais global da cultura de pobreza que seus missionários procuraram erradicar. Além disso, argumentam que, nos últimos anos, mais do que no passado, a pobreza do *Terceiro Mundo* esteve e está intimamente vinculada ao fenômeno da dívida externa.

Disponível em: <<http://pt.ismico.org/content/view/283/49/>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

Outrossim, defendem Cimadamore *et al* (2006) que a globalização continua sendo um fenômeno profundamente contestado, relativamente ao qual é importante distinguir os seguintes pontos de vista: os de índole econômica que consideram a globalização em termos da ascendência do capitalismo corporativista, os de caráter político, os quais vêem-na em termos da reconfiguração do governo global, os de conteúdo cultural, os quais consideram a globalização um processo de interpenetração acelerada entre estilos de vida e os valores humanos. Porém, do ponto de vista dos autores, o que as análises antiglobalização têm em comum é a oposição à hegemonia das forças do livre mercado.

2. Ao *nível nacional*, o antiestatismo é uma ortodoxia que efetivamente se repousa numa suposição amplamente desacreditada, uma vez que a soberania dos Estados-nação foi reconstituída e não reduzida. Particularmente, o poder do Estado nos países capitalistas desenvolvidos - tanto em relação ao controle dos seus próprios sujeitos quanto no que se refere aos Estados das nações em desenvolvimento - provavelmente é maior do que jamais o foi. Ainda assim, de acordo com Cimadamore *et al* (2006, p. 20),

O pensamento neoliberal ou Novo Direito deixou de lado o Estado-nação em favor da provisão privada do bem-estar, enquanto o pensamento comunitário ou Terceira Via (...) tem procurado promover iniciativas de bem-estar subnacionais, descentralizadas, de base comunitária ou micronível, baseadas em noções de parcerias e participação nitidamente gerencialistas, em vez de coletivas. Faltam evidências de que essas estratégias participativas da 'sociedade civil' e de 'parceria público-privada' melhorem realmente o desempenho antipobreza em nível nacional.

Além disso, afirmam os autores que falta uma clara evidência de que as democracias liberais<sup>45</sup> contam com governos melhores para os pobres do que as não-democracias.

A ideia da antiglobalização envolve teóricos que desafiam a suposição de que os regimes predominantemente pautados pelo bem-estar social - repousando sobre um Estado legitimado e um mercado de trabalho abrangente - que caracterizam as diversas manifestações do capitalismo ocidental podem, necessariamente, prover os modelos de

---

<sup>45</sup> Mesmo sendo a democracia essencial para a erradicação da pobreza.

interpretação ou informação do desenvolvimento social no mundo em desenvolvimento. Em contraposição, Inglehart e Welzel (2009), apresentam o argumento de que apesar da globalização, o mundo não está se tornando homogêneo e a marca das tradições culturais não está desaparecendo. Segundo Hamilton (1994, apud INGLEHART; WELZEL, 2009) o que testemunhamos com o desenvolvimento de uma economia global não é a uniformização crescente, na forma de universalização da cultura ocidental, mas sim a continuidade da diversidade civilizacional por meio da reinvenção e da reincorporação ativas de padrões civilizacionais não ocidentais.

Por conseguinte, segundo Inglehart e Welzel (2009, p.21) “uma análise profunda do elo causal entre valores de autoexpressão e democracia indica que a seta causal flui principalmente da cultura para as instituições e não na direção oposta”, o que nega a asserção de que a democracia pode ser facilmente estabelecida em qualquer sociedade, independentemente da sua cultura subjacente.

3. Ao *nível subnacional ou local*, o antiestatismo, tal como acima referido, é, segundo Cimadamore *et al* (2006), axiomático em relação ao novo gerencialismo público em que atualmente se baseiam as iniciativas locais das agências internacionais de ajuda, obedecendo, em parte, às noções de capital social e ao renovado interesse normativo relativo ao papel da sociedade civil e das redes sociais, em que a auto-suficiência pode ser favorecida e o bem-estar garantido sem recurso aos sistemas formais. Assim, dizem os autores que a antiglobalização está implícita, a vários níveis, em certas estratégias de resistência localizadas em todo o mundo em desenvolvimento, como forma de subverter o Estado ineficiente e as instituições do mercado.

De todo o modo, adotamos a perspectiva dos que propugnam pela contribuição para a abertura de um leque abrangente de possibilidades de debate que especialmente conduza à construção do consenso de que o Estado, independentemente de suas limitações passadas e presentes, deve desempenhar um papel fundamental na luta contra a pobreza. Desse ponto de vista, Demo argumenta que por mais que se critiquem seus desmandos é indispensável reconhecer que o Estado é inevitável e necessário, fundamentalmente, pelo seu caráter público, o qual possibilita a construção de “espaço estratégico de equalização das oportunidades” (DEMO, 1994, p. 43).

### 1.3.7.1. Que modelo de Estado é o mais adequado aos objetivos da erradicação da pobreza?

Sendo o Estado, segundo Pereira (2008), um conceito complexo e uma realidade histórica e relacional em constante movimento e transformação; considerando, por conseguinte, que sua existência e desenvolvimento se inscrevem em realidades histórico-culturais específicas, não é possível abordá-lo de forma linear, estereotipada ou absoluta. Portanto, diz a autora, quando se fala do Estado é preciso especificá-lo ou qualificá-lo, porque como fato histórico, ele existe em diferentes modalidades e configurações, consoantes as épocas e sociedades.

É nessa perspectiva que procuramos, com base na proposta dos pensadores do MAUSS e do paradigma da dádiva discernir sobre um modelo de Estado que nos permita apreender da melhor forma possível a modalidade do laço social existente entre o Estado e as organizações da sociedade cível cabo-verdianas, no processo da luta contra a pobreza nas comunidades rurais.

Cimadamore *et al* (2006) e Pereira (2008), críticos relativamente às formas históricas do Estado, alertam sobre as limitações da teoria convencional do regime do bem-estar para a compreensão dos processos que estão ocorrendo nos países em desenvolvimento. No entanto, Titmuss (1970, apud CIMADAMORE *et al*, 2006) - mesmo não gostando da expressão *Estado do bem-estar* - defende, numa perspectiva antiutilitarista, o conceito de Estado de bem-estar e sua utilização, em virtude da necessidade do capitalismo de mercado manter a *relação de dádiva*.

Pereira (2008), por seu lado, argumenta que Estado de bem-Estar, cuja origem remonta ao último quarto do século XIX, é o moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social.

Na perspectiva de Demo (1994), a questão do Estado não se apresenta nem em termos do Estado total, nem do Estado mínimo, mas daquele de que realmente se precisa. A sua essência, segundo Demo, é a sua qualidade política e a quem ela se destina<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Não faz mais sentido preservar tabus da privatização ou da estatização porque, sendo o problema a satisfação adequada dos interesses da sociedade, há o que privatizar e o que estatizar. É ingênuo acreditar que o estatizado é patrimônio do povo bem como que o privatizado funciona melhor (DEMO, 1994, p. 49).

Green (2009) enfatiza e demonstra como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo; explica que, em passado recente, a combinação da pressão de baixo com uma liderança esclarecida de cima gerou alguns mecanismos extraordinários de redistribuição.

Em diversos países do Leste Asiático, por exemplo, as elites abraçaram a causa de longo prazo de promover a igualdade para prevenir a divisão social e estimular uma economia próspera<sup>47</sup>. Taiwan e o Vietnã têm combinado índices impressionantes de crescimento com elevados níveis de equidade. A Indonésia e a Malásia conseguiram reduzir a desigualdade ao longo de um extenso período por meio de um esquema de redistribuição e geração de empregos liderado pelo governo. (Brasil) durante o primeiro mandato de Lula, a renda dos 10 por cento mais pobres aumentou a uma taxa de 7 por cento ao ano, enquanto a renda dos 10 por cento mais ricos estagnou. Consequentemente, cerca de 5 milhões de brasileiros saíram da pobreza e a desigualdade no país caiu para o seu nível mais baixo em 30 anos. (GREEN, 2009, p.12).

Ainda sobre o caso do Brasil, Stiglitz (2007) refere que a sua contribuição mais importante para o desenvolvimento nos últimos anos é provavelmente as suas inovações nos programas contra a pobreza, sendo o mais notável o programa Bolsa Escola que condiciona os programas de ajuda à frequência escolar. Outra inovação referida por Stiglitz, também altamente reproduzida são os orçamentos participativos, que fortalecem os processos democráticos ao permitirem alocações de recursos que são mais eficientes e mais sensíveis às necessidades dos cidadãos.

Green (2009) apresenta esses e outros casos para corroborar o argumento de que o desenvolvimento e particularmente os esforços envidados para eliminar a desigualdade e pobreza são alcançados de forma bem-sucedida por meio de uma combinação de cidadãos ativos e Estados efetivos. Para o autor acima referido, cidadania ativa se refere a uma combinação de direitos e de obrigações que vincula indivíduos ao Estado, envolvendo o pagamento de impostos, a obediência às leis e o pleno exercício de direitos políticos, civis

---

<sup>47</sup> Tese corroborada por Fukuyama (2005, p. 49) quando ele afirma: observei anteriormente que, por qualquer medida, a qualidade institucional dos Estados do Leste da Ásia era mais alta que a daqueles da América Latina, um fator importante para explicar seu desempenho econômico superior.

e sociais. Para o referido autor, Estados efetivos se refere aos Estados capazes de garantir a segurança de seus cidadãos e o estado de direito que consegue desenvolver e implementar uma estratégia efetiva para assegurar um crescimento econômico inclusivo. Estados efetivos, frequentemente chamados *Estados indutores do desenvolvimento*, devem responder por seus atos perante seus cidadãos e ter a capacidade de garantir seus direitos (GREEN, 2009, p. 13).

Nessa perspectiva Stiglitz (2007) corrobora que hoje, em grande medida, a defesa intelectual do fundamentalismo do mercado desapareceu. Defende a tese de que

Sempre que a informação é imperfeita, em particular quando há assimetrias de informação - em que alguns indivíduos conhecem alguma coisa que os outros não conhecem -, o motivo da mão parecer invisível é que ela não está presente. Sem regulamentação nem intervenção apropriada do governo, os mercados não levam à eficiência econômica. O sucesso econômico exige que se obtenha o equilíbrio certo entre o governo e o mercado. Porém, esse equilíbrio muda com o tempo e será diferente de país para país (STIGLITZ, 2007, p. 45-46).

Com foco na globalização, mas na perspectiva de demonstrar como os Estados do Leste asiático souberam tirar proveito de um fenômeno tão contestado na atualidade, Stiglitz defende que a globalização não tem que ser danosa para o meio ambiente, promover o aumento de desigualdade, enfraquecer a diversidade cultural e promover os interesses empresariais em detrimento do bem-estar dos cidadãos comuns. “Gerida de forma adequada, como foi no desenvolvimento bem-sucedido de boa parte do Leste Asiático, pode fazer muito para beneficiar tanto os países em desenvolvimento como os desenvolvidos” (STIGLITZ, 2007, p. 47).

Sobre a questão: porque dar especial atenção a Estados efetivos? Green (2009; POLANIY, 1980, 2000) responde que a história revela que nenhum país prosperou sem um Estado que administre ativamente o processo de desenvolvimento. Elucida que as extraordinárias transformações observadas em países como Coreia do Sul, Taiwan, Botsuana, Ilhas Maurícias foram lideradas por Estados que garantem saúde e educação para todos, promovem e administram ativamente o processo de crescimento econômico. Assim sendo, defende que a rota para o desenvolvimento passa pelo Estado. Esta



perspectiva reforça a tese de Fukuyama (2005) de que, designadamente, para o período pós 11 de Setembro de 2001, a principal questão para a política global não será como reduzir a estatidade, mas sim como aumentá-la.

Para as sociedades individuais e para a comunidade global, o enfraquecimento do Estado não é um prelúdio para a utopia, mas para o desastre. Uma questão crítica enfrentada pelos países pobres e que impede suas possibilidades de desenvolvimento econômico é o seu nível inadequado de desenvolvimento institucional. Eles não necessitam de Estados extensos, mas sim de Estados fortes e eficazes, com escopo limitado às funções necessárias (FUKUYAMA, 2005, p. 155-156).

Porque cidadania ativa? Segundo Green (2009), ela justifica-se pelo fato de pessoas trabalhando juntas para determinar o curso de suas próprias vidas e lutar por seus direitos e pela justiça em suas sociedades têm um papel central a desempenhar na responsabilização de Estados, empresas privadas e outros atores por seus atos:

As pessoas atingidas pela pobreza devem ter voz em decisões que afetam seu destino, (...) Governos, poder judiciário, parlamentos e empresas não podem atacar a pobreza e a desigualdade tratando as pessoas como ‘objetos’ de políticas governamentais ou de outras medidas. Em vez disso, as pessoas devem ser reconhecidas como ‘sujeitos’ que exigem seus direitos de forma consciente e ativa” (GREEN, 2009, p. 14).

Sobre a questão de quais instituições são essenciais para o desenvolvimento econômico e como devem ser concebidas, referindo ao papel do capital social nas relações de um governo com seus beneficiários, Fukuyama (2005), argumenta que

Tornar órgãos governamentais responsáveis perante o público é, em certa medida, uma questão de projeto institucional e de verificações e balanços internos; porém, em última análise, são as pessoas a quem o governo

supostamente serve que são responsáveis por monitorar seu desempenho e exigir um comportamento sensato<sup>48</sup> (FUKUYAMA, 2005, p. 49-50).

Na mesma linha, Demo (1994), argumenta que é indispensável que se saiba defender o lugar do Estado, do serviço público, considerando que toda sociedade necessita dessa instância, competente e democrática. Por outro lado, segundo Demo, é fundamental manter o controle do Estado de baixo para cima, uma vez que sua qualidade não está nele, mas na cidadania organizada que o sustenta. Por conseguinte,

Se o Estado é inevitável e necessário, a questão que importa é seu controle democrático. Para que exista controle democrático do Estado é mister o ator insubstituível da democracia: o cidadão organizado. Somente ele é capaz de dizer que Estado lhe convém. Em consequência, a primeira discussão não é sobre o seu tamanho, mas sobre a formação qualitativa da cidadania popular, da qual o Estado retira sua possível qualidade política (DEMO, 1994, p. 49-50).

Então, é nesse sentido que tentamos definir um conceito de Estado, cuja modalidade de relacionamento com a sociedade - designadamente com os pobres rurais - melhor se adegue aos objetivos da redução da pobreza e promoção do desenvolvimento socioeconômico nas suas comunidades de residência.

Por conseguinte, desenvolvimento é aqui considerado como um processo que envolve a participação, o esforço e a sinergia de todos os atores da sociedade, designadamente, mercados, governos, ONG, associações, cooperativas, instituições sem fins lucrativos. A proposta, com base em Stiglitz, assenta-se numa visão alternativa à estratégia de desenvolvimento do Consenso de Washington, cujas políticas concentravam-se na minimização do papel do governo, maximização da eficiência econômica e minimização da equidade. Pois, segundo o autor, “alguns de seus defensores acreditavam na economia do gotejamento, que, de alguma forma, todos se beneficiariam” (STIGLITZ, 2007, p. 94). O autor defende a visão alternativa que propugna para os governos um papel mais ativo na promoção do desenvolvimento e na proteção dos pobres, construindo uma

---

<sup>48</sup> Entretanto, Fukuyama alerta para o fato da sociedade civil poder se degenerar em grupos de interesses em busca de lucro, cuja meta não é a maior responsabilidade, mas um aumento no escopo nos subsídios governamentais ou substituição do governo pela sociedade civil.

infraestrutura física e institucional como, por exemplo, leis que garantam um sistema bancário saudável e mercados de valores mobiliários em que os investidores confiem, o que implica que os governos devam ter políticas fortes de competição, atendendo que mercados mal desenvolvidos caracterizam-se por monopólios e oligopólios. Exemplifica que preços altos em área vital como telecomunicações prejudicam o desenvolvimento.

Na perspectiva do autor, o que separa os países mais desenvolvidos dos outros não é apenas uma distância em recursos, mas sobretudo um abismo em matéria de conhecimento, razão pela qual os investimentos em educação e tecnologia, maioritariamente realizados pelo governo, são tão importantes. No entanto, conclui o autor que, não obstante a importância da educação, sem empregos para os instruídos, não haverá desenvolvimento.

Esta abordagem do desenvolvimento articula-se estreitamente com a perspectiva de Sen (2000, p. 17) que define desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, contrastando-se com visões mais restritas de desenvolvimento como crescimento do PNB - Produto Nacional Bruto -, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Trata-se, segundo Sen, de um desenvolvimento que requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Essa concepção da economia e do processo de desenvolvimento centrada na liberdade é, segundo Sen (2000), em grande medida uma visão orientada para o agente livre e sustentável, no pressuposto de que com oportunidades sociais adequados, os indivíduos podem efetivamente moldar seus destinos e ajudar uns aos outros e não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Uma visão, segundo Sen, em que o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si; em que desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Nesse sentido, Sen defende que existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas e não apenas como um problema de renda e vulnerabilidade crescente de grandes majorias.

Já Inglehart e Welzel (2009), a partir da perspectiva integradora da teoria do desenvolvimento humano, apresentam uma abordagem segundo a qual o desenvolvimento socioeconômico, os valores de autoexpressão e as instituições democráticas<sup>49</sup> atuam em conjunto para ampliarem a escolha humana autônoma.

Segundo os autores acima referidos, o desenvolvimento socioeconômico reduz as restrições à escolha humana autônoma, ao incrementar os recursos econômicos (riqueza e renda), cognitivos (acesso à informação e à educação formal) e sociais (capital social, diversificação da interação humana) das pessoas, tornando-as mais independentes. Uma vez que o desenvolvimento socioeconômico tende a favorecer a independência material, intelectual e social das pessoas, ele alimenta um sentimento de segurança existencial e autonomia, que leva as pessoas a priorizar os valores humanísticos de autoexpressão enfatizando a emancipação humana, colocando a liberdade acima da disciplina, a diversidade acima da conformidade e a autonomia acima da autoridade.

Por conseguinte, a constatação de que a escolha autônoma tende a tornar as pessoas mais felizes constitui uma força motriz no processo de desenvolvimento humano. A redução de restrições à escolha humana alimenta um sentimento de autonomia existencial e ênfase no bem-estar subjetivo, cuja força favorece normas e instituições que propiciam a liberdade humana.

Portanto, para os objetivos da redução da pobreza e promoção de desenvolvimento inclusivo e solidário, com base nos autores acima mencionados, o modelo de Estado mais adequado a esses objetivos tem que incorporar algumas características essenciais indicadas pelos mesmos autores, sendo certo que a combinação certa dessas elementos será variável em função do tempo, do nível de desenvolvimento institucional, socioeconômico e democrático de cada país.

O pressuposto de base é o de que o Estado é essencial para provimento, preservação e promoção do bem público, portanto, uma instância indispensável para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento, especialmente em países em desenvolvimento. Para o efeito, segundo Demo (1994), o Estado não tem que ser total ou mínimo. Deve ter

---

<sup>49</sup> Címadamore *et al* (2006) ressaltam que a democracia é, sem dúvida, essencial para a erradicação da pobreza, mas há muitos tipos de participação democrática e de administrações estatais esvaziadas efetivadas através de um processo democrático puramente procedimental talvez menos inclusivo, menos autoritário, e com menor impacto sobre a redução da pobreza do que governos mais recetivos aos movimentos sociais, sindicatos e redes de base que utilizam formas mais diretas e imediatas de participação democrática. Na verdade, as redes e os movimentos sociais de base comunitária informal na prática continuam a ser fatores prioritários determinantes para o bem-estar humano, superando instituições tais como o Estado ou o mercado.

um escopo limitado às funções necessárias, porém fortes e eficazes (Fukuyama, 2005). Assim, necessitam-se de Estados efetivos e indutores do desenvolvimento (Green, 2009), mas, necessariamente, controlado por cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e deveres, considerando que a qualidade do Estado não está nele, mas sim na cidadania organizada que o sustenta (Demo, 1994).

Stiglitz (2007) defende que a eficiência econômica depende da regulamentação e da intervenção apropriada do governo. Por seu turno, Pereira (2008) diz que Estado de bem-estar é o moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que teve a virtude de expandir o setor público e implantar e gerir sistemas de proteção social. Finalmente, Titmuss (1970, apud CIMADAMORE *et al*, 2009) defende a utilidade do conceito de Estado de bem-estar, pela necessidade do capitalismo de mercado manter a *relação de dívida*.

## PARTE II

### CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

## Capítulo 2 - Cabo Verde

### 2.1. História e geografia

Segundo Amaral (2001), o Estado-arquipélago de Cabo Verde situa-se na zona tropical do Atlântico Norte, a cerca de 450-500 km do promontório africano donde lhe veio o nome, entre as latitudes de 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes de 22° 40' e 25° 22' Oeste. Formado por dez ilhas e cinco ilhéus de origem vulcânica, tem uma superfície de 4033 km<sup>2</sup>, um comprimento de costa de aproximadamente 2000 Km<sup>50</sup>, uma zona econômica exclusiva (ZEE) constituída por uma área de 734265 km quadrados<sup>51</sup>.

As ilhas e os ilhéus formam dois agrupamentos segundo a sua posição em relação aos ventos dominantes do nordeste, com a seguinte composição:

a) Grupo Barlavento (a favor do vento): formado pelas ilhas de Santo Antão (779 km<sup>2</sup>), São Vicente (227 km<sup>2</sup>), Santa Luzia (35 km<sup>2</sup>), São Nicolau (343 km<sup>2</sup>), Sal (216 km<sup>2</sup>) e Boavista (620 km<sup>2</sup>), e os ilhéus Branco (03 km<sup>2</sup>) e Raso (07 km<sup>2</sup>).

b) Grupo Sotavento (contra o vento): Santiago (991 km<sup>2</sup>), Maio (269 km<sup>2</sup>), Fogo (476 km<sup>2</sup>) e Brava (64 km<sup>2</sup>), e os ilhéus: Grande (02 km<sup>2</sup>), Luís Carneiro (0,22 km<sup>2</sup>) e Cima (01,15 km<sup>2</sup>)

A capital de Cabo Verde é a cidade da Praia, na Ilha de Santiago. Não obstante, a Constituição da República, no n° 2 do seu artigo 10º, atribuir à cidade da Praia um estatuto administrativo especial, a proposta de Lei n° /VII/2008, da Assembleia Nacional, sobre esta matéria, ainda aguarda a aprovação dessa instância legislativa.

Localizado na zona sub-saheliana, o arquipélago é caracterizado por condições climáticas de aridez e semi-aridez. Conta com duas estações: a das chuvas ou das “águas” muito irregular, de julho a outubro e a estação seca ou o “tempo das brisas”, que vai de dezembro a junho (AMARAL, 2001). A penúria em matéria da disponibilidade da água é uma constante. As secas são frequentes e no passado, até finais da década de 1940, acarretavam, com frequência, a ocorrência de fomes que dizimavam milhares de pessoas.

---

<sup>50</sup> Sobre o comprimento da costa marítima cabo-verdiana existem valores díspares consoante as fontes consultadas. Por exemplo, a informação de 965 km de costa encontra-se disponível em: <[http://www.indexmundi.com/pt/cabo\\_verde/costa\\_maritima.html](http://www.indexmundi.com/pt/cabo_verde/costa_maritima.html)>. Acesso em: 19 set. 2012.

<sup>51</sup> Disponível em: <[http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=1&id\\_channel=23&id\\_page=162](http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=1&id_channel=23&id_page=162)>. Acesso em: 21/06/12.



Base 802990A1 (C00671) 2-04

As primeiras ilhas de Cabo Verde<sup>52</sup> terão sido descobertas, ou, pelo menos, visitadas, em 1 de Maio de 1460, pelo português Diogo Gomes e pelo genovês António de Nola, a serviço do Infante D. Henrique, rei de Portugal. Segundo Amaral (2001), o diploma de 3 de Dezembro de 1460 que apenas faz referência às cinco primeiras ilhas do grupo ocidental: Sam Jacob (Santiago), Sam Filipe (Fogo), De las Mayes (Maio), Sam Christovam (Boavista) e Lana (Sal) que D. Afonso V doou a seu irmão D. Fernando”. Já a Carta de Doação de 19 de setembro de 1462, além das cinco ilhas acima mencionadas refere às cinco restantes e à dois ilhéus ou seja, Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia e Santo Antão, ilhéu Raso e ilhéu Branco, bem como a autorização para o povoamento do arquipélago.

<sup>52</sup> Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666\\_07\\_cap\\_02.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2012.



A ilha de Santiago, doada aos dois descobridores pelo Infante D. Fernando, foi a primeira a ser povoada, porque tinha boas nascentes de água doce, bons portos e, apesar de íngreme, acessos relativamente fáceis ao interior. Antônio de Nola escolhe para sede de capitania a Ribeira Grande, situada no sul da ilha, e Diogo Gomes funda Alcatrazes, na praia da Sra. Da Luz, a norte da ilha de Santiago.

Com muitas dificuldades, diz Amaral (2001), a colonização da Ilha inicia-se a partir de 1462 por aventureiros portugueses, a maioria dos quais provenientes do Algarve, a que se seguiram alguns outros europeus (catalães, genoveses, castelhanos, judeus – cristãos novos, degredados portugueses) negros livres e escravos. As difíceis condições do clima e do solo levaram os colonos, diferentemente do que aconteceu no povoamento dos Açores e da Madeira, a terem de utilizar o trabalho de escravos resgatados na costa da Guiné para o amanho da terra. Dada a sua posição estratégica, nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e o Brasil, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento, com particular destaque no tráfego de escravos. Cedo, o arquipélago tornou-se num centro de concentração e dispersão de homens, plantas e animais.

Considerando-a suficientemente importante, o rei de Portugal, D. João III, solicitou em 1507 ao Papa Clemente VII que Ribeira Grande fosse separada da diocese de Funchal, na ilha da Madeira, para se constituir numa diocese autônoma. Assim, pela Bula Pro Excellenti de 31 de Janeiro de 1533, Cabo Verde e Guiné-Bissau constituíram uma diocese com sede na Ribeira Grande, elevada à condição de cidade, para poder acolher a capital da diocese. Assim, em 1530 Ribeira Grande recebeu a Carta de Vila, tornando-se a primeira capital cabo-verdiana, a sede do primeiro bispado da costa ocidental africana e a primeira cidade mandada construir pelos europeus na África Subsaariana<sup>53</sup>.

Em 1462<sup>54</sup>, foi criada, em Ribeira Grande, a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, pelo que se presume que, nessa época, já havia sacerdotes em Cabo Verde. Nessa cidade encontra-se ainda a mais antiga igreja colonial do mundo, construída em 1495, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, no estilo manuelino, correspondente ao gótico português, tendo sido também a primeira capital eclesiástica e civil em Cabo Verde<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA.

Disponível em: <[http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18/06/12.

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://www.cidadevelha.com/>>. Acesso em 18/06/12)

<sup>55</sup> Nessa Igreja pregou o Pe. Antônio Vieira, em 1652, de passagem para Brasil, vindo de Portugal. Na altura, o que mais surpreendeu ao grande orador português foi o fato de ter encontrado clérigos e cônegos dotados

Diz Pereira (2009) que os primeiros missionários católicos terão sido franciscanos e catalães. Também, segundo o autor, entre 1604 e 1642, estiveram nas ilhas vários padres jesuítas, dos quais destaca a presença do Padre Antônio Vieira.<sup>56</sup>

Por outro lado, como referimos, a cidade de Ribeira Grande teve um papel preponderante no apoio à expansão portuguesa, no desenvolvimento do comércio e de navegação de longo curso. Enquanto a Madeira e as Canárias eram portos de escala nas viagens de ida e os Açores nas de regresso, Cabo Verde<sup>57</sup> assumiu-se desde sempre como uma importante placa giratória da navegação atlântica, onde se cruzavam as rotas da Guiné, do Congo/Angola e do Cabo e aportavam os navios do Brasil e os da rota das Índias de Castela. Compreende-se, assim, a enorme importância geoestratégica do arquipélago, quer para a penetração dos europeus no continente africano, quer como grande centro da teia das grandes rotas atlânticas.

A par disso, Santiago se constitui como a ilha berço da cultura e da nacionalidade cabo-verdianas, em virtude dessa posição geoestratégica de Cabo Verde, a meio caminho entre os continentes africano, europeu, americano e o oriente (asiático), conferindo-lhe um papel central no quadro das trocas comerciais, no tráfico negreiro e no aprovisionamento dos navios em frescos e água.

Registra-se ainda que, pelo porto da Ribeira Grande e outros portos de Cabo Verde passaram alguns célebres navegadores<sup>58</sup>, nomeadamente, Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Pedro Alvares Cabral e Sebastian Dei Cano. Vasco da Gama chegou a cidade da Ribeira Grande, quando se encontrava na descoberta do caminho marítimo para a Índia - Oriente.

---

de uma sabedoria, que segundo ele próprio, faziam inveja aos melhores do Reino (Disponível em: <<http://www.cidavevelha.com/>>. Acesso em: 18/06/12).

<sup>56</sup> Em 1652 Pe. Antônio Vieira sai de Lisboa em novembro e chega a Cabo Verde, cidade da Praia, no dia 20 de dezembro. Nas poucas semanas que permaneceu em Cabo Verde, Vieira apercebe-se da necessidade do reino construir uma escola nessa colônia e escreve no dia 25 de dezembro uma carta ao Príncipe Dom Teodósio e outra ao rei, argumentando sobre a necessidade urgente de se criar uma escola de ensino para os habitantes que, do seu ponto de vista, mostram uma inteligência fora do vulgar e um esclarecimento louvável, sendo, por isso, merecedor da atenção da coroa. Assim, alguns anos depois, seria construída, em Cidade Velha, a primeira escola missionária feita pelos portugueses no continente africano. A partir de então, as relações de Pe. Antônio Vieira com Cabo Verde foram sempre atenciosas e carinhosas, referindo aos Cabo-verdianos como conterrâneos. (Disponível em: <<http://caboverdevida.blogspot.com.br/2011/09/antonio-vieira-sangue-cabo-verdiano.html>>. Acesso em: 18/06/12).

<sup>57</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA. Disponível em: <[http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18/06/12).

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://www.cidavevelha.com/>>. Acesso em: 18/06/12.

Entretanto, segundo Pereira (2009), a partir de meados do século XVI, o arquipélago foi perdendo progressivamente a sua função de entreposto comercial, designadamente de comércio de escravos, que eram enviados maioritariamente para América espanhola (as “Índias de Castela”), onde eram utilizados na exploração mineira e na agricultura.

Diz Pereira que, após a perda da independência de Portugal para o domínio de Castela, em 1580, chegam às ilhas de Santiago e do Fogo alguns colonos castelhanos. Contudo, nessa ocasião, o arquipélago é saqueado pela armada inglesa comandada por Francis Drake em 1585. Para defesa da cidade de Ribeira Grande é construída no morro a fortaleza de São Felipe.

Nos fins do século XVI e na primeira metade do século XVII as ilhas foram sucessivamente atacadas por navios piratas ingleses, franceses e holandeses. Assim, pouco mais de um século após o desenvolvimento florescente do comércio e de enriquecimento das classes abastadas, Ribeira Grande foi caindo em declínio e muitos dos seus habitantes foram-se instalando na então povoação da Praia<sup>59</sup>. Por esse motivo, em 1614, Filipe I nomeia Nicolau de Castilho capitão geral das ilhas, com jurisdição sobre todos os donatários, e a capital passa a ser (a atual) cidade da Praia.

Por regimento de 1650, a Guiné ficava sob dependência administrativa de Cabo Verde.

Em 1712, um assalto de navios franceses a Ribeira Grande, comandados por Jacques Cassard, destruiu a cidade, acelerando e sentenciando definitivamente a sua decadência.

Segundo Pereira (2009) em 1757, no reinado de D. José, o território de Cabo Verde passou a ser administrado pela Companhia do Grão Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal e à qual foi concedido o monopólio do comércio externo. Diz o autor que a administração das ilhas pela companhia durou vinte anos e foi desastrosa quer do ponto de vista económico como do social: as populações foram oprimidas, tendo morrido a fome alguns milhares de pessoas. Só em 1755 morreram de fome 1470 pessoas.

Durante o século XVIII foram povoadas as ilhas de Santo Antão e de São Nicolau e nos finais do século foram povoadas as ilhas de São Vicente e Fogo.

---

<sup>59</sup> Ibid.

Em 1798 estabeleceu-se uma ligação regular bimensal das ilhas com Portugal continental.

No início do século XIX, Cabo Verde exportava milho, algodão, gado, carne salgada, peles, anil, urzela, óleo e sementes de purgueira. O café foi introduzido em São Nicolau em 1790 e nos anos seguintes em outras ilhas, como Santo Antão e Santiago. Em 1798, foi autorizada a pesca da baleia. Em 1800, um decreto levou ao fim da produção de vinho de qualidade, para não fazer concorrência ao vinho do Douro. A população do arquipélago era em 1807, de 58 mil habitantes<sup>60</sup>.

Em 1811 foi criada a Junta de Melhoramentos da Agricultura. Um decreto de 16 de Julho de 1822 toma medidas para o desenvolvimento econômico das ilhas.

Em 1835 a Guiné passou a integrar a distrito de Cabo Verde, que em 1879 constituía uma província autônoma<sup>61</sup>.

Em 1838 Inglaterra é autorizada a construir no Porto Grande em São Vicente um depósito de carvão, combustível para os navios intercontinentais que passaram a fazer escala na Ilha. Nesse ano, a capital do arquipélago é transferida para o Mindelo, no Porto Grande, mas só é elevada a categoria de cidade em 1874, contando então com 17 mil habitantes<sup>62</sup>. No mesmo ano (1874) os ingleses foram autorizados a instalar cabos submarinos no Porto de São Vicente, ligando-o à ilha da Madeira, ao resto da Europa e ao Brasil. Sete anos depois, os cabos foram estendidos até à cidade da Praia, ligando-a igualmente à Europa e à África Oriental. Também, em 1923, a Itália foi autorizada a instalar cabos submarinos em São Vicente, estendendo a sua ligação à América do Sul<sup>63</sup>.

Entretanto, com a abolição da escravatura<sup>64</sup> foi criado um fundo especial de colonização para cobrir as despesas feitas com os colonos que demandavam as ilhas. A partir de 1876 foram executados estudos hidrológicos e meteorológicos, por forma a

---

<sup>60</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA.

Disponível em: <[http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18/06/12).

<sup>61</sup> Ibid.

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://imiigrantes.no.sapo.pt/page2caboverde.html>>. Acesso em: 18/06/12.

<sup>63</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA. Disponível

em: <[http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18/06/12.

<sup>64</sup> Em 1842, a rainha D. Maria II e a rainha Vitória de Inglaterra assinaram o tratado destinado à abolição da escravatura. Mas só em 25 de Fevereiro de 1869, por decreto do rei D. Luís é que foi proclamada a abolição da escravatura em todo o Império Português, até ao termo definitivo de 1878 (disponível em: <<http://passadocurioso.blogspot.com.br/2008/03/abolio-da-escravatura.html>>; <<http://oficinadahistoriad.blogspot.com.br/2008/12/abolio-da-escravatura-em-portugal.html>>. Acessos em: 20/06/12).

minorar as secas que ciclicamente afetavam o arquipélago e se saldavam por centenas de mortes.

Importa destacar que desde os primórdios da ocupação e povoamento de Cabo Verde, várias foram as formas de resistência (tanto pacífica como violenta) à dominação colonial portuguesa. Houve diversas revoltas no arquipélago, nomeadamente, contra a administração tributária colonial - pelo elevado número de taxas estatais -, em reação às inúmeras injustiças praticadas pelos grandes latifundiários e pelas aspirações causadas pela abolição da escravatura e independência do Brasil<sup>65</sup>.

Portanto, até à Segunda Guerra Mundial, os movimentos sociais foram sistematicamente reprimidos, com recursos a enforcamentos, chicotadas, palmatoadas e outras sevícias corporais, deportação entre as ilhas ou para outras colônias ultramarinas, como aconteceu com Nhô Ambrose (Senhor Ambrósio), que foi degredado para Angola<sup>66</sup>. Finalmente, as ideias de autonomia ou de independência nacional começam a consolidar-se nos anos 40 com a geração liderada por Amílcar Cabral<sup>67</sup>.

Ressaltamos ainda que 1939 arrancaram as primeiras obras aeroportuárias em Espargos, na ilha do Sal, realizadas pela companhia italiana de navegação aérea, LATI. Entre 1960 e 1963 foram modernizadas as infraestruturas aeroportuárias dos Espargos para acolher aviões a propulsão do tipo Boing B-707. A *South Africa Airways* tornou-se, até a queda do apartheid na África do Sul, a principal utilizadora dos serviços deste aeroporto.

Entretanto, o elevado ritmo do crescimento demográfico, uma agricultura atrasada e incapaz de responder às necessidades de consumo interno e uma indústria praticamente inexistente, criaram um grande desequilíbrio entre a população e os recursos disponíveis. Nesta circunstância, a emigração se configurava e se consolidava como um fenómeno estrutural da sociedade cabo-verdiana, apresentando-se, por isso, como a única solução possível para o restabelecimento do equilíbrio acima mencionado. Os que emigram são maioritariamente do sexo masculino e, quase sempre, deixam suas famílias no país, ficando as mulheres com a responsabilidade de se ocupar, não só da educação dos filhos, mas também de trabalhar nas obras públicas e privadas (estas em menor escala) ou como

---

<sup>65</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA. Disponível em: <[http://www.auev.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.auev.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18/06/12).

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> Ibid.

autônomas para assegurar a subsistência da família. Além disso, são-lhes incumbidas, tradicionalmente, tarefas relacionadas às atividades agrícolas e conexas<sup>68</sup>.

No período do Estado Novo<sup>69</sup> em Portugal (1932/74), Cabo Verde passou também a ser um destino para os opositores ao regime que eram enviados para a Colônia Penal do Tarrafal, hoje Museu da Resistência, na ilha de Santiago. Nas ilhas iam ganhando importância acrescida a consciência de nacionalidade, em que o movimento literário *Claridade* teve ação de relevo, a partir dos anos 1935/40 e que tomou um cunho político com a criação, em 1956, por Amílcar Cabral, do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) que, a partir de então, iniciou a luta armada e política pela libertação e independência dessas duas colônias portuguesas. A Guiné Bissau, após 10 anos de luta armada, tinha já reunido as condições para a concretização do projecto de criação de um Estado. A Assembleia Nacional Popular, reunida nas zonas libertadas de Madina de Boé proclamou, a 24 de setembro de 1973, a República da Guiné-Bissau como Estado independente e soberano<sup>70</sup>. Assim, forma-se um executivo e adopta-se a primeira Constituição do país. Referimos que, no mesmo ano, foi assassinado Amilcar Cabral, o líder histórico do movimento para a emancipação das ex-colônias portuguesas e da África em geral.

Naquela época, além da crise econômica que Portugal atravessava, do seu atraso e isolamento em relação aos restantes países da Europa Ocidental, uma outra questão importante a marcar o debate político nesse tempo foram as guerras coloniais. Portugal ainda possuía algumas colônias, como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A manutenção dessas possessões e os recursos despendidos no combate às lutas pela independência agravaram ainda mais as finanças públicas portuguesas. Assim, esses condicionalismos associados à insatisfação dos portugueses com o Estado Novo, nomeadamente, a duração do regime e o autoritarismo

---

<sup>68</sup> Ibid.

<sup>69</sup> Em geral, o Estado Novo caracterizou-se como um período autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista. Em razão disso, é comum encontrarmos autores que associam o fascismo italiano ao salazarismo. Por outro lado, o Estado Novo assumiu determinadas posições que lembram bastante os governos de Getúlio Vargas, no Brasil, e de Juan Perón, na Argentina: uma preocupação em moldar ideologicamente a sociedade da época nos planos: social, econômico, jurídico e cultural. Um dos traços fundamentais do Estado Novo foi o corporativismo ou seja, o regime assumiu uma postura antiparlamentar, enfraquecendo a Assembleia Nacional, e antipartidária, suprimindo todas as legendas e oficializando apenas a União Nacional, que apoiava o governo. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/estado-novo-portugal.jhtm>>. Acesso em 20/06/12.

<sup>70</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA. Disponível em: <[http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18/06/12.

que o caracterizou culminaram no golpe de Estado, liderado por oficiais do exército português que, em 25 de abril de 1974, de maneira pacífica, derrubaram o governo de Marcelo Caetano e conduziram a transição para o novo regime, mediante a criação de uma junta provisória e realização das eleições, as quais representaram o fim do Estado Novo<sup>71</sup>.

Após o golpe militar, também conhecido como Revolução dos Cravos, a 19 de dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e o Governo colonial, instaurando-se um Governo de Transição em Cabo Verde (PORTUGAL. Conselho de Estado. Lei n.º 13/74, de 17 de dezembro de 1974), o qual preparou as eleições para a Assembleia Nacional Popular e a independência, proclamada em 05 de julho de 1975.

Cabo Verde tem como língua oficial o português e o *crioulo* como língua nacional.

## 2.2. A organização política e administrativa

Como referimos atrás, o país é tradicionalmente dividido em 2 regiões geográficas ou grupo de ilhas, definidos pela sua posição em relação aos ventos Alísios vindos do continente africano, porém sem qualquer significado administrativo. O grupo Barlavento por se situar do lado de onde sopra o vento, situado ao norte é constituído por 06 ilhas, sendo uma, Santa Luzia, ainda não habitada e o grupo Sotavento, constituído por 04 ilhas, situadas ao sul. As três ilhas mais orientais, Sal, Maio e Boavista, têm um relevo mais plano e um clima mais árido por estarem expostas aos ventos secos e quentes do deserto de Sahara<sup>72</sup>

Segundo Monteiro (2007), existia por altura da Independência Nacional 13<sup>73</sup> municípios e 31 freguesias, situação que se manteve inalterada até dezembro de 1991, aquando da criação do Concelho e Município dos Mosteiros, na ilha do Fogo. O até então concelho/município do Fogo foi dividido em Concelho/município de São Filipe e concelho/município dos Mosteiros.

---

<sup>71</sup> Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/estado-novo-em-portugal-regime-salazarista-foi-marcado-pelo-autoritarismo.htm>>. Acesso em: 20 set. 2012.

<sup>72</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA.

Disponível em: <[http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18/06/12).

<sup>73</sup> Mas, de fato, por ocasião da independência nacional, em 1975, existiam 14 municípios, sendo Santa Cruz o décimo quarto Município, criado em 1971.

Portanto, administrativamente, o território de Cabo Verde encontra-se subdividido em concelhos/municípios, que, por sua vez, se subdividem em freguesias. A divisão oficial, desde 2005<sup>74</sup>, contempla 22 concelhos/municípios e 32 freguesias<sup>75</sup>.

Sotavento tem 14 concelhos/municípios e 18 freguesias, com a sua sede na cidade da Praia, também capital do país, na Ilha de Santiago. Apenas 04 ilhas possuem mais de um concelho/município, das quais Santiago tem 09: Praia, Ribeira Grande de Santiago, São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Santa Catarina de Santiago, Santa Cruz, São Miguel e Tarrafal de Santiago; Santo Antão tem 03: Ribeira Grande de Santo Antão, Paul e Porto Novo; Fogo tem 03: São Filipe, Santa Catarina do Fogo e Mosteiros; São Nicolau tem 02: Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau. As restantes ilhas: São Vicente, Sal, Boavista, Maio e Brava têm um concelho/município, tendo cada um deles o nome da ilha em que se situam. A 10ª ilha e a mais pequena do arquipélago é Santa Luzia, que não é ainda habitada e encontra-se sob a jurisdição do Município de São Vicente.

Cabo Verde é uma República soberana, unitária e democrática, baseada na lei constitucional de 1992, revista em 1999 e em 2010<sup>76</sup>. Das alterações introduzidas na última revisão destaca-se o reforço dos poderes do Presidente da República, a independência da justiça e a questão da fiscalidade. De resto, garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça. Reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social e assegura o pleno exercício, por todos os cidadãos, das liberdades fundamentais. Tem como objetivo fundamental a realização da democracia económica, política, social e cultural e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

A Assembleia Nacional (Parlamento) possui uma única Câmara, composta por 72 deputados eleitos por sufrágio universal, para maiores de 18 anos, e sistema proporcional

---

<sup>74</sup> Lei nº 63/VI/2005 cria o Município da Ribeira Grande de Santiago. B.O. nº 19, de 09 de maio de 2005, I Série; Lei nº 64/VI/2005 cria o Município de São Lourenço dos Órgãos na Ilha de Santiago. B.O. nº 19, de 09 de maio de 2005, I Série; Lei nº 65/VI/2005 cria o Município de São Salvador do Mundo na Ilha de Santiago. B.O. nº 19, de 9 de maio de 2005, I Série; Lei nº 66/VI/2005 cria o Município de Santa Catarina na Ilha do Fogo. B.O. nº 19 de 9 de maio de 2005, I Série; Lei nº 67/VI/2005 cria o Município do Tarrafal de São Nicolau. B.O. nº 19, de 9 de maio de 2005, I Série.

<sup>75</sup> Disponível em: <http://www.sit.gov.cv/caboverde/pt/inicio/catalogo-de-servicos.html>>. Acesso em: 23 jun 2012.

<sup>76</sup> Disponível em: <<http://www.governo.cv/>>. Acesso em: 21/06/12).



de representação. Há eleições presidenciais e parlamentares de cinco em cinco anos e municipais de quatro em quatro anos. O Supremo Tribunal é um órgão de soberania independente, cujos juízes são designados pela Assembleia Nacional<sup>77</sup>.

Cabo Verde reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana de governo, a democracia pluralista, a separação e a interdependência dos poderes, a separação entre as Igrejas e o Estado, a independência dos Tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização democrática da Administração Pública<sup>78</sup>.

A soberania pertence ao povo, que a exerce pelas formas e nos termos previstos na Constituição. O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática, devendo respeitar e fazer respeitar as leis. As leis e os demais atos do Estado, do poder local e dos entes públicos em geral, só serão válidos se forem conformes com a Constituição.

O poder político é exercido pelo povo através do referendo, do sufrágio universal e pelas demais formas constitucionalmente estabelecidas. Para além da designação por sufrágio dos titulares dos órgãos do poder político, estes poderão ser também designados pelos representantes do povo ou pela forma constitucional ou legalmente estabelecida<sup>79</sup>.

O Programa de Governo de 1981/85 consagra o Poder Local como poder político, devendo os seus órgãos ser eleitos democraticamente, o Programa de 1986/90 insiste na necessidade de aplicação progressiva da descentralização, sendo nesse período que se tomam as medidas de carácter legislativo em matéria de Poder Local: a Lei de Bases das Autarquias Locais (Lei 47/III/89), a Lei Eleitoral Municipal (Lei 48/III/89), a Lei da organização e funcionamento da administração municipal (Decreto-Lei 52-A/790), a lei das Finanças Locais (Decreto-Lei 101-0/90) e a Lei dos Gabinetes Técnicos Inter-Municipais (Decreto-Lei 101/11/90) que encontram aplicação prática após a eleições legislativas de 1991. Em 1987 foi também publicada a Lei das Associações (Lei 78/III/87)<sup>80</sup>.

Em finais da década de 1980 e em 1990, diversos programas de governo insistiram na necessidade de descentralização administrativa e diversas disposições legislativas, como

---

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73198707/3/A-descentralizacao-em-Cabo-Verde>>. Acesso em 29/06/12).

a Lei de Bases das Autarquias Locais (Lei 47/III/89), a Lei Eleitoral Municipal (Lei 48/III/89), A Lei da Organização e Funcionamento Municipal (DL nº. 52 - A /90) e a lei das finanças locais DL nº. 101 - 0/90, outorgaram o enquadramento jurídico necessário à concretização daquele objetivo.

Contudo, só após a introdução do sistema multipartidário e das primeiras eleições democráticas para os órgãos municipais em 1992, parlamentares e presidenciais em 1991, instituiu-se, no país, uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna. Hoje Cabo Verde é um país com estabilidade e paz sociais, pelo que goza de crédito junto de governos, empresas e instituições financeiras internacionais.

Atualmente, a bipolarização política é uma realidade na sociedade cabo-verdiana, reagrupada em torno dos dois principais partidos políticos: o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), no poder desde de 2001 e o Movimento Para a Democracia (MPD). Além destes, há os pequenos partidos como o Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS), este de caráter regional, o Partido da Convergência Democrática (PCD), o Partido da Renovação Democrática (PRD), a União Cabo-verdiana, Independente e Democrática (UCID) e o Partido Social Democrática (PSD), todos com muito pouca implantação nacional.

### **2.3. A cultura**

Fruto da miscigenação de europeus livres, nomeadamente portugueses e escravos da costa africana, o povo cabo-verdiano é mestiço e, de igual modo, a sua cultura, língua nacional, música e culinária.

Alicerçada numa matriz tropicalista, mas também judaico-cristã e greco-latina, a cultura cabo-verdiana possui características singulares, polarizada em dois extremos, que lhe dão um cunho de universalidade: o ocidente e o sul, a Europa e a África encontram-se bem presentes na singularidade dessa cultura de homogênea diversidade (SPINOLA, 1986). Além dessa intrínseca ligação à dinâmica do mundo atlântico, Cabo Verde, segundo Ribeiro (1962, apud PEREIRA, 2011, p. 25) também funcionou como uma espécie de estância de concentração, experimentação e difusão de plantas, animais e pessoas.

Por tudo isso, nas palavras judiciosas de Orlando Ribeiro, em Cabo Verde o campo é mediterrânico, na forma como os terrenos são

amanhados, as plantas são americanas e alimentação é africana, o que nos confere uma dimensão universal na nossa própria maneira de ser, em consequência da localização geográfica do arquipélago que, simultaneamente funcionou como instrumento universalizador, pela função que teve como receptor e irradiador dos elementos em presença na construção e permanência do fator humano nas ilhas de Cabo Verde.

No domínio religioso predomina o cristianismo, nomeadamente o catolicismo professado por 96% da população.

Assim, como atrás referimos, enquanto país com uma privilegiada posição geoestratégica, encontrando-se, praticamente, no centro do mundo ocidental, entre o Norte e o Sul, o Ocidente e o Oriente, na rota das grandes linhas de navegação e de comércio, Cabo Verde serviu durante muito tempo de placa giratória e de entreposto de escravos trazidos da África e enviados depois para a América do Sul, pelo que acabou por ser um importante laboratório de língua e de aculturação, com a latinização dos escravos destinados às outras colônias e ao povoamento das ilhas a partir de 1462. Assim sendo, desde cedo se sedimentou no seio dos escravos aculturados pelo encontro da cultura europeia com diversas culturas, presentes na diversidade cultural dos escravos trazidos de várias regiões africanas, a abertura e receptibilidade ao diferente, ao estranho, que ao longo do tempo se traduziu numa capacidade de assimilação e moldagem do outro, consoante as necessidades e os contextos, ao ponto de conseguir transformá-lo em algo totalmente diferente e novo (SPINOLA, 1986). Assim se explica, por exemplo, a singularidade de algumas manifestações culturais em que se notam, claramente, laivos da África e da Europa, ao mesmo tempo em que delas se distancia. Nessa perspectiva,

A identidade caboverdiana é produto de reelaborações das diversas identidades em contato e, por isso, não há entre os caboverdianos a reivindicação de uma raiz étnica, mas sim, a afirmação de valores coletivos. Porém, o termo “étnico” pode ser equiparado à noção “caboverdianidade”, indicando que a mestiçagem extirpou as raízes étnicas, incluindo a todos numa identidade singular. Assim, a caboverdianidade pode se atrelar à identidade cultural compartilhada na “nova pátria”, à qual a geração de caboverdianos (pretos, brancos e mulatos) deve lealdade. A mestiçagem cessou os vínculos étnicos com as

terras distantes, e forjou-se a categoria povo, no sentido de coletividade de cidadãos. Assim, desenvolveram-se as classes e os grupos sociais. Cabo Verde deixa de ser prisão de escravos e brancos degredados para se constituir a “nova pátria”, a qual as gerações de caboverdianos devem lealdade (BENTO, 2010, p.?)<sup>81</sup>.

A descontinuidade territorial do arquipélago e o mar possibilitaram, por outro lado, que essas transformações se processassem de forma diferente no todo territorial, permitindo, por conseguinte, fenômenos de aculturação diversos e, portanto, manifestações culturais diversificadas, com *nuances* próprias de ilha para ilha, ao mesmo tempo semelhantes devido (a matriz) alguns pontos comuns (SPINOLA, 1986). Esse mesmo fator de diversificação constituiu ainda um importante meio de aproximação e necessidade do conhecimento, da descoberta do outro, pelo que, desde sempre, o cabo-verdiano cultivou esse gosto de ir mais além, de viajar e transpor o umbigo ilhéu, à procura de novos horizontes; sendo certo também que foi imprescindível e determinante, nesse processo, o contexto geo-social e histórico da seca, fome e abandono, que ditaram também a necessidade de procura de melhores condições de vida em outros países (SPINOLA, 1986).

Em Cabo Verde a língua oficial é o português. Mas o Estado vem promovendo as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, o cabo-verdiano, que é “*um crioulo de base lexical portuguesa*” (CARDOSO, 2005, p. 3). O crioulo cabo-verdiano reveste-se de particular importância para o estudo da crioulistica por apresentar as seguintes características<sup>82</sup>: i) ser um dialeto originário do arquipélago de Cabo Verde, ii) ser conhecido e falado por quase todos os cabo-verdianos, iii) ser o mais antigo, iv) ser o crioulo de base portuguesa com o maior número de falantes nativos, v) ser o crioulo mais estudado, vi) ser um dos poucos crioulos em vias de se tornar uma língua oficial, vii) ser usado como segunda língua por descendentes de cabo-verdianos na diáspora. Além disso, o crioulo cabo-verdiano reveste-se de importância para o estudo diacrónico da língua portuguesa pelo fato de ter conservado algum léxico, alguma fonologia e alguma semântica do português dos Séc. XV a XVII.

---

<sup>81</sup> Disponível em: <<http://pro-africa.org/a-ideia-de-cultura-caboverdiana/>>. Acesso em 24 jun. 2012.

<sup>82</sup> Disponível em: <[https://portoncv.gov.cv/portal/page?\\_pageid=118,188596&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_dominio=28&p\\_menu=12&p\\_item=296](https://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=28&p_menu=12&p_item=296)>. Acesso em: 24 jun. 2012.

## 2.4. A economia

Se por um lado, a independência nacional, em 1975, representou uma oportunidade para Cabo Verde romper com a situação de subdesenvolvimento e pobreza e encetar a construção do processo de seu desenvolvimento (JÚNIOR, 2007, apud MENDES, 2010), por outro lado, ela interpelou o Governo e os cabo-verdianos e cabo-verdianas, em geral, a uma séria reflexão sobre o problema da sua viabilidade econômica. Pois, trata-se de um país com escassos recursos naturais, ainda carente de capital humano e infraestruturas essenciais ao seu desenvolvimento e consolidação da sua independência. Com um PIB real *per capita*, em 1975, de 190 dólares, a sua viabilização econômica tem sido impulsionada, sobretudo, com recursos financeiros do exterior, tais como as remessas dos emigrantes, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e o Investimento Direto Estrangeiro<sup>83</sup> (IDE) (MENDES, 2010; TAVARES, 2010; TOLENTINO *et al.* 2009).

Assente em um modelo econômico estatizado que vigorou até 1990 e na ajuda pública ao desenvolvimento, o volume de investimentos públicos realizados cresceu entre 1978/1981 à taxa média anual de 32% e continuou elevado ao longo do período de 1980 a 1990, principalmente a nível da construção de infraestruturas econômicas e sociais. (MENDES, 2010).

Constatou-se também melhorias importantes no concernente à evolução do PIB *per capita*.

por exemplo, em 1975 era de US\$190, já em 1980 chegou a cerca de US\$550, atingindo essa média até 1985, para depois aumentar significativamente, atingindo cerca de US\$900 em 1990. Portanto, se verificou um crescimento extraordinário do PIB *per capita* durante os primeiros quinze anos pós-independência, que se traduziu, entre outros fatores, na melhoria das condições de vida das populações Cabo-verdianas (IMF, 2009, apud MENDES, 2010, p. 53).

Por seu turno, segundo FMI<sup>84</sup> (2009, apud MENDES, 2010), a taxa de crescimento do PIB também foi alta durante este período, com destaque para os anos 1981, 1983 e

---

<sup>83</sup> No entanto, o IDE adquire relevância econômica a partir da década de 1990, com a abertura do país ao multipartidarismo e à economia de mercado.

<sup>84</sup> Fundo Monetário Internacional.

1985, em consequência das políticas implementadas, designadamente, o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Entretanto, a partir de 1985, com a diminuição dos fluxos de financiamento externos, o modelo (voltado para dentro) começou a dar sinais de esgotamento, traduzidos na queda da taxa de crescimento do PIB, passando de 8,7% em 1985 para cerca de 0,8% em 1990.

A transição democrática em 1991 foi o fato político determinante para as reformas estruturais que derem novo dinamismo e orientação ao processo de desenvolvimento de Cabo Verde. O novo modelo econômico adotado a partir de 1992, baseado na economia de mercado, tinha como elementos principais o reforço do papel do setor privado como agente econômico direto, redução da intervenção do Estado na economia, abertura ao investimento externo e uma inserção plena e dinâmica do país no sistema econômico mundial (ROCHA, 2008, apud MENDES, 2010).

O resultado das reformas implementadas se traduziu numa contínua recuperação econômica após a recessão de 1990, tendo o PIB crescido 3,0%, 7,3%, 6,9% e 7,8% em 1992, 1993, 1994 e 1995, respectivamente (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1998, apud MENDES, 2010). Esta evolução foi impulsionada, fundamentalmente, por uma maior procura interna para o crescimento, uma taxa de inflação média relativamente baixa, de 5% ao ano, às quais se refletiram na aceleração dos investimentos públicos e privados que, aliado às exportações de bens e serviços, foram as variáveis que mais contribuíram para o crescimento da economia cabo-verdiana na década de 1990<sup>85</sup>, com especial destaque para 1999, ano em que se verificou a mais alta taxa de crescimento do PIB, em cerca de 12% (BCV<sup>86</sup>, 2000; FMI, 2009).

Entretanto, não obstante os resultados positivos obtidos em alguns setores, como, por exemplo, o de infraestrutura, da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial, não se atingiram os objetivos de redução do desemprego que, de 1996 a 2000, atingiu uma taxa média elevada, de 27% (BCV, 2001, apud MENDES, 2010).

De 2000 a 2009 a taxa de crescimento do PIB continuou a evoluir de uma forma muito positiva, atingindo uma média anual de 6%, devido a dinâmica do consumo das famílias, consumo público, investimentos, exportações e importações (BCV, 2009, apud MENDES, 2010).

---

<sup>85</sup> Ibid.

<sup>86</sup> Banco (Central) de Cabo Verde

Este crescimento sustentado do PIB e os progressos verificados nas áreas sociais, nomeadamente, educação e saúde, determinaram uma melhoria progressiva do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e de um recuo da pobreza absoluta. Em consequência deste progresso contínuo, Cabo Verde deixou de integrar o grupo dos países menos avançados (PMA), em 2008, passando para a categoria de país de desenvolvimento médio.

Em contrapartida, a dívida externa cresceu a uma taxa média anual de 5% durante o período 2000-2006, enquanto o serviço da dívida cresceu a uma taxa média anual de 6% durante o mesmo período. O peso do serviço da dívida é considerável para um pequeno e vulnerável país como Cabo Verde, atingindo a dívida externa valores superiores a 50% do PIB, o que constitui uma séria preocupação para o Governo (CABO VERDE, 2007, apud MENDES, 2010). A dívida externa cresceu 3,8% em 2006 e continua sendo contratada com credores multilaterais (80%) e com credores bilaterais (19%), majoritariamente em condições muito concessionais (taxas de juro médias de 1%, períodos de carência em torno de 5 a 10 anos e prazo de maturidade média de 20 anos) (BCV, 2007, apud MENDES, 2010).

Importa destacar que a economia cabo-verdiana diferencia-se da maior parte da dos países africanos, não tanto pelo nível de desenvolvimento real, muito acima da média das economias-tipo da África Ocidental, mas principalmente pela sua estrutura, onde o domínio do peso do setor terciário (cerca de 70% do PIB em 2005 e mais de 66% do emprego) a faz aproximar da estrutura típica das economias desenvolvidas<sup>87</sup>. Assim sendo, a economia concentra-se nos serviços, que representaram mais de 80% do PIB em 2010. O turismo é o motor do crescimento econômico em Cabo Verde. Ao longo da última década tornou-se o setor mais importante da economia, representando 60% das exportações totais, 20% do PIB e 90% do IDE, em 2011<sup>88</sup>.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde em 2005 era de 1035 milhões de dólares, e o PIB *per capita* de 2063 dólares<sup>89</sup>. Em 2007, o PIB atingiu o montante de

---

<sup>87</sup> Caixa Geral de Depósitos, 2007.

<sup>88</sup> Disponível em:

<<http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/PDF/Cabo%20Verde.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

<sup>89</sup> Caixa Geral de Depósitos, 2007.

1.429,5 milhões de dólares e o PIB *per capita* 2.893 dólares<sup>90</sup>. Em 2010 o PIB foi de 1 861 milhões de dólares e o PIB *per capita* de 3.402 dólares<sup>91</sup>.

O volume de exportações de bens e serviços em 2005 era de 166 milhões de dólares e volume de importações de 501 milhões de dólares<sup>92</sup>.

Ao longo desse período, 2000-2009, tanto as importações como as exportações de bens e serviços, registraram taxas de crescimento crescentes, principalmente as exportações. Em 2001, tanto as importações como as exportações cresceram a taxas reais determinada pelo aumento registrado nos serviços (viagens de turismo em 39,5% e transportes aéreos 17,7%) (MENDES, 2010).

Os recursos econômicos de Cabo Verde tradicionalmente dependem, sobretudo, da agricultura, pecuária, pesca, remessa dos emigrantes e, recentemente, do turismo. A agricultura e a pecuária sofrem os efeitos das secas cíclicas, sendo as culturas mais importantes o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca<sup>93</sup>.

O sector da indústria encontra-se num processo de forte desenvolvimento, destacando a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extração de sal e artesanato. A banana, as conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções são os principais produtos exportados<sup>94</sup>.

A moeda corrente é o escudo de Cabo Verde que detém uma paridade fixa com o euro, no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial entre a República Portuguesa e a República Cabo-verdiana, realizado em 1998<sup>95</sup>. As remessas da emigração, a ajuda internacional, gestão rigorosa dos pagamentos ao exterior preservam a estabilidade da moeda cabo-verdiana.

Cabo Verde, consciente do enorme potencial turístico das suas ilhas, tem vindo a investir em projetos de infraestruturas básicas, nomeadamente, rede de distribuição de água

---

<sup>90</sup> Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/74408674/Plano-Estrategico-Desenvolvimento-do-Turismo>>. Acesso em: 18 set. 2012.

<sup>91</sup> Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_PT\\_Tables.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Tables.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2012.

<sup>92</sup> Caixa Geral de Depósitos, 2007.

<sup>93</sup> Disponível em: <<http://www.governo.cv/>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

<sup>94</sup> Ibid.

<sup>95</sup> Segundo esse Acordo, a moeda nacional cabo-verdiana passa a estar ligada à moeda nacional portuguesa, por uma relação de paridade fixa (1,00 Escudos Portugueses (PTE) equivale a 0,55 Escudo de Cabo Verde (CVE); e 1€ = 110.265 CVE). Portugal garante a convertibilidade da moeda cabo-verdiana e põe à disposição de Cabo Verde uma facilidade de crédito para o reforço das suas reservas cambiais. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/dec24-1998.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2012.



potável, vias de comunicação rodoviária, transportes aéreos e marítimos, além de outros benefícios como bonificações nas aquisições de terrenos, incentivos fiscais e facilidades aduaneiras necessários à captação do investimento, nomeadamente o externo, e desenvolvimento do turismo, uma das prioridades do desenvolvimento da economia cabo-verdiana<sup>96</sup>.

A estabilidade política, o empenho dos sucessivos governos na construção e consolidação da democracia e a situação geográfica do arquipélago, beneficiando das influências climáticas da proximidade a África e da equidistância à Europa e América do Sul, fazem de Cabo Verde um país com grande potencial de eleição para o investimento estrangeiro, principalmente na área do turismo e outras que possam promover ou apoiar seu desenvolvimento<sup>97</sup>.

Todos os relatórios de acompanhamento macroeconômicos, produzidos nos últimos anos pelo FMI, Grupo de Apoio Orçamental<sup>98</sup> e pela Agência de *Rating*<sup>99</sup>, têm constatado um bom desempenho e estabilidade macroeconômico do País, da gestão orçamental e das finanças públicas, da estabilidade cambial e monetária. Além disso, têm feito avaliações positivas do comportamento do risco soberano do País. Recentemente, a nível nacional, o Banco de Cabo Verde fez uma avaliação satisfatória do comportamento macroeconômico do País e fez uma previsão de crescimento do PIB, no intervalo de 4 a 6 %<sup>100</sup>. Orçamento do Estado (OE) para 2013 prevê um crescimento da economia de Cabo Verde de 5% e uma taxa de inflação entre 2,5% e 3,5%<sup>101</sup>.

---

<sup>96</sup> Disponível em:

<[http://www.portugalcoverde.com/item2\\_detail.php?lang=1&id\\_channel=33&id\\_page=95&id=100](http://www.portugalcoverde.com/item2_detail.php?lang=1&id_channel=33&id_page=95&id=100)>.

Acesso em: 18 set. 2012.

<sup>97</sup> Ibid.

<sup>98</sup> O GAO é integrado por avaliadores de Portugal, Espanha, Holanda, Áustria, Luxemburgo, União Europeia (UE), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Reúne-se semestralmente, na cidade da Praia, para avaliar a implementação do Orçamento do Estado (OE).

<sup>99</sup> Com a função de classificação de risco de crédito (do inglês *credit rating agency*) atribui notas de risco de crédito tanto aos Estados nacionais como às entidades subnacionais, públicas e privadas, empresas, especialmente, bancos. O objetivo da classificação é mostrar a capacidade efetiva de pagamento de dívidas, no prazo contratual acordado entre as partes.

<sup>100</sup> Disponível em: <<http://www.governo.cv/>>. Acesso em: 17 set. 2012.

<sup>101</sup> Disponível em: <<http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/10/22/economia-de-cabo-verde-com-previsao-de-5-de-crescimento-em-2013/>>. Acesso em: 08 nov.2012.

## 2.5. A emigração e as remessas dos emigrantes

### 2.5.1. A emigração

Contrariamente ao que muita gente pensa, cerca de metade dos migrantes desloca-se entre os países em desenvolvimento. Porém, independentemente da direção dos fluxos migratórios, as migrações têm três principais fatores determinantes: i) a atração das mudanças demográficas e das necessidades do mercado de trabalho nos países de alto rendimento; ii) o impulso dos desequilíbrios salariais entre as regiões ricas e as regiões pobres e das crises sociais e políticas nos países em desenvolvimento; iii) as redes intercontinentais ancoradas em laços familiares, culturais e históricos (TOLENTINO *et al*, 2008).

As migrações africanas distinguem-se pelas seguintes características: i) crescente feminização, representando as mulheres cerca de 47% dos migrantes africanos, ii) urbanização, com a África a apresentar uma das taxas mais altas do mundo, 3,5% ao ano, fenómeno que provoca fortes movimentos de população na região, iii) grande número de refugiados e de pessoas deslocadas principalmente na África Central e do Oeste, iv) movimentos migratórios entre os Estados africanos e entre estes e as antigas metrópoles, de índole marcadamente histórico, linguístico e cultural (TOLENTINO *et al*, 2008).

Segundo Tolentino *et al* (2008) é geralmente aceite a afirmação de que o número de cabo-verdianos no estrangeiro é maior do que o número de residentes no território nacional. De acordo com a investigadora Marzia Grassi (apud, TOLENTINO *et al*, 2008) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, são 476.000 os residentes nas ilhas e cerca de 500.000 os que vivem no estrangeiro, dos quais, 250.000 nos Estados Unidos da América, 106.000 em Portugal, 37.500 na Holanda, 35.000 em Angola, 22.500 no Senegal, 50.000 distribuídos entre Espanha, Brasil, Canadá, Itália e Alemanha. Mas, para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a diáspora representa dois terços da nação cabo-verdiana ou seja, mais de 800 mil pessoas residentes em 25 países. A população cabo-verdiana é de 491.875 pessoas residentes no país, segundo dados do Censo 2010<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> Disponível em: <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=1>. Acesso em: 14/08/12.

É nesta base que Tolentino *et al* (2008) argumentam que todas as estimativas situam a soma das pessoas geralmente consideradas membros da comunidade cabo-verdiana no estrangeiro entre 50% e 75% da nação global<sup>103</sup> ou seja, entre 500.000 e 800.000 pessoas, o que, por conseguinte, confere a Cabo Verde a quarta ou quinta taxa de emigração mais alta do mundo.

Para a compreensão da amplitude e da importância histórica do fenómeno migratório cabo-verdiano, Tolentino *et al* (2008, p. 116) afirmam que, de certo modo,

Os cabo-verdianos resultaram de movimentos migrantes dos continentes africano e europeu, cresceram migrando entre as ilhas, depois deixaram para trás as fronteiras e aqueles que na realidade não viajaram, fantasiaram a emigração porque todos têm alma de migrante, circunstância com diversas implicações na vida de cada um e na relação do poder político com a sociedade e o mundo que lhes serve de território.

No mesmo sentido argumenta Grassi (2006) que, há mais de um século, emigrar (livremente) para os Estados Unidos, Portugal ou Holanda é vivido pelos jovens cabo-verdianos como uma espécie de predestinação e, também, como uma esperança e um sonho de realização. Segundo a autora, esta sina e necessidade de realização coexistem e conflituam com o forte sentimento patriótico (cabo-verdianidade) que parece se nutrir desta mesma necessidade de se emigrar para poder sobreviver. Por conseguinte,

Os países da diáspora são interiorizados como parte de um território nacional da nação cabo-verdiana que não tem fronteiras físicas limitadas às ilhas do arquipélago. (...) O mundo inteiro como território da pátria cabo-verdiana é um sentimento que vai além de uma leitura puramente

---

<sup>103</sup> É aqui considerada na acepção enunciada pelo Sr. Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, com o seguinte conteúdo: “*Estamos construindo uma Nação global. Somos uma nação global com os cabo-verdianos presentes em todas as partes do mundo. O nosso desenvolvimento não estaria onde está hoje, não fosse a contribuição da diáspora. Estamos a facilitar os investimentos e a interação dos emigrantes com a administração através de serviços mais rápidos. Temos hoje serviços da Casa do Cidadão nas diversas comunidades emigradas, capazes de prestar na hora serviços que outrora levariam meses. Estamos trabalhando também para que os nossos emigrantes se integrem melhor nos países que os acolhem. Em S.Tomé e Príncipe apoiamos a comunidade com a atribuição de bolsas de estudo a jovens cabo-verdianos e um complemento de pensão aos mais carenciados*”.

Disponível em: <[http://www.governo.cv/documents/Estado\\_da\\_Nacao.pdf](http://www.governo.cv/documents/Estado_da_Nacao.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2012.

económica sendo alicerçado na história do arquipélago (GRASSI, 2006, p. 3).

Referimos que a escassez de recursos naturais e das chuvas no arquipélago determinou, ao longo da sua história, um fluxo emigratório permanente para diversos países do continente europeu, americano e africano.

Contudo, a corrente mais antiga da emigração cabo-verdiana está diretamente relacionada com a expansão colonial portuguesa em África. Enquanto as outras colônias portuguesas da África, sobretudo Angola e Moçambique, apresentavam um potencial propício às novas funções que lhes foram atribuídas no âmbito da nova divisão internacional do trabalho: fornecimento de matérias-primas e/ou mercado para o escoamento de produtos manufaturados portugueses, Cabo Verde apresentava, à partida, algumas vulnerabilidades ligadas, designadamente, à exiguidade do seu território (4033 km<sup>2</sup>), à uma população reduzida e à inexistência de recursos naturais (mineraiis) importantes<sup>104</sup>.

Assim, face à impossibilidade de incentivar o desenvolvimento de outras culturas de rentabilidade alternativa, no contexto da nova repartição de funções, à Cabo Verde foi reservado o papel de colônia de serviço e exportador de mão-de-obra contratual, nova forma de escravatura, essencialmente para as roças de São Tomé e Príncipe. De fato, após o envio compulsivo de cabo-verdianos para a Guiné Bissau em 1765, um século mais tarde, em 1863, foram promulgadas algumas leis que os obrigavam a ir trabalhar para as roças dos colonos de São Tomé e Príncipe, uma emigração forçada que só iria terminar em 1970, a escassos anos antes da independência nacional, em 05 de Julho de 1975<sup>105</sup>.

A par da emigração forçada, o movimento de emigração espontânea de cabo-verdianos (na sua maioria) e cabo-verdianas iniciou-se na segunda metade do século XVIII e continuou no século seguinte, tendo-se acentuado a partir da abolição da escravatura, em 1876, e com as subsequentes revoltas no arquipélago contra a administração colonial<sup>106</sup>.

Nos anos 40 do século XX, algumas ilhas do arquipélago perderam cerca de metade da sua população só numa mortandade causada pela seca e o abandono do poder político colonial, datando dessa altura a segunda grande vaga de emigrantes para o continente

---

<sup>104</sup> CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA. Disponível em: <[http://www.auev.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.auev.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

<sup>105</sup> Ibid.

<sup>106</sup> Ibid.

africano (Senegal, Gâmbia, Guiné Portuguesa, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe) os Estados Unidos da América, a América do Sul e Europa (Portugal, Açores e Madeira, em particular) (TOLENTINO *et al*, 2008).

Segundo Batalha (2002, apud TOLENTINO *et al*, 2008), a migração para os Estados Unidos e a Europa foi prejudicada durante a segunda metade do século XX por interesses portugueses que, como referimos, preferiam enviar trabalhadores e trabalhadoras cabo-verdianos para as plantações de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, onde a presença dos colonos europeus era cada vez mais precária.

Não obstante a estratégia de discriminação, houve a terceira vaga de emigrantes, depois da II Guerra Mundial, para a Europa, principalmente, Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália e Suíça. A quarta vaga da emigração cabo-verdiana data da década de 60 do século XX e caracteriza-se por uma forte fixação em Portugal para suprir carência de mão-de-obra decorrente da guerra colonial e da emigração de jovens portugueses (TOLENTINO *et al*, 2008).

Por conseguinte, a segunda comunidade cabo-verdiana mais numerosa no estrangeiro, depois dos EUA, reside em Portugal, onde é, entretanto, a primeira em proximidade, taxa de renovação (de estoques de emigrantes) e envio de remessas.

O Instituto das Comunidades (apud TOLENTINO *et al*, 2008) refere que somando aos cidadãos em situação regular ou seja, detentores de autorização de residência ou autorização de permanência, àqueles que se encontram em situação irregular, em 2003, existiriam mais de 105.000 cabo-verdianos em Portugal, sendo 56,3% homens e 43,7% mulheres. Em 1990, Portugal ocupava o modesto último lugar entre os cinco maiores destinos tradicionais da emigração cabo-verdiana<sup>107</sup>, que contribuía com mais de 70 % de todas as remessas (TOLENTINO *et al*, 2008). No entanto, em 2000, com o aumento da imigração e do rendimento *per capita* em Portugal, a situação alterou-se radicalmente. Portugal saltou para o primeiro lugar da lista, posição que mantém até hoje. Segundo os autores, evolução inversa é a dos EUA, que ilustra a tese segundo a qual as remessas diminuirão, com o tempo, se os estoques de contingentes de emigrantes não se renovarem. Ainda assim, em 2006, as cinco maiores origens (Portugal, França, EUA, Holanda e Itália) somam 87% das remessas.

---

<sup>107</sup> Sendo os quatro primeiros: os Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália e Espanha.

### 2.5.2. As remessas dos emigrantes

Os autores adotam o termo remessa no sentido amplo, significando: “todo o fluxo de recursos em dinheiro ou em produtos, através de canais formais ou informais, do país de acolhimento para ser consumido, doado, depositado ou investido no país de origem do migrante” (TOLENTINO *et al*, 2008, p. 45).

Há um claro consenso sobre a importância das migrações e remessas. As remessas dos trabalhadores e trabalhadoras emigrantes são fontes de divisas que permitiram a muitos países adquirir bens vitais no estrangeiro e pagar dívidas.

Atualmente a atenção está mais concentrada no potencial das remessas enquanto meio de luta contra a pobreza e fator de desenvolvimento socioeconômico, preocupação que está em conformidade com o referencial teórico que sustenta o nosso objeto de estudo.

Os autores defendem que existem dados mais ou menos fiáveis e em quantidade suficiente para sustentar a tese de que os emigrantes e as remessas têm desempenhado papel vital nas estratégias de sobrevivência pessoal, afirmação do Estado e financiamento da economia familiar e nacional.

Segundo Banco Mundial (2005, apud TOLENTINO *et al*, 2008) estudos cruzados demonstram que as remessas são mais estáveis e crescem mais do que as outras fontes externas de financiamento do desenvolvimento, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e o Investimento Direto do Estrangeiro (IDE).

Sendo, por conseguinte, uma das principais fontes externas de financiamento do desenvolvimento, as remessas dos emigrantes distinguem-se das ações filantrópicas e do investimento direto estrangeiro pelo fato de beneficiarem diretamente as famílias, por sua previsibilidade, estabilidade e seu caráter anticíclico. Por conseguinte, as remessas são o resultado das migrações e também o elo mais forte e direto entre estas e o desenvolvimento (TAVARES, 2010; TOLENTINO *et al*, 2008).

Portanto, antes das migrações, do impacto das remessas e do combate à pobreza serem trazidos para o primeiro plano dos debates à escala nacional e internacional e de serem temas correntes, países tradicionalmente de emigração, como Cabo Verde e Portugal, sabiam que emigrar reduz a pobreza de quem vai e de quem fica; sabem, também, que o dinheiro recebido na terra dos que partiram contribuiu para aumentar a riqueza dos seus beneficiários diretos e do país de origem do migrante (TOLENTINO *et al*, 2008).

Dizem os autores que para se ter uma ideia do impacto das remessas na redução da pobreza, alguns investigadores sugerem, com base em estudos realizados nos últimos cinco anos que, em média, um aumento de 10% das remessas por pessoa corresponderia a uma redução de 3,5% na população pobre (TOLENTINO *et al*, 2008).

Sobre o impacto das remessas no desenvolvimento, Ferranti e Ody (2007, apud TOLENTINO *et al*, 2008) concluíram que, num primeiro momento, a emigração tende a exacerbar a desigualdade pelo fato de os mais pobres terem de ficar. Porém, a longo prazo, as remessas reforçam a equidade através do alargamento progressivo da base dos participantes e, também, porque as remessas e a concorrência entre os bancos aumentam as oportunidades de acesso aos serviços financeiros, reduzindo as desigualdades de oportunidade. Por outro lado, a Conferência Ministerial dos Países Menos Avançados (2006, apud TOLENTINO *et al*, 2008) reconheceu a importância das remessas e do seu impacto no desenvolvimento dos países de origem. De igual modo, relativamente aos PMA da Ásia e do Pacífico, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas entende que as migrações internacionais podem ser uma boa ferramenta financeira para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Em Cabo Verde, as remessas para a construção de casa própria, aquisição de propriedade agrícola, atividade turística, apoio à família, poupança, transportes, formação do capital humano têm consequências diretas no combate ao desemprego e à pobreza, nomeadamente, no meio rural, onde, segundo Zul-Kifl Salami<sup>108</sup> (apud TOLENTINO *et al*, 2008), o efeito multiplicador das remessas é maior, uma vez que os modelos de consumo e de produção preferem bens locais. Em contrapartida, no meio urbano, os benefícios das remessas podem ser neutralizados pela importação de hábitos e bens de consumo.

Do nosso ponto de vista, analisando concretamente o caso de Cabo Verde, as remessas dos emigrantes cumprem, de forma consistente e duradoura, uma função de solidariedade e coesão social histórica, que transcende o âmbito estritamente familiar e comunitário. Pois, além de garantirem a sobrevivência das famílias, elas se configuram como instrumentos privilegiados de financiamento do desenvolvimento pessoal, comunitário e nacional. Neste sentido, elas constituem-se, também, como o laço mais forte, mais próximo e mais direto entre a diáspora e seus familiares, comunidades e país de origem. Se por um lado, asseguram a sobrevivência das famílias, suportam o

---

<sup>108</sup> Ministro do Plano e Desenvolvimento do Benin, país que integra a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

desenvolvimento comunitário e nacional, por outro lado, o que motiva os emigrantes a enviar suas remessas ao país é, sobretudo, o vínculo de solidariedade que os mesmos têm e preservam com seus familiares e respectivas comunidades, reforçado pela forte identidade cultural e sentimento de pertença ao seu país de origem ou aos seus ascendentes. Aliás, é, sobretudo, os vínculos, familiar e comunitário, que conferem às remessas o seu caráter de estabilidade, previsibilidade e anticíclico. Geralmente, os influxos tendem a aumentar, nomeadamente, em situações de crise econômica, castátrofes naturais, ou circunstâncias particularmente difíceis porque passam as famílias ou mesmo as respectivas comunidades.

Assim sendo, vimos as remessas dos trabalhadores emigrantes cabo-verdianos na perspectiva de um bem (dom), operador de uma relação de dádiva entre Cabo Verde e a sua diáspora espalhada pelo mundo, que há mais de dois séculos vêm recriando e alimentando os vínculos de solidariedade com suas comunidades e país de origem.

Na perspectiva do paradigma e da economia da dádiva podemos, de igual modo, enquadrar e analisar Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Assim sendo, a APD consiste em um sistema de redistribuição internacional de recursos, em que os Estados nacionais dos países desenvolvidos, via cooperação bilateral e as Organizações Internacionais, via cooperação multilateral, se obrigam, livre, espontânea e solidariamente, a cooperar com os países pobres e em desenvolvimento, para a redução da pobreza, da desigualdade e promoção do desenvolvimento e bem-estar humano. Esta forma de solidariedade corresponderia, de acordo com o conceito de solidariedade democrática definido por Laville (2004), a uma solidariedade redistributiva internacional.

O mesmo modelo de análise se aplica à cooperação internacional descentralizada, envolvendo os municípios, via relações de geminação e/ou acordos de cooperação, e as organizações da sociedade civil, designadamente ONG e associações de base comunitária. O fluxo desse tipo de solidariedade, embora sendo predominante no sentido norte-sul, também está sendo desenvolvido entre países, municípios e organizações da sociedade civil do sul.

Ressaltamos ainda que um número expressivo de ONG, associações, grupos e indivíduos da diáspora cabo-verdiana se engajam ativamente, tanto em atividades e projetos de inserção social e participação cívica dos emigrantes em suas comunidades, nos países de acolhimento, como na mobilização de recursos diversos para desenvolver ações de solidariedade social e de desenvolvimento comunitário, designadamente, em áreas como



educação, saúde e desporto, em benefício de crianças, jovens, idosos e deficientes, em Cabo Verde.

À luz da nossa discussão teórica, reportando, designadamente, aos autores Martins (2004) e Cimadamore *et al* (2006), em sociedades capitalistas complexas o Estado do bem-estar nos proporciona um mecanismo coletivo que permite ajudar não apenas um círculo limitado de família, amigos e vizinhos, mas também cidadãos anônimos, desconhecidos (GODBOUT; CAILLÉ, 1999) ou seja, segundo Caille (2002), a modernidade está assistindo ao desenvolvimento de uma forma inédita de dom, o dom aos estrangeiros.

De resto, é para nós evidente o vigor e potencial do paradigma da dádiva em compreender e explicar o fenômeno da economia solidária, a questão da formação, da natureza e da permanência dos vínculos sociais, consubstanciados na fórmula da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003; CAILLÉ, 2002).

Destacamos que desde a independência nacional, a maioria das representações diplomáticas e consulares de Cabo Verde se encontram sediados nos países de acolhimento de maior concentração da emigração cabo-verdiana e que várias medidas em prol das comunidades emigradas foram implementadas, no âmbito da política governamental para o setor da emigração, designadamente, a criação do Instituto das Comunidades, substituindo o anterior Instituto de Apoio ao Emigrante, o estabelecimento de acordos de segurança social com os países de acolhimento, o direito dos emigrantes votarem, nos países de acolhimento, nas eleições legislativas e presidenciais em Cabo Verde, o direito à dupla nacionalidade, o direito dos descendentes adquirir a nacionalidade cabo-verdiana, os incentivos fiscais e aduaneiros, a conta especial emigrante (em moeda nacional e estrangeira) a taxa de juro de 4,25%, com período de 181 a 365 dias (CABO VERDE, 2011, p. 30).

Ainda, para o reforço dos laços entre a diáspora e Cabo Verde e promoção da integração das comunidades carenciadas nos países de acolhimento, o Estado de Cabo Verde atribui um subsídio complementar que, em 2010, beneficiou 1600 idosos em toda a diáspora, apoio à educação e formação profissional a 90 estudantes, reforço e promoção do movimento associativo na diáspora<sup>109</sup>.

Para a promoção do empreendedorismo, reforço de parcerias e mobilização de competências na diáspora para Cabo Verde, o Projeto *Dias de Cabo Verde* é implementado

---

<sup>109</sup> Disponível em: <[http://www.ic.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=12](http://www.ic.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=12)>. Acesso em: 23 jul. 2012.

pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e financiado pela Comissão Europeia (Programa AENEAS<sup>110</sup>) e pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Com o Projeto *diáspora contributo*<sup>111</sup> quadros altamente qualificados da diáspora realizaram, em Cabo Verde, ações de formação em áreas de saúde, educação, turismo e infra-estruturas, as quais foram financiadas pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). O Projeto *20 conceitos de Negócio* é executado numa parceria público/privado para produção de planos de negócio, visando a promoção do investimento emigrante em Cabo Verde.

Para o reforço e promoção da identidade cultural, destacamos o Congresso de Quadros e Dirigentes Associativos Cabo-verdianos da Diáspora<sup>112</sup> e iniciativas recentes do Governo como o Projeto *mata sodadi*<sup>113</sup>, Projeto *Cabo Verde na Coração*, o qual tem implementado casas de cultura na diáspora, ensino da língua e cultura cabo-verdianas, promoção da integração dos deportados, desde sua recepção, acolhimento, acompanhamento.

Não obstante o foco atual no potencial das remessas enquanto meio de luta contra a pobreza e fator de desenvolvimento socioeconômico, Tolentino *et al* (2008) afirmam que o consenso sobre as vantagens das migrações e das remessas para os países de origem não é total e nem sempre existiu.

Nos anos 90 do século passado, uma corrente muito forte de pensamento defendeu a tese de que as remessas exacerbam a dependência através da elevação das expectativas

---

<sup>110</sup> Trata-se de um programa temático da EU que apoia países terceiros a garantir uma melhor gestão dos fluxos migratórios, privilegiando intervenções em aspetos mais relevantes da emigração como: a relação entre migração e desenvolvimento, a migração econômica, a prevenção e luta contra a imigração ilegal, o retorno voluntário e a reinserção dos emigrantes e a proteção internacional. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/development/general\\_development\\_framework/114510\\_es.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/development/general_development_framework/114510_es.htm)>. Acesso em: 23 jul 2012.

<sup>111</sup> Criado em 2009 com o objetivo de reforçar a capacidade e as competências dos profissionais que trabalham em setores-chave para o crescimento socioeconômico e cultural do país e estreitar laços entre a diáspora e o país de origem. Disponível em: [http://www.ic.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=12](http://www.ic.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=12)>. Acesso em: 23 jul 2012.

<sup>112</sup> O Congresso é um espaço de diálogo das comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de afirmação da cabo-verdianidade na sua expressão solidária de uns para com os outros e todos para com Cabo Verde. Os Congressos têm uma periodicidade quadrienal, sendo o primeiro realizado, em Lisboa, em 1994 e o quinto na cidade do Mindelo, São Vicente, em 2011. Disponível em: <http://www.congressocv.org/principios.php>>. Acesso em: 23 jul 2012.

<sup>113</sup> Foi implementado a partir de 2011, com a finalidade de promover o reencontro, em Cabo Verde, entre as comunidades residentes e da diáspora, reforçando, assim, os laços de identidade cultural com o país de origem. O Projeto dá especial atenção às comunidades mais vulneráveis da diáspora, designadamente, nos países africanos: São Tomé e Príncipe, Senegal, Guiné Bissau, Moçambique, Angola. Disponível em: [http://www.ic.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=12](http://www.ic.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=12)>. Acesso em: 23 jul 2012.

materiais das comunidades locais, sem outra estratégia para as satisfazer que não fosse mais e mais emigração (TOLENTINO *et al*, 2008). Argumentam os autores que, na ótica destes teóricos, para os países de origem das migrações, os custos para as comunidades são maiores do que os benefícios. Um outro grupo, segundo os autores, contrapõe a esta tese a afirmação de que a emigração e as remessas são o resultado de decisões tomadas pelas famílias com base nas condições em que vivem, procurando otimizar a relação entre as oportunidades e as ameaças. Presentemente predomina a corrente de pensamento entusiasta do vasto potencial das remessas enquanto fator de desenvolvimento, colocando que em 2005, entre os 50 Países Menos Avançados (PMA), Cabo Verde apresentava a mais alta taxa líquida de migração: -11,83/1000 habitantes e o quinto valor mais elevado de remessas de emigrantes em relação ao PIB: 13,4%, precedido, entre outros, por Haiti: 23,2% e Lesoto: 22,5% (TOLENTINO *et al*, 2008, p. 34).

Cabo Verde foi sempre altamente dependente das transferências do exterior, principalmente das remessas dos emigrantes, que constituíram a segunda fonte de financiamento na década de 1990, sendo a primeira, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento<sup>114</sup>.

Segundo Tolentino *et al* (2008, p. 127), em termos de valor absoluto e em moeda nacional, entre 1990 e 2006, as remessas cresceram mais de três vezes, passando de 3.763 milhões de CVE, correspondente a 44.270.588,24 dólares, para 11.478 milhões de ECV, equivalente a 153.035.294,12 milhões de dólares<sup>115</sup>. Em percentagem do PIB, as remessas atingiram, em 1995, o pico de 21%, para se cifrarem em cerca de 13%, no final da década, e 11% em 2006.

O Investimento Direto do Estrangeiro (IDE) é outra variável que, na década de 90, foi identificada como estratégica para o financiamento do desenvolvimento, enquanto substituto natural da ajuda oficial, que já dava sinais de redução. O IDE começou a ter expressão nos finais da década de 80 e ganhou dinamismo, numa primeira fase, com as privatizações das maiores empresas do país, nomeadamente, as do sector das telecomunicações em 1995, água, eletricidade e finanças em 1999. Porém, a sua contribuição foi mais forte a partir de 2005, crescendo de 4% do PIB, em 2003, para 10%

---

<sup>114</sup> Tavares (2010) defende que quanto maior a vinculação do desenvolvimento económico com o comportamento das variáveis internas, maior é a probabilidade da redução da vulnerabilidade da economia face aos eventos externos.

<sup>115</sup> A uma taxa de câmbio (atual) de 85 CVE por 1,00 dólar.

em 2006, devido ao crescimento do sector imobiliário turístico. Além disso, havia a expectativa de que o IDE viabilizaria a transferência de tecnologia, a utilização de novas técnicas de gestão e também completaria os investimentos necessários ao desenvolvimento do turismo. Entretanto, a sua evolução tem sido muito irregular e sua contribuição para o crescimento do PIB tem sido modesta, quando comparado com as remessas, uma vez que rondou, em média, 4% do PIB entre 1991 e 2005 (TOLENTINO *et al*, 2008, p. 131).

Referimos ao dilema da viabilidade de Cabo Verde enquanto país independente em 1975; ao fato de até 2007 Cabo Verde ter pertencido ao grupo dos países menos avançados (PMA); à sua graduação a país de desenvolvimento médio, em 2008. Assim, Segundo Tolentino *et al* (2008, p. 107) “vencendo os grandes obstáculos de ordem material e subjetiva, Cabo Verde passou de um ‘caso inviável’ em 1975 a um caso de relativo sucesso em 2007”, uma realidade que se reflete, nomeadamente, nos indicadores de desenvolvimento humano - terceiro melhor índice em África subsariana -, no grau de confiança dos cidadãos - um dos mais altos índices de liberdade na região - e, no plano internacional, na decisão da ONU de transferir Cabo Verde da categoria dos países menos avançados (PMA) para a categoria dos países de desenvolvimento médio (PDM), em Janeiro de 2008. No entanto, a decisão da graduação do país assenta principalmente nos progressos registados no rendimento *per capita*, formação de capital humano e redução do índice de vulnerabilidade económica, sendo este último o critério de cumprimento e avaliação mais problemático e a razão por que o Estado de Cabo Verde ainda depende do capital internacional para financiar o seu desenvolvimento (TOLENTINO *et al*, 2008).

Pela sua pequenez, isolamento e escassez de recursos naturais, a economia de Cabo Verde caracteriza-se pela reduzida diversificação da produção, concentração nos setores onde tem ou espera ter vantagens competitivas e grande dependência do fluxo de capital estrangeiro. À sua natureza de pequeno Estado insular e arquipelágico, estão associadas adversidades adicionais tais como a descontinuidade territorial, o isolamento e as grandes distâncias dos mercados, assim como os elevados custos da energia, dos transportes e das comunicações. A dramática escassez de recursos naturais e o clima pouco favorável à agricultura são ilustrados com a fraca participação da exportação na balança de pagamentos. Além destas limitações, das deseconomias de escala e dos constrangimentos relacionados com a insularidade, existe uma circunstância adversa adicional: o fraco dinamismo económico da região africana (TOLENTINO *et al*, 2008).

Estes fatores de vulnerabilidade acentuam a importância para o desenvolvimento de Cabo Verde dos fluxos de capital público e privado, ou seja, da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, das Remessas dos Emigrantes e do Investimento Direto do Estrangeiro. Em termos macroeconômicos, apesar dos constrangimentos acima afluídos, a estabilidade foi característica dominante, não obstante alguns episódios de desequilíbrio pontual, quer devido a fatores externos - alta do preço do petróleo e do dólar em 1999 -, quer devido a fatores internos - grave seca e descontrole orçamental em 1999. Porém, mesmo nesses períodos o crescimento do PIB foi positivo, a inflação de longo prazo esteve controlada e o déficit orçamental nunca derrapou de forma grave. Entre 1996 e 2006, o PIB teve um crescimento anual médio acima de 5% (TOLENTINO *et al*, 2008, p. 108).

Apesar da importância crescente do capital privado na economia, este desempenho é devido a dois fatores principais: transferências externas (APD e RE) e investimento público, principalmente nos sectores dos transportes, agricultura, educação e saúde.

Outras características a reter desta evolução são: i) a fraca participação das exportações na balança de pagamentos, com apenas cerca de 4% de cobertura das importações e 12% do serviço da dívida externa; ii) a prolongada insipiência do setor produtivo primário e secundário, traduzida em 30% do PIB, enquanto o setor terciário corresponde a 70%; iii) a queda da importância relativa da dívida externa, que baixou de 64% do PIB em 2001 para 54% do PIB em 2005, dos quais 79% a credores multilaterais, 18% bilaterais e 1% comerciais; iv) o peso da dívida pública total correspondia a 90% do PIB em 2005, enquanto o serviço da dívida equivalia a cerca 2,2% (TOLENTINO *et al*, 2008, p. 108-109).

O impacto da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e das Remessas dos Emigrantes (ME) nas estratégias de sobrevivência e desenvolvimento de Cabo Verde nas últimas três décadas é uma realidade cada vez mais reconhecida interna e externamente. A APD sustentou o desenvolvimento do país, designadamente através dos seguintes mecanismos: i) estabilidade da balança de pagamentos; ii) infra-estruturas; iii) investimento na educação e saúde; iv) reformas da administração central e local. Em termos absolutos e a preços correntes, a APD sofreu pequenas oscilações entre 1990 e 2006, tendo-se mantido ao nível médio de cerca de 86 milhões de dólares americanos por ano durante o período. Porém, a sua importância como proporção do PIB diminuiu

drasticamente. Na verdade, a APD, que atingiu 22% do PIB em 1990, desceu para 5,5% em 2006 (TOLENTINO *et al*, 2008, p. 109).

Enquanto a APD caiu drasticamente em relação ao PIB, mantendo o valor absoluto pouco alterado ao longo dos anos, as RE também perderam peso relativamente ao PIB, que cresceu significativamente, mas aumentou bastante em valor absoluto, tendo atingido 137 milhões de dólares em 2005. Em termos relativos, as RE representaram uma média de 15% do PIB na década de 90 contra uma estimativa de 10% em 2006 (TOLENTINO *et al*, 2008, p. 111). Relativamente ao crédito à economia, as RE e ou depósito dos emigrantes vem mantendo um comportamento positivo, representando, em 2000, 57% do total do crédito à economia, 61% em 2006 e 44% em 2008 (TAVARES, 2010, p. 170).

No mesmo sentido, Tavares (2010) concluiu que tanto o IDE como a APD explicam o desempenho do PIB cabo-verdiano. Mas, em termos comparativos, as RE têm maior influência, considerando, por seu turno, que por cada 1% das remessas enviadas aos familiares residentes no país gera um impacto de 0,24% no crescimento econômico.

Enfim, para Tolentino *et al* (2008) até haver estudos mais consistente sobre o fenômeno migratório, a conclusão vale pouco mais do que o benefício da dúvida a favor da emigração como fator isolado de desenvolvimento. Porém, dizem os autores, não haver dúvida sobre dois aspectos da questão: i) a emigração tem sido uma excelente garantia de sobrevivência para Cabo Verde e ii) a circulação de mão-de-obra qualificada, em vez de fuga ou perda, será benéfica para o migrante, para o país de acolhimento e para o país de origem.

Importa ainda destacar que uma das particularidades da emigração cabo-verdiana é o fato de poucos emigrantes regressarem definitivamente ao país durante a vida ativa e a grande maioria viver o imaginário de um regresso virtual, mantendo, por isso, estreitos laços afetivos, culturais e econômicos com as ilhas. O que, em parte, poderá explicar-se, segundo Tolentino *et al* (2008, p. 119), “pelo ethos forjado na luta contra a escravatura e a pobreza material ou na afirmação através da superação da mestiçagem como transgressão e a adoção da transnacionalização como território”.

## **Capítulo 3 - A emergência e manifestação das organizações comunitárias em Cabo Verde**

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra ‘comunidade’ é uma delas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ‘ter uma comunidade’, ‘estar numa comunidade’ (BAUMAN, 2003, p.7).

### **3.1. O enquadramento institucional do associativismo em Cabo Verde**

Em Cabo Verde, a problemática do diálogo e da concertação para um desenvolvimento assente na participação dos cidadãos está presente na Constituição (CABO VERDE, 2011), no Estatuto dos Municípios (Lei nº 134/IV/95, de 03 de julho de 1995), que é o regime jurídico de organização e funcionamento dos municípios, praticamente em todos os Programas dos sucessivos governos da nação, nos discursos políticos e nas preocupações dos atores sociais de desenvolvimento associativo, comunitário e empresarial.

A parceria entre os municípios e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) surge, assim, como uma opção política, no quadro do processo de descentralização em curso desde 1991, no âmbito do qual se pretende estabelecer uma relação de partilha entre o Estado e as OSC na promoção do desenvolvimento e do bem-estar social, aumentando o espaço de afirmação da cidadania e desenvolvendo métodos democráticos de controlo das políticas públicas.

A Constituição define a liberdade de associação como direito à liberdade (Art.29º), sendo o exercício da liberdade de associação regulado pela lei (CABO VERDE, 2003). Esta lei dá enquadramento à generalidade das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, exceptuando as associações religiosas e as ordens profissionais.

O conceito de ONG, tal como é entendido no plano internacional, não existe no ordenamento jurídico de Cabo Verde, o que tem provocado confusão de papéis, dificultado a tipificação das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e o relacionamento destas com os poderes públicos, bem como as relações dentro do tecido associativo nacional. Aliás, em nenhum momento, a lei, em apreço, faz referência expressa ao conceito

ONG, mas também não obsta que uma associação se auto intitule como uma ONG, sem efeitos práticos de diferenciação institucional, uma vez que a lei estabelece as bases do regime comum das associações de fim não lucrativo. Por outro lado, tanto no âmbito da lei, em apreço, como no quadro de uma regulamentação específica pode-se legislar sobre um quadro jurídico de enquadramento das organizações não-governamentais de desenvolvimento (ONG). É o caminho que muitos países seguiram para procederem a uma certa divisão das “águas” no interior dos respetivos tecidos associativos.

Por conseguinte, neste particular, é a própria lei que deixa em aberto a possibilidade de diferenciação, legitimando, deste modo, a criação de um quadro jurídico específico às ONG. Efetivamente, a lei, em referência, define no Artigo 7º, nº 2 que “incentivos e apoios especiais são prestados às associações de utilidade pública”. Em consequência, fixa dois requisitos, no Artigo 14º nº 1, para que uma associação seja declarada de utilidade pública: “1) perseguir fim altruísta; 2) colaborar com a Administração na realização de atribuições do Estado ou dos municípios, designadamente no âmbito do desenvolvimento comunitário” (CABO VERDE, 2003). Nesta perspectiva, as associações que, pelo mérito e alcance das suas atividades, forem declaradas de utilidade pública, têm direito a receber do Estado/Governo e dos municípios recursos necessários ao desenvolvimento das suas atividades, cumprindo, deste modo, uma exigência, legalmente, estabelecida. Por isso, compete ao Governo e aos municípios fazerem a declaração de utilidade pública.

Contudo, a lei (CABO VERDE, 2003), em seu Artigo 14º, nº 04, remete para uma regulamentação específica, por decreto, a declaração de utilidade pública das associações.

Refletindo, um pouco, sobre o estatuto de utilidade pública, atribuível às associações, dois elementos se evidenciam: a) as associações declaradas de utilidade pública compartilham com o Estado, a tarefa de produção do bem público e do desenvolvimento. Além da responsabilidade, adquirem um estatuto. Por isso têm direito a incentivos e apoios especiais. Têm, de fato, um nível de responsabilidade que não é exigido às demais associações; b) pressupõe-se que essas associações tenham um nível elevado de profissionalismo, estabilidade organizativa e, sobretudo obra feita, isto é capacidade de concepção e de realização. A gestão dessas associações são, cada vez mais entregues aos profissionais, aos chamados gestores sociais. A descentralização do papel ou das funções do Estado no desenvolvimento e promoção do bem-estar social para as



associações, neste caso, as declaradas de utilidade pública, só poderá ocorrer em bases estáveis, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista técnico e institucional.

Como já mencionado anteriormente, no contexto da realidade cabo-verdiana, predominam as associações de primeiro grau, ou seja, as organizações que têm como membros, cidadãos numa base do voluntariado. Entretanto, as associações organizam-se em estruturas associativas de grau superior, dentre outras, a Plataforma Nacional das ONG de Cabo Verde; a Associação das Associações Juvenis do Concelho do Tarrafal; a Coordenação da Plataforma das Organizações Camponesas do Sahel; a Associação das Associações de Santa Catarina; a Associação Cabo-verdiana de Empresas de Obras Públicas e Particulares, OASIS - Organização não-governamental das Associações dos Agricultores, Pecuários, Avicultores e Pesca da Ilha de Santiago.

A estrutura organizativa das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos é comum e resulta do estabelecido na lei (CABO VERDE, 1987), isto é, todas têm um órgão diretivo colegial, uma assembleia deliberativa e um órgão colegial de fiscalização. A organização administrativa resulta, na maioria dos casos, na existência de um serviço mínimo de registro e de arquivo. A organização técnica é concebida em função de programas e projetos, por isso não tem um caráter orgânico e permanente. Trata-se de uma gestão por programas e projetos, na maioria dos casos, financiados com recursos externos às associações, cuja contabilidade e prestação de contas, resultam dos procedimentos dos organismos ou instituições financiadoras.

Não existe um sistema de contabilidade comum às associações sem fins lucrativos, razão por que a contabilidade e o registro variam em função da capacidade técnica de cada OSC. A organização administrativa continua sendo uma das partes mais débeis do funcionamento das OSC cabo-verdianas. Além do mais, estas OSC ainda se caracterizam pelo fato da grande maioria dessas experiências utilizarem a associação como forma jurídica e de serem, na prática, altamente dependentes de financiamentos públicos. De forma que a forte influência do Estado enquanto fonte principal de financiamento, nomeadamente, no processo de luta para a erradicação da pobreza e do desemprego, impacta diretamente sobre o nível de autonomia associativa, gerando, em alguns casos, o que França Filho e Laville (2004) denominam de *isomorfismo institucional*, isto é, a tendência à profissionalização da gestão das associações em termos tecnoburocráticos. Por outro lado, implica, em algumas situações, sua instrumentalização, interferindo, desse

modo, diretamente sobre o grau de autonomia da iniciativa e sobre a própria viabilidade do seu projeto enquanto organização, correndo este o risco de perder o sentido enquanto ação pública cidadã. Nessa circunstância, “as associações são apanhadas numa aplicação de medidas e programas, a tal ponto que muitas delas se perguntam sobre o sentido e o controle de suas ações” (DEFOURNY *et al*, 1998, p. 23).

## **3.2. Das solidariedades tradicionais às novas formas de solidariedades**

### **3.2.1. *Djunta-mon* (ajuda mútua)**

As primeiras manifestações de cooperação social - *djuda* (ajuda) e *djunta-mon* (ajuda mútua) - no contexto cabo-verdiano surgiram por iniciativa das populações rurais, numa estratégia de sobrevivência face às adversidades da vida no campo, ao isolamento, à ausência e falta de apoio do Estado. Esta forma de cooperação funciona inclusivamente como proteção das comunidades rurais contra as investidas do poder repressivo dos agentes da administração colonial.

Reportando ao nosso referencial teórico, *djuda* (ajuda) corresponde a modalidade de solidariedade benevolente que, normalmente se caracteriza por um dom gratuito (Laville, 2004) isto é, sem reciprocidade e, sendo por isso, possuidora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção de desigualdades, apoiado nas redes sociais de proximidade. Assim, *djuda* (ajuda) baseia-se, principalmente, nos laços de parentesco, mas também de afinidade, amizade e vizinhança, não implicando, de acordo com Évora (2009), uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho. *Djuda* (ajuda) é praticada em relação a famílias compostas principalmente por idosos, deficientes, doentes crónicos e ou crianças e adolescentes, por exemplo, para a realização de algum conserto em casa ou trabalhos que exigem mais força e destreza. Neste caso, netos podem ser enviados à casa dos avós, em substituição a um filho que formou sua própria unidade familiar ou emigrou. Um afilhado, sobrinho ou primo pode ser solicitado para realizar também algumas tarefas agrícolas em terras de pequenas dimensões, recolher água ou cuidar de pequenos animais. Com este sistema, a comunidade assegura o cuidado com os mais vulneráveis, o que, muitas vezes, também envolve, como referido atrás, amigos, vizinhos e pessoas estranhas à comunidade.

Por seu turno, *Djunta-mon* (ajuda mútua) corresponde a solidariedade democrática (LAVILLE, 2004), a qual se relaciona prioritariamente com a economia solidária, mas sob

a forma de reciprocidade, designando o elo social voluntário entre cidadãos livres e iguais (contrastando com a caridade e a filantropia), o que pressupõe uma igualdade de direitos entre as pessoas que dela.

No entanto, na nossa perspectiva, uma solidariedade estatal benevolente (LAVILLE, 2004) emerge e fundamenta a argumentação de Jesus (2007), de que o início da intervenção do Estado, no processo gradativo da sua socialização, quer através das frentes de trabalho na administração colonial, quer através das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO) no pós-independência, teria sido um dos fatores de declínio do *djuda* (ajuda) e do *djunta-mon* (ajuda mútua), gerando uma relação de dependência em relação ao Estado que, gradativamente, substitui a solidariedade social (popular) como forma de combater as dificuldades e garantir a sobrevivência das populações que, deste modo, começaram a esperar, a confiar e a exigir mais do Estado.

Antecipamos que este dado empírico, observado no contexto da realidade cabo-verdiana, reforça o potencial teórico dos autores que sustentam a nossa perspectiva de análise, com o entendimento (não partilhado por autores, como Godbout, que privilegiam o dom em detrimento da reciprocidade e da solidariedade) de que a solidariedade democrática (LAVILLE, 2004) introduz a reciprocidade entre cidadãos no espaço público ao mesmo tempo em que funda uma redistribuição num Estado<sup>116</sup> de direito. Assim sendo, Martins (2004) defende que o sistema burocrático-legal, ao assegurar a igualdade e a universalidade dos direitos, contribui para reproduzir o sistema da dádiva entre estranhos, permitindo o surgimento de valores de confiança que são imprescindíveis para a cidadania democrática. Nessa perspectiva, quando as práticas interpessoais são mediadas por uma regulamentação jurídica e administrativa superior à vontade direta dos atores sociais, surge a possibilidade de uma dádiva entre estranhos a favor da cidadania democrática (MARTINS, 2004).

Para Évora (2009), enquanto sistema de ajuda mútua, *djunta-mon* é a estratégia social mais antiga e de maior dimensão no interior da ilha de Santiago e não só, por

---

<sup>116</sup> Pereira (2008), a prevalência do moderno Estado-nação implicou na quebra do privilégio familiar herdado pela autoridade governamental e introdução de práticas administrativas regidas por regulamentações legais. Assim, a medida que a economia se desenvolve, os suportes tradicionais da família, dos parentes e da comunidade local vão se deteriorando e o Estado os substitui como provedor dos bens e serviços sociais; os governos passaram a ser vistos e a funcionar como autoridade pública e a sofrer novos tipos de pressões, como as que lhes exigiam proteção social como direito do cidadão e dever do Estado.

garantir a maior quantidade de força de trabalho necessária à realização das atividades agrícolas de sequeiro, no curto período de tempo permitido pelo regime pluviométrico.

Esta autora corrobora a sua argumentação citando o historiador António Carreira que, sobre esse sistema de organização social, afirma que

ainda hoje, nos locais mais isolados há tarefas que se executam pela conjugação de esforços de vizinhos e amigos, constituindo indicativo seguro do sentido da vida comunitária, na medida em que, nos tempos recuados, essa entreaajuda era permitida até aos escravos submetidos à disciplina das fazendas agrícolas. Parece que o costume é de origem africana (embora em Portugal exista ainda agora) e se ficou devendo bastante à ação dos escravos fujões que, escapando-se à tutela dos senhores, fundaram os seus pequenos sítios, com os seus funcos, onde passaram a viver (CARREIRA, 1977, p. 32, apud ÉVORA, 2009, p. 5-6).

Portanto, o trabalho cooperativo do *djunta mom* (ajuda mútua) é a mais antiga e tradicional instituição de entreaajuda, designadamente no meio rural, fundada nas relações de proximidade de parentesco, vizinhança e amizade, sendo, por vezes, utilizado como recurso para o estabelecimento de novos laços ou renovação dos já existentes. Esta forma de organização social mesmo sendo informal, voluntária, mobilizada sazonal (no caso da atividade agrícola) e ou temporariamente, ela se estrutura e se manifesta em todas as esferas da vida do camponês, reatualizando, vivificando e ressignificando as práticas na sua vivência cotidiana.

O sistema consiste basicamente na predisposição e livre iniciativa dos agricultores e agricultoras<sup>117</sup>, mobilizados para a faina agrícola, de, numa data determinada e em função do volume de trabalho, convidar parentes, amigos e vizinhos a trabalhar consigo em suas terras, ficando, assim, na obrigação de retribuir o trabalho recebido, na data e local proposto pela sua contraparte. “Este mecanismo de trocas corresponde ao que Sahlins (*apud* Abreu, 1985) definiria como ‘uma devolução estipulada de idêntico valor ou utilidade dentro de um período de tempo definido e limitado’” (ÉVORA, 2009, p. 6).

---

<sup>117</sup> Mas também obrigado pela necessidade de sobrevivência e de manutenção, preservação e renovação do liame social e da sociabilidade comunitária.

Segundo esta autora, a transação exige uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho durante os quais o responsável pela terra deve garantir a alimentação de todos os que trabalham com ele e este parece ser um dos motivos pelos quais este sistema, criado pelos camponeses sem recursos, paradoxalmente, torna-se de alto custo para os mais pobres<sup>118</sup>, por exemplo. As exigências desta permuta dificultam a participação dos mais idosos pela impossibilidade de assegurarem a troca da força de trabalho, justificando, assim que estes utilizem com mais frequência os mecanismos de ajuda (*djuda*) que envolvem, de forma mais simples, os familiares mais próximo.

Discordamos, em parte, quando a autora afirma que o *Djunta-mon* “exige uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho” e que “as exigências desta permuta dificultam a participação dos mais idosos pela impossibilidade de assegurarem a troca da força de trabalho” (ÉVORA, 2009, p. 6) e também dos mais pobres, o que, a nosso ver, confere ao sistema um caráter predominantemente instrumental no sentido duma racionalidade economicista dos atores envolvidos no sistema de entre ajuda. Pelo menos a nível das comunidades rurais, o sistema não é tão rígido até porque o desequilíbrio na estrutura etária e de gênero foi-se aprofundando com o tempo à medida que os homens (jovens e adultos) das aldeias foram emigrando para o estrangeiro ou migrando para os centros urbanos do país, designadamente, para a capital, no caso da Ilha de Santiago. Portanto, tem sido prática a existência de entreajuda entre trabalhadores idosos (ativos), adultos, jovens e ou até mesmo adolescentes, independentemente do sexo e da idade das pessoas.

Ressaltamos que sendo um sistema de dádiva, fundado nos vínculos de solidariedade comunitária ele visa ao mesmo tempo o fortalecimento, a renovação, ampliação desses vínculos e da coesão social. Portanto, a preservação, manutenção e fortalecimento das relações de sociabilidades tecidas no quotidiano da realização dessas atividades. Por conseguinte, o trabalho é também um momento de encontro, convívio, confraternização, alianças, partilha de informações, de conhecimentos, de experiências ou seja, *djunta-mon*, parafraseando Mauss (2003), é um fenómeno social total.

---

<sup>118</sup> Aqui, a nossa reserva é no sentido de esclarecer que os mais pobres normalmente trabalham pequenas parcelas de terreno de que são proprietários ou terrenos de terceiros como meeiros (partilha ao meio da produção agrícola) ou pelo sistema de arrendamento. Se, porventura, a mão-de-obra familiar não for suficiente podem recorrer ao sistema de *djunta-mon*, mas envolvendo um número reduzido de agricultores vizinhos, amigos e afins. Portanto, o sistema é perfeitamente acessível e praticável mesmo para os mais pobres. Caso contrário seria contraproducente.

Em reforço ao argumento que destaca o potencial de mobilização da ação coletiva solidária para a participação e realização de grandes eventos, Évora (2009) refere-se ao *djunta-mon* como sendo um momento de grande encontro e de trocas sociais, quando<sup>119</sup> reafirmam-se laços de solidariedade, de amizade e de contrato social que ultrapassam o núcleo familiar e da comunidade e recolocam os indivíduos na partilha de um mesmo universo de vivências.

No caso da agricultura de sequeiro<sup>120</sup>, em função da localização e da extensão do terreno a cultivar-se, da fase da atividade agrícola, da qualidade do trabalho que o agricultor deseja realizar na sua propriedade, a base de recrutamento do *djunta-mon* pode ser ampla ou restrita, mais ou menos seletiva. Sua organização, (divisão do trabalho e atribuição das tarefas) sempre funcional, pode também ser mais ou menos complexa considerando os condicionalismos atrás mencionados.

Importa sublinhar, que *djunta-mon* (ajuda mútua) enquanto princípio de organização social que mobiliza, estrutura e dinamiza a ação coletiva nas comunidades rurais não é exclusivo à atividade agrícola. A sua importância social, econômica e simbólica na vida do camponês pode ser verificada pela sua prática noutros setores de atividade ou esferas da vida comunitária. Por exemplo, na construção civil (construção e reabilitação de moradias), cujo momento alto é a cobertura ou lajeamento das casas, o trabalho consiste na organização de uma empreitada para a qual o dono da obra convida amigos e vizinhos, garantindo bebida, normalmente aguardente de cana-de-açúcar e refrigerantes, durante toda empreitada e alimentação farta no final dos trabalhos. Para sinalizar a conclusão da fase da edificação da estrutura física da casa coloca-se, de forma bem visível, uma bandeira branca sobre a cobertura da casa.

Segundo Évora (2009), cruzamentos complexos podem ser encontrados entre *djuda* (ajuda) e *djunta-mon* (ajuda mútua) e são úteis para suprir a falta de mão-de-obra, sobretudo devido à emigração maciça de jovens. Por exemplo, um filho com a sua própria unidade familiar pode prestar *djuda* ao pai num dia e *djunta-mon*, no dia seguinte. Neste

---

<sup>119</sup> Entretanto, ressaltamos que independentemente da dimensão do evento e da mobilização social que *Djunta-mon* promover, ele é um sistema que se engendra, se nutre e se fortalece nos vínculos de solidariedade e de coesão social comunitários, sempre reatualizados, ressignificados e ampliados na prática quotidiana, nos momentos em que as pessoas se encontram para compartilhar o trabalho, a cultura, o desporto, a festa, a religião, a homenagem aos mortos, etc. Sem essa dimensão coletiva assente na reciprocidade, a sobrevivência das populações rurais do arquipélago seria praticamente impossível, pelo menos no contexto da administração colonial.

<sup>120</sup> É uma cultura agrícola não irrigada. Em Cabo Verde essa prática agrícola é normalmente realizada antes e ou durante a curta e irregular estação das chuvas, entre os meses de julho a outubro.

último caso, o irmão que ainda mora em casa do pai deve prestar *djunta-mon* àquele (o primeiro filho), numa ocasião posterior. Numa outra situação, um afilhado presta *djuda* na casa dos seus padrinhos e, se para realizar a tarefa chama um amigo, posteriormente, deve praticar *djunta-mon* com este amigo para retribuir-lhe o serviço prestado.

Contudo, com a progressiva estatização da sociedade cabo-verdiana, nomeadamente, a partir da independência nacional, em 05 de Julho de 1975 e adoção, pelo Governo do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de um modelo de desenvolvimento assente numa economia centralizada e planificada; com a intensificação do fenómeno migratório (para o exterior e para os centros urbanos do país); com a permanência de um ciclo pluviométrico cada vez mais irregular e reduzido, no setor agrícola, que mobilizava e concentrava o maior contingente de agricultores, o trabalho cooperativo foi sendo gradualmente assalariado.

Ainda assim, designadamente, no meio rural, o *djunta-mon* (ajuda mútua) permanece como um elemento estruturante da cultura e identidade das (camponesas) comunidades rurais e dos cabo-verdianos em geral, no enfrentamento das adversidades do clima, da escassez dos recursos naturais, do desequilíbrio entre o campo a cidade, da descontinuidade geográfica e dos desafios do desenvolvimento em geral, o qual se pretende inclusivo e solidário, a nível local, regional e nacional. Neste sentido, *djunta-mon* funciona como um princípio moral de exortação à ação coletiva solidária e como fator de mobilização das consciências e vontades dos atores sociais e da sociedade em geral visando a resolução de problemas inerentes ao quotidiano das pessoas/comunidades mais carentes e superação dos obstáculos ao desenvolvimento do país.

### **3.2.2. A tabanca**

Évora (2009) constatou que o *djunta-mon* (ajuda mútua) persiste em, praticamente, todos os tipos de associações de carácter mutualista como, por exemplo, a *tabanca* que é, provavelmente, a associação do gênero mais antiga da ilha de Santiago, uma manifestação cultural do santiaguense, herdada da cultura tradicional africana.

Na perspectiva de Trajano Filho (2006), a *tabanca* funciona como uma irmandade ou confraria, com o objetivo de fomentar o auxílio mútuo entre seus membros nas situações de crise, morte, doença, limpeza das roças, trabalho agrícola, bem como na

devoção aos santos do catolicismo popular<sup>121</sup> e na sociabilidade e entretenimento de seus membros. Estes são normalmente recrutados com base na localidade ou bairro de residência.

Por conseguinte, a tabanca tem sido uma instituição central para a organização da vida social nas aldeias camponesas no interior de Santiago e nos bairros populares na cidade da Praia. Destaca-se que, nas comunidades rurais, a tabanca tradicionalmente coordena parte substancial do trabalho agrícola, com recurso ao sistema de *djunta-mon* ou seja, assente na reciprocidade e solidariedade entre os seus membros.

Trajano Filho (2006) afirma que esta irmandade manifesta-se ostensivamente durante o ciclo de cerimônias que se realiza em homenagem ao santo padroeiro, tendo a maioria como objeto de devoção o Santo Antônio. Nestas ocasiões, seus membros saem em cortejos coloridos, ao som de tambores e búzios pelas localidades vizinhas em busca do santo roubado e das prendas que os seus patrocinadores - reis ou rainhas de agasalho - oferecem ao santo padroeiro.

Portanto, a tabanca tem sido tradicionalmente uma *instituição total* (TRAJANO FILHO, 2006), em virtude de regular os aspetos mais importantes da vida dos seus associados e da comunidade, designadamente, pela, acima mencionada, coordenação da atividade agrícola, pelo estabelecimento de formas prescritas de comportamento nas ocasiões importantes da vida social, pela criação de formas originais de sociabilidade para os grupos sociais que não têm acesso aos modos em uso pela elite cabo-verdiana local, pelo fato de ser uma instância onde se aprende a rezar, chorar, festejar, trabalhar e viver em comunidade. De resto,

Sua eficácia social é derivada de sua organização e esta se revela plenamente no ciclo anual de festividades em honra ao santo padroeiro, que é sua atividade mais visível para os não membros. É através dessas festas que a tabanca se faz ver enquanto uma unidade institucional que representa a comunidade. A sua estrutura emula a de uma sociedade, o que faz dela um sistema social em miniatura. Elas têm chefes, agentes da ordem, contraventores, personagens com prestígio diferenciado, valores e símbolos próprios (TRAJANO FILHO, 2006, p. 6-7).

---

<sup>121</sup> Santo António, São João, São Pedro e a Santa Cruz.



Entretanto, as tabancas existem somente nas ilhas de Santiago e do Maio. Segundo Trajano Filho (2006) a maioria delas, num total de 9, encontra-se localizada em Santa Catarina de Santiago, o maior e mais populoso Município do interior da ilha e terceiro a nível nacional, dos quais, 2 na localidade de Chão de Tanque: Ribeira Engrácia e Achada Grande, 2 em Palha Carga: Boca Mato e Lém Cabral e, as restantes 5, em Mato Sancho, Achada Leite, Charco, Mato Baixo e Tomba Touro. Trajano Filho refere ainda à existência de uma tabanca na cidade do Tarrafal e Município homônimo e outra, já em decadência, numa localidade próxima de Ribeira da Barca, em Santa Catarina.

Na cidade da Praia existe atualmente três associações de tabanca, localizadas nos bairros suburbanos de Achada de Santo António, Várzea da Companhia e Achada Grande, denominadas de acordo com o nome dos respetivos bairros de origem.

A ressalva vai no sentido de que todas as tabancas funcionam como associações voluntárias de ajuda mútua, porém, no caso das da Praia, sua organização interna e as tarefas de socorro mútuo que praticam são diferentes das tabancas do interior.

O estudo realizado por Évora (2009) sobre a experiência cooperativa na ilha de Santiago demonstrou que, como forma de proteger a identidade, garantir a familiaridade e o controle subjetivo da prática social, no quotidiano das interações<sup>122</sup> na cooperativa ou em referência a ela, são atualizados o significado e as práticas relativas ao sistema do *djunta-mon* (ajuda mútua). Além disso, pelo conteúdo que lhe é atribuído e a relevância social do sistema de entreajuda *djunta-mon*, compreende-se que o conceito de cooperativa (o que no contexto cabo-verdiano se fundamenta no conhecimento prático dos cooperadores) se refere a realidades objetivadas e identificadas, tais como loja, campo, barco, carpintaria, etc. Concluiu ainda que a participação na cooperativa encontra-se de tal modo apoiada nas permanências culturais que foram identificados como parte constituinte do núcleo central das representações dos cooperadores, conteúdos associados aos temas da sobrevivência, da propriedade privada e do trabalho.

No entanto, estas formas tradicionais de solidariedade (de famílias, vizinhos e amigos) passaram a coexistir com experiências tímidas de solidariedades novas, estruturadas em cooperativas sociais, ainda durante as últimas décadas da administração

---

<sup>122</sup> Blumer, um estudioso e intérprete de Mead, e criador do termo *interacionismo simbólico*, pôs em evidência as principais perspectivas dessa abordagem: as pessoas agem em relação às coisas baseando-se no significado que essas coisas tenham para elas; e esses significados são resultantes da sua interação social e modificados por sua interpretação.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n1/v30n1a11.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

colonial. Porém, a partir da independência nacional, o governo do PAIGC introduziu o cooperativismo como instrumento político e ideológico de mobilização, organização e participação popular no processo de reconstrução nacional e desenvolvimento do país.

### **3.3. O associativismo no contexto cabo-verdiano**

#### **3.3.1 O cooperativismo**

A concepção básica do cooperativismo no ordenamento jurídico português aparece no Código Comercial de Portugal de 1888 que, tratando das sociedades comerciais, continha, porém, um capítulo sobre as cooperativas (MONTEIRO, 2002). As cooperativas eram concebidas como sociedades comerciais, nas quais os rendimentos não eram distribuídos em função da participação no capital, mas sim em função da participação de cada sócio na atividade da cooperativa. Esse era, segundo o autor, o traço distintivo essencial entre sociedades comerciais propriamente ditas e as cooperativas. Uma outra característica indicava que as sociedades cooperativas são especializadas pela “variabilidade do capital social e pela ilimitação do número de sócios” (MONTEIRO, 2002, p. 194). Mas, o traço distintivo essencial era a questão da forma de participação nos dividendos da própria sociedade.

Um aspecto desse Código Comercial, ainda extremamente atual e pertinente, diz que o caráter particular nestas sociedades é a circunstância dos lucros por ventura apurados nas suas atividades não ser distribuídos aos sócios em função do capital por cada um dos subscritores e sim, proporcionalmente, a participação que cada qual haja tido para empresa comum: como consumidor, como produtor, como fornecedor de materiais para transformação econômica, subalternizando, desse modo, a função do capital que não tem qualquer domínio na empresa (MONTEIRO, 2002).

Essas cooperativas vinham sendo muito acarinhadas no sistema jurídico português e o governo via com a maior simpatia a sua organização e seu progresso, quer para a defesa dos economicamente débeis, quer para a proteção de atividades em crise como é o caso de agricultura.

É então nessa perspectiva que Jesus (2007) refere a experiência de cinco cooperativas formais que existiram nos últimos 75 anos da administração colonial. Duas cooperativas de funcionários públicos, sendo a primeira criada em São Vicente, em 1897, e

a segunda na Praia, em 1935, e três cooperativas agrícolas, uma em Santo Antão (criada duas vezes) e outra de produtores de café na ilha do Fogo. Contudo, referências escassas a essas experiências devem-se, talvez, ao seu pouco significativo impacto socioeconômico.

Segundo Jesus, além dessas cooperativas, registra-se a existência de uma cooperativa agrícola fundada no atual Município de São Lourenço dos Órgãos, interior de Santiago, em 1969, mas que viria a cessar as suas atividades ainda na década de 1980 devido a vários fatores, entre os quais, o envelhecimento dos seus membros fundadores e dinamizadores, os problemas de partilha das terras entre os herdeiros dos cooperadores e o desinteresse desses mesmos herdeiros na manutenção do modelo cooperativo.

Continuando Monteiro (2002), o Decreto-Lei nº 520/71, de 24 de Novembro de 1971, representa uma evolução ao estabelecer e delimitar que as cooperativas sejam aquelas que prosseguem o interesse econômico lucrativo. Por conseguinte, todas as organizações que não prossigam interesse econômico lucrativo não são sociedades cooperativas, mas associações. O mesmo Decreto (apud MONTEIRO, 2002, p. 195) acrescenta que

sempre que as sociedades cooperativas se proponham exercer, ou efetivamente exerçam, atividades que não sejam exclusivamente econômica, de interesse para os associados, ficam sujeitos ao regime legal que regula o exercício do direito de associação.

Esta questão é extremamente elucidativa e importante porque tem a ver com a problemática da definição legal do que seja cooperativa (MONTEIRO, 2002).

Mas nos termos do Decreto-Lei (CABO VERDE, 1990) no seu Artigo 1º, entre outras, diz que as cooperativas não têm fins lucrativos, o que pode parecer pelo menos, à primeira vista, uma concepção radicalmente diferente da do Código Comercial e, especialmente, do Decreto-Lei nº de 1971, acima mencionados.

Na verdade, segundo Monteiro (2002), não se trata de um problema meramente teórico. É também um problema de delimitação de setores de propriedade e de formas de organização social dentro do ordenamento jurídico de um determinado país.

Na perspectiva deste autor, aquando da discussão das Bases Gerais das Cooperativas, a grande preocupação era fazer um corte radical com o sistema até então vigente, de concepção e regulamentação das cooperativas. Nessa época, só a ideia de as

cooperativas estarem ainda a ser reguladas pelo Código Comercial, em 1975/76, logo após a independência, já era motivação suficiente para se querer disciplinar de outra forma, porque era como que confundir as cooperativas com os comerciantes, com as associações.

Além disso, as leis não são neutras, porque, em maior ou menor grau, pode-se apreender, através da norma, a doutrina política, a filosofia e o valor ético que se pretende transmitir à sociedade. Por exemplo, no Decreto-Lei n.º 80/79, de 25 de agosto de 1979 (CABO VERDE, 1979, p. 5), no seu preâmbulo, apresenta uma concepção que instrumentaliza política e ideologicamente as cooperativas, dizendo que “o movimento cooperativo é um meio privilegiado para o nosso povo se libertar da dominação e exploração e se libertar a si próprio, combater os efeitos e tendências contrárias ao progresso”. Por outro lado, as cooperativas eram também definidas como organizações sociais populares “criadas pelos trabalhadores das cidades e dos campos” (CABO VERDE, 1979, p. 5), portanto, vistas como instrumentos de luta e de organização para a libertação dos mais carenciados da situação de dependência face aos comerciantes e da pobreza extrema.

Constata-se, neste caso, que não era apenas uma questão de filosofia política prevalecente, pois a situação material de vida da grande maioria da população, nomeadamente, no meio rural, era muito crítica favorecendo, assim, o reforço dessa concepção.

Porém, a agravante, na perspectiva de Monteiro (2002) é a circunstância de, em 1975/76, não existir, na prática, em vigor, qualquer legislação sobre cooperativas. Seguramente, não se estava a aplicar a lei comercial. Aplicavam-se, sim, as normas materiais que tivessem a ver com as concepções das pessoas que estavam à frente do movimento e com concepção também do sistema político vigente. Portanto, diz o autor, o Código Comercial de Portugal de 1888, na prática, já tinha sido inoportunamente revogado, pelo fato de que também regulava atividades dos comerciantes<sup>123</sup>.

Ainda no mesmo Decreto-Lei n.º 80/79, de 25 de agosto de 1979 (CABO VERDE, 1979) o legislador diz que o objetivo primeiro do cooperativismo é constituir uma forma de participação privilegiada do povo na construção de uma nova sociedade. Comparando-o

---

<sup>123</sup> As atividades economicamente rentáveis, portanto, geradoras de lucro, exercidas pelo empresariado nacional, nos primeiros anos da independência, eram associadas à exploração e dominação das massas populares e vistas também como entraves ao processo de desenvolvimento e emancipação humanas. Nesse pressuposto, Santos (2002, p. 182) disse, com propriedade, que “para um grande número de comerciantes as cooperativas eram um instrumento criado pelo PAIGC para os combater”.

com o Decreto-Lei nº. 101-H/90, de 23 de novembro de 1990, neste, o primeiro objetivo é: “promover o bem-estar econômico, social e cultural dos seus membros”.

Pode-se ainda comparar a definição de cooperativa nos dois decretos. O primeiro diz que “as cooperativas são organizações sociais criadas pelos trabalhadores das cidades e dos campos na base do livre consentimento para prossecução de objetivos comuns constituindo unidades econômicas nas quais participam ativamente todos os seus membros” (CABO VERDE, 1979). Enquanto, para o segundo,

as cooperativas são agrupamentos de pessoas de livre constituição, de composição e capital variáveis e que, na base de cooperação e entre ajuda dos seus membros e na observância dos princípios cooperativos, prosseguem, sem fins lucrativos, objetivos econômicos, sociais e culturais comuns através de uma empresa (CABO VERDE, 1990).

De resto, importa ainda esclarecer o sentido da expressão “sem fins lucrativos”. A ideia tem a ver com o princípio de não maximização dos lucros. Que é coisa diferente. Quer dizer que objetivo das cooperativas não seria a maximização dos lucros. E, para que de certa forma, isso se reflita nos fins, em segundo lugar, vem consagrado que as cooperativas devem contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. Portanto, a concepção é de não maximização dos lucros apesar de ter substrato empresarial. Isso é importante porque também se quis fazer uma distinção em relação às associações. Estas não têm um substrato empresarial ou pelo menos não devem ter. Não organizam meios em termos empresariais, não têm estabelecimentos, etc.

Não obstante todo esforço em definir os setores e estabelecer as respetivas atribuições e competências, o debate continuará e, no futuro, certamente novas propostas e soluções serão criadas e experimentadas. Reconhece-se, entretanto, uma certa urgência em se estabelecer distinções claras entre cooperativas, sociedades comerciais e associações.

Além do mais é extremamente importante essa faceta de não definição da cooperativa em função do seu objetivo, mas em função da obediência aos princípios do movimento cooperativo. E é em vão que nós procuraríamos, na nossa concepção, distinguir as cooperativas das sociedades comerciais por seu objeto. Pela simples razão do Artigo 4º da Lei dizer que as cooperativas podem ter por objetivo qualquer ramo de atividade não vedado à iniciativa privada (CABO VERDE, 1990).

### 3.3.2. A experiência cooperativa na Iª República<sup>124</sup>

A República de Cabo Verde é um país insular e arquipelágico, com grande escassez de recursos naturais e afetado por ciclos prolongados de seca que vem forçando, desde a segunda metade do século XVII, a sua população à emigração, por vezes em massa, para diferentes países do mundo, nomeadamente, Estados Unidos da América, Senegal, Angola, São Tomé e Príncipe e, a partir dos anos de 1960 para Europa, designadamente, Portugal, Holanda, França, Luxemburgo, Suíça, Espanha e Itália.

Em 19 de Dezembro de 1974, foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde. Este Governo preparou as eleições para uma Assembleia Nacional Popular, que em 05 de Julho de 1975, proclamou a independência. Os sucessivos governos conscientes das enormes carências do país recém-independente, em parceria com a comunidade internacional, empenharam-se no processo da reconstrução nacional, elegendo, desde logo, os homens e as mulheres de Cabo Verde como principais recursos do país e, conseqüentemente, estabelecendo como uma das prioridades o desenvolvimento dos setores da educação, saúde e infraestrutura.

É de se ressaltar que o movimento cooperativo cabo-verdiano é parte constitutiva do processo histórico da construção do Estado de Cabo Verde, sendo a sua trajetória dividida basicamente em duas grandes etapas: a independência nacional e o advento da Segunda República em 1990. A primeira grande etapa<sup>125</sup> da trajetória do movimento cooperativo cabo-verdiano é o período que decorre de 1975, data da independência nacional, a 1990, ocasião da abertura política.

A década de 1970 caracteriza-se, em linhas gerais, pela função que as cooperativas, designadamente, as de consumo, desempenharam no abastecimento em gêneros alimentares de primeira necessidade às populações mais carentes do meio rural, e sua forte ligação às estruturas intermédias e de base do Partido PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde), então partido dirigente da sociedade e do Estado.

---

<sup>124</sup> Período que decorre da independência nacional, de 1975 a 1990, ano em que se procedeu à abertura política para o pluripartidarismo.

<sup>125</sup> Entretanto, Jesus (2007) identifica uma primeira fase, que decorre da independência em 1975 até à implementação do Instituto Nacional das Cooperativas (INC), em 1978. A importância atribuída ao setor, especialmente, ao cooperativismo de consumo é consagrada na Constituição aprovada em 5 de Setembro de 1980, que reconhece no seu Artigo 11º três formas de propriedade: pública, privada e cooperativa. Por seu turno, Mendonça (2002) distingue quatro períodos na história do movimento cooperativo cabo-verdiano: i) época colonial, ii) 1975 a 1978, iii) 1979 a 1990, iv) 1991 a década de 2000.

Segundo Évora (2001), nos países africanos que se tornaram independentes nas décadas de 1960 e 1970 e que adotaram um modelo de economia centralizada, a criação de cooperativas era apresentada como estratégia importante de promoção da participação popular nos processos de mudança social e econômica, levadas a cabo pelos partidos que lutaram pela independência. Assim, o Estado deveria garantir a criação e o funcionamento das organizações cooperativas, cujas atribuições eram definidas de acordo com as ideologias dos partidos políticos de cada país. Nessa perspectiva, Santos (1993, apud ÉVORA 2001), por exemplo, analisou a evolução do sistema cooperativo nos países francófonos da África Ocidental, a partir das experiências de implantação das principais cooperativas, que tinham por objetivo viabilizar as culturas de rendimento, como cacau, algodão e amendoim. O autor concluiu que o fato do funcionamento e das práticas dessas cooperativas estarem a cargo de técnicos e quadros do governo não deixa dúvidas sobre a delimitação pouco clara de fronteiras entre o Estado e a cooperativa e a predominância de uma valência político-ideológica.

Assim sendo, não obstante se reconhecer a contribuição patriótica dos cabo-verdianos e cabo-verdianas, designadamente, da sua juventude, mobilizados em torno do ideário do cooperativismo internacional, para fazer das cooperativas um instrumento de organização social e de desenvolvimento comunitário e nacional, lamentavelmente,

o cooperativismo em Cabo Verde não foi interiorizado à escala macro-social e pelas elites cabo-verdianas pelo seu ideário, mas sim como consequência lógica de uma ideologia dominante, sendo a sua expressão máxima o regime de partido único. Esta foi, sem dúvida, um erro de concepção e de interpretação histórica que veio a consumir-se com a instauração da IIª República. (...) Nunca se pensou que a criação de uma empresa cooperativa é sobretudo um acto de escolha consciente, portanto um acto de cidadania (SANTOS, 2002, p. 182).

Em 1974, período de transição política, criou-se a Central das Cooperativas de Cabo Verde, sob a tutela do Partido e do Ministério da Economia.

No entanto, a grande mudança, segundo Santos (2002), dá-se com a assunção definitiva do Estado das funções de promoção e de apoio ao setor cooperativo, por meio da criação do Instituto Nacional das Cooperativas, em 1978 (CABO VERDE, 1978), com a

incumbência de executar a política do Governo para o setor cooperativo, a adoção da Lei de Bases das Cooperativas (CABO VERDE, 1979), a criação do Fundo de Apoio às Cooperativas em 1981 (CABO VERDE, 1981) e a formação da primeira geração de quadros técnicos formados no país - Técnicos de Organização e Promoção Cooperativa, entre 1981 e 1984. Segundo Santos (2002) era o auge da experiência social cooperativa em Cabo Verde e uma inovação no contexto da sub-região africana a que Cabo Verde pertence. Foi nessa prodigiosa década de 1980 que a experiência cooperativa cabo-verdiana se tornou objeto de estudo pelo BIT (Bureau International du Travail), pela Aliança Cooperativa Internacional e pela Universidade Cooperativa Internacional.

Diz o autor que, em 1987, realiza-se, em São Jorge, no interior de Santiago, a Universidade de Verão da UCI sobre o tema: “Lês arts et metiêrs du développement”, colocando a experiência cabo-verdiana no centro da reflexão com a participação de várias universidades francesas, canadenses, cooperativas de pesquisa-ação e instituições de renome internacional em matéria de pesquisa-ação para o desenvolvimento (SANTOS, 2002).

Começaram a surgir cooperativas criadas e geridas por técnicos em várias áreas, nomeadamente construção civil, habitação, ensino, confecções, estudos e projetos, cultura formação profissional, artesanato e pescas.

Do ponto de vista da estruturação do movimento, surgem as primeiras experiências de integração cooperativa, principalmente no setor da distribuição, com Uniões e uma Federação Nacional, esta com um volume de vendas anual superior a 600.000.000\$00 (escudos cabo-verdianos), equivalente a 7.058.823,53 dólares dos EUA (SANTOS, 2002, p. 183).

Reflexões, experiências e pesquisas de terreno, faziam emergir ainda que de forma tímida, a trilogia da economia social: empresas cooperativas, mutualidades e desenvolvimento comunitário (SANTOS, 2002). É com esta perspectiva que, segundo o autor, foram realizadas as primeiras experiências de desenvolvimento comunitário, a partir de 1983, no interior de Santiago, nas localidades de Loura, Rui Vaz e Achada Ponta, a formação de animadores locais para o Desenvolvimento Local Integrado (1984) e criada a Cooperativa de Estudos e Pesquisas “Coop-Agir” que produziu 12 trabalhos de pesquisa-ação validados por prestigiadas Universidades Francesas, integrados no “Réseau d’Hautes Études en Pratiques Sociales”.



Em 1986, o então Ministério do Desenvolvimento Rural, lança um projeto de formação, com o apoio da FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), dos quadros desse Ministério sobre a abordagem participativa no desenvolvimento das bacias hidrográficas, tendo como campo de aplicação a Ribeira de Selada, no Município de Santa Catarina.

Em 1987, o BIT, promove uma reflexão, em São Jorge, sobre a abordagem participativa na execução dos trabalhos das FAIMO<sup>126</sup> (Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra).

1989, Cabo Verde leva a sua experiência à Conferência Regional do CILSS (Comitê Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel), em Segou, no Mali e chefia o Grupo de Trabalho sobre a participação das populações na gestão do território.

Em suma, a mudança digna de registro acontece ainda na década de 1980, em que a solução cooperativa é apropriada, socialmente, por segmentos da população que constituem parte das nossas elites. Uma nova percepção da problemática cooperativa se configurava e, pouco a pouco, se desenvolvia a ideia e o conceito de que a cooperativa não é apanágio dos pobres, mas sim um instrumento ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento nacional e que as empresas cooperativas faziam parte de um conjunto mais vasto da economia associativa ou solidária.

### **3.4. Relação Estado e sociedade**

#### **3.4.1. Do assistencialismo ao associativismo nas comunidades rurais**

As Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) enquadram-se no processo gradativo de socialização do Estado em termos de assunção de suas responsabilidades na promoção do emprego, da assistência social e do bem público em geral junto às comunidades rurais mais pobres e isoladas do interior do país, para enfrentamento da pobreza extrema, agravada pelos maus anos agrícolas decorrentes da irregularidade e escassez das chuvas.

---

<sup>126</sup> Emprego público de caráter sazonal criado pelo Governo quando, em virtude da seca, a produção agrícola é má, com o objetivo de minimizar os seus efeitos e garantir as condições mínimas de sobrevivência, nomeadamente, às famílias mais carenciadas das comunidades rurais mais afetadas.

Na época colonial, até inícios da década de 1960 do século passado, a intervenção do Estado Colonial na promoção de políticas de desenvolvimento econômico e social era praticamente inexistente. Entretanto, a partir do final dos anos de 1960, com o agravamento das condições de sobrevivência das populações rurais devido à persistência da seca, o governo colonial viu-se forçado a assumir, gradativamente, um caráter assistencialista, que se traduziu na adoção de uma política social direcionada à criação do emprego público e renda sazonais para socorrer as populações mais pobres, designadamente, nas comunidades rurais do país. Os acontecimentos que estiveram na origem dessa nova atitude da administração colonial são basicamente dois: primeiro, a mudança no contexto das relações internacionais, favorável à descolonização da África e, particularmente, das ex-colônias portuguesas, sendo o segundo, o início das lutas armadas de libertação nessas colônias africanas, especialmente, na Guiné Bissau, sob o comando do PAIGC e do seu líder Amílcar Cabral<sup>127</sup>.

É assim que, através do programa de *Apoio às Vítimas Sinistradas pela Seca*<sup>128</sup>, de finais de 1960 a 1974<sup>129</sup>, período da transição política, o Governo colonial aumenta de forma exponencial, a taxa de emprego público eventual, implementando um amplo programa de obras públicas, nomeadamente, construção de estradas, com recurso ao

---

<sup>127</sup> A relevância deste excerto advém do fato dele radicalizar a noção de dívida (dádiva) inclusive da própria vida, pela causa da independência dos povos da Guiné e Cabo Verde: “ (...) jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição (...) para a vida do homem se tornar melhor no mundo. Este é que é o meu trabalho.” (CABRAL, 1969, p.?) Disponível em: <<http://www.didinho.org/amilcabcabral.htm>>. Acesso em: 06 nov.2012.

<sup>128</sup> Secas prolongadas e epidemias continuaram a provocar milhares de mortes e uma enorme emigração. A partir de 1880, estes emigrantes constituem já importantes comunidades permanentes nos portos baleiros dos EUA, como New Bedford, Providence, Nova Inglaterra, etc. Em finais do século XIX, dezenas de milhares de Cabo-verdianos começaram a ser compelidos ao trabalho forçado nas plantações de São Tomé e Príncipe. Entre 1900 e 1922, por exemplo, foram enviados para as plantações de São Tomé 23.978 Cabo-verdianos, prática que se prolongou até 1974. Disponível em: <<http://imigrantes.no.sapo.pt/page2caboverde.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

<sup>129</sup> Na Guiné-Bissau, o PAIGC já tinha declarado a independência a 24 de setembro de 1973, imediatamente reconhecida pela comunidade internacional. Contudo, só o acordo de Argel, assinado a 25 de agosto de 1974 entre o PAIGC e o governo português, reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau. A formalização do reconhecimento foi feita em Lisboa, a 10 de setembro de 1974. A 5 de julho de 1975, a Assembleia Constituinte de Cabo Verde, prevista no documento assinado, em Lisboa, a 19 de dezembro de 1974, declarou a independência do arquipélago. De imediato, Aristides Pereira, por Cabo Verde, e Vasco Gonçalves, por Portugal, assinaram um Acordo Geral de Cooperação entre os dois Estados. Disponível em: <<http://www.portugal-tchat.com/forum/a-democracia-1974/3750-a-descolonizacao.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

trabalho intensivo, visando prover a população camponesa atingida pela seca de meios de subsistência (SILVA, 2001, apud VERÍSSIMO, 2011).

Após a independência nacional, o Governo de Cabo Verde, com base no apoio da cooperação internacional, designadamente, com recurso ao Fundo de Contrapartida da Ajuda Alimentar e também através do próprio orçamento do Estado, instituiu um Programa de emergência com o objetivo de assistir as populações rurais mais afetadas pelo mau ano agrícola, disponibilizando-lhes meios alternativos de sobrevivência em emprego e renda. Assim, o Programa procura garantir o máximo de emprego possível e assegurar que pelo menos um membro de cada família em situação de pobreza extrema seja empregue nas frentes de emergência - FAIMO, durante um período de tempo que varia de 2 a 5 meses de trabalho ao ano.

O Programa de emergência é implementado através das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO), geridas e executadas numa parceria entre o Governo, representado pelas Delegações Regionais do Ministério de Agricultura, as Câmaras Municipais, o Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas (INERF) e as Associações Comunitárias. Os trabalhos concentram-se, principalmente, nas obras de conservação de solos e água no âmbito da luta contra a desertificação, na construção e reabilitação de estradas, caminhos vicinais, infraestruturas comunitárias e habitações sociais.

Segundo Challinor (2008), as FAIMO são o símbolo paradigmático da dependência de Cabo Verde face à ajuda externa, funcionando como uma forma (precária) de segurança social estatal o que, na nossa perspetiva, não desvaloriza o fato do desenvolvimento rural ter sido, desde a independência, assumido como um dos setores prioritários da estratégia de desenvolvimento nacional.

O financiamento do programa de emergência FAIMO até aos anos 1990 era assegurado pela cooperação internacional, através do mencionado fundo de contrapartida da ajuda alimentar (vendida no mercado nacional) e das doações financeiras. A ajuda alimentar visava por um lado, superar o défice alimentar e, por outro, gerar recursos para o financiamento de projetos de desenvolvimento do país.

Não obstante o relevante papel de segurança social e alimentar<sup>130</sup> desempenhado pelas FAIMO ao garantir as condições mínimas de sobrevivência e de desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais, sendo, todavia, seus objetivos e sistema de organização e funcionamento de caráter essencialmente assistencialista, os doadores internacionais e as autoridades nacionais, pressionados por aqueles, começaram a se preocupar com a baixa produtividade do sistema e sua evidente inaptidão para promover a emancipação (a emergência de atores sociais como sujeitos históricos) e a erradicação da pobreza nas comunidades rurais. Pelo contrário, segundo Pina (2008), o sistema cristaliza e reproduz a mentalidade de assistidos face ao Estado providente, criando nas populações rurais uma situação de dependência econômica crônica face ao emprego público e atitudes de indiferença e desresponsabilização dos beneficiários em relação às infraestruturas construídas nas respectivas comunidades, que consideram propriedades do Estado, cabendo a este a responsabilidade pela sua manutenção.

Na nossa perspectiva, a principal razão da baixa produtividade<sup>131</sup> das frentes de emergência - FAIMO decorre do fato delas terem sido tradicionalmente fundadas em programas de emergência e, como tal, concebidas e formatadas para a realização de objetivos de curto prazo, predominantemente assistencialistas e não desenvolvimentista.

Além disso, no plano da implementação e funcionamento das frentes identificou-se um conjunto de fatores que concorreram para o mau desempenho do sistema, dos quais se destaca: os reiterados atrasos no pagamento dos salários, deficiente acompanhamento e assistência técnica na execução dos trabalhos, má gestão, baixo nível de qualificação e escolarização dos trabalhadores, baixo nível salarial, com agravante deste ser desigual em

---

<sup>130</sup> A introdução do cooperativismo, em 1974, como modelo de organização e regulação sociais teve como uma das suas principais preocupações e prioridades garantir a distribuição e abastecimento das populações rurais de produtos de primeira necessidade. A Pensão de Solidariedade Social, criada pelo Decreto-Lei nº 29/2003, de 25 de agosto, que revoga o Decreto-Lei nº 122/1992, de 16 de novembro atribuída aos ex-trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra e a Pensão Social Mínima criada pelo Decreto-Lei nº 2/95, de 23 de janeiro, direcionada exclusivamente aos trabalhadores afastados das FAIMO por limite de idade, invalidez ou doença adquirida no exercício daquela atividade constituem mecanismos de redistribuição do Estado para suprir as necessidades básicas da população mais carente e corrigir desigualdades crônicas e saldar uma dívida histórica com os mais pobres que, no passado, sucumbiram aos milhares devido a várias fomes que assolaram o arquipélago. Assim, segundo o Presidente do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS), 21.160 pessoas são beneficiadas atualmente com pensão social no país, representando um encargo financeiro, mensal, de mais 100 milhões de escudos cabo-verdianos ao Estado, equivalente a 1.176.471,00 dólares. Disponível em: <<http://www.sapo.cv/>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

<sup>131</sup> É comum muitas obras das frentes de emergência - FAIMO ficarem inacabadas ou se mostrarem ineficientes, por as mesmas não terem sido objeto de planejamento técnico e constituírem apenas uma ocupação para os agricultores flagelados pela estiagem.

termos de gênero, insatisfação dos trabalhadores por obras de conservação de solo e água serem raramente executadas nos seus terrenos.

O Estado encetou várias iniciativas visando melhorar a produtividade das FAIMO, designadamente com a criação do Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas (INERF) que, ao executar obras por empreitadas obrigava os trabalhadores ao cumprimento de tarefas em vez de horários, embora as obras continuassem a ser executadas em terrenos que não lhes interessavam. Mas, a criação do INERF, não obstante enquadrada na reforma do Estado pós-1990, peca por ter sido dotada de uma estrutura sobredimensionada, a qual funciona na lógica burocrática da administração pública.

Todavia, a iniciativa do Governo de reverter as FAIMO contou com uma importante parceria da parte do Programa *Cape Verde PL 480*<sup>132</sup> *Title II*, implementado pela ACDI-VOCA,<sup>133</sup> enquadrado no Ministério da Agricultura.

A ACDI-VOCA começou a incentivar as comunidades locais a se organizarem em associações que passariam a realizar contratos diretamente com o Ministério de Agricultura para a execução de obras, inclusive, em seus terrenos. O financiamento do Programa provinha do doador bilateral, USAID<sup>134</sup>, que vinha cooperando com Cabo Verde desde os primeiros anos da independência.

Segundo Challinor (2008), o fomento da criação de associações comunitárias começou em 1995, com base na experiência de extensionistas formados para prestar assistência às comunidades locais no âmbito do Programa de Assistência Rural (PAR), iniciado em 1982. No entanto, face à persistência de ciclos de seca cada vez mais

---

<sup>132</sup> É o Programa de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrícola iniciado em Cabo Verde em 1992 pela USAID - Agência Internacional de Desenvolvimento dos EUA, sob a administração da ACDI/VOCA, em ações desenvolvidas conjuntamente com as associações comunitárias de Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo, ilhas com mais tradição agrícola no arquipélago.

<sup>133</sup> *“The mountainous terrain, rocky soil and frequent droughts have made agricultural production a difficult endeavor in Cape Verde. From 1992-2007, in order to help the country meet its food requirements, ACDI/VOCA worked to empower Cape Verde farmer groups and community associations to manage their own natural resources, boost agricultural productivity, diversify crops and increase rural household incomes. ACDI/VOCA’s 2002-2007 activities in Cape Verde were funded by the USAID PL 480 Title II monetization program. The monetization of U.S. wheat and corn allowed ACDI/VOCA to undertake various project activities valued at over \$18 million to improve livelihoods among rural populations in Cape Verde”* Disponível em: <<http://www.acdivoca.org/site/ID/capeverdenaturalresourcemanagement/>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

<sup>134</sup> ACDI/VOCA é uma ONG norte-americana que promove o crescimento econômico e o desenvolvimento da sociedade civil em democracias emergentes e países em desenvolvimento.

<sup>134</sup> Em 1995, a USAID voltou a trabalhar em Cabo Verde com um novo projeto de dois anos, que visava aproveitar as experiências anteriores para uma privatização das FAIMO, a ser implementada pela *Agricultural Cooperative Development International* (ACDI-VOCA).

prolongados, o apoio à agricultura de regadio passou a ter pouco impacto. Apesar disso, em 1986, o PAR formou mais técnicos, recrutados nas comunidades locais, para fornecer assistência técnica descentralizada nas frentes de trabalho organizadas a nível comunitário. Assim, as comunidades identificavam as obras de conservação do solo de que necessitavam e negociavam com os técnicos do PAR<sup>135</sup> que trabalhavam em articulação com o Ministério de Agricultura. Essa abordagem descentralizada e participativa resultou na elevação da autoestima dos trabalhadores motivando-os a se auto-organizar, a produzir com qualidade e a se responsabilizar pela manutenção das infraestruturas. Tanto é que, atualmente, em Cabo Verde, uma grande parte das obras de conservação do solo e da água são executadas por associações comunitárias.

Em 1996, com a assistência da ACIDI-VOCA, as associações beneficiárias do Programa PL 480, em Santiago, organizaram-se numa associação chapéu (federação), a Organização das Associações de Agricultores, Pecuários e Avicultores da Ilha de Santiago (OASIS), para, entre outras, mediar a negociação dos contratos de conservação do solo e água junto ao Ministério de Agricultura.

De acordo com os relatórios e documentação do Programa, Challinor (2008) o doador, mais preocupado em garantir a sustentabilidade econômica das associações, só não fomentou o cooperativismo, atendendo a desconfiança que a experiência cooperativa da Iª República tinha gerado nas populações rurais. Assim, os objetivos e prioridades do Programa são: formar as associações em engenharia rural e contabilidade para que possam executar obras de qualidade e cumprir com rigor os contratos assinados com o Ministério de Agricultura, promover atividades geradoras de rendimentos com base nos excedentes gerados pelas associações, visando diversificar os meios de subsistência da população e, alguns anos depois, o reconhecimento da necessidade de formação em áreas de gestão e associativismo, face à dura constatação de que, para a maioria dos sócios, as associações eram apenas uma entidade que satisfazia suas necessidades de emprego, renda e outros benefícios, não lhes reconhecendo o potencial de mobilização e de desenvolvimento comunitário. Por conseguinte, o associativismo não foi identificado como uma necessidade de formação no início do programa.

---

<sup>135</sup> Em 1990, o Programa de Assistência Rural (PAR) acabou e os técnicos do programa foram integrados nas delegações locais da Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP).

Sobre essa questão, Challinor refere ao depoimento de uma expatriada, contratada pela nova e derradeira equipa da ACDI-VOCA, de que o papel das associações é de capital importância para o desenvolvimento comunitário.

Numa entrevista concedida em Agosto de 2005, lamentava os ‘anos perdidos’ pelas associações, tão empenhadas na construção de obras de conservação que não tinham desenvolvido outras capacidades necessárias para o desenvolvimento local. Argumentava que o desenvolvimento comunitário, e não simplesmente o emprego, devia ser o motivo principal das associações (CHALLINOR, 2008, p. 55).

Neste sentido, era preciso desenvolver as suas capacidades internas de participação e mobilização, para, por exemplo, pressionarem as autoridades locais e centrais a assegurarem os serviços básicos que faltavam nas suas localidades. No mesmo depoimento (apud CHALLINOR, 2008) essa expatriada defendia que o uso do excedente dos fundos não deveria beneficiar os sócios a título individual, mas sim a comunidade inteira. Além disso, afirmava não estar contra as obras de conservação, mas pensava que poderia ser uma atividade paralela das associações e não a razão principal da sua existência.

Importa aqui uma referência ao papel relevante e construtivo da cooperação internacional descentralizada e dos agentes externos em geral, no apoio e promoção do associativismo e desenvolvimento comunitário no meio rural, transformando as comunidades rurais, através de suas organizações, em espaço de aprendizagem e exercício da democracia, de discussão e troca de ideias e experiências, de identificação de necessidades e formulação de objetivos comuns e de tomada coletiva de decisões a nível local. Em suma, pelo processo de empoderamento e emancipação individual e coletiva em curso nas comunidades rurais.

Em 2005, segundo Challinor (2008), existiam 37 associações beneficiárias do programa na ilha de Santiago num total de 72 nas três ilhas abrangidas (Santiago, Fogo e Santo Antão). Este total não incluiu mais 50 associações que já se tinham *graduado*<sup>136</sup> do Programa, 20 das quais na ilha de Santiago. No entender da expatriada referida pela

---

<sup>136</sup> *Graduação* era um eufemismo para cortar o financiamento às associações que já tinham beneficiado cinco anos do Programa, dando lugar, desta forma, à entrada de novas associações (CHALLINOR, 2008).

autora, a *graduação* de uma associação deveria depender do grau da sua capacidade interna de organização e não simplesmente do fato de ter estado cinco anos no programa.

No entanto, o processo de reforma do Estado visando o aprofundamento e consolidação do processo de descentralização política e administrativa, da democratização do Estado e redefinição das suas relações com a sociedade conheceu um novo desenvolvimento com a concepção e implementação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) em finais de 1990 e a execução do (sub)Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) a partir de julho de 2000, numa ampla parceria envolvendo instituições estatais centrais e municipais, organizações da sociedade civil e, sobretudo, as associações comunitárias de desenvolvimento e respectivas organizações chapéus, nas comunidades rurais do país.

A progressiva incorporação da sociedade civil ao processo de elaboração de estratégias e políticas públicas decorre da consciência de que o Estado não poderá assumir os desafios de proporcionar a integração social, caso não atue como ente público, que deverá assumir a sua própria democratização, na perspectiva de que o fortalecimento da sociedade civil é solidário à construção da democracia e do desenvolvimento.

### **3.4.2. As associações comunitárias de desenvolvimento**

Com a abertura política em 1990 e adoção dos princípios e práticas de economia de mercado, reformas profundas nos domínios econômicos e sociais foram sendo implementadas com o apoio dos principais parceiros internacionais de Cabo Verde, com especial destaque para o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Dentre os principais acontecimentos políticos realizaram-se as primeiras eleições democráticas e pluripartidárias: as legislativas e presidenciais, em 1991, e as autárquicas (municipais) em 1992. Concomitantemente iniciou-se o processo de descentralização política e administrativa, e, nos anos seguintes, privatizaram-se a maioria das empresas públicas estatais. Criaram-se e implementaram-se políticas de promoção e de incentivo ao investimento externo e privado nacional e, com isso, processou-se a retirada progressiva, hoje quase completa, do Estado dos setores estratégicos da economia nacional.

Ainda, no âmbito dessas reformas, assistiu-se à extinção do Instituto Nacional das Cooperativas e do Fundo de Apoio às Cooperativas e à “apropriação” dos recursos gerados pelo movimento cooperativo e sua utilização em fins outros como a criação da Caixa de



Crédito Agrícola sediada na cidade de Assomada, Município de Santa Catarina, no interior de Santiago, instituição essa que redundou num fracasso absoluto.

Portanto, o início dos anos de 1990 representa uma mudança de fundo no panorama cooperativo cabo-verdiano. Política e ideologicamente identificado ao regime monopartidário do PAIGC<sup>137</sup>, de tendência socialista, prevalecente no período de 1975 a 1990, com a instauração da democracia e a adoção de princípios da economia de mercado, Santos (2002) argumenta que o Governo eleito em 1991 não definiu uma política que ajudasse as cooperativas a fazerem a sua transição com ganhos, adequando-se às exigências da economia de mercado emergente, tendo com isso caído no anonimato, perdido a visibilidade e o significado social.

Posição contrária sustenta Jesus (2007), com base na hipótese de que a implosão do cooperativismo de consumo em Cabo Verde, enquanto modelo de organização empresarial, não se deveu a alterações do contexto socioeconômico e político, mas sim, ao desalinhamento entre a ideologia cooperativa e as práticas de gestão, que não teria contribuído para reforçar o necessário vínculo de identidade e confiança entre os membros e o próprio movimento<sup>138</sup>.

Nesta linha, Évora (2009), com base no estudo sobre as representações sociais das cooperativas na ilha de Santiago, corrobora que a forma de adesão - por solicitação e incentivo externo - condicionou as concepções dos cooperados relativamente à sua participação e ao significado e papel da cooperativa na sua vida e na das suas comunidades. A cooperativa era vista como uma iniciativa vinda de fora, na medida em que, inicialmente, as pessoas foram diretamente contatadas por membros do partido e motivadas a participar. A autora sustenta ainda que, os estudos sobre a realidade social têm

---

<sup>137</sup> Até o primeiro golpe de estado na Guiné Bissau, em 14 de Novembro de 1980, o PAIGC era um partido político binacional que dirigia as sociedades e Estados da Guiné e de Cabo Verde. Com a ruptura (inviabilização) do Projeto da Unidade Guiné e Cabo Verde, um dos principais fundamentos do PAIGC, criou-se em Cabo Verde em 20 de Janeiro de 1981 o PAICV.

<sup>138</sup> Nessa perspectiva, Évora (2001) regista que poucos anos após a independência, mesmo os promotores da iniciativa já apontavam para a fraca participação dos cooperados e questionavam se no futuro ela poderia garantir a sobrevivência dos seus associados. Assim, aumentavam as dúvidas sobre a possibilidade da prática autogestionária alcançar os objetivos oficiais previstos, apesar do Estado assumir os problemas e as tentativas de reerguer o movimento cooperativo. Por outro lado, os críticos ao modelo oficial consideraram que os problemas eram devidos às limitações do modelo de reforma social e ao papel assumido pelo Estado, contrários aos princípios de democracia e à prática autogestionária de uma organização cooperativa. A isso acrescentam a prática oficial distante dos ideais originalmente defendidos, o exercício da hierarquia e do poder concentrado nas instituições oficiais tal como no período anterior à independência. Destacam, também, o fato de os agentes oficiais terem desconsiderado a experiência popular anterior de associativismo: *djuda* (ajuda) e *djunta-mon* (ajuda mútua) (Lopes, 1991, apud ÉVORA, 2001).

mostrado que o comportamento dos sujeitos e dos grupos depende muito mais das representações sociais que possuem ou elaboram a respeito de determinado objeto ou tema do que das características objetivas da situação. Assim, uma das principais atribuições das representações sociais seria, portanto, a de servir de guia das ações humanas, orientando as relações sociais e intervindo nas práticas sociais.

Desse processo de reformas que abrangeram setores da administração pública central e local, resultou a perda de milhares de postos de trabalho e com ela a desintegração de relações de sociabilidade e o surgimento de um regime laboral em que os empregos se tornaram cada vez mais precários, com maior impacto na vida das camadas mais desfavorecidas da população, nos centros urbanos e nas comunidades rurais.

As comunidades rurais vivem basicamente da atividade agrícola, pecuária, pesca artesanal, construção civil, pequeno comércio formal e informal, extração de britas e areias no leito das ribeiras e nas praias do litoral das Ilhas, e também das remessas dos emigrantes aos familiares.

Pratica-se a agricultura de sequeiro<sup>139</sup> na época das chuvas, de julho a outubro, e a agricultura de irrigação nos vales das bacias hidrográficas, nomeadamente, nas ilhas mais pluviosas de Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau.

A agricultura e a pecuária são duas atividades que se sustentam mutuamente, complementam e maximizam os rendimentos das famílias rurais. Essas atividades são desenvolvidas, de uma maneira geral, em pequenas parcelas de terra, na base de uma organização familiar, exploradas segundo práticas culturais tradicionais e, por isso, de baixa rentabilidade, sendo, entretanto, essenciais para a subsistência das famílias das comunidades rurais e para o abastecimento dos mercados locais e, sobretudo, os dos centros urbanos do país.

Entretanto, não obstante o cenário acima exposto, a paisagem rural vem mudando progressivamente, com maior incremento nos últimos 25 anos, devido à introdução de novas tecnologias agropecuárias que consistem na introdução de irrigação gota a gota, de novas espécies vegetais e novas técnicas culturais; de experiências de implementação de projetos integrados de desenvolvimento de bacias hidrográficas, construção de barragens de captação e retenção de águas pluviais, nas ilhas com maior potencial agrícola,

---

<sup>139</sup> Cultura agrícola não irrigada, com predominância de milho e algumas variedades de feijão, efetuada antes ou durante a curta estação das chuvas que, em cabo Verde, corresponde ao período compreendido entre julho e outubro.

nomeadamente, nos municípios do interior da ilha de Santiago e, sobretudo, graças ao movimento e dinamismo associativo que vêm transformando as comunidades rurais num dos principais atores e parceiros na implementação de políticas públicas a nível local, assumindo, assim, a condição de protagonistas e líderes das iniciativas de desenvolvimento comunitário.

Portanto, apesar da quase extinção do cooperativismo cabo-verdiano no contexto das reformas acima mencionadas, no âmbito da execução do projeto de descentralização política e administrativa, levada a cabo pelos sucessivos governos a partir de 1992, foram criados novos municípios e implementados políticas e programas de reforço e capacitação do poder local; promoção, criação, organização e capacitação de organizações da sociedade civil em geral e das associações comunitárias, particularmente, no meio rural.

Ressalta-se que uma parte substancial dos recursos da ajuda pública internacional passa a ser reservada ao financiamento direto de iniciativas e projetos dos municípios e das organizações da sociedade civil, sobretudo no meio rural. Nesse contexto, ocorreu o fenómeno de “erupção” e proliferação de associações com destaque para as associações de base comunitária no meio rural, particularmente, no interior de Santiago, a maior ilha do arquipélago, onde se concentra mais da metade da população do país, estimada em 500.000 habitantes.

Esse movimento de emergência e dinamização do associativismo numa conjuntura de reformas políticas, económicas e sociais, designadamente as reformas do Estado de carácter neoliberal (CIMADAMORE *et al*, 2006) e introdução da questão da pobreza e da problemática da sua erradicação, não deixa de ser um processo portador de algumas inquietações e, por conseguinte, suscita reflexões e alguns questionamentos, dos quais dois nos parecem relevantes para a preocupação desta pesquisa. A primeira questão trata-se do seguinte: considerando a existência de uma estreita relação entre o *boom* do associativismo cabo-verdiano e as reformas económicas e políticas implementadas no país a partir dos anos de 1990, será o projeto de economia solidária cabo-verdiano uma solução proposta pelo capitalismo mundial - FMI, Banco Mundial, cooperação internacional - de tratar ao melhor custo a questão social, designadamente, a pobreza, face ao desengajamento público do Estado de suas obrigações sociais?

A segunda questiona se atualmente as políticas públicas nacionais relativamente à economia solidária estarão reproduzindo as relações históricas da caridade e do

assistencialismo tentando controlar e manipular as associações ou estarão se conduzindo no sentido de contribuir para a construção da cidadania promovendo a autonomia e a emancipação dos associados e das respectivas comunidades?

Para Caillé (2005), mau grado todas as prevenções, a referência à economia solidária parece contudo reunir o maior número dos que, em diversos graus, procuram remédio para os malefícios do tudo-mercado.

Por conseguinte, a preocupação desta pesquisa, talvez um pouco mais otimista, compartilha a posição dos que admitem, entre os quais Singer (2003), como sendo uma novidade a abordagem da economia solidária como opção válida e viável de organizar a economia ou ao menos parte dela e não unicamente como remédio para o desemprego e exclusão social.

Nessa perspectiva, começa a firmar-se o ponto de vista de que empreendimentos solidários não precisam ser de pessoas pobres, podendo também prosperar em mercados que exigem proficiência técnica e administrativa.

Quanto à manifestação do fenômeno no contexto da realidade cabo-verdiana, referindo, particularmente, ao meio rural da Ilha de Santiago, não seria de todo correto pensar uma economia solidária cabo-verdiana como sendo propriamente um fenômeno emergente. Isso porque, embora sendo de caráter espontâneo e informal, estabelecendo-se com base em relações de parentesco e de vizinhança, os modos de ação coletivos comunitários mobilizados e organizados a partir da solidariedade são práticas que acompanharam a constituição e desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana como estratégia de enfrentamento e de sobrevivência das populações às adversidades da vida nas ilhas. Isso, em virtude, principalmente, da ocorrência de secas cíclicas e da ausência de recursos naturais<sup>140</sup>.

No que concerne ao processo de exclusão social, questão centro do debate visando uma explicação e compreensão da problemática da emergência e disseminação de iniciativas e experiências de economia solidária, ela constitui, sem dúvida, um fenômeno histórico-estrutural, que participa efetiva e ativamente da constituição e do desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, cuja origem é predominantemente escravocrata, transcorrendo todo período da colonização portuguesa até a realidade atual, sendo, por isso, inerente à sua própria formação econômica e social.

---

<sup>140</sup> Cf. a seção 5.2.1. *Djunta-mon (ajuda mútua)*, p. 125-130 deste trabalho.

Por conseguinte, o circuito formal de trabalho essencialmente baseado nas esferas do mercado e da administração pública central e local tem estado sempre muito longe de absorver o conjunto de sua população ativa e carente de emprego o que, agravado pelas secas, forçou milhares de cabo-verdianos à emigração, nomeadamente, para os países da Europa, Estados Unidos da América e África.

Nessa perspectiva, pensamos que a problemática de uma economia solidária cabo-verdiana se define essencialmente enquanto iniciativas de combate para erradicação da pobreza, especialmente no meio rural. Aliás, uma extensa faixa da população do país sempre esteve privada de acesso aos circuitos formais de emprego e de qualquer outra espécie de benefícios, sobrevivendo graças às diferentes formas de solidariedade tecidas localmente no quotidiano das redes comunitárias, às remessas dos emigrantes, além das práticas informais de comércio, de produção de bens e de prestação de serviços que compõem o setor de economia no meio rural.

Portanto, a problemática de uma economia solidária não se colocaria tanto em termos de crise na construção do liame ou dos vínculos sociais, mas em termos de uma preocupação crescente com a garantia de condições de vida dignas para a maioria das famílias, portanto, num contexto de uma árdua e persistente luta para a erradicação da pobreza no meio rural.

A questão do combate à pobreza, elevada à condição de uma espécie de ação patriótica que procura mobilizar e congrega todas as forças vivas e a sociedade em geral, vem possibilitando o surgimento de um grande número de iniciativas bastante díspares, provenientes de diferentes âmbitos institucionais, como a iniciativa privada ligada às empresas, iniciativas provenientes da esfera do Estado e seus entes públicos, tanto a nível nacional como municipal, da cooperação internacional bilateral e multilateral, da cooperação descentralizada municipal e das organizações da sociedade civil.

Entretanto, é de se sublinhar que o campo privilegiado de emergência de iniciativas e práticas de combate à pobreza é o da própria sociedade. E neste universo tão heterogêneo de práticas, algumas demonstram a especificidade de articular solidariedade com a elaboração de atividades econômicas: são estas que consideramos como desenhando o projeto de uma economia solidária e que constitui o objeto da nossa observação e análise empíricas no contexto da realidade cabo-verdiana.

### 3.4.3. Papel dos agentes externos

É grande número de empreendimentos solidários que necessitam, designadamente, no contexto cabo-verdiano, da atuação de apoiadores<sup>141</sup> externos à comunidade ou grupo, para se instituir e se manter, por meio de financiamento, assessoria, organização e/ou na gestão das atividades. A participação desses agentes externos no cotidiano de trabalho das organizações de economia solidária tem-se evidenciado, sobremaneira, com o aumento da complexificação social e da produção, a par da crescente demanda e pressão externa, no que concerne ao relacionamento com o mercado.

Se inicialmente a literatura enfatizou a espontaneidade dos movimentos e organizações da sociedade civil e sua autonomia diante do Estado e de outros atores políticos tidos como tradicionais (partidos políticos e sindicatos), logo passou a discutir a influência dos chamados *agentes externos*, entre os quais o Estado, na organização dos atores sociais e na sua articulação com agentes públicos para alcançarem seus objetivos (FRIEDMANN, 1992, GAIGER, 2005, apud CUNHA, 2007). Por isso, argumenta Cunha, que um ponto de grande relevância para refletir sobre as relações entre Estado e economia solidária é o papel destes agentes externos, cada vez mais considerados pela literatura como catalisadores de mudanças, por sua capacidade de canalizar ideias e recursos aos grupos e comunidades e servir como intermediários destes com o mundo externo.

Sustenta a autora que estudos empíricos mostram que, historicamente, movimentos sociais e associações de base têm recebido apoio, financiamento e assessoria por parte de grupos religiosos, intelectuais, estudantes, sindicatos, militantes de esquerda e organizações não-governamentais, o que também se verifica no caso da economia solidária no Brasil, sobretudo entre os grupos sem experiência anterior de organização e que adotam o cooperativismo por necessidade imediata de sobrevivência.

No caso da economia solidária cabo-verdiana são dignos de destaque os projetos de desenvolvimento comunitário que a ONG cabo-verdiana *Atelier Mar* vem desenvolvendo nas comunidades rurais de Santo Antão, nomeadamente, o projeto *turismo solidário de base comunitária*, museologia comunitária, feira de Lajedos realizada mensalmente, na

---

<sup>141</sup> São pessoas ou entidades denominadas como agentes, apoiadores, mediadores (técnicos sociais de ONG, poder público, universidades, entidades religiosas, entre outros), que apoiam e assessoram os empreendimentos solidários.

mesma comunidade, no Município de Porto Novo<sup>142</sup> (ATELIER MAR; ESSOR, 2009). Trata-se de um projeto pioneiro em Cabo Verde e inovador pelo seu caráter inclusivo e participativo, em que os produtos e serviços turísticos, essencialmente da terra (valorização e promoção de recursos locais), são produzidos e oferecidos (vendidos) aos turistas pela própria comunidade. Por exemplo, turistas, predominantemente europeus, são acomodados em casas de 10 famílias<sup>143</sup>; as refeições são servidas no restaurante comunitário denominado Babilônia, confeccionadas à base de produtos locais, sendo as frutas transformadas em doces, compotas, sucos, licores, frutos secos e comercializados na comunidade, na cooperativa PARES<sup>144</sup> em Porto Novo e em outros pontos da ilha e de Cabo Verde.

Juntamente com os exemplos empíricos, diferentes estudos argumentam que o incentivo e apoio do Estado<sup>145</sup> à auto-organização de grupos e comunidades pode ser determinante para seu desenvolvimento social e econômico (EVANS *et al.*, 1997; ABERS, 1997, apud CUNHA, 2007). Alguns (FRIEDMANN, 1992; CORAGGIO, 1994, apud CUNHA, 2007) defendem inclusive que, para expandir o escopo territorial de projetos de desenvolvimento local de base comunitária, o Estado é um agente externo indispensável, por sua capacidade de estabelecer suporte organizacional e canalizar recursos, viabilizando o fortalecimento e desenvolvimento em larga escala destes projetos. Por outro lado, estes estudos têm contribuído para enriquecer o debate sobre a viabilidade e os limites para que a ação governamental incentive o associativismo, no âmbito do trabalho ou atividade econômica.

---

<sup>142</sup> Porto Novo é um dos mais pobres municípios do país, pois 70% das famílias são consideradas pobres ou muito pobres.

<sup>143</sup> Estas famílias beneficiaram do apoio do Projeto, que as incentiva a criar espaços em suas casas para acolher turistas e também para reabilitação de suas moradias, designadamente construção de mais um quarto e casa de banho. Além disso, foram formadas na área de governanta, por *Atelier Mar*, para saberem como atender, receber e tratar os turistas estrangeiros em particular.

<sup>144</sup> A Cooperativa de Produtores Associados em Rede de Economia Solidária (PARES), de Santo Antão, surgiu em 2009, no âmbito do Projecto de Desenvolvimento Rural do Concelho do Porto Novo, implementado de 2006 a 2009. Este Projeto promoveu a mobilização, animação e organização das comunidades, a formação e experimentação em agricultura e pecuária, em marketing, promoção e *design* dos produtos, em 20 comunidades do Concelho do Porto Novo. Beneficiou 500 famílias, das quais 350 agricultores e criadores obtiveram diplomas de um curso de formação de 2 anos. Além disso, uma rede de 62 líderes técnicos foi implementada. PARES associa produtores da agricultura, pecuária, transformação agroalimentar e artesanato, individuais ou organizados em grupos, das comunidades acima mencionadas e mais uma do Concelho de Ribeira Grande de Santo Antão.

<sup>145</sup> Entretanto, ressalva Cunha (2007) que iniciativas governamentais de intervir diretamente em comunidades para ajudar suas associações locais a adquirir capacidade organizativa são mais comumente encaradas como tentativas do Estado em cooptá-las. Por isso, o impacto da ação do Estado como agente externo ainda é em grande medida descrito de modo indireto pela literatura sobre movimentos e organizações sociais, o que, também, se verifica nos estudos sobre cooperativas e organizações da economia solidária.

Nessa perspectiva, achamos oportuno retomar a tese de Pereira (2008) de que a relação entre o Estado e a sociedade é essencialmente marcada por uma dinâmica de constante e simultâneo antagonismo e reciprocidade, sendo seus liames, por conseguinte tensos. Portanto, por um lado, a cooperação com o Estado pode oferecer às ONG e associações de base comunitária a possibilidade de intervir nas políticas públicas, de alcançar maior participação na implementação de programas governamentais e de mobilizar fundos<sup>146</sup>, porém, por outro lado, há o perigo das Associações e ou ONG serem enfraquecidos ou desmobilizados por tentativas de instrumentalização e cooptação e destas relações de cooperação não serem refletidas ou avaliadas de uma forma suficientemente crítica.

Ora, isso nos remete para a experiência da nossa investigação empírica, em que a questão da tensão nas relações entre os agentes externos, designadamente, o Estado e as Associações Comunitárias de Desenvolvimento, no meio rural em Cabo Verde, foi espontaneamente abordada pela maioria dos nossos entrevistados. Expressaram suas preocupações apresentando uma análise crítica do fenómeno que denominam de “politização das ACD e suas comunidades” ou seja, sua instrumentalização por agentes do Estado, dos municípios e até mesmo por lideranças de algumas ACD, para fins partidários, notadamente, eleitoralistas. Demonstraram ter a consciência muito clara de que o papel do Estado é essencial para a promoção, desenvolvimento e consilidação o movimento associativo cabo-verdiano, mas também, de que o fenómeno de instrumentalização das ACD para fins político-partidários, nomeadamente, na ilha de Santiago<sup>147</sup>, é de tal forma grave que, em alguns casos, levou à desmobilização e extinção de algumas ACD e à conflitos e cisões no seio das respectivas comunidades.

A principal preocupação manifestada pelas ACD é no concernente à afetação dos fundos de investimento público anuais para o financiamento de atividades e projetos nas comunidades rurais, geridos pelas Delegações do Ministério de Agricultura, os quais são atribuídos, preferencialmente, às ACD em que as respetivas lideranças tenham afinidades políticas com o partido do Governo, numa lógica de promoção do assistencialismo e

---

<sup>146</sup> Sendo certo que a pressão por parte da sociedade civil e o trabalho de *lobby* por parte das ONG são frequentemente necessários para ampliar os espaços de participação da sociedade civil, influenciar a configuração de processos participativos, propagar e legitimar novas formas de participação.

<sup>147</sup> Santiago é a maior e a mais populosa das ilhas de Cabo Verde, tendo 55 % de uma população residente (nacional) de 500.000 habitantes.



clientelismo em vez da emancipação e desenvolvimento local. É o paradoxo entre assistencialismo e emancipação (Figueiró, 2010).

A título de exemplo, podemos apresentar o caso do conflito mediático, por divergências partidárias, que opôs a Associação para o Desenvolvimento das Mulheres de Gouveia e a Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, na ilha de Santiago, ocorrido logo após as eleições legislativas de fevereiro de 2011. Na verdade, as relações já eram tensas antes do confronto entre as duas partes pelo Centro Social local. A CMRGS havia cedido o espaço à Associação das Mulheres, para nela instalarem a Oficina de Produção de Artesanato Têxtil. Algum tempo depois, a edilidade solicitou a devolução do espaço, para o funcionamento de um jardim infantil ou um centro de lazer para jovens. Por sua vez, a Associação das Mulheres e sua principal parceira a Associação para Cooperação com Cabo Verde (ACCVE)<sup>148</sup> apresentaram uma contraproposta no sentido de obterem financiamento para a construção do referido jardim infantil. Mas os ânimos aqueceram entre a campanha eleitoral e a eleição legislativa. Em consequência, o processo negocial foi descartado e as duas partes partiram para o confronto tendo o Grupo das Mulheres ocupado o Centro Social para, por um lado, contrariar a ordem de despejo da CMRGS e, por outro lado, evitar que seus equipamentos e materiais de produção fossem danificados, uma vez que a edilidade recorreu à força para as expulsar desse espaço. Finalmente, alguns dias depois, as Mulheres entregaram o espaço e foram se instalar num espaço alternativo, na mesma localidade. Entretanto, o Grupo das Artesãs ficou dividido em dois, o de Gouveia, supostamente pró-PAICV, partido do Governo e outro de Alto Gouveia, pró-MPD, principal partido da oposição, o qual sustenta a Câmara Municipal local. O Grupo de Alto Gouveia, com o apoio da CMRGS, passou a dedicar-se a atividades geradoras de rendimento, entre as quais, a criação porcos e outros animais. Ainda assim, os dois grupos estão tentando se reconciliar e se reaproximar da CMRGS.

O que importa destacar, nesta experiência e nos depoimentos acima referidos, é o fato das lideranças das ACD e não só, encararem o fenômeno da tentativa ou da prática de instrumentalização das organizações de economia solidária, nomeadamente, no meio rural, como sendo normal no processo democrático, desde que mantido dentro de certos limites,

---

<sup>148</sup> ONG constituída em Vigo, Região Autónoma da Galiza, em 12 de Janeiro de 2003, sem fins lucrativos e de interesse social, laica, de caráter democrático e participativo, promotora de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, independente de qualquer organização política, religiosa ou sindical. Legalizou-se em Cabo Verde em 2006, onde conta com duas sedes, uma no Mindelo, ilha de São Vicente e outra em Cidade Velha, Município de Ribeira Grande de Santiago, ilha de Santiago, distando a 12 km da capital, Praia.

tendo inclusive manifestado que, de alguma forma, isso contribuiu para o amadurecimento de suas lideranças e organizações associativas. No caso concreto das mulheres de Gouveia, não obstante se tratar de uma Associação de constituição recente, destaca-se o seu empoderamento, sua capacidade de mobilização, de reivindicação e de defesa dos seus direitos. Portanto, diz Fritz (apud OLIVEIRA, 2009), mais importante que o conflito ou mesmo a sua resolução é a “*mudança de postura dos envolvidos*”. O que não significa que a questão do conflito deve ser naturalizada, pois a questão do poder está sempre presente quando se trata de trabalhar e autogerir empreendimentos solidários.

Na mesma linha, corrobora Singer (2009, apud Oliveira, 2009) que o Estado deve apoiar a construção da economia solidária sem pretender definir-lhe os rumos. A economia solidária, para não perder sua autenticidade, tem de permanecer independente de todas as entidades que lhe dão apoio, sobretudo do Estado. No entanto, como a economia solidária oferece soluções efetivas e viáveis à crise social, é perfeitamente justificável que ela receba verbas públicas e apoio político do Estado.

Além disso, Cunha (2007, p. 291) defende que “iniciativas governamentais de apoio à economia solidária também se destacam por sua potencial contribuição para a politização da sociedade civil, a democratização do Estado e a redefinição das relações entre Estado e sociedade”.

Entretanto, posição contrária sustenta Putnam (apud Cunha, 2007), um dos céticos sobre o potencial papel do Estado para a transformação política, sugerindo que regiões com mais tradição em cultura associativa têm maior aptidão a desenvolver um Estado mais participativo e transparente. Contudo, contrariando os argumentos de Putnam e outros culturalistas, defende Evans (1997, apud CUNHA, 2007) que contribuições neo-institucionalistas ao estudo do capital social têm afirmado que o ativismo comunitário pode ser criado em lugares onde ele não existe enquanto tradição histórica e certos tipos de ação de governos reformistas podem ser fundamentais para a construção de laços associativos entre cidadãos sem tradição de organização coletiva, colaborando para seus projetos de desenvolvimento.

Ademais, no que se refere à dimensão de democratização política da economia solidária, é relevante reconhecer as contribuições da crítica *anti-utilitarista* e das teorias sobre *dom e reciprocidade* acerca das múltiplas causas pelas quais as pessoas se mobilizam e agem coletivamente.

Contudo, no que concerne ao papel dos *agentes externos*, Oliveira (2009) defende que o debate sobre o processo de apoio deve ser constante, porque, dependendo da forma da sua atuação, podem ocorrer problemas relacionados à construção da autogestão e da sua apropriação pelos membros dessas organizações.

Segundo Singer (2002, apud OLIVEIRA, 2009) os empreendimentos de economia solidária têm entre seus princípios de constituição e organização a autogestão, que não deve ser concebida somente como uma noção ou conceito técnico, passível de ser ensinada ou aprendida por outras pessoas, mas deve, sobretudo, ser vivenciada em um processo contínuo e cotidiano de construção.

É nessa perspectiva que Nóbrega (2006, apud OLIVEIRA, 2009) afirma que a autogestão é em si uma forma de fazer, de organizar, de construir um campo de ação, de reflexão que não precisa necessariamente de um técnico ou profissional para mostrar como se faz, sugerindo que ela deve acontecer no cotidiano do empreendimento.

Todavia, constata Oliveira (2009) que a construção da autogestão se dá, muitas vezes, de modo conflituoso e que os embates interpessoais fazem parte desse processo, pelo que não devem ser entendidos como um problema a ser resolvido. Portanto, para que a autogestão ocorra é preciso o envolvimento dos indivíduos no processo. Alguns autores apontam alguns aspectos que podem dificultar a organização desse processo, entre esses fatores aparecem questões culturais, estruturais, educacionais (BOURDIEU, 1998; LEON-CEDEÑO, 1999; NÓBREGA, 2006; SINGER, 2002; VERONESE; GUARESCHI, 2005, apud OLIVEIRA, 2009).

A conceituação e adoção de uma idéia de alguém *de fora* ou *de dentro*, para denominar a forma de trabalho, “*não é o que afeta o empreendimento, e sim o é a forma como esta adoção é feita*” (LEON-CEDEÑO, 1999, apud OLIVEIRA, 2009, p. 65). Em se adotando uma postura relacional hierárquica, ainda que velada, com técnicos que geralmente são externos à realidade, corre-se o risco de uma perpetuação da forma vigente de dominação presente em organizações de caráter capitalista.

No que concerne a relação entre os agentes externos e as ACD, constatamos situações de inconformismo tanto de dirigentes associativos como de sócios, face a um modelo de relação hierárquica que os inibe de assumir plenamente a sua autonomia e poder de decisão sobre assuntos correntes da gestão do cotidiano das suas organizações. Por seu turno, verificamos situações de conflito aberto entre agentes externos que intervêm numa

ou em várias comunidades de uma mesma região. Portanto, as relações são de parcerias, mas também permeadas por interesses antagônicos, discordâncias de perspectivas e metodologias de ação, os quais chegaram, em alguns casos, ao extremo de, temporariamente, bloquear o processo de desenvolvimento das comunidades.

De igual modo, constatamos situações em que as relações entre ACD e agentes externos se caracterizam por alguma desconfiança e omissão. Por exemplo, é comum uma ONG manifestar-se incomodada com o fato de uma determinada ACD não lhe ter informado sobre uma ou outra parceria ou apoio mobilizado, receando o desengajamento das entidades de apoio ou uma redução nas ajudas recebidas.

Leon-Cedeño (1999, apud OLIVEIRA, 2009) ressalta que, na América Latina, as iniciativas autogestionárias não são autóctones<sup>149</sup> ou seja, chegam basicamente através do *agente externo* e a vinculação deste com os empreendimentos solidários resulta, em parte, do aumento da complexificação social e da produção, do crescimento das demandas e pressões externas relacionados ao mercado.

Segundo Oliveira (2009), com a ascensão de uma estrutura complexificada e amparada por um paradigma de racionalização do trabalho, os envolvidos nos empreendimentos da economia solidária, geralmente, se vêem incapacitados para a gestão *real* do negócio. O que tende a ampliar a participação e o poder do agente externo. Todavia, pode a mediação desses grupos ser considerada positiva, se a partir da demanda dos trabalhadores e suas alternativas econômicas e sociais, os apoios permitirem que as experiências dos grupos mediados transitem de uma lógica de sobrevivência para uma lógica de emancipação social e econômica. (GAIGER, 2004, apud OLIVEIRA, 2009). Fritz (2004, apud Oliveira, 2009, p. 68) denomina esse tipo de atuação como *mediação transformadora*, em que o enfoque se concentra na mudança de posicionamento dos participantes, “*envolvendo-os na emancipação e reconhecimento do processo*”. Portanto, diz Fritz, mais importante que o conflito ou mesmo a sua resolução é a “*mudança de postura dos envolvidos*”. Assim, busca-se na mediação a responsabilidade dos resultados por parte dos membros do grupo e o mediador é um “*facilitador que apóia o caminho que*

---

<sup>149</sup> A não ser que o autor esteja se referindo a iniciativas autogestionárias de estruturas organizativas formalizadas, seja no aspecto jurídico ou gerencial, reportando ao contexto e realidade histórico-cultural do nosso objeto de investigação empírica, destacamos a existência de práticas tradicionais de organizações associativas populares (de manifestação proibida e reprimida pela administração colonial, no caso da *tabanca*), sobretudo, nas comunidades rurais de Cabo Verde, tais como *djuda* (ajuda), *djunta-mon* (ajuda mútua) e *Tabanca*, mencionados no capítulo 5. Práticas tradicionais (modelos) equiparáveis de organizações populares também existiram e existem na América Latina, designadamente no Brasil.

*os envolvidos desenvolvem durante o processo*” (FRITZ, 2004, apud OLIVEIRA, 2009, p. 68).

No entanto, segundo Oliveira (2009), convém sublinhar que a questão do conflito não deve ser naturalizada e demonstrar que o processo de incubação se dá a partir das particularidades, das diferenças que podem, muitas vezes, levar a desigualdade na relação. É por essa razão que, nos empreendimentos solidários, espera-se um posicionamento em que os sujeitos questionem as formas de poder centralizadas e hierarquizadas, buscando também, “*modos de empoderamento que potencializem as lutas por dignidade e direitos sociais*” (VERONESE; GUARESCHI, 2005, apud OLIVEIRA, 2009, p. 67). Por conseguinte, a questão do poder está sempre presente quando questionamos os modos de trabalhar e gerir, ou melhor, de autogerir os empreendimentos solidários.

Por outro lado, a constituição e organização de empreendimentos econômicos solidários são também perspectivados como um campo de ação da mediação. O que se comprova com as iniciativas da economia solidária sendo apoiadas/assessoradas por pessoas ou entidades denominadas de agentes externos, apoiadores, mediadores ou mesmo grupo de mediadores (GAIGER, 2004; LEON-CEDEÑO, 1999; NAKANO, 2004; NÓBREGA, 2006; PEREIRA, 2001, apud OLIVEIRA, 2009), cuja atuação pode assumir duas formas consequenciais: a primeira, como facilitador da assunção de seres autônomos e inseridos em empreendimentos autogeridos e a segunda, como propagador da relação dominador/dominado<sup>150</sup>.

Em contrapartida, o que parece soar como consenso entre diversos autores é que a economia solidária, na forma de suas iniciativas de geração de trabalho e renda cumpre seu papel, principalmente, na construção ou subsidio a um sujeito social, em que os indivíduos, outrora totalmente excluídos da sociedade, possam se sentir, através dessas iniciativas, inseridos de alguma forma e em algum momento, como parte constituinte do processo societal. Tal fato transcende a mera aquisição de poder material ou seja, objetiva a obtenção de um posicionamento individual diante do coletivo/comunitário, o que, de certo modo, pode-se considerar um processo incipiente de constituição de um sujeito social de direito.

---

<sup>150</sup> Segundo Oliveira (2009), é de se mencionar que, em muitos casos, as ações de diversos grupos de apoiadores em nada condizem com os princípios e preceitos da economia solidária. Servem em alguns casos, de fachada para lavagem de dinheiro ilícito de meios públicos e outras fontes questionáveis, sendo vistas ainda, por alguns, como fonte de emprego, em detrimento dos preceitos de transformação social ao qual se propõe.

Nesse sentido, a autogestão deve ser assumida, por todos envolvidos no processo, como um objetivo/fim e também como a mola propulsora das ações, tanto pelos apoiadores bem como pelos apoiados. Aos primeiros cabe sempre estar atento a todo processo, buscando em cada atividade cotidiana um passo em direção à autogestão. E aos apoiados ter nessa forma de gestão uma possibilidade de saída ou mesmo, uma entrada para uma atividade diferenciada.

## Capítulo 4 - As ações do Estado contra a pobreza em Cabo Verde

### 4.1. O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP)

Os estudos sobre a pobreza realizados em 1993, com base nos resultados do inquérito às receitas e despesas familiares realizado em 1988/1989, mostraram que, na ocasião, 30% da população cabo-verdiana era pobre, dos quais, 14% viviam numa situação de extrema pobreza (CODESRIA, 2008, p. 19).

Posteriormente, nos anos 2001/2002, um novo Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística. Neste âmbito, foi definido como linha de pobreza o montante de 43.250\$00/ano, *per capita*, que corresponde a uma despesa mensal de 3.604\$00, cerca de 120\$00/dia (equivalente a 1,40 dólar). Assim, todas as pessoas cujo nível de despesa se situe abaixo desse limiar são integradas na categoria de pobres. Dentre os pobres, o IDRF identifica os muito pobres, ou seja, pessoas cujo nível de despesa anual não ultrapasse 28.833\$00, cerca de 80\$00 diários (equivalente a 0,93 dólar).

Os resultados do IDRF 2001/2002 mostraram um agravamento da situação da pobreza em Cabo Verde, verificando-se um total de 36% de pobres e 20% de muito pobres. Assim, de um total de 470 687 habitantes estimados em 2001/2002, 172.727 viviam no limiar da pobreza, ou seja viviam com um rendimento anual não superior a 43.250\$. Destes, 93.000 são muito pobres, isto é, o grupo de indivíduos que vivem com menos de 28.833\$, por ano (CODESRIA, 2008, p. 19-20) e 80\$00 (escudos cabo-verdianos) por dia, equivalente a 0,93 dólar.

No sentido de pôr cobro a esta situação de pobreza, a partir de 1997, o Governo de Cabo Verde, com apoio de parceiros internacionais, concebeu o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), um programa-quadro, que visa congregar recursos financeiros e organizacionais das instituições governamentais, dos municípios e da sociedade civil para uma intervenção profunda, abrangente e eficaz no combate à pobreza, especialmente nas comunidades rurais do país.

Além disso, em 2004, em uma abordagem que se pretende mais integrada e holística, foi elaborado um Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP, 2004, 2008) que tem como uma das principais finalidades uma maior

centralização da problemática da pobreza no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas.

Assim sendo o PNLP constitui-se como um dos instrumentos principais da implementação do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP),<sup>151</sup> cujos objetivos se articulam estreitamente com as Grandes Opções do Plano<sup>152</sup> e com os programas específicos elaborados pelo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Importa sublinhar que o DECRP não aborda a questão da pobreza como um fenómeno isolado, mas como uma dimensão específica da orientação global da estratégia nacional de planeamento do desenvolvimento, definida pelas Grandes Opções do Plano (GOP), com o objetivo de responder sobretudo ao desafio de estimular o desenvolvimento e o crescimento econômico com inclusão, fazendo participar os mais pobres nos benefícios do dinamismo da economia. Aliás, é consensual o reconhecimento de que esta preocupação tem inspirado os sucessivos governos do país, desde a independência nacional, em 1975 (CABO VERDE, 2008).

Nessa perspectiva, o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) assenta e orienta a sua estratégia e metodologia de intervenção nos seguintes princípios: i) reduzir a pobreza de forma durável e sustentável, ii) combater a pobreza no quadro descentralizado e iii) promover a participação e a coordenação de esforços dos atores e parceiros do Programa (CABO VERDE, 2004, 2008).

Dada a dimensão e complexidade do fenómeno da pobreza e do próprio programa para a sua erradicação, o PNLP estrutura-se em quatro sub-programas: i) integração dos pobres na economia, ii) melhoria do acesso dos pobres aos serviços básicos da educação, saúde, planificação familiar, saneamento e proteção social, iii) melhoria da capacidade das instituições e organizações nas técnicas e métodos de planificação, coordenação e seguimento das atividades de luta contra a pobreza, iv) mobilização social (CABO VERDE, 2009, p. 2).

---

<sup>151</sup> Documento estruturado em torno de cinco pilares: i) Boa Governação (Reforma do Estado e da Nação), ii) Capital Humano, iii) Competitividade, iv) Infraestruturação Económica do país e v) Coesão Social (DECRP, 2004).

<sup>152</sup> As Grandes Opções do Plano visam fornecer o quadro de referência para a execução desse Programa e definir a estrutura de base do Plano Nacional de Desenvolvimento, constituindo a agenda estratégica para a actuação convergente das várias áreas da governação. Disponível em: <[http://www.minfin.gov.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=62&Itemid=100065](http://www.minfin.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=62&Itemid=100065)>. Acesso em: 03 set.2012.



O PNLP focaliza a sua atuação na camada da população que vive abaixo do limiar da pobreza, com prioridade para os seguintes grupos alvos: i) mulheres, sobretudo as mulheres chefes de família; ii) desempregados e, particularmente os jovens desempregados; iii) grupos em situação de vulnerabilidade; iv) trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) (CABO VERDE, 2004, 2008).

Para atingir os objetivos da luta contra a pobreza, o Governo, com a ajuda de diferentes parceiros internacionais, financia várias ações integradas, consubstanciadas em três projetos específicos, implementados pelo PNLP, recobrando três componentes fundamentais: i) integração dos pobres na economia; ii) construção das infra-estruturas econômicas e sociais de base; iii) e melhoria do acesso dos pobres aos serviços sociais de base (CODESRIA, 2008, p. 20).

1. Projecto de Desenvolvimento do Sector Social (PDSS), no montante de 18,1 milhões USD foi 90% financiado pelo Banco Mundial, através da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) e 10% pelo Governo de Cabo Verde. Implementado de 2000 a 2004, o PDSS visa a redução da pobreza através da criação de empregos e utilização de materiais locais, construindo infraestruturas socioeconômicas em 109 localidades, dos 17 municípios<sup>153</sup> do país, a partir da implantação da convenção-quadro de 2001. Coordenado pela Unidade de Coordenação de Projetos do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (UCP-PNLP), a execução dos projetos (lançamento no mercado e seguimento) foi efetuada pela Agência Cabo-verdiana de Promoção do Emprego e do Desenvolvimento Local (AGECABO), a partir da escolha das Comissões Municipais de Parceiros (CMP)<sup>154</sup>.

Importa destacar que, antes da sua implementação a nível nacional, o PDSS foi objeto de uma fase piloto de um ano, nos municípios do Porto Novo, São Vicente, Praia e Santa Cruz. Neste âmbito, a construção de 22 infraestruturas gerou 22.250 hj de trabalho, no montante de 57.350.000\$00 CVE (escudos cabo-verdianos), equivalente a 674.706,00 dólares.

2. Programa de Luta contra a Pobreza no meio Rural (PLPR), dotado de um orçamento de 18,335 milhões USD, 50% financiado pelo Fundo Internacional de

---

<sup>153</sup> Até 2004 existiam 17 municípios em Cabo Verde. A partir de 2005 foram criados mais 05, totalizando, atualmente, 22 municípios.

<sup>154</sup> As Comissões Municipais de Parceiros (CMP) precederam a criação das Comissões Regionais de Parceiros (CRP) estas implementadas no âmbito da execução do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), a partir da 2ª fase da execução do PLPR, iniciada em 2004.

Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 36% pelo Governo de Cabo Verde e 14% pelos beneficiários do Programa, para um período de nove anos, de 2000 a 2009. Ilhas de intervenção do PLPR são Santo Antão (municípios de Porto Novo, Paul e Ribeira Grande), São Nicolau (municípios de Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau), Fogo (municípios de São Filipe, Mosteiros e Santa Catarina do Fogo) Brava e Santiago (municípios de São Miguel e Tarrafal)<sup>155</sup>.

3. Projecto de Promoção Socioeconômica de Grupos Desfavorecidos (PSGD), no montante de 6,1 milhões de dólares, 90% financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e 10% pelo Governo de Cabo Verde. Para um período de cinco anos, o PSGD iniciou em dezembro de 2000 e terminou em 2006, tendo beneficiado comunidades pobres das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau. Centrado nas micro-finanças, este projeto contemplou, igualmente, ações de formação e de apoio às iniciativas locais.

Além dos parceiros/financiadores internacionais acima referidos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) financiou o *Observatório da Pobreza* e a diretora administrativa e financeira da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do PNLPR.

De resto, segundo UNOPS (2001), outros parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde financiaram ações específicas de luta contra a pobreza, complementares ao PNLPR, dentre os quais destacamos i) a Cooperação Alemã, através da Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica (GTZ), implementou o projeto de apoio ao desenvolvimento comunitário e fomento à pesca artesanal - *Fopesca* - nas ilhas do Fogo e Brava, ii) a União Europeia participou financeiramente na reafetação dos trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO), através de um programa de infraestruturas rurais realizadas em colaboração com os municípios, iii) a Cooperação Austríaca financiou o mesmo programa (da EU) nas componentes: mobilização social, formação técnica e apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME), com o projeto *Alterfaimo*, iv) a Cooperação Francesa financiou projetos sociais orientados para a criação de empregos permanentes e actividades geradoras de rendimentos (AGR), destinados às ONG, associações

---

<sup>155</sup> No entanto, em 2007, último ano da 2ª Fase do PLPR, o Governo de Cabo Verde submeteu uma proposta de alargamento da 3ª Fase de 03 para 04 anos e a extensão do PLPR aos restantes municípios da ilha de Santiago: Ribeira Grande de Santiago, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, São Domingos, Santa Cruz, Santa Catarina, Praia Rural e às Ilhas do Maio e São Vicente. Sal e Boavista, por serem ilhas de vocação turística, não foram incluídos (CABO VERDE; FIDA, 2008, p. 8).

comunitárias e câmaras municipais. As áreas prioritárias de sua intervenção são: a) apoio a inserção econômica das mulheres, b) apoio a inserção dos jovens e prevenção da delinquência, c) promoção de direitos humanos e proteção da infância.

#### **4.2. O Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural**

Segundo o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, os traços mais macantes do perfil da pobreza em Cabo Verde no limiar do século XXI é o fato: i) da grande pobreza ser sobretudo rural, embora tenha também aumentado nas zonas urbanas, ii) da incidência da pobreza ser maior quando o chefe de família é mulher, iii) da pobreza aumentar com a dimensão da família, iv) de ser significativa a influência da educação na determinação da pobreza, v) das ilhas de Santo Antão e Fogo, predominantemente agrícolas, apresentarem a maior incidência de pobreza, vi) do desemprego afetar de forma bastante mais acentuada os pobres do que os não pobres; vii) de existir entre os trabalhadores da agricultura e pesca maior propensão para ser pobre (CABO VERDE, 2004, 2008).

É assim que um programa específico de combate à pobreza no meio rural, o PLPR, foi concebido e implementado a partir de julho de 2000, na sequência da assinatura do contrato de empréstimo entre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Governo de Cabo Verde, em 15 de novembro de 1999 (CABO VERDE, 2008).

Como referimos atrás, o Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) é um subprograma do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) e inscreve-se nos esforços do Governo de Cabo Verde na busca constante da melhoria sustentável das condições de vida das populações mais pobres e vulneráveis do país (FURTADO, 2004, p. IV).

A área geográfica de intervenção do PLPR beneficia um conjunto de 05 ilhas, 09 municípios e 24 localidades, os quais foram avaliados como os mais pobres do país. Inclui as ilhas da Brava, Fogo, Santiago (municípios do Tarrafal e de São Miguel), São Nicolau e Santo Antão. As ilhas e localidades rurais que integram a área de intervenção do Programa foram escolhidas a partir de estudos socioeconômicos de identificação das bolsas de pobreza. Para a escolha das 24 localidades também se utilizou o mesmo critério, porém validada pelo diagnóstico dos Operadores Locais (OPL) e animadores (as), realizado entre outubro e dezembro de 2000 (UNOPS, 2001, p. 5).

O Programa, com uma duração total de 09 anos, é dividido em 3 fases distintas, de acordo com a *démarche* do Mecanismo Flexível de Financiamento (MFF), estando a passagem de uma fase à outra e o acesso aos recursos previstos para esta última ligados à satisfação de um certo número de condições prévias definidas nos contratos de empréstimo realizados entre o Governo de Cabo Verde e o FIDA.

O PLPR tem como objetivo atenuar a pobreza rural, desenvolvendo o capital social dos pobres rurais, através da mobilização do potencial de iniciativas econômica e social das comunidades locais, dos seus líderes e parceiros, tanto na sociedade civil como na administração pública central e local. Trata-se, por conseguinte, de dar às comunidades locais meios de decidir sobre a utilização dos recursos mobilizados ao serviço da luta contra a pobreza, o que, *de per si*, evidencia o conceito de pobreza que enforma o PLPR e sua respectiva estratégia e metodologia de intervenção (CABO VERDE, 2008).

Ademais, para melhorar as condições de vida dos pobres rurais, o Programa estabelece objetivos específicos a realização das seguintes ações/projetos:

1. Melhorar as condições de vida dos mais pobres rurais nas zonas de intervenção do Programa, que consiste no acesso acrescido e melhorado aos serviços sociais básicos: água, educação/formação profissional, saúde, habitação, bem como a fatores de produção, mercados, os quais contribuirão para uma maior produção e produtividade, designadamente, nos setores de agricultura, pecuária, pesca, comércio formal/informal, artesanato, indústria agro-alimentar.

2. Criar uma Comissão Regional de Parceiros (CRP), a ser operacionalizada a partir da fase II do Programa, de 2003 a 2007, em cada zona da sua intervenção, com a missão de conceber e implementar uma estratégia específica de luta contra a pobreza ao nível local, através do financiamento de micro projetos dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL). (PLL).

3. Aplicar de forma efetiva e flexível os instrumentos financeiros introduzidos pelo Governo de Cabo Verde na transferência de recursos para as organizações da sociedade civil, de forma a participarem no Programa Plurianual de Investimentos Públicos (PPIP) e fomentar as iniciativas das Comissões Regionais de Parceiros (CRP), incluindo a aplicação do princípio de avaliação *ex-post*, de modo a garantir às CRP a autonomia de decisão e na execução dos micro projetos dos PLL.

4. Estabelecer uma cooperação efetiva e frutífera entre as CRP e a administração pública local dos departamentos técnicos municipais e dos serviços desconcentrados do Estado, os quais prestarão assessoria técnica e eventualmente outros serviços numa base contratual (CABO VERDE, 2007).

Além disso, o Programa compõe-se de quatro componentes:

1. Um fundo orçado em \$11,8 milhões de dólares, para as fases II e III, representando 64% do custo total do PLPR, para o financiamento dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL) das CRP, os quais incluem um conjunto de micro-projetos sociais e econômicos, identificados pelas próprias comunidades para a fase II, em 2003 e para a fase III em 2007;

2. Atividades de demonstração executadas durante a fase I do Programa (2000-2003), num total de 2 milhões de dólares, 8% do custo total do PLPR;

3. Ações de animação e formação: 1,8 milhões de dólares, 10% do custo total do PLPR;

4. Gestão e avaliação do Programa: criação de um *Desk*<sup>156</sup> do PLPR no seio da UCP e das unidades técnicas das CRP: 3,39 milhões de dólares, 19% do custo total do Programa (CABO VERDE, 2007, p. 3).

Para a materialização dos seus objetivos, incumbe ainda ao Programa, com o suporte do Governo, a responsabilidade pelo favorecimento da mobilização das iniciativas locais, através das seguintes ações: i) definição conjunta das linhas de orientação estratégicas gerais e locais, ii) afetação dos recursos orçamentais pelo Governo e FIDA e mobilização dos recursos dos beneficiários do Programa, bem como dos seus parceiros locais, nacionais e internacionais, designadamente, Municípios, Serviços Desconcentrados do Estado, ONG, Empresas e Instituições privadas, iii) definição de um modelo de organização institucional e de procedimentos para sua transferência e utilização pela sociedade civil (CAP VERT, 2008, p. 1).

Entendemos que uma análise mais circunstanciada da fase III do PLPR, iniciada em janeiro de 2008, se justifica pelo fato dela consistir na continuação das ações empreendidas nas zonas cobertas pelo Programa desde 2000 e sua extensão às zonas rurais até então não beneficiadas, localizadas em 07 municípios da ilha de Santiago: Santa Catarina de Santiago, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, Santa Cruz, São Domingos,

---

<sup>156</sup> *Desk Officer* é o responsável pela gestão do Programa de Luta contra a Pobreza no meio Rural (PLPR), na Unidade de Coordenação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (UCP-PNL).

Ribeira Grande de Santiago e Praia rural, mais as ilhas/municípios de São Vicente e do Maio. Conforme referimos, as ilhas da Boavista e do Sal, por serem ilhas de vocação turística não foram incluídas no Programa.

Segundo a projeção do INE para 2007, a população rural pobre total estimada em Cabo Verde é de cerca de 111.000 pessoas (excluindo as ilhas do Sal e da Boavista). Deste total, 59.000 vivem nas zonas ainda não abrangidas pelo PLPR, concentrando-se a esmagadora maioria da população envolvida, 54.569, na ilha de Santiago. Assim, para intervir no conjunto das zonas rurais da ilha, o PLPR cria duas novas CRP, uma englobando os municípios de Santa Catarina, São Lourenço dos Órgãos e São Salvador do Mundo, denominada CRP Região Centro e outra constituída pelos municípios de São Domingos, Ribeira Grande de Santiago e Praia Rural, denominada CRP Região Sul. O Município de Santa Cruz foi integrado na CRP Tarrafal/S. Miguel, que passa a denominar-se CRP Região Norte. (CAP VERT, 2008, p. 10-11).

Em consequência, a fase III, inicialmente prevista para três anos, foi prorrogada por mais 2 anos, sendo a data da conclusão do PLPR fixada para 30/09/12. Por conseguinte, a concessão de um novo empréstimo foi efetuada pelo FIDA para fazer face aos novos investimentos. Assim, para a fase III a contribuição do FIDA é de 8.267 milhões de dólares ou seja, 38,1%, tendo em conta um crédito complementar negociado com o FIDA em Abril de 2008, para despesas com as novas zonas de extensão do PLPR. Por seu turno, a contribuição do Governo de Cabo Verde eleva-se para 12 milhões de dólares (55,1%), sendo \$1 milhão proveniente dos fundos de micro-finanças, para o financiamento de Atividades Geradoras de Rendimento (AGR), no quadro dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL), \$2 milhões da valorização da contribuição dos diversos ministérios e agências governamentais para financiar os PLLP e os micro-projetos comunitários, \$8 milhões de uma contribuição direta do Governo e \$1 milhão constituído por isenções e taxas aduaneiras (CABO VERDE, 2008, p. 2).

As atividades previstas para os próximos 04 anos estabelecem como prioritárias as seguintes áreas de concentração: i) formação profissional, ii) promoção de atividades geradoras de rendimento, iii) saneamento básico e habitação social

Os princípios e as orientações do PLPR (CAP VERT, 2008, p. 8) prevaletentes até ao momento serão mantidos, porém alguns objetivos devem ser particularmente

sublinhados, pois são específicos desta última etapa do Programa e enunciados com a seguinte formulação:

1. *A dimensão nacional do PLPR*: será determinante para a perenização do Programa e um objetivo central durante o ciclo III. Ademais, ela deverá conduzir a uma integração completa dos princípios e da metodologia do PLPR no sistema institucional do país.

2. *A Consolidação e o desenvolvimento das aquisições*: consistirão no aperfeiçoamento das formas de organização e de procedimentos que propiciem a criação das condições de desenvolvimento de um empreendedorismo local, assente em diversas iniciativas micro empresariais, as quais se pretende que sejam dinâmicas, capacitadas e vocacionadas para empreender uma verdadeira jornada de saída da pobreza.

3. *A Consolidação das aquisições institucionais*: no sentido de melhorar as condições de vida dos pobres é essencial enquanto instrumentos de mobilização, decisão e ação das comunidades rurais pobres. No entanto, constatou-se que uma das dificuldades das populações pobres é a sua lentidão no processo de apredizagem e na apropriação de um saber-fazer que lhes permitam uma eficiente utilização das estruturas e recursos organizacionais postos a sua disposição, visando a transformação de esperanças difusas em projetos concretos, viáveis e susceptíveis de reduzir a pobreza de forma sustentável e duradoura. Nessa perspectiva, uma atenção particular deverá ser dada a uma reorientação dos sub-projetos para atividades geradoras de rendimento. No entanto, uma contínua procura de parcerias para assegurar o financiamento dos projetos de carácter social deverá ser prosseguida.

4. *Implementação de uma efetiva estratégia de género*: é fundamental para o empoderamento das mulheres na sua existência quotidiana, considerando o lugar cimeiro das mesmas na sociedade cabo-verdiana, designadamente, no meio rural, pois 45% das mulheres são chefes de família. Assim, projetos susceptíveis de ampliar seu espaço de iniciativa, infraestruturas comunitárias permitindo liberar o tempo e a força de trabalho, atividades geradoras de rendimento (AGR), formação profissional, informação afetando seus direitos e os serviços aos quais elas possam recorrer carecem de uma especial atenção do Programa. Para o efeito, parcerias e financiamentos complementares serão necessários a um programa alargado para reforçar suas capacidades em liderança e condução de ações coletivas.

5. *Reforço de parcerias*: este objetivo aplicar-se-á às ACD, CRP, UCP-PNLP. Para a sua realização o Programa propõe as seguintes ações: i) densificação das trocas horizontais, ii) uma abordagem mais metódica e planificada da pesquisa de novas parcerias, iii) reforço dos laços de colaboração com as institucionais nacionais, iv) alargamento da rede de trocas e colaborações internacionais, v) intensificação da comunicação externa. Pretende-se, com isso, a construção de um Projeto de Desenvolvimento e Implementação de Parcerias (PDIP), a fim de organizar de modo durável as trocas entre os parceiros-chaves do PLPR em torno destas dimensões estratégicas do projeto.

6. *Inovação*: o PLPR, em todas as suas dimensões e a todos os níveis, só poderá atingir seus objetivos e se perenizar se ele se situar permanentemente em uma perspectiva inovadora, isto é, em uma abordagem da resolução de problemas que saiba ir além das respostas já comprovadas, que seja, portanto, prospetiva.

#### **4.2.1. A abordagem: conceito, metodologia e estratégia do PLPR**

Queríamos destacar alguns conceitos estratégicos, sobre os quais o PLPR estrutura, orienta e desenvolve suas ações de combate à pobreza nas comunidades rurais de Cabo Verde.

Samuel Thirion (apud CABO VERDE, 2007), consultor do FIDA, apresenta e vincula a experiência do PLPR, enquanto modelo de luta contra a pobreza, num movimento internacional centrado no conceito de *território responsável*. Assim sendo, os territórios (comunidades) objeto da nossa investigação empírica foram abordados enquanto campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade. Assim,

a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders), ou seja, territórios são construídos e desconstruídos socialmente. Nos termos de Souza (1995), '... territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica'. O que vai depender dos interesses do ou dos atores (OLIVEIRA, 2005, p. 10683).



Na ocasião da apresentação dos resultados da avaliação inter-ciclo do PLPR, o Chefe da Missão do FIDA, Claude Raynaut (apud CABO VERDE, 2007, p. 40), disse que as primeiras conclusões configuram-se nos resultados do Programa, que confirmam a aposta feita na sua concepção inicial, designadamente, i) atacar a incapacidade dos pobres de tomar em mãos o seu destino, ii) capacitar as populações rurais na procura de caminhos de saída da pobreza, iii) ajudar as comunidades a se organizarem, com projetos concretos, iv) quebrar o isolamento, v) criar condições institucionais e organizacionais, na base de relações de parceria, vi) seguir a filosofia do Programa, de que os pobres não podem sair da pobreza se não forem os próprios atores do processo e da dinâmica do seu próprio desenvolvimento, vii) agilizar o processo institucional e organizacional, pela criação de Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD) e Comissões Regionais de Parceiros (CRP) que, organizados à volta de projetos concretos, contribuam para a melhoria da vida das populações rurais, viii) dialogar com as comunidades rurais, tendo como instrumentos de base os Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL), das Comissões Regionais de Parceiros (CRP).

Além disso, na missão de avaliação inter-ciclo do Programa realizado em 2003, Raynaut havia visitado todas as ilhas abrangidas pelo PLPR e constatado as dificuldades da população rural, nas respectivas (pequenas) comunidades de pertencimento. Passados quatro anos, verificou que os progressos alcançados são imensos. Uma vez mais, para reforçar a ideia de que a mola que conduziu aos resultados e às mudanças conseguidas pelo Programa, nas comunidades rurais pobres, reside na aposta feita numa metodologia assente no pressuposto de que para lutar contra a pobreza, não basta tentar resolver os problemas imediatos da pobreza, melhorar seus aspectos físicos, mas antes dar aos pobres a possibilidade de tomar em suas mãos as rédeas do seu destino: organizá-los, formá-los e capacitá-los para que possam identificar seus problemas, pensar em soluções para os mesmos e, assim, começarem, de fato, a trilhar o caminho de saída da pobreza.

Assim, no quadro do PLPR (com a participação de outras organizações) um grande número de Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD) foram criadas. Essas ACD não são meramente formais; têm a capacidade de empreender realizações concretas, têm credibilidade e legitimidade que as habilitem como parceiras fiáveis de todas as entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que queiram intervir nas

comunidades rurais. Ora isso evidencia um outro aspecto importante nessa metodologia que é o conceito de parceria.

Parceria: é um elemento vital da concepção, metodologia e estratégia de abordagem e intervenção do PLPR, assente na ideia de que pobreza é também a incapacidade de se criar laços, relações, o fato de se ficar preso e isolado no reduzido e asfixiante espaço da pobreza. Esta é razão porque o Programa tanto insiste na importância decisiva do processo de criação de parcerias a nível local, nacional e internacional, consideradas pilares fundamentais de todo o Programa, em que o papel das CRP é crucial enquanto espaço/fórum de reflexão, discussão, negociação e construção de ideias e projetos do futuro (CABO VERDE, 2007, p. 67).

Por seu turno, considerando que o essencial da mais-valia esperada do PLPR, repousa na metodologia de sua implementação, a formação das pessoas implicadas na sua concretização, em especial o pessoal de terreno, animadores (as) e operadores locais, é uma ação chave para o sucesso do Programa. Por outro lado, é consensual que, para atingir um bom nível de motivação, competência e determinação, os formandos devam ser colocados numa situação de parceiros de uma caminhada comum, iniciada de baixo para cima, em coerência com os princípios do PLPR, à procura de entendimentos e procedimentos comuns. Estas são as bases da coesão indispensável ao êxito do Programa (CABO VERDE, 2000, p. 5).

De igual modo é essencial que todos os executantes da implementação do PLPR, a todos os níveis, assumam, sistematicamente, como método e atitude, que a melhor maneira de lutar contra a pobreza é articular esforços, ligar as iniciativas, atuar conjuntamente com todas as forças e meios em presença em cada zona de intervenção do Programa, quer essas iniciativas se designem ou não por iniciativas ou projetos de luta contra a pobreza. Importa ainda a consideração de que, em relação a maioria das comunidades rurais, toda a ação que contribua para o seu desenvolvimento é uma ação de luta contra a *teia que retém as pessoas na pobreza* (CABO VERDE, 2000, p. 26).

Assim, desde que o PLPR consiga atingir os seus objetivos, consitui uma mais-valia para Cabo Verde, visto ter todas as potencialidades de criar, no país, uma nova lógica de pensar o desenvolvimento, assente nos princípios basilares do desenvolvimento local e na sua filosofia de aumentar o capital social através da abordagem que privilegia: ações de baixo para cima, relações de proximidade, desenvolvimento de parcerias locais, que são

autênticas escolas de democracia (CABO VERDE, 2000, p. 11). São parcerias diversificadas, envolvendo tanto instituições de soberania, que logo põem a questão mais geral da articulação do dispositivo institucional do PLPR com as instituições públicas, como entidades da sociedade civil (CAP VERT, 2008, p. 22).

A nível das CRP encontra-se em elaboração um plano de parceria e, juntamente com a UCP-PNLP, está-se a organizar a constituição e implementação de uma rede nacional de CRP. Pois, o PLPR baseia-se no conceito fundamental de mobilização do conjunto da sociedade para lutar contra a pobreza através de parceria. Constata-se, no entanto, que em diferentes níveis de realização do Programa, esta ideia está sendo materializada com sucessos diferenciados.

A nível das ACD, durante a fase II do Programa, a dinâmica de criação de parcerias adqueriu um ritmo que ultrapassou as expectativas. A emergência de uma capacidade de mobilização e de organização a nível das comunidades fez das ACD parceiras fiáveis para numerosos intervenientes à escala local: municípios, serviços desconcentrados do Estado, ONG, programas nacionais e internacionais.

A nível das CRP, a heterogeneidade é maior. Algumas desenvolveram uma larga rede de parcerias, nas quais se apoiam para complementar suas competências, co-financiar projetos ou atrair financiamentos destinados às comunidades. Outras, ao contrário, funcionam de maneira mais fechada e beneficiam de menos relações externas. De uma maneira geral, as CRP devem se posicionar como interlocutoras e mediadoras úteis em relação aos serviços, programas, cooperações estrangeiras que queiram intervir junto às populações rurais pobres, fazendo valer a mais-valia que representa sua experiência de terreno no combate à pobreza e o fato de constituírem um instrumento privilegiado de concertação e reflexão coletiva, associando, de maneira participativa, instituições públicas e representantes de Organizações da Sociedade Civil, com a predominância de Associações Comunitárias de Desenvolvimento.

Neste sentido, o encarregado do Programa do FIDA junto ao PLPR, Mohamed Manssouri (apud CABO VERDE, 2007), sublinha que o principal objetivo do PLPR é mobilizar toda sociedade para a luta contra a pobreza, tendo constatado que a nível das comunidades rurais, mobilizadas e lideradas pelas respectivas associações, todos se engajaram nessa luta. Disse ainda que, nesse processo, o PLPR foi apenas um fermento que impulsionou o movimento comunitário de luta contra a pobreza rural. São 177 ACD,

constituindo uma rede de quase 10.000 chefes de famílias que trabalham com o Programa, uma rede de CRP que certamente abrange todas as associações e respectivos parceiros de desenvolvimento, locais, nacionais e internacionais (CABO VERDE, 2007, p. 69).

Além disso, o Encarregado do Programa sugere que para se incrementar o desenvolvimento do País, há a necessidade de se trabalhar a vertente do empreendedorismo, dado que as ACD são ainda predominantemente de finalidade social. Sendo que, na dimensão econômica, podem servir como incubadoras de micro-empresas, geradoras de emprego e renda para as famílias rurais.

Mudança (social): C. Raynaut destaca que as ACD são a força do movimento comunitário e que existe uma ampla difusão da ideia de associativismo no país, que passa pela mobilização dos pobres aos mais pobres. Essa onda associativa, desencadeada pelo trabalho de animação e formação desenvolvido desde 2000, permitiu uma ampla difusão da realidade das comunidades rurais pobres e a constatação de uma mudança clara e profunda nas suas formas de pensar e de agir. Verifica-se, no mesmo sentido, um grande avanço a nível das lideranças locais, as quais demonstraram ter boa capacidade para elaborar estratégias, com uma visão global, sem perder de vista os mais carentes.

O Representante do FIDA, Mohamed Manssouri disse que cada vez que visita as ilhas, desde de há 10 anos, fica verdadeiramente impressionado com os avanços verificados. Constatou que a linguagem e atitude das pessoas mudaram e, do seu ponto de vista, é nisso que consiste o verdadeiro desenvolvimento. Vê-se jovens que presidem associações comunitárias e que não esperam que se lhes dê recursos para sobreviverem, mas que outros (parceiros, doadores) participem de seus projetos (CABO VERDE, 2007, p. 42).

Sobre o tema da formação, sublinha a necessidade de se formar para ser melhor, mais competitivo e cooperativo no mundo de hoje, quer se trate de formação profissional, formação para adultos ou o acesso á escola para todos.

O caso da Associação para o Desenvolvimento de Mulheres de Gouveia, anteriormente mencionado, é um exemplo que evidencia o quanto a educação, formação e informação das comunidades rurais são imprescindíveis ao seu empoderamento, habilitando-as como atores participativos do processo de desenvolvimento local. Eram na sua esmagadora maioria analfabetas ou semi-analfabetas que tinham como principal atividade a apanha de arreia e britas na praias e ribeiras da região. A partir de 2007 as

ações da ONG ACCVE foram de sensibilizá-las e desafiá-las a mudar suas vidas e a procurar uma alternativa à apanha da areia, que seja mais rentável, saudável e amiga do meio ambiente. Assim, começaram a frequentar massivamente, de 2007 a 2008, um curso de alfabetização realizado no polémico Centro Social de Gouveia, com a participação de 100 mulheres. Paralelamente organizaram-se associativamente e criaram um Centro de Produção de Artesanato Têxtil, com a participação de 49 mulheres, as quais receberam uma série de formações, designadamente: corte e costura, tapete, bordados, rendas, panos de terra, sisal, *patchwork*, gestão e marketing, publicidade, Lei da Violência Baseada em Género (VBG)<sup>157</sup>, autoestima da mulher para a valorização e melhoria da sua postura na sociedade. Importa ressaltar que algumas dessas senhoras, inclusive a Presidente da Associação, estão hoje a cursar o ensino secundário.

No que diz respeito à questão de aprofundamento da democracia, as associações são o instrumento privilegiado desse processo; as pessoas associam-se e exprimem-se livremente sobre suas necessidades (comuns), procurando (juntos) meios para a resolução de seus problemas (CABO VERDE, 2007, p. 44).

Uma missão de supervisão da UNOPS, chefiada por Marc Empain, foi realizada, em maio de 2007, com o objetivo de fazer o ponto de situação do PLPR na implementação das suas componentes e da sua estratégia, no ano em que termina a fase II do Programa. Na ocasião, Empain, que se encontrava na sua 7ª missão a Cabo Verde, considerou a ida à ilha da Brava a mais importante, porque não tinha lá estado desde Maio 2003. Assinalou as transformações da ilha nomeadamente em matéria de electrificação rural e de abastecimento domiciliário de água. Lembrou que há seis anos, as intervenções das populações induziam uma atitude direccionada para a satisfação das necessidades, enquanto hoje, solicitam, antes, formação, reforço de capacidades, para estarem à altura de melhor encarar os seus problemas (CABO VERDE, 2007, p. 61-62).

Relativamente ao abastecimento domiciliário de água e seu impacto na melhoria das condições de vida das comunidades beneficiadas, o Presidente da Associação ABC-Patim, na Ilha do Fogo, nos disse, em entrevista, que com as ligações domiciliárias, 08 chafarizes foram enceradas em várias zonas de Patim, ressaltando o que isso representa em termos de economia de recursos e de tempo, de melhoria das condições higio-sanitárias e de saúde e

---

<sup>157</sup> CABO VERDE. Assembleia Nacional. Lei 84/VII/11, de 10 de Janeiro de 2011. Estabelece a lei sobre a Violência Baseada em Género. Boletim Oficial (de Cabo Verde), Praia, Nº 2, I Série, de 10 de Janeiro de 2011.

de autoestima da comunidade de Patim. Disse que muitos jovens e crianças ficaram com mais tempo disponível para se dedicarem à escola, aos estudos ou eventualmente à outras tarefas. Além disso, referiu que os pontos de abastecimento de água - chafarizes e nascentes - são muitas vezes espaços de conflitos diversos, pela escassez da água, pela sua má gestão e distribuição, pelo confronto e manifestação de rivalidades de grupos, de bairros/zonas, etc. Por essa razão, do seu ponto de vista, as ligações domiciliárias contribuíram também para uma maior paz social nas diferentes comunidades abrangidas.

Na sua perspetiva, verifica-se também mudanças sociais expressivas, dando o exemplo de uma senhora, chefe de família, que beneficiou de um apoio do Programa para a construção da sua moradia, que se apresentava muito degradada e de terra batida. Ela mesma tinha a aparência de uma indigente, vestindo roupas sujas e rasgadas. Após a recepção da nova habitação a senhora mudou sua aparência, passou a cuidar melhor da sua higiene pessoal e da própria casa. Ela justificou e relacionou a mudança no seu comportamento à melhoria das suas condições habitacionais e à necessidade de se *renovar* e se adequar à nova realidade. Portanto, parece ter recuperado a autoestima, confiança e esperança no futuro.

Finalmente, Sidónio Monteiro, (apud CABO VERDE, 2007) Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade referiu aos dois Programas anteriores do PNLP: i) Projeto de Desenvolvimento do Setor Social (PDSS), que segundo a missão de avaliação em 2005, cumpriu seus grandes objetivos e ii) Projecto de Promoção Socio-econômica de Grupos Desfavorecidos (PSGD), financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), concluído em 2006, cujos resultados também foram francamente positivos. De resto, justificou que, com a extensão do PLPR a outras zonas do país, o governo quer atingir 80% da população rural pobre e destaca a necessidade de uma maior participação das mulheres nos órgãos diretivos das CRP e das ACD, bem como a necessidade de se incentivar e desenvolver o empreendedorismo nas comunidades rurais (CABO VERDE, 2007, p. 71-72).

Gênero: vimos que mulheres, particularmente, mulheres chefes de família, por serem o grupo mais afetado pela pobreza rural, são as maiores beneficiárias do PLPR. O que, por conseguinte, configura que, em Cabo Verde, em termos socio-demográficos, o fenómeno da pobreza não é neutro. Elas têm menos emprego, ocupam mais terras de sequeiro (terras de menor vocação comercial), estão menos alfabetizadas, constituem o

menor número de população assalariada, arrecadam duas vezes menos que os homens, gozando de menos acesso às oportunidades e meios de existência<sup>158</sup>. Assim, o fenômeno da feminização da pobreza demonstra a inevitabilidade e relevância da perspectiva de gênero nas políticas da luta contra a pobreza.

Nesse sentido, a implementação de uma efetiva estratégia de gênero é uma das grandes prioridades do PLPR na fase III, refletindo em todos os níveis institucionais e em todos os domínios de atividade, designadamente, participação nas decisões, formação associativa, formação profissional, micro projetos. Por conseguinte, o Programa adota objetivos mais ambiciosos em termos de melhoria da capacidade e do poder das mulheres na sociedade, considerando que a sua participação no conjunto do dispositivo de concertação, programação e decisão realizado no quadro do PLPR, nas fases I e II, permanece ainda insuficiente.

Não obstante as mulheres constituírem a maioria dos grupos vulneráveis, de beneficiarem da maior parte das ações de luta contra a pobreza e de muitas vezes serem maiorias entre os membros das ACD, elas permanecem extremamente subrepresentadas nos órgãos de direção das ACD e são ainda menos nos das CRP. Assim, ter êxito em dar um conteúdo concreto à estratégia gênero, numa perspectiva de mudança social, tanto no seio dos PLLP como no funcionamento das instituições será um dos grandes desafios da fase III (CAP VERT, 2008, p. 7). Este objetivo está consistentemente retratado e fundamentado no argumento de Raynaut (apud CABO VERDE, 2007) de que sendo as mulheres pilares da sociedade cabo-verdiana, muitas delas chefes de família, não pode haver estratégia eficaz de luta contra a pobreza sem a sua participação efetiva no processo, enquanto peças-chaves da sociedade rural, uma vez que constituem novas alavancas e oportunidades para empreender atividades. Para o efeito, recursos suplementares serão mobilizados para reforçar suas capacidades em liderança e gestão.

Aqui é oportuno e relevante destacar o já mencionado Projeto *Turismo Solidário de Base Comunitária* e o Projeto de Desenvolvimento Rural do Concelho de Porto Novo, implementados pela ONG *Atelier Mar* no Município de Porto Novo, na ilha de Santo Antão. Observamos que o impacto desses projetos na redução da pobreza e no empoderamento (capacitação, afirmação e valorização) das mulheres chefes de família, nas

---

<sup>158</sup> Disponível em: <<http://www.icieg.cv/article/524>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

comunidades de Lajedos e Círio, é significativo, especialmente, no desenvolvimento de suas capacidades empresarial, liderança e organização.

Na comunidade de Lajedos a administração dos empreendimentos do turismo solidário, nomeadamente, o Restaurante Babilônia e as 10 habitações das famílias que acomodam turistas, é assegurada por mulheres, embora ainda precisem de algum assessoramento do *Atelier Mar*. A fábrica de materiais de construção é administrada por uma senhora que lidera um grupo de seis trabalhadores (homens). A mesma senhora é ainda co-proprietária de uma unidade de transformação e comercialização de produtos agroalimentares<sup>159</sup>.

#### **4.2.2. As instituições do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural**

##### **4.2.2.1. Assembleias Comunitárias (AC)**

Apesar do seu caráter informal, tem uma existência efetiva e funcional no quadro da implementação do PLPR. A identificação das atividades de demonstração começou em janeiro de 2001 e foi realizada em Assembleias Comunitárias, as quais permitiram ensaiar um primeiro quadro de intervenção repousando sobre as necessidades expressas pelas populações rurais. Assim, as atividades e os projetos são identificados e selecionados nas comunidades rurais, reunidas em assembleias comunitárias, nas quais, além dos membros das ACD, participam toda a comunidade, designadamente seus grupos mais vulneráveis. Embora em conformidade com as normas e os objetivos fixados pelo PLPR.

O Responsável da Formação, Animação e Comunicação do PLPR disse, em entrevista, que Assembleia Comunitária (AC) é uma inovação do PLPR, embora exista e funcione informalmente. Informou ainda que a figura de Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD) não estava prevista no Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR). Foi no *atelier* de lançamento do PLPR, em abril de 2000, na Praia,

---

<sup>159</sup> Ainda sobre o impacto do Projeto *Turismo Solidário de Base Comunitária* na vida da população de Lajedos, segundo o depoimento da gerente do Restaurante Babilônia, é bastante positivo, uma vez que antes da implementação desse Projeto não existia praticamente nada. Lajedos era uma comunidade isolada, desconhecida, seus habitantes dependiam quase que exclusivamente do emprego público para sua subsistência. Hoje, a maior parte das famílias dessa comunidade beneficia diretamente ou indiretamente dos resultados do projeto, nomeadamente, no domínio da formação e capacitação profissional, o facilitou o acesso ao emprego e renda, em áreas novas como turismo e afins. Além disso, atividades tradicionais como agricultura, pecuária, transformação e comercialização de produtos locais foram modernizadas e diversificadas, o que é algo muito positivo.



que a sociedade civil cabo-verdiana presente, em representação de todas as ilhas, protagonizou uma viva discussão que conduziu ao consenso de que as ACD deveriam ser o pilar do PLPR. Portanto, elas constituem, de fato, uma genuína contribuição da sociedade civil cabo-verdiana. No que concerne às Comissões Regionais de Parceiros (CRP), a informação é que, inicialmente, os parceiros que as constituem não tinham direito a voto, uma vez que as CRP foram inicialmente concebidas numa perspectiva puramente comunitária, em que somente as associações de base tinham essa prerrogativa. Segundo esse responsável, o regulamento foi rapidamente alterado, porque não fazia sentido e, por outro lado, as CRP não teriam a necessária coesão, uma vez que quem não podia votar não teria incentivo para cooperar, nem para permanecer na CRP.

Continuando a sua retrospectiva sobre o Programa, informou, por exemplo, que a habitação social foi durante a fase I do PLPR a maior demanda das comunidades rurais, em detrimento de atividades produtivas. E que o FIDA teve enormes dificuldades em aceitar que a maior fatia de financiamento do PLLP fosse canalizado para construção e reabilitação de habitações. Por conseguinte, não via como é que se podia combater a pobreza rural com intervenções a nível de habitações sociais. A não ser que habitação social tivesse como objetivo o desenvolvimento do turismo rural ou quaisquer outras atividades geradoras de rendimentos aos pobres. Entretanto, segundo esse responsável, a escolha foi decidida pelas próprias comunidades, em assembleias comunitárias, de acordo com a metodologia de baixo para cima de implementação do PLPR. Só após a realização de visitas ao terreno que a missão do FIDA compreendeu os argumentos das comunidades rurais a favor da habitação social, cujo fundamento são suas preocupações com as crianças que devem beneficiar de um teto, de condições corretas de saúde, de acesso à água e à electricidade.

Além disso, é relevante sublinhar que o expressivo investimento do PLPR na construção e reabilitação da habitação dos mais pobres foi decisivo: i) na aceitação e legitimação do Programa pelas comunidades rurais do país, ii) na mobilização de interesses e iniciativas dos pobres e suas lideranças em torno dos objetivos da luta contra a pobreza rural, iii) na demonstração de coerência do PLPR com os seus princípios, estratégia, metodologia e objetivos.

Para concluir a referência sobre experiências inovadoras do Programa e das ACD a ele associadas, queríamos acrescentar os casos de duas associações comunitárias objeto da

nossa pesquisa na ilha do Fogo, Associação Amigos do Berço Comum - ABC-Patim e Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Cutelo Alto.

Na comunidade de Patim registramos a existência de uma *comissão pluridisciplinar de sócios e não sócios*, da ABC e de outras associações locais, que integra os representantes das igrejas (nazarena, católica e adventista) e o gestor do polo educativo, para uma melhor parceria, articulação e consensualização sobre assuntos de crucial interesses para a vida comunitária. Essa comissão local funciona como uma espécie de CRP na comunidade de Patim. Reforça a coesão social, a organização, o envolvimento, a participação e a decisão de toda coletividade local em assuntos de interesse para a vida da comunidade. Além disso, constatamos que, na ABC-Patim, existe um equilíbrio de gênero, seja em proporção da presença feminina, seja a nível da sua participação nos órgãos de direção da ABC.

Na Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Cutelo Alto destacamos o fato das Assembleias-Gerais serem precedidas de Assembleias Comunitárias, nas quais organizam a participação separando as pessoas por grupos de homens, mulheres, jovens, crianças e cada grupo coloca seus problemas. Isso porque a tendência prevalecente era a dos homens monopolizarem a palavra e direcionarem as deliberações da assembleia de acordo com seus interesses e pontos de vista, o que criava um déficit democrático e participativo. Posteriormente, informou o Presidente da Associação, que passaram a reunir com cada grupo em separado, auscultar seus problemas e depois elaborar uma lista de suas prioridades, que comporá uma lista única, que será votada em Assembleia-Geral. Ainda segundo o Presidente, uma vez que a vertente formação/capacitação dos membros não tem sido feita com a frequência desejável, sempre que realizam eleições e novas pessoas assumirem os órgãos sociais, organizam um estudo e discussão dos estatutos e regulamentos da Associação na comunidade, para que estes dirigentes conheçam as suas atribuições e responsabilidades.

O presidente informa, por exemplo, que os Conselhos Fiscais das ACD normalmente não funcionam, mas que o CF da ACD de Cutelo Alto é obrigado a funcionar. A título elucidativo, disse que quando elaboram a folha de vencimento, o pagamento só é feito após o parecer favorável e assinatura do Conselho Fiscal. Este é sempre solicitado em todas as propostas de atividades a serem realizadas pela associação e são informados da execução de todas as atividades e projetos na comunidade.

De acordo com o responsável da formação, animação e comunicação do PLPR, o que faz a diferença são os princípios e a metodologia de abordagem e de intervenção do PLPR. Argumenta que o Programa não aborda a pobreza de forma paliativa, mas fundamentada no desenvolvimento local, no desenvolvimento de capacidades de auto-organização e funcionamento ativo e autônomo das comunidades pobres; a UCP-PNLP não executa o Programa diretamente com os beneficiários. Suas relações com as CRP e ACD são meramente institucionais. A execução do Programa é da exclusiva responsabilidade das ACD, que têm uma grande representatividade nas CRP.

Defende que PLPR não é um Programa assistencialista, mas de emancipação, de autonomia e de desenvolvimento das comunidades pobres. As ações e os projetos são desenvolvidos sempre em uma relação de parceria, de troca e de partilha de responsabilidades. Informa ainda que os beneficiários não recebem nada gratuitamente. Têm sempre que entrar com alguma contrapartida. Por exemplo, quem na comunidade receber uma porca, não precisa reembolsar o montante pelo qual o animal foi comprado, mas é obrigado a dar uma cria ao seu vizinho e assim sucessivamente. Portanto, quem recebe algo, retribui dando, por sua vez, o que estimula e desenvolve a coesão social e a solidariedade nas comunidades pobres.

#### **4.2.2.2. Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD)**

As primeiras ACD nasceram no início dos anos 1990, tendo na origem agrupamentos de produtores que depois evoluíram para agrupamentos de vocação comunitária. A maior parte delas é hoje reconhecida como organização legal, sem fins lucrativos, privada e, portanto, independente do Estado. Têm numerosos parceiros estatais e não-estatais. Todavia, os jovens e as mulheres são ainda insuficientemente representados nessas organizações.

Durante a fase I da sua implementação, iniciada em julho de 2000, o PLPR trabalhou com 105 ACD, das quais, 66 existiam antes do projeto e 39 foram criados sob a impulsão deste (CABO VERDE, 2007). Segundo o responsável da Célula de Formação Animação e Comunicação do PLPR, a maior parte das ACD constituídas no âmbito da reconversão das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de obra (FAIMO), enquadradas no Programa PL480 e apoiadas por ACDI-VOCA, foram organizadas numa lógica empresarial, priorizando a formação em engenharia rural, para capacitá-las na execução de

obras de conservação de solos e águas, contabilidade e atividades geradoras de rendimento. Segundo esse responsável, o PLPR efetuou uma espécie de reconversão dessas ACD em termos de abertura de novos horizontes, designadamente, em matéria de desenvolvimento comunitário, formação, animação e mobilização social para uma efetiva participação e liderança do processo de desenvolvimento local, uma vez que essa vertente foi negligenciada pela ACDI-VOCA e outros agentes de apoio, entre os quais, o Ministério de Agricultura, através da Direção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária (DGASP) e suas Delegações Regionais.

Constatamos, no entanto, que abordagem e metodologia diferentes foram adotados pela ONG nacional *Atelier Mar*, no processo de implementação de projetos de desenvolvimento comunitário, designadamente, nas Ilhas de Santo Antão e São Vicente, dos quais destacamos o Projeto de Desenvolvimento Rural do Município de Porto Novo<sup>160</sup> e o de desenvolvimento de turismo solidário de base comunitário, em Lajedos, no mesmo Município. Ações de animação, sensibilização e mobilização para o envolvimento, participação e responsabilização das comunidades sempre pautaram a estratégia de intervenção desenvolvida por esta ONG, visando a autonomia, sustentabilidade e perenidade<sup>161</sup> das organizações e grupos beneficiários.

Assim, no período acima mencionado, 80 ACD beneficiaram de pelo menos uma atividade de demonstração. Nesse processo, as ACD foram-se tornando o cadinho de uma dinâmica comunitária, interlocutoras diretas dos pobres rurais e sustentáculo da luta contra a pobreza nas comunidades objeto da intervenção do Programa (CABO VERDE, 2004, p. 4).

No final da fase II, em 2007, o PLPR contava com 184 ACD membros das 05 Comissões Regionais de Parceiros (CRP)<sup>162</sup>. Em termos do efetivo de população abrangido

---

<sup>160</sup> As atividades basearam-se num trabalho de formação e experimentação participativa, nos setores da produção, transformação e comercialização agrícola. A par disso, estruturas regionais de apoio às iniciativas agrícolas foram criadas, tais como: centro de abastecimento em fatores de produção e centro de apoio à comercialização. A formação foi realizada dentro das comunidades rurais no seio de grupos de 15 a 25 agricultores e criadores, chamados Grupos de Reflexão-Análise, Formação e Experimentação (GRAFE), cujo conteúdo e escolha das experimentações foram definidos com os próprios camponeses. Além disso, fez a formação permanente de uma rede de líderes técnicos, constituídos por agricultores e criadores voluntários que, após às formações e o fim do projeto, têm como papel manter viva a procura de novas alternativas, bem como estimular a experimentação de novas técnicas, práticas e/ou produções.

<sup>161</sup> O processo de apoio ao surgimento de organizações inter-comunitárias (GRAFE, Rede de Líderes Técnicos e PARES: Cooperativa de Produtores Associados em Rede de Economia Solidária) contribuirá enormemente para a perenidade das ações, embora não estejam ainda consolidadas.

<sup>162</sup> Os parceiros que compõem esta estrutura organizativa regional são: as Associações Comunitárias de Desenvolvimento, as Câmaras Municipais (Prefeituras) das regiões concernentes, as ONG que intervêm nas

pelo projeto, mais de 10.000 famílias estão filiadas através de pelo menos um dos seus membros ou seja, cerca de 40.000 pessoas do total de uma população rural pobre, estimada em 51.000 pessoas, em 2007 (CAP VERT, 2008, p. 4). Porém, esse relativo sucesso padece de algumas fraquezas, designadamente, níveis insuficientes de compreensão da vida associativa entre os membros e de formação dos responsáveis (lideranças).

Hoje, 450 ACD são apoiadas pelo Programa e praticamente todas as comunidades rurais de Cabo Verde estão dotadas de uma ACD (CAP VERT, 2011, p. 5). Constatase que as ACD são constituídas em torno do objetivo de lutar contra a pobreza rural e que suas ações são escolhidas, concebidas e implementadas para responder a este objetivo. Segundo a avaliação da Missão de Supervisão Cap Vert (2011, p. 5), os mecanismos de escolha dos beneficiários utilizados pelas ACD fazem delas um instrumento muito eficiente de focalização intracomunitária sobre os mais desfavorecidos. No entanto, avaliam que, não obstante terem internalizado os princípios de base do associativismo, implementado seus órgãos segundo estes princípios, seus desempenhos em matéria de organização e gestão internas permanecem heterogêneas.

A atuação e performance das ACD e suas parcerias são consideradas muito satisfatórias. Os resultados mostram que elas adquiriram capacidades de mobilização de parcerias fora do quadro do PLPR. Um inquérito às ACD realizado em Abril de 2004 pela UCP-PNLP mostrou que 2/3 dos projetos desenvolvidos pelas ACD são realizados fora do quadro do PLPR e estima que cada ACD está ligada, em média, a um número de 05 a 10 parceiros e que a grande maioria das ACD das zonas iniciais do PLPR têm hoje, em curso, entre 03 a 06 micro projetos. Isto é um sinal positivo em matéria de autonomização das Associações Comunitárias de Desenvolvimento (CAP VERT, 2011, p. 7)

Assim, a montagem financeira dos micro projetos não faz mais apelo à linha *financiamento dos PLLP* do PLPR. Por outro lado, montagens com a participação de um número substancial de parceiros, respeitando e valorizando as especificidades de cada um, são cada vez mais numerosas. Por exemplo, no período 2009-2010, somente 20% dos projetos das ACD foram financiados exclusivamente pelo PLPR. Trata-se de um resultado positivo que ilustra o dinamismo das ACD e das CRP na mobilização de recursos adicionais e prova que suas capacidades de absorção e de realização estão ainda longe de estar saturadas (CAP VERT, 2008, p. 7).

---

comunidades e ou regiões, os Serviços Desconcentrados do Estado, dos Ministérios de Agricultura, Saúde e Educação.

Em consequência, as ACD são cada vez mais reconhecidas como parceiras e intermediárias incontornáveis de numerosas políticas públicas, por colocarem à disposição das políticas nacionais uma capacidade de absorção que multiplica a eficácia destas políticas, considerando a sua existência, cobertura e capacidade de intervenção.

A novidade é que se constata, desde de 2007, um aumento do poder dos jovens no seio dos órgãos diretivos das ACD. Trata-se de um progresso com uma importância crucial para a estratégia do PLPR e para a estratégia nacional de redução da pobreza. Um terço dos membros do conselho de direção das ACD têm menos de 30 anos e somente 10% tem mais de 50 anos (CAP VERT, 2011).

Neste sentido, na apresentação dos resultados da avaliação inter-ciclo do PLPR, o chefe da missão do FIDA, Claude Raynaut (apud CABO VERDE, 2007) sustenta que as 177 ACD associadas ao Programa, em 2007, constituem a força do movimento comunitário, considerando que desenvolvem projetos concretos e participam ativamente das Comissões Regionais de Parceiros (CRP), em um nível que ultrapassa todas as expectativas.

Em contrapartida, o Presidente da Plataforma Nacional das ONG de Cabo Verde, organização que é também constituída por ACD, na entrevista concedida ao *Jornal Expresso das Ilhas*, (MONTEZINHO, 2011), apresenta uma posição divergente sobre o movimento associativo cabo-verdiano, nomeadamente, sobre associações comunitárias e seu potencial enquanto agente de desenvolvimento comunitário. Ressaltou que o surgimento das associações comunitárias em Cabo Verde, na década de 90, no âmbito do processo de reconversão das FAIMO, à partida, nasceu com problemas, pelo fato de muitas delas terem sido promovidas pelas próprias instituições públicas governamentais e municipais o que, na sua opinião, subjugou as ACD às vontades e aos interesses dessas instituições. Afirma que a principal característica das ACD é funcionarem mais como agências de gestão de emprego temporário do que como associações de desenvolvimento comunitário. Também o Responsável da Célula de Formação, Animação e Comunicação do PLPR, em sua entrevista, reconhece que muitas ACD não são ainda uma emanção das suas comunidades, não se identificando com elas. Às vezes, são obras de um grupo, mas sem qualquer relação com as suas comunidades de pertença e que pretensamente representam. Embora esse fenômeno varia de região para região e de localidade para

localidade, é algo que deve ser tido em conta. Do seu ponto de vista, há, às vezes, a necessidade de revisitação da própria organização e funcionamento das ACD e das CRP.

No entanto, registramos um outro depoimento de um representante de uma Câmara Municipal que, referindo às ACD, disse que o PLPR é um *projeto de cidadania* porque as autarquias têm interlocutores, parceiros fiáveis com capacidade de formular e exprimir as suas necessidades.

Cientes das fragilidades das ACD a UNOPS<sup>163</sup> insiste para que as ações de formação para o reforço das capacidades das CRP, ACD e seus membros continuem durante a fase II com mesma intensidade da fase I (CABO VERDE, 2005, p. 11).

#### **4.2.2.3. Comissões Regionais de Parceiros (CRP)**

A existência das CRP justifica-se pela sua utilidade para as Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD) e respectivas comunidades. A perceção das ACD sobre o seu papel e sua identidade evoluiu significativamente em relação à 2007; as funções de canalização dos recursos financeiros do PLPR e reforço das capacidades das ACD e dos seus membros são hoje bem reconhecidos. Porém, uma nova imagem das CRP começa a emergir e a ser construída em torno da sua vantagem enquanto apoiador e facilitador das ACD na identificação e mobilização de novos parceiros e na organização das parcerias em geral (CAP VERT, 2011, p. 6).

A realização das assembleias constitutivas das 05 CRP (Santo Antão, São Nicolau, São Miguel/Tarrafal, Fogo e Brava) ocorreu em todas as zonas do Programa, entre dezembro de 2002 e junho de 2003 e também aprovada a lei de enquadramento das CRP. Segundo o Responsável da Formação, Animação e Comunicação do PLPR a força motriz das CRP são as associações comunitárias, que têm uma representatividade de mais de 80%. Juntamente com as ONG a representatividade da sociedade civil é de mais de 90%. Os outros associados das CRP são os Serviços Desconcentrados do Estado: da educação, saúde, desenvolvimento rural e as Câmaras Municipais (Prefeituras).

No que concerne às Câmaras Municipais (Prefeituras), o PLPR deverá continuar seus esforços para sensibilizar sobre a necessidade da sua plena integração no processo participativo de aprovação dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL). Com

---

<sup>163</sup> O Escritório dos Serviços de Apoio aos Projetos das Nações Unidas (UNOPS) tem sido designado como instituição cooperante responsável da administração do empréstimo e da supervisão do PLPR.

efeito, é em termos de benefícios mútuos, de complementaridade e de sinergia que devem ser abodadas as relações entre as CRP e as Câmaras Municipais. O responsável do PLPR, acima mencionado, reconhece que dentro das CRP, nomeadamente, da parte das Câmaras Municipais e das Delegações do Ministério do Desenvolvimento Rural, não existe uma efetiva parceria; não há uma participação de ‘corpo e alma’ destas instituições. Segundo esse responsável, elas se comportam como se estivessem a fazer um favor ao Programa. Por isso, esclarece que o PLPR é um quadro, um mero instrumento que estimula o diálogo, a participação, a interação e a coordenação política, tendo também o papel de propiciar as condições para o desenvolvimento de ações conjuntas. Refere que, por exemplo, as ACD pagam mensalmente e/ou anualmente uma cota às CRP, fixada em Assembleia-Geral das Comissões Regionais de Parceiros, o que não acontece com as outras instituições membros das CRP. Em vez de pagamento de cotas estas instituições prestam (ou pelo menos deveriam prestar) serviços às CRP.

As CRP são dotadas de Unidades Técnicas (UT), cuja responsabilidade é assegurar a gestão e o seguimento do dia-a-dia das atividades de cada CRP sobre o terreno. As UT são compostas por um Coordenador/Gestor, 02 (ou mais) animadores (as), 01 contabilista, 01 motorista, contratados pelas CRP e financiados por fundos do PLPR. Contudo, o papel que devem desempenhar é diferente do desempenhado pelos Operadores Locais (OPL) na fase I do Programa. Enquanto guardiões da abordagem e da estratégia da fase I, as UT estão agora diretamente subordinados e ao serviço das CRP e não devem invadir as responsabilidades dos órgãos de decisão. Uma outra responsabilidade das Unidades Técnicas é a de velar para que os compromissos de despesas das CRP com os micro projetos não ultrapassem os orçamentos determinados nas convenções-quadros (CABO VERDE, 2004, p. 15).

Uma vez constituídas as 05 CRP e criadas as condições para o seu funcionamento, estas empenharam-se, com a participação ativa das comunidades locais, na elaboração e aprovação dos respectivos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL), os quais resultaram de um esforço de reflexão coletiva sobre a pobreza e os meios para sua redução.

É notável a dinâmica crescente das comunidades rurais, bem como o maior empenho das suas ACD na resolução dos problemas locais. A participação é também o resultado da mobilização de novas comunidades e respectivas organizações associativas, pelas Comissões Regionais de Parceiros. Portanto, as CRP deram prova, ao longo da fase II, de sua capacidade de assegurar as funções que lhes estavam atribuídas, designadamente, a elaboração dos PLL, animação e mobilização das ACD, apoio á emergência e seleção



dos projetos, transferência de fundos aos titulares dos projetos, desenvolvimento de parcerias (CAP VERT, 2008, p. 5).

Importa referir que as CRP têm realizado regularmente as assembleias ordinárias e extraordinárias e os seus órgãos - excepto o Conselho Fiscal - funcionam normalmente, designadamente o Conselho de Direção. Assim sendo, as CRP, com múltiplas funções, assumem uma configuração democrática, totalmente inovadora e dinamizadora para as ACD e outros parceiros. Constituem um fórum de discussão, uma escola de aprendizagem, de decisão democrática, avaliação e seleção de projetos; são espaços de reflexão coletiva, de priorização de objetivos, de programação de ações, através dos PLLP (CABO VERDE, 2007, p. 42).

O gestor da CRP Santiago Norte disse, em seu depoimento, que o Programa dispõe de um dispositivo que obriga as associações comunitárias a cumprir os estatutos, designadamente, a realização da eleição dos órgãos, de dois em dois anos, e o pagamento das cotas, uma vez que os financiamentos são liberados em função do cumprimento dessas normas estatutárias.

Contudo, constata-se a necessidade de formação em organização e gestão associativa, para membros das ACD, capacitação dos contabilistas das CRP e das ACD e formação em mobilização social e animação comunitária. A execução dos PLLP da fase II e a preparação dos da fase III fizeram surgir, na maior parte das CRP, uma visão, embora ainda muito tímida, do seu papel como promotoras proativas da luta contra a pobreza, o que se manifesta tanto na concepção e implementação desses programas, como na maneira de se situar perante outros intervenientes presentes sobre a cena local. Entretanto, as CRP se comportam, por vezes, como se fossem meros executantes da convenção-quadro estabelecida com o PLPR. Esta falta de inovação se manifesta, particularmente, a nível da abertura para o exterior, em vista da recolha de informações, discernimento de oportunidades e ligação às parcerias que poderiam permitir implementar uma estratégia mais aberta e mais dinâmica. Assim, recursos externos ao Programa, destinados às ACD, de montantes, por vezes, elevados são financiados à margem das CRP (CAP VERT, 2008, p. 4-5).

A fase II do PLPR, cujo encerramento previsto para dezembro de 2006, foi prolongada até julho de 2007, devido ao atraso do Programa no início dessa fase, diretamente ligado aos problemas institucionais encontrados em 2004-2005 e aos

problemas financeiros, em 2005-2006. Constatase, mais uma vez, que as ações de formação em reforço das capacidades das CRP, ACD e respectivos membros não foram prosseguidas durante a fase II, com a mesma intensidade da fase I, agora que 72 novas ACD se tornaram membros das CRP desde o lançamento da fase II, devido aos problemas acima mencionados (CABO VERDE, 2007, p. 2-3).

Em 2007, as CRP das 05 ilhas afetadas pelo PLPR compreendem 177 ACD, representando um aumento de 68%. A representatividade das ACD no seio das CRP passa de 71% em 2004 à 78%, o que aumenta o seu poder de decisão. As CRP têm igualmente como membros 23 ONG, 7 municípios e 21 Serviços Desconcentrados dos Ministérios. No entanto, a representatividade das mulheres nas instâncias dirigentes das CRP continua fraca, 19% (CABO VERDE, 2007, p. 11).

São vários os constrangimentos apresentados pelas CRP: i) fraco pagamento das cotas, ii) ausência de fundos para seu funcionamento fora das Unidades Técnicas, iii) viabilidade financeira das CRP no pós-Programa, iv) problema de crédito para financiamento de micro projetos, v) atraso na transferência de fundos para as CRP e, portanto, na execução dos micro projetos, vi) falta de formação dos membros das CRP, vii) falta de diversificação das Atividades Geradoras de Rendimento (AGR) e viii) ausência de micro projetos inovadores (projetos pilotos) no domínio de saneamento e energia (CABO VERDE, 2007, p. 11).

Relativamente à viabilidade financeira das CRP a proposta é de acrescentar ao custo dos micro projetos uma percentagem de, por exemplo, 3% que será coberta pelos financiadores, a fim de cobrir as prestações de serviços das CRP, o que poderia ser um incentivo às CRP, sendo o mesmo sistema aplicável às ACD que asseguram o seguimento dos micro projetos a favor dos beneficiários (CABO VERDE, 2007, p. 14).

Comparando os dados do relatório de 2007 com os de 2008, o número de membros das CRP passou de 234 para 352, um aumento de 50%. Este aumento deve-se principalmente a adesão das ACD do Concelho de Santa Cruz na CRP de Santiago Norte, no âmbito da extensão nacional do PLPR. Consequentemente, o número de associações comunitárias de desenvolvimento (ACD), desde a última missão de supervisão de junho de 2008, aumentou de 184 para 271 ou seja, um aumento de 47%. Regista-se, entretanto, que a participação das mulheres nos órgãos de direção das CRP permanece fraca (CABO VERDE, 2008, p. 37).

As CRP ressaltam nos seus relatórios de atividades do ano de 2008, três elementos: constrangimentos, recomendações e exemplos de boas práticas, visando a melhoria do seu desempenho. De uma maneira geral, os constrangimentos são: i) baixa taxa de realização dos PLLP e dos planos de atividades e orçamentos (PAO) de 2008, devido ao atraso na sua aprovação, ii) lentidão no processo de desembolso de verbas, dada a insuficiências na planificação das demandas das CRP e seu encaminhamento para UCP-PNLP, iii) obsolescência dos equipamentos e materiais em uso nas CRP, iv) reduzida dimensão do *staff* das Unidades Técnicas das CRP, v) atraso na entrega dos justificativos por parte das ACD, vi) deficiente capacidade de organização e de gestão das ACD, vii) insuficiente formação e informação sobre o manual de procedimentos do PLPR (CABO VERDE, 2008, p. 43).

Relativamente aos exemplos de boas práticas destacam-se: i) realização anual, desde há 03 anos, da feira FAMISA, pela CRP de Santo Antão, na Feira Internacional de Mindelo (FIC-Mindelo), em agosto de 2008, na ocasião do Festival Internacional de Música de Baía das Gatas. O principal objetivo é promover a ilha, valorizar os produtos locais e reforçar o empreendedorismo em Santo Antão (CABO VERDE, 2008, p. 39).

CRP de São Nicolau notabilizou-se pela ação da ACD da localidade de Queimadas que, com fundos próprios, no montante de 2.576.020\$00 (29.954,00 dólares), co-financiou 45% da execução do micro-projeto *ligação de água a domicílio*, o qual beneficiou 112 famílias da mesma localidade (CABO VERDE, 2008, p. 40).

CRP São Miguel e Terrafal, como exemplo de boas práticas, apresenta-se o caso da parceria com o Parque Natural de Serra Malagueta e DADRRM<sup>164</sup>, que consiste no financiamento do sistema de Agricultura Modernizada, na comunidade de Gongon, em São Miguel, destinada a 15 mulheres chefes de famílias (CABO VERDE, 2008, p. 43).

CRP da Brava Solidária, durante 2008, destacou-se por fazer face a problemas estruturais graves como i) grande rotatividade do pessoal da Unidade Técnica, ii) grande défice de associativismo, iii) falta de uma visão partilhada e união de esforços para a luta contra a pobreza na ilha, iv) entrada na CRP de associações com o fim de a partidarizar politicamente e, assim, tentar direcionar o combate à pobreza apenas à um determinado segmento da população bravense, v) questão de associações que veem a CRP como uma espécie de cento de emprego para a distribuição de postos de trabalho, vi) fraco

---

<sup>164</sup> Delegação do Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos.

engajamento e colaboração de outros parceiros no processo de luta contra a pobreza na ilha, vii) sobrecarga de trabalho da equipa técnica da CRP, viii) incumprimento do estatuto e do regulamento por parte da CRP, ix) desmotivação das ACD e das respectivas comunidades face aos desvios de conduta e dos objetivos do PLPR, por parte da CRP (CABO VERDE, 2008, p. 41).

Contudo, as redes das CRP e das ACD são avaliadas como muito satisfatórias. Os membros das CRP são 507, 450 ACD, 17 municípios, 17 ONG, 23 serviços desconcentrados do Estado, 06 instituições de micro finanças, 07 projetos e parceiros internacionais, 04 estruturas privadas, 03 rádios comunitários e 01 União de Cooperativas, os quais incluem outras entidades representadas em várias ilhas que também são membros das CRP, elevando o número dos membros para 580 (CAP VERT, 2011, p. 6). O que constitui um potencial de interação e colaboração, de alavanca e de penetração extremamente importante. Portanto, o êxito do PLPR reside também na sua capacidade de estabelecer sinergias e parcerias ao nível das ACD, das CRP e do conjunto do Programa.

Mas, em contrapartida, o crescimento do número de ACD (em certas zonas) e da média dos projetos em curso por ACD se traduz em um crescimento da carga de trabalho dos agentes das Unidades Técnicas (28 ACD por agente em Santo Antão, por exemplo), o que explica, em parte, as dificuldades das CRP em receber rapidamente os justificativos de modo a reconstituir suas tesourarias e responder as solicitações da UCP em matéria de seguimento/avaliação.

#### **4.2.2.4. Unidade de Coordenação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza**

A gerência da UCP-PNLP/PLPR conheceu, durante a fase II, um período de incertezas que afetaram consideravelmente o seu funcionamento, entre as quais, a) a exoneração do então Coordenador da UCP-PNLP, b) a extinção do *Desk Officer*, particularmente, encarregado do PLPR, c) o mau funcionamento do serviço financeiro e contabilístico e as conseqüentes desordens nos mecanismos de transferência de fundos para as CRP, visando a execução dos PLLP, agravado pelos reiterados atrasos dos desembolsos da contrapartida governamental. Entretanto, um novo Coordenador foi nomeado em maio de 2005 ao que se seguiu a nomeação de uma diretora administrativa e financeira e o reforço da equipe de contabilidade (CAP VERT, 2008, p.5).

Apesar dos problemas acima assinalados, a UCP-PNLP enquanto unidade que coordena e dinamiza os esforços nacionais na luta contra a pobreza, nomeadamente, no meio rural, vem acionando mecanismos de contatos e intervenções visando a mobilização de novos meios e parceiros, através, designadamente, de contatos personalizados, encontros, reuniões, ateliers, seminários, congressos. (CABO VERDE, 2007, p. 52).

A parceria se organiza em duas direções: numa, em vista dos esforços na procura de uma articulação mais orgânica com os programas e serviços nacionais que estão envolvidos na luta contra a pobreza ou que nela jogam um papel ativo e, na outra, vem trabalhando no sentido de estabelecer relações com uma rede aberta de colaborações e de competências com parceiros de natureza e procedência diversas, que operam à escala nacional visando facilitar os contatos para as CRP. Portanto, quer a nível nacional, quer internacional, a construção de uma rede consistente e duradoura de parceiros é um elemento determinante da estratégia de conquista e de consolidação de autonomia e de perenização das organizações que, juntamente com as suas comunidades, estão fortemente engajadas na árdua luta para redução da pobreza rural. Nesse sentido, uma abordagem proativa e inovadora é indispensável considerando que o PLPR vem se afirmando de forma cada vez mais clara a sua vocação a ser um instrumento perene da política nacional de luta contra a pobreza. Este posicionamento se reforça ainda mais com a extensão do Programa a todas as comunidades rurais do país, exequptuando as ilhas da Boavista e do Sal (CAP VERT, 2008, p. 8).

Contudo, até ao presente, a almejada e necessária articulação no conjunto do sistema estratégico nacional de luta contra a pobreza, em particular no quadro do Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP), que enquadra a política do Governo neste domínio, tem sido insuficiente, uma vez que o Governo não implementou Comité Nacional de Luta contra a Pobreza (CNLP)<sup>165</sup>, enquanto instância de coordenação e integração de todos os esforços (CAP VERT, 2008, p. 9).

Sobre a inoperância da CNLP, o responsável pela Formação e Animação do PLPR argumenta que é necessário o funcionamento desse Comité, não apenas como espaço de concertação, articulação e coordenação nacionais, mas também de difusão e de informação

---

<sup>165</sup> Relativamente à gestão do Programa, substituiu-se a Comissão Nacional de Arbitragem (CNA) por Comité Nacional de Luta contra a Pobreza (CNLP), para apoiar o Ministério do Trabalho na definição e execução das políticas e estratégias de luta contra a pobreza, assegurar a sinergia entre os diferentes programas, velar pela articulação inter-setorial entre os programas e aprovar, em colaboração com o PNLP, as convenções-quadros para o financiamento. (CABO VERDE, 2004, p. 4-5).

sobre o Programa. Ele disse que, não obstante as informações sobre o Programa terem sido difundidas pela mídia, nomeadamente, rádio e televisão e também por diversos fóruns e reuniões realizados em várias ocasiões e lugares, o público em geral ainda carece de informações sobre as atividades realizadas e em realização pelo PLPR. Nessa perspectiva a CNLP respaldaria politicamente o Programa, lhe daria mais visibilidade e credibilidade a nível nacional. Finaliza que, hoje, o próprio Governo tem a consciência da necessidade de implementação da CNLP, num país arquipelágico como é Cabo Verde. Caso idêntico é o do Observatório da Pobreza (OP) que deveria fazer o seguimento global dos indicadores de impacto sobre a pobreza, o qual, de igual modo, nunca funcionou.

Assim, o processo de implementação do método de seguimento e autoavaliação participativa (SAP)<sup>166</sup> foi, de certo modo, a resposta encontrada pelo PLPR para tentar melhorar a performance de Programa em matéria de avaliação do impacto das ações desenvolvidas, promovendo a capacidade das comunidades avaliarem as ações desenvolvidas. A primeira sessão foi desenvolvida por Samuel Thirion, da INDE, em Fevereiro de 2008, no Fogo. Na implementação dessa metodologia é importante o papel dos *facilitadores*, pessoas das comunidades, selecionadas pelas ACD para receberem formação e depois participarem na aplicação da metodologia nas suas comunidades (CABO VERDE, 2008, p. 60).

A rede de parcerias internacionais já efetivadas pela UCP-PNLNLP está plantada nos continentes africano, europeu e sul-americano (Nordeste do Brasil).

Na África, no quadro da colaboração entre a Fundação Rural da África Ocidental (FRAO) e o FIDA, uma missão de apoio da FRAO deslocou-se a Cabo Verde, em 2007, para uma visita de estudo e de intercâmbio, a fim de identificar, com a UCP-PNLNLP, temas de capacitação a valorizar, ao nível do PLPR, no quadro de FIDA/África. No concernente a visitas da UCP-PNLNLP/PLPR para estudo e intercâmbio com projetos do FIDA-África destaca-se: i) o PAGER, no Benim, que obteve bons resultados na implementação de atividades geradoras de rendimento (AGR), ii) o fundo de desenvolvimento na zona

---

<sup>166</sup> Resultado de uma parceria de pesquisa/ação com o departamento de coesão social do Conselho da Europa (testado em Bélgica, França, Romênia, Itália, Gabão e Cabo Verde) começou a mostrar sua capacidade de melhor informar os indicadores SYGRI (Sistema de gestão dos resultados e do impacto é o quadro adotado pelo FIDA para medir e apresentar os resultados e o impacto dos projetos que financia) de segundo nível (resultados) (CAP VERT, 2011, p.13). SAP um método de construção dos indicadores de bem-estar e de progresso na sociedade, elaborados com a participação dos próprios cidadãos a nível de uma comunidade rural, que permite ir além de uma visão fragmentada da luta contra a pobreza por introduzir uma visão integrada, construída de maneira participativa em torno da ideia de bem-estar (CABO VERDE, 2009, p. 33).

saheliana (Fodesa), no Mali, que possui uma importante experiência na gestão de fundos pelas organizações rurais, iii) e o projeto de luta contra a pobreza no sul de Aftout e Karakoro (PASK), na Mauritânia, onde agricultura, pecuária e pesca são as principais fontes de receitas da população. O setor agrícola, embora fragilizado pela seca e desertificação, garante a sobrevivência de mais de 56% da população mauritaniana. O interesse do PLPR nestes projetos reside na metodologia que integra as comunas no processo de decisão (CABO VERDE, 2004, p.17).

Ainda com o objetivo de dinamizar e diversificar parcerias com projetos e parceiros que trabalham em domínios similares, projetos do FIDA/África também visitaram Cabo Verde a fim de capitalizar a abordagem do PLPR, nomeadamente, PAGER-Benim, PASK-Mauritânia, acima mencionados, e PSANG II-Tchad (CABO VERDE, 2004, p.17-18).

Importa ainda registrar a recomendação da UNOPS de se retornar à experiência de cooperação sul-sul realizado em Mauritânia, com o argumento de que o projeto de desenvolvimento durável dos oásis (PDDO), co-financiado por FIDA, levou a uma experiência muito enriquecedora em termos de trocas e de transferência de tecnologias. Exemplifica que casais provenientes dos oásis marroquinos vieram passar 06 meses nos oásis mauritanianos para, entre outras, trazer os seus conhecimentos no domínio de jardinagem, pequena pecuária (criação de pequenos animais) e gado acima do solo, a condução da palma em três fases, a luta contra o assoreamento, os sistemas de drenagem, AGR femininos. Árvores fruteiras e ovinos provenientes desses oásis foram também introduzidos para diversificar os recursos existentes (CABO VERDE, 2008, p. 23).

Em Portugal, no quadro da cooperação com Associação Internacional para a Cooperação e o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ACVER), existe o Projeto PEPRÁ, co-financiado pelo FIDA e Cooperação portuguesa a favor da ACVER e do PLPR. A colaboração com as associações de desenvolvimento local portuguesas (ADL) associadas na (ACVER) é uma parceria que data de 2001. Em 2002, o FIDA negociou com um fundo fiduciário português um financiamento de 300.000,00 dólares, para dois anos, visando o reforço das parcerias e do apoio à execução do PLPR (CABO VERDE, 2007, p. 18). Disso resultou a assinatura de um protocolo entre UCP-PNLÁ e ACVER, relativamente ao projeto PEPRÁ, visando a formação de formadores cabo-verdianos e membros das ACD, organização de visitas de intercâmbio entre as ACD e ADL, participação em feiras

em Portugal, formação de artesãos. Assim, 14 atividades programadas nesse protocolo foram realizadas nos dois países (CABO VERDE, 2007, p. 16).

A assinatura de um novo protocolo, em novembro de 2007, entre a UCP-PNLP e a ACVER, marca o início de um novo ciclo de cooperação. Na mesma ocasião, também foi assinado um protocolo de cooperação entre a CRP de São Miguel/Tarrafal e a Associação de Desenvolvimento Local da Beira Douro, filiada na ACVER. Dando sequência à primeira ação de formação realizada no último trimestre de 2007, em Cabo Verde, pelos técnicos portugueses, realizou-se em novembro de 2008, em Portugal, uma 2ª fase das referidas ações de formação, tendo participado 11 formandos selecionados entre os 75 formandos da 1ª fase (CABO VERDE, 2007, p. 16).

Brasil/Nordeste: na sequência da cooperação iniciada em 2006, entre o Projeto Dom Helder Câmara – PDHC<sup>167</sup>, co-financiado pelo FIDA, e o PLPR, uma delegação cabo-verdiana composta pelo responsável de animação e formação da UCP-PNLP/PLPR e representantes das 05 CRP (Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Brava e São Miguel/Tarrafal) efetuou uma visita de estudo ao PDHC, com o objetivo de conhecer a experiência brasileira em termos de desenvolvimento rural. Na ocasião foi assinada uma carta de intenção de cooperação entre PDHC e PLPR, que incidiu em três eixos: a) troca de experiências, partilha de conhecimentos e de saber-fazer entre agricultores cabo-verdianos e brasileiros; b) troca de experiências entre as equipas dos dois projetos; c) intermediação para facilitar a parceria com instituições externas, como Institutos Agrários, Universidades, Estruturas de Financiamento, as Câmaras de comércio (CABO VERDE, 2008, p. 6).

Em novembro de 2008 uma delegação do Banco do Nordeste, instituição de financiamento do desenvolvimento social, esteve em Cabo Verde, no quadro da carta/protocolo de cooperação assinado em julho de 2008 no Brasil, entre o PLPR e o PDHC, para organizar na Praia, Fogo e Santo Antão, ateliers sobre micro-finanças, na perspectiva de que um banco do gênero possa ser aberto em Cabo Verde. Realizou-se ainda um *workshop* sobre *Mecanismo de Financiamento a Crédito e o Desenvolvimento*

---

<sup>167</sup> Segundo Santana (2006, p. 4) “O PDHC surgiu a partir de um acordo de empréstimo, financiado 50% pelo Governo Federal e 50% pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário (FIDA). O Projeto desenvolve um programa de ações referenciais para o desenvolvimento sustentável do semi-árido, buscando garantir a inserção competitiva, não subordinada, segurança alimentar e o empoderamento de trabalhadores assentados e agricultores familiares na formação, implementação e controle social de políticas públicas. É missão do Projeto Dom Helder Camara, contribuir para o desenvolvimento humano-local-sustentável-integrado, contemplando o fortalecimento da cidadania e as perspectivas de gênero, geração e etnia”. Disponível em: <<http://www.projetodomhelder.gov.br:8080/notitia/files/387.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2012.



*Local e Comunitário Sustentável*, com subsídios de pacotes financeiros que têm produzido bons resultados no Brasil (CABO VERDE, 2008, p. 11).

Além disso, no IV Intercâmbio de Desenvolvimento Local Inter-ilhas, realizado em finais de novembro de 2007, em Santiago, estiveram presentes representantes do Projeto Dom Helder Câmara, do nordeste do Brasil, que mantém relações estreitas de cooperação com o PLPR, pela circunstância de ambos serem projetos co-financiados pelo FIDA (CABO VERDE, 2007, p. 59).

Por seu turno, na VI Edição Expo-Brasil Desenvolvimento Local, na 1ª semana de dezembro de 2007, realizou-se no Brasil, Mato Grosso, sob o signo da abordagem do desenvolvimento local como mobilização democrática e produtiva dos territórios, com o protagonismo dos agentes locais (CABO VERDE, 2007, p. 60).

No caso do Brasil, o FIDA também recomendou a continuidade da cooperação com o Projeto Dom Helder Câmara, que em 2006 efetuou sua primeira visita de intercâmbio com Cabo Verde, abordando temas diversos, tais como: desenvolvimento local, mobilização social, habitação social, atividades geradoras de rendimento, micro finanças, sistemas de drenagem, sistemas culturais, produção de bio-combustível, conceito de pobreza, participação das mulheres no desenvolvimento local, seguimento e avaliação. (CABO VERDE, 2008, p. 23).

Destaca-se, finalmente, o estabelecimento de relações de cooperação com a comunidade de emigrantes cabo-verdianos em Itália, na área de equidade de gênero.

De resto, o pessoal da UCP-PNLP beneficiou de várias formações: em *passation des marchés*, em Dakar, organizado pela FRAO, em 2007; *Análise institucional dos projetos*, organizado pelo FIDA em 2007, em Yaoundé, nos Camarões; *Atelier de lançamento do PASSE*, organizado em 2008, em Accra, Gana; formação em *gestão operacional*, organizado em Ouagadougou, Burkina Faso, em junho de 2008; participação na *feira da inovação*, organizado pelo FIDA, em Ouagadougou, também em junho de 2008 (CABO VERDE, 2008, p. 25).

A nível nacional, destacam-se a realização das seguintes parcerias (CABO VERDE, 2009, p. 8):

1. Protocolo de parceria entre a UCP-PNLP e o Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar (ICASE), visando a melhoria da capacidade de intervenção no seio das camadas mais desfavorecidas da população estudantil, particularmente, a nível do

programa de cantinas escolares, transporte escolar, saúde escolar, materiais escolares e residência estudantil.

2. Protocolo de parceria entre a UCP-PNLP e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, visando o desenvolvimento de atividades formativas, mobilização de recursos e promoção do empreendedorismo, beneficiando sobretudo jovens e mulheres chefes de famílias.

3. Protocolo entre UCP-PNLP e o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), assinado em 2011.

4. Protocolo entre a UCP-PNLP e a DGOPG<sup>168</sup> do Ministério do Trabalho Formação Profissional e Solidariedade Social (MTFPSS), no montante de 22.902.870\$00 (269.446,00) dólares, em apoio às vítimas das chuvas, nomeadamente, as mais carenciadas, em São Nicolau, Santo Antão e São Vicente.

5. Protocolo de cooperação entre a UCP-PNLP, a DGOPG do Ministério de Habitação e Ordenamento do Território (MHOT) e a DGOPG do Ministério do Trabalho Formação Profissional e Solidariedade Social (MTFPSS), no montante de 31.500.000\$00, (370.588,00 dólares) para complementar o financiamento do protocolo anterior, em apoio às vítimas das chuvas, acima mencionadas.

6. No âmbito do Programa *Casa para Todos*: protocolo entre a UCP-PNLP e DGOPG do MTFPSS, no montante de 39.000.000\$00, (458.824,00 dólares) visando a execução do projeto de apoio às famílias carenciadas, para a reabilitação de habitação social.

No quadro da parceria internacional assinala-se ainda a existência de perspectivas de parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Microempresas (Sebrae), para a execução, em Cabo Verde, de projetos, nomeadamente: i) Oficinas Sebrae de Empreendedorismo e ii) Despertar no setor da Educação; contatos com a Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), visando o estabelecimento de um programa de cooperação nas áreas de formação à distância e capacitação rural de curta duração, destinados a técnicos e agentes comunitários de desenvolvimento. Entretanto, a definição desse plano de cooperação ficou adiada para 2010.

Construção de uma rede de CRP com o objetivo de: i) socializar e melhor apropriar a diversidade de experiência, maturidade e dinamismo das diferentes CRP, ii) uma melhor

---

<sup>168</sup> Direção Geral de Orçamento Planeamento e Gestão

articulação com as políticas e estratégicas nacionais e iii) uma melhor participação no diálogo político (CAP VERT, 2008, p. 5).

### **4.2.3. Instrumentos do Programa de Luta contra a Pobreza no meio Rural**

#### **4.2.3.1. Formação e animação**

As atividades de animação, sensibilização, formação e comunicação incorporaram, no seu primeiro ano de implementação, em 2001, os grandes eixos de intervenção do Programa: a) organização das parcerias locais; b) identificação e lançamento das primeiras ações demonstrativas, c) busca permanente e ativa de parceria, concertação e articulação com todos os atores, d) reflexão ativa e participativa em torno da organização das CRP e na elaboração e execução dos PLLP, e) capacitação técnico-profissional e metodológica de membros e dirigentes associativos, em matéria de organização comunitária, f) continuação da formação e qualificação dos animadores e operadores locais do PLPR, g) extensão do Programa a mais 60 outras comunidades rurais dentro das cinco zonas de intervenção (CABO VERDE, 2001, p. 2).

No que concerne especificamente às atividades de animação e sensibilização, as intervenções visaram, sobretudo, a articulação entre os diferentes agentes que intervêm no terreno junto às comunidades rurais, a partir de uma ampla troca de informações e da criação de espaços de reflexão e de atuação conjunta. As abordagens priorizaram a realização das seguintes ações: i) organização e realização de assembleias comunitárias, ii) reuniões e encontros com as associações e populações, iii) Intercâmbios comunitários, iv) encontros de parceiros de desenvolvimento para a harmonização de abordagens e estratégias de intervenção, na perspectiva do desenvolvimento local, v) encontros de articulação dos animadores de diferentes áreas de intervenção, atuando junto das mesmas comunidades, vi) ações de grande mobilização social, por ocasião do lançamento da primeira pedra das atividades demonstrativas, da inauguração e entrega das infraestruturas (CABO VERDE, 2001, p. 2).

Em síntese, as atividades de animação e formação referem-se às seguintes ações: i) criação das Comissões Regionais de Parceiros, ii) elaboração dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLLP), iii) capacitação institucional e a auto-organização

comunitária, iv) parceria e a concertação com outros atores intervenientes nas comunidades rurais, v) divulgação da metodologia e das atividades a serem executadas, vi) mobilização social. São estes os grandes eixos de atuação desta componente, desenvolvidos nas assembleias comunitárias e de parceiros e nos ateliers (CABO VERDE, 2003, p. 18).

Além disso, encontros comunitários de animação, capacitação, sensibilização e visitas de seguimento realizam-se por todas as zonas de intervenção, com ênfase nos seguintes domínios: i) divulgação da metodologia, ii) associativismo, iii) organização e gestão associativa, iv) execução técnica e administrativa dos procedimentos, v) condução de inquéritos às ACD, vi) acompanhamento técnico e metodológico das associações e suas atividades, vii) recepção de missões internas e externas, viii) avaliação das fases I e II do Programa, ix) preparação, discussão e execução dos Planos de Atividades e dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLLP) em todas as três fases da sua execução, x) troca de informações e apoio na legalização das ACD. (CABO VERDE, 2007, p. 30-31). De igual modo, na execução dos PLLP as CRP recebem da UCP-PNLP assessoria técnica na metodologia participativa de implementação (do Programa) de baixo para cima, pelas próprias comunidades de base.

Regista-se que muitos membros de ACD, CRP participam, não só localmente e noutras ilhas, mas também no exterior, em estágios de muitas ações de formação promovidas por vários parceiros (CABO VERDE, 2005, p. 10-11 e 18).

#### **4.2.3.2. Atividades de Demonstração (AD)**

Registra-se, antes de mais, que desde o período de execução da fase I do PLPR, iniciado em julho de 2000, muito se mudou no mundo rural. Particularmente nos municípios da ilha de Santiago, numerosas ACD já existiam e dispunham de uma boa experiência de trabalho adquerida no âmbito da execução dos contratos-programas assinados com os serviços públicos, programas nacionais e internacionais, ONG. Por isso, essas experiências foram valorizadas desde a fase de arranque do Programa. (CAP VERT, 2008, p. 20).

As Atividades de Demonstração visam fazer conhecer, através de ações concretas, os objetivos e a abordagem específica do PLPR, exercer um efeito mobilizador e alimentar a reflexão do grupo local para a definição de uma estratégia de luta contra a pobreza rural. Assim, a escolha pelas ACD das atividades de demonstração responde a uma estratégia

elaborada durante a formulação do PLPR e refinado pela equipa do Desk, Operadores Locais e animadores(as), empreendida através da componente formação e animação e executada, no terreno, pelos mesmos.

Portanto, a estratégia retida pelo PLPR, estando baseada sobre a responsabilização das ACD, é a de não interferência nas suas escolhas, visto ser importante mobilizar o interesse e a iniciativa das comunidades locais. Assim sendo, as ACD decidem sobre as necessidades prioritárias das comunidades durante as assembleias comunitárias, sem a intervenção do PLPR na escolha das atividades e dos seus beneficiários individuais ou coletivos. Porém, em casos extremos, os animadores podem intervir como conselheiros das ACD (CABO VERDE, 2002, p. 14).

A identificação das atividades de demonstração começou em janeiro de 2001. Uma vez que elas resultaram das Assembleias Comunitárias, permitiram ensaiar um primeiro quadro de intervenção repousando sobre as necessidades expressas pelas populações (UNOPS, 2001). Consistem basicamente em ações que abarcam atividades como a habitação social, cisternas/reservatórios, pesca artesanal, criação de pequenos animais, micro irrigação, reflorestamento, plantação de árvores fruteiras, produção de queijo, educação, formação.

O melhoramento da habitação social, repartido pelas primeiras 05 zonas de intervenção do Programa, na fase I, resultou em um total de 95 ações, beneficiando 571 pessoas. Esta atividade é de longe a mais procurada pelas comunidades, representando 74% de todas as atividades retidas pelas ACD (mesmo não sendo uma Atividade Geradora de Rendimento (AGR), em que as mulheres representam 79% dos beneficiários (CABO VERDE, 2001, p. 2). Fica, assim, evidente a importância que as populações membros das ACD atribuem à habitação no quadro da luta contra a pobreza.

As atividades e projetos da fase I do PLPR foram executadas nas regiões e municípios (de um total de 05) de implantação das Comissões Regionais de Parceiros (CRP), com o objetivo de explicar a metodologia do PLPR, em matéria de animação da luta contra a pobreza rural, mobilizar o interesse e a iniciativa das comunidades, reforçar a coesão social no seio destas comunidades. De todas as atividades acima mencionadas, viu-se que habitação social constitui a prioridade das prioridades para as ACD e suas comunidades. No período de 2002 a meados de 2003, a habitação social representa 60% do total das atividades de demonstração realizadas, (sendo 82% no exercício de 2001) e 67%

dos investimentos destinados às atividades demonstrativas (sendo 72% para o exercício de 2001) (CABO VERDE, 2003, p. 8). Fica evidente que habitação será retida como prioridade das ACD no quadro dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLLP), em preparação para a fase II. Contudo, uma sensibilização está sendo realizada visando a diversificação das atividades e, sobretudo, a necessidade de uma maior ênfase no desenvolvimento das atividades geradoras de rendimento (AGR). Além disso, a missão (do FIDA) tem sido informada da decisão do Governo de lançar um vasto programa de habitações sociais, visando resolver o problema de habitação dos mais desfavorecidos, o que pode ser considerado, pelas ACD, uma alternativa de financiamento ao PLPR (CABO VERDE, 2003, p. 8).

Nota-se que a programação das atividades de demonstração para o período de 2002 a julho de 2003, já reflete uma mudança de estratégia das ACD, apostando na diversificação das atividades, designadamente, carpintaria, avicultura, micro irrigação, padaria, transformação agro-alimentar: produção de sucos, licores, doces, reduzindo o peso da habitação social para 58%, aumentando a importância das AGR para 23% (CABO VERDE, 2003, p. 8).

Paralelamente à implementação das atividades demonstrativas, o projeto continuou, através dos Operadores Locais (OPL) e animadores (as), a atividade de animação das comunidades ainda não beneficiárias das atividades demonstrativas na fase I, nas 05 ilhas. 422 atividades de demonstração executadas de janeiro de 2001 a meados de 2003 emergem a partir da escolha de 71 ACD atualmente enquadradas pelo PLPR, nas 05 ilhas abrangidas pelo Programa. Das 71 ACD, 34 beneficiaram de formação, participando, assim, do processo de implementação das CRP; 32 existiam antes do PLPR e 39 foram criadas graças a impulsão do Programa (CABO VERDE, 2003, p. 2).

Como resultado do projeto na fase I as atividades de demonstração, embora resultando de um processo visando criar uma maior coesão social e uma melhor organização das comunidades, têm um impacto sócio-econômico direto, beneficiando diretamente 1478 pessoas, seja sob a forma de rendimentos, no caso das AGR, seja pela melhoria do nível de vida, no caso da habitação social, reservatórios, cisternas. A habitação social beneficiou 600 pessoas pobres, 12 famílias beneficiaram do abastecimento de água por cisternas individuais, 90 famílias por dois reservatórios comunitários e 47 criadores por reservatório/pia (CABO VERDE, 2002, p. 17).

As atividades de demonstração de alta intensidade de mão-de-obra geraram 3873 empregos temporários e 38 empregos permanentes ao custo de 13.672.999\$00 ECV, equivalente a 160.859,00 dólares, gerando emprego e renda para as populações locais (CABO VERDE, 2002, p. 18).

Atividades de demonstração da fase I foram encerradas em abril de 2004 com o seguinte balanço: 534 micro projetos foram realizados em benefício de 80 ACD, num montante de 195 milhões de CVE equivalentes a 2.294.118,00 dólares, com grande preponderância de micro projetos de vocação social, nomeadamente habitação social, seguido de AGR (CABO VERDE, 2004, p.12). A construção das moradias sociais permitiu a reciclagem da economia local em mais de 1 milhão de dólares. Realça-se que certas atividades demonstrativas (AD) têm já um carácter estruturante, com um efeito de arrastamento em outros setores, tais como queijaria e carpintaria (CABO VERDE, 2004, p.12).

As conclusões do relatório da revisão inter-ciclo, de outubro de 2003, mostraram bons resultados da fase I do PLPR (encerrada em 31 dezembro de 2003), designadamente, no domínio da mobilização e da coesão social. Isto conferiu credibilidade à estratégia retida pelo Governo e pelo FIDA, mas também ao engajamento de diferentes parceiros: ACD, CRP e equipa de UCP-PNLP/PLPR. (CABO VERDE, 2005, p. 2).

A evolução da parceria do PLPR com as ACD, no quadro da execução das atividades de demonstração, é indicada pelo número de ACD enquadradas pelo PLPR, em 2001: 03 na Brava, 05 no Fogo, 03 em São Nicolau, 04 em Santo Antão, 07 em Tarrafal/São Miguel, totalizando 22 associações (CABO VERDE, 2002, p. 7).

De 2002 a julho de 2003 os dados são: 03 na ilha da Brava, 12 no Fogo, 05 em São Nicolau, 10 em Santo Antão, 23 em Tarrafal/São Miguel, totalizando 53 associações que, no cômputo geral, ascende a 75 ACD parceiras do PLPR na fase I, as quais beneficiaram de pelo menos uma atividade demonstrativa no curso dessa fase (CABO VERDE, 2002, p. 7).

Fora do PLPR e dos beneficiários, outros parceiros locais participam efetivamente no financiamento de algumas atividades de demonstração. Um micro projeto de pesca artesanal destinado a 36 beneficiários de Santo Antão, ao custo de 3.351.000\$00 ECV, equivalente a 39.424,00 dólares é financiado conjuntamente com o Município de Paul

36%, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca 27%, o PLPR 25% e os beneficiários 12% (CABO VERDE, 2002, p. 9).

#### **4.2.3.3. Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL)**

Os PLL são os instrumentos mais importantes e inovadores do PLPR, visto que representam o quadro de referência em função do qual devem ser elaborados e selecionados os micro projetos apresentados pelas ACD, em nome das respectivas comunidades. Elaborados no fim da fase I, antes da formação das CRP, respondem à uma lógica baseada unicamente nos constrangimentos identificados pelas populações pobres (CAP VERT, 2008, p. 6-7).

É através dos micro-projetos, concebidos e elaborados pelas comunidades no quadro do PLPR e financiados pelos fundos transferidos às CRP, que a estratégia de luta contra a pobreza deve encontrar sua expressão concreta e desembocar num impacto efetivo sobre a pobreza. Eles podem ser de natureza social (melhoria das condições de vida, habitação, educação) ou econômica (atividades geradoras de rendimento), podem ser coletivos (em benefício de uma comunidade) ou individual (uma pessoa, família, um pequeno grupo) (CAP VERT, 2008, p. 7).

A preparação e aprovação dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLL) foi objeto de várias formações. Em fevereiro de 2003, um guia de elaboração dos PLL foi terminado, em colaboração com um consultor da Intercooperação Desenvolvimento (INDE)<sup>169</sup>. Em seguida, um consultor local foi recrutado para enquadrar cada CRP na elaboração do seu PLL, definição dos eixos estratégicos e a priorização das atividades.

Contudo, diferentes atrasos registrados no desembolso de fundos e problemas de contrato do pessoal da UCP-PNLP/PLPR não permitiram uma boa execução do PLPR em 2004. Apesar disso, no terreno, as CRP continuaram a execução das atividades de demonstração que estavam em curso no fim de 2003 e os micro projetos para o primeiro ano da fase II começaram somente em novembro de 2004. Ainda assim, neste ano, 23

---

<sup>169</sup> A INDE é uma ONGD para a qual a solidariedade, a intervenção social e a procura de modos inovadores de atuação são os princípios orientadores. Os seus objetivos visam permitir que pessoas, comunidades e instituições e/ou associações possam reforçar as suas capacidades de decidir sobre seu modo de vida, garantir condições materiais de uma vida com dignidade e os direitos fundamentais à democracia. Disponível em: <<http://redesida.web.ua.pt/noticia.asp?idnoticia=1463&idpais=4>>. Acesso em: 20 nov. 2012.



novas ACD tornaram-se membros das CRP, o que reforçou o poder de voto das ACD (CABO VERDE, 2005, p. 2-3).

Os PLLP elaborados no final da fase I foram formalizados pelas convenções-quadros do Programa, que repartem entre as 05 CRP, o montante disponível para o financiamento dos micro projetos e do funcionamento das Unidades Técnicas das CRP. Esta repartição financeira considera o índice de pobreza de cada município implicado no PLPR. Por seu turno, os contratos-programas anuais foram assinados entre a UCP e as CRP a fim de formalizar o conteúdo dos PTBA (planos) anuais. Decidiu-se que, durante a fase II, as realocações dos fundos do Programa, entre as CRP, será efetuada, sobretudo, em função das suas capacidades de absorção e de execução dos micro projectos, a fim de otimizar a utilização desses fundos (CABO VERDE, 2006, p. 2).

No quadro da implementação da fase II, 325 micro projetos foram iniciados pelas ACD, no montante de 99,7 milhões de CVE, equivalente a 1.141.176,00 dólares. 77% destes micro projetos são de carácter social, dos quais 51% destinados à habitação social (construção, reabilitação e extensão). Água e saneamento vêm em 2º lugar, com 19%, as AGR representam 24,9% (CABO VERDE, 2006, p. 3).

O resultado do Seguimento e Avaliação da execução dos micro projetos, não obstante serem insatisfatórios, são de 37.055 empregos, por um investimento de 21 milhões de CVE, equivalente a 247.058,00 dólares, desde o arranque da fase II (CABO VERDE, 2006, p. 4).

Em 2007, foram investidos 85.000.000 ECV (1 milhão de dólares) em ações de execução dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLLP), equivalente a um terço do que foi previsto nos planos de atividades desse ano. Além disso, constata-se uma assimetria muito grande, em termos de investimentos, entre os dois principais subprogramas do PNL, que absorvem mais de 95% dos investimentos dos PLLP: i) a integração dos pobres na economia (AGR e formação para o emprego) e ii) melhoria do acesso social dos pobres (habitação, educação, água, saneamento), sendo a prevalência desta evidente em todas as ilhas de intervenção do Programa, excepto a ilha da Brava (CABO VERDE, 2007, p. 18).

Analisando por componente, verifica-se que mais da metade dos investimentos (57%) são concentrados em ações de construção de habitações, formação profissional 2,7%, acesso à água e educação mais de 10% (CABO VERDE, 2007, p. 18).

Do ponto de vista físico, o total de beneficiários diretos das atividades é estimado em 4400 pessoas nos 11 municípios de intervenção do Programa. Várias iniciativas ligadas às AGR terminaram em 2007 com um total de 160 famílias beneficiadas. Também existiam ações em curso, em benefício de 284 famílias (CABO VERDE, 2007, p. 19-20).

*Formação para o emprego*, as CRP realizaram 11 ações, em 2007, em benefício de 227 pessoas, das quais 145 eram mulheres. 03 outras ações estavam em curso, com 48 participantes, dos quais, 40 homens e 08 mulheres (CABO VERDE, 2007, p. 21).

*Melhoria do acesso social dos pobres*: 1053 estudantes de 52 zonas de intervenção do Programa beneficiaram de ações de apoio escolar (CABO VERDE, 2007, p. 21).

*Água e saneamento*: para acesso e estocagem de água 46 ações foram concluídas em 2007, em benefício de 2000 pessoas. Em final de 2007 obras ainda estavam em execução, a favor de 250 pessoas (CABO VERDE, 2007, p. 22-23).

*Saneamento*: 67 casas de banho foram construídas ou concluídas em 2007, para 340 pessoas. No término do ano, 27 projetos ainda se encontravam em construção, em benefício de 135 pessoas (CABO VERDE, 2007, p. 23-24).

*Habitação*: 65 habitações foram construídas, reabilitadas ou concluídas, para 360 beneficiários diretos. 100 habitações sociais se encontravam ainda em curso de execução no final de 2007, em benefício de 520 pessoas (CABO VERDE, 2007, p. 24-25).

No que concerne ao ano de 2008, devido ao grande atraso verificado no início da execução dos contratos-programas de 2008<sup>170</sup>, o PLPR, durante esse ano, dedicou-se à implementação de ações de reforço de capacidade das CRP e das ACD e à conclusão dos últimos 77 micro projetos da fase II. O que, conseqüentemente eleva o balanço da fase II para concretização de 951 micro projetos, 72,5% para ações sociais, dos quais 46,3% para habitações sociais (que foi 70% na fase I), 22,2% para AGR, 5,3% para apoios institucionais em matéria de formação (CABO VERDE, 2009, p. 2).

Já os PLLP da fase III destacam uma visão complementar orientada à identificação de oportunidades e a tentativa de definir estratégias coerentes para tirar partido das mesmas. Porém, essa visão estratégica é ainda tímida, dado o esforço exigente que este tipo de exercício representa e do apoio pedagógico e de formação que é ainda necessário para capacitar as CRP a se apropriarem plenamente deste instrumento (CAP VERT, 2008, p. 6).

---

<sup>170</sup> As convenções-quadro 2008-2011 foram assinadas com as 09 CRP somente em setembro de 2008.

Apesar disso, durante a fase III do Programa, 726 micro projetos foram executados no montante total de 218.000.000\$00 (ECV), equivalente a 2.564.706,00 dólares, quantia modesta se comparada com os 179.000.000\$00 (ECV), equivalente a 2.105.882,00 dólares, que tinham sido investidos durante a fase I, em 534 ações demonstrativas (CAP VERT, 2008, p. 6).

De acordo com o estabelecido nos Programas Locais de Luta contra a Pobreza das CRP, cerca de 50% dos investimentos deveriam, na fase III, concentrar no eixo *Integração dos Pobres na Economia*, situação que não foi retratada no plano de atividades e orçamento (PAO) de 2008, ou seja, a maioria das atividades que estão sendo realizadas enquadram-se no eixo *Acesso aos Serviços Sociais Básicos*.

Globalmente, em 2008 terminou-se a execução dos micro projetos da fase II (2004-2008), com um total de 951 ações, no montante de 303.406.590\$00 (ECV), equivalente a 3.569.489,00 dólares investidos, a um custo médio de 320.000\$00, equivalente a 3.765,00 dólares, por cada micro projeto. Desse total de ações realizadas, 699 são de caráter social, executadas ao custo de 219.930.946\$00 (2.587.423,00 dólares) correspondente a 72,5% do investimento total; 153 são atividades geradoras de rendimento, ao custo de 67.506.764\$00 ou seja 794.197,00 dólares, correspondente a 22,2% do total, e 99 ações executadas ao custo de 15.968.880\$00, equivalente a 187.869,00 dólares, representando 5,3%. Verifica-se que 40% das ações estão relacionadas com habitação social, valor bem abaixo dos mais de 60% que se verificou na fase I (CABO VERDE, 2008, p. 44).

Análise do ponto de vista financeiro: no que concerne aos micro projectos do plano de atividades de 2008 foram investidos 89.091.578\$00 ou seja, 1.048.136,00 dólares em ações de execução dos PLLP (trianuais), sendo que, como se referiu atrás, uma boa parte corresponde aos micro projetos que transitaram de 2007 (CABO VERDE, 2008, p. 45).

Do ponto de vista físico foram executados 213 micro projetos, em diferentes domínios de intervenção do PLPR. Os beneficiários totalizam 4400 pessoas dos 11 municípios abrangidos pelo Programa (CABO VERDE, 2008, p. 47).

*Subprograma Integração dos Pobres na Economia*, componente AGR, as ações concluídas em 2008 beneficiaram 162 famílias e as ainda em curso beneficiam 323 famílias (CABO VERDE, 2008, p. 48).

*Componente formação para o emprego* 06 ações foram concluídas em 2008 beneficiando 277 famílias, 75 mulheres e 66 homens e 02 ações encontravam-se em curso, beneficiando 8 pessoas, 4 mulheres e 4 homens (CABO VERDE, 2008, p. 49).

*Subprograma Melhoria do Acesso Social dos Pobres*, componente educação, 933 estudantes, de 06 municípios abrangidos pelo Programa, beneficiaram de ações de apoio escolar. Ressalta-se que o impacto dessas ações, para os pais e encarregados de educação, é o de garantir a continuidade escolar dos filhos e permitir a liberação de recursos para satisfação de outras necessidades familiares (CABO VERDE, 2008, p. 50).

*Componente água e saneamento*, 12 ações de acesso a água ou de seu armazenamento foram concluídas em 2008, beneficiando 33 pessoas. As 36 ações ainda em execução beneficiam 826 pessoas, enquanto as 07 casas de banho construídas beneficiaram 73 pessoas. 01 ação ainda em execução beneficia 4 pessoas (CABO VERDE, 2008, p. 51-52).

*Componente habitação social*, 39 habitações sociais foram construídas ou reabilitadas, beneficiando 144 pessoas. As 48 ações em curso de execução beneficiam 233 pessoas (CABO VERDE, 2008, p. 52-53).

A execução dos Programas Locais de Luta contra a Pobreza em 2009 resultou na execução de 262 micro projetos, dos quais 174 foram concluídos e 88 encontravam-se ainda em construção, no montante de 109.534.945\$00 (ECV), equivalente a 1.288.646,00 dólares, investidos (CABO VERDE, 2009, p. 3).

Destaca-se o reiterado atraso por parte do Governo no desembolso dos fundos de contrapartida para o PLPR, o que prejudicou a execução dos micro projectos.

O Seguimento e Avaliação durante a fase I negligenciou o impacto socioeconômico do PLPR. Entretanto, ao nível da responsabilização das comunidades, a revisão inter-ciclos confirmou a existência de um potencial de iniciativa e de tomada de responsabilidade entre os pobres rurais na luta contra a pobreza.

Ao nível do gênero a participação das mulheres nos órgãos dirigentes das ACD e das CRP permanece insignificante, mesmo marginal.

Quanto a gestão do Programa, a composição da UCP foi modificada relativamente à configuração inicial. O posto de *Desk Officer*, encarregado, particularmente, da coordenação do PLPR foi extinto, sendo as suas funções agora asseguradas pelo novo Coordenador do PNLPR, nomeado em 2005 (CAP VERT, 2008, p. 17-18). Registra-se

também a substituição da Comissão Nacional de Arbitragem por Comité Nacional de Luta contra a Pobreza que, como acima mencionamos, não foi operacionalizado. (CABO VERDE, 2004, p. 4-5).

Uma auditoria administrativa, contabilística e financeira ao PLPR e CRP foi realizada em junho de 2009, após o início de funções do atual Coordenador da UCP-PNL, cargo que, até então, vinha sendo assegurado, interinamente, pelo Responsável da Célula de Formação Animação e Comunicação do PLPR. Além disso, no último trimestre de 2009, visando completar a equipa técnica dos Operadores Locais para as novas zonas de extensão do PLPR, lançou-se um concurso público para o recrutamento de 08 animadores (as) para as Regiões Centro e Sul, as ilhas do Maio e São Vicente (CABO VERDE, 2009, p. 16-17).

Assinala-se ainda a implementação do Guia de Financiamento das AGR que, de acordo com o tipo de atividade a financiar, propõe: a parte de auto-financiamento, a de subvenção e a de crédito. Por exemplo, as infraestruturas a realizar no quadro das AGR serão subvencionadas a 100%, a aquisição de equipamentos à 80%, e os capitais de giro 20%. (CABO VERDE, 2004, p. 11).

Destaca-se a experiência de *Soldifogo*, uma mutualidade de poupança e crédito agrupando 20 ACD. O capital inicial de *Soldifogo* elevou-se a 4.700.000\$00 CVE, equivalente a 55.295,00 dólares, dos quais 3.800.000\$00 CVE representam a parte social das ACD e 900.000\$00 CVE provêm de outras instituições operacionais na ilha (CABO VERDE, 2004, p. 11).

#### **4.2.3.4. Seguimento e Avaliação**

A UCP-PNL, através da Célula de Seguimento e Avaliação, iniciou o tratamento e análise dos dados provisórios do inquérito realizado em 2004, sobre a organização e o funcionamento das Associações Comunitárias de Desenvolvimento. Os objetivos do inquérito visavam: i) criar um banco de dados a nível da UCP, CRP e ACD, ii) avaliar o funcionamento das ACD, na base de um conjunto de critérios, iii) propor uma tipologia das ACD. A metodologia consistiu na elaboração e teste do questionário, na criação de uma estrutura de base de dados e na realização de inquéritos nas comunidades, com os membros dos órgãos das ACD. Foram inqueridas 79 ACD, num universo de 167, nas 5 zonas de intervenção do PLPR (CABO VERDE, 2005, p. 6-7).

Para o seguimento dos micro projetos, assinala-se a existência de uma base de dados do PLPR elaborada a partir da aquisição de um *software* feito de raiz. Relativamente às CRP e ACD, no início de 2008, foi concluído um inquérito às ACD, com o objetivo de obter (mais) informações sobre a estrutura, funcionamento e dinamismo das ACD. Assim, por ocasião da Missão de Supervisão, a Célula de Seguimento e Avaliação recolheu várias informações sobre a estruturação e o funcionamento das CRP (Órgãos de Direção e Unidades Técnicas) que permitiram estabelecer um diagnóstico das mesmas. Algumas conclusões desse inquérito são:

a) 43% dos Presidentes dos Conselhos Diretivos possuem diploma do ensino primário (fundamental), 47% do ensino secundário (médio), apenas 7% possuem diploma de estudos superiores (faculdade);

b) 10% das mulheres são Presidentes do Conselho de Direção das ACD, variando de 4% para Fogo à 25% Tarrafal/São Miguel, em Santiago. A proporção de mulheres nas ACD é de 45%, variando de 36% em São Nicolau à 56% em Tarrafal/São Miguel, na ilha de Santiago. A percentagem de mulheres eleitas em cargos dirigentes é de 34%, variando de 28% para São Nicolau a 49% para Tarrafal/São Miguel (Santiago).

c) O número médio de membros de ACD é de 63, variando de 38 membros para São Nicolau à 85 para São Miguel/Tarrafal (Santiago).

d) A proporção de micro projetos financiados fora do PLPR é muito significativa ou seja 74%, variando de 20% na Brava à 84% em Santo Antão.

e) Considerando que 01 membro de ACD representa 01 família rural, 60% das famílias estão representadas nas ACD (CABO VERDE, 2008, p. 70-71).

As atividades da Célula de Seguimento e Avaliação encontram-se estruturadas em cinco eixos: i) seguimento dos micro projetos, ii) seguimento e auto avaliação participativa (SAP), iii) seguimento das CRP e ACD, iv) seguimento da extensão do PLPR às novas zonas e v) seguimento do funcionamento interno do PLPR. (CABO VERDE, 2009, p. 22-23).

#### 4.2.3.5. Micro Crédito<sup>171</sup>

O microcrédito é a concessão de empréstimos de pequeno valor a micro empreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional, num contexto de microfinanças, que abrange o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas de baixa renda.

O sistema tem como principais características: i) ausência de garantias reais, já que a maioria das transações tem como caução o aval solidário; ii) celeridade na concessão do crédito, o qual deve ser adequado ao ciclo de negócios do empreendimento; iii) baixo custo de transação devido à inexistência de burocracia e à proximidade entre a instituição e o tomador dos empréstimos; iv) ação econômica com forte impacto social na comunidade; v) elevado custo operacional para a instituição fornecedora dos recursos; vi) concessão assistida do crédito, cuja metodologia consiste na deslocação dos agentes de crédito ao local onde o trabalhador exerce a atividade produtiva para avaliar suas necessidades, bem como as condições de atendimento e pagamento. Esses profissionais passam a acompanhar a evolução do negócio e a fornecer orientação se necessário.

Na UCP-PNLP as atividades de micro crédito estruturam-se em torno dos seguintes eixos (CABO VERDE, 2009, p. 24-28):

a) Financiamento e seguimento das atividades de micro crédito: são atividades de crédito concedidos às Instituições de Micro Finanças (IMF) e Associações membros das CRP. Em 2009 foram assinadas quatro contratos de financiamento de atividades de micro crédito no montante de 25.000.000\$00, equivalente a 294.118,00 dólares.

Na primeira fase de implementação da atividade de micro crédito pelo PNLP, 2000-2005, seis organizações receberam financiamentos (fundo de crédito) do PNLP, no montante de 81.000.000\$00, equivalente a 952.941,00 dólares, para atribuição de créditos aos micro empresários, os quais são adequadamente formados antes da atribuição de créditos.

b) Diversificação de metodologias e formas de organização das estruturas de intermediação financeira no meio rural: consiste em atividades de sensibilização e mobilização necessários para impulsionar a emergência de instituições prestadoras de

---

<sup>171</sup> Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/Microcredito/o\\_que\\_e\\_microcredito.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/o_que_e_microcredito.html)>. Acesso em: 29 ago. 2012.

serviços financeiros nas comunidades rurais. Destaca-se, entre outras ações, a criação de um fórum permanente de micro finanças.

c) Apresentação de propostas para a definição de políticas públicas para ao setor de micro finanças em Cabo Verde: realizou-se um estudo financiado pelo FIDA para a definição da estratégia de desenvolvimento de Micro Empresas Rurais (MER) e um programa de trabalho para o período, 2009-2011, tendo em conta os seguintes elementos: i) melhor acesso aos serviços financeiros rurais, através de parceiros e instituições de micro finanças e a utilização de fundos disponíveis no PNLP, ii) fornecer Serviços de Desenvolvimento às Empresas (SDE), através de parcerias com instituições idôneas, iii) ter acesso, com eficácia, à formação profissional, iv) definir os indicadores de Seguimento e Avaliação, permitindo a avaliação de produtos e seus impactos.

d) Formação e assistência técnica: integra as ações de capacitação das instituições de micro finança, de micro empreendedores, fortalecimento do capital social e das redes sociais locais que podem ser cruciais para o sucesso das IMF e de toda a estratégia de desenvolvimento com base territorial. Com a Associação Comercial e Industrial de Sotavento foi identificado um programa de formação GERME (génez mieux votre entreprise) do Bureau International du Travail (BIT), destinado à formação dos micros e pequenos empresários, visando criar e gerir de forma durável a performance das micros e pequenas empresas.

e) Fórum Permanente de Micro Finanças (FPMF): estão inseridos as atividades de disseminação de boas práticas, conceito de micro finanças, diálogo, debate, concertação entre diferentes atores através de realização de encontros, seminários, visitas de intercâmbio e apresentação de subsídios para a o fortalecimento e desenvolvimento do setor. Assim, foi criado o núcleo dinamizador do FPMF constituído por PNLP, Plataforma das ONG, Fórum Cooperativo, FAM-F.

#### **4.2.3.6. Um programa específico para as mulheres**

Uma das garantias de sucesso na implementação da abordagem gênero e de um programa específico para mulheres é o fato do dispositivo institucional e os procedimentos implementados pelo PLPR, nas fases I e II, terem demonstrado sua eficácia no domínio da focalização dos mais pobres. A focalização geográfica das bolsas de pobreza se acopla com



uma focalização interna praticada pelas próprias ACD em proveito dos mais pobres, designadamente, mulheres (CAP VERT, 2008, p. 7).

No que concerne às ações em curso, destaca-se, particularmente, a realização, na ilha da Brava, de um Seminário Temático sobre Gênero: *Domínio de Métodos para Permitir uma Melhor Expressão das Mulheres*. Apesar de beneficiarem dos apoios do PLPR, em termos de micro projetos, o objetivo é, primeiramente, permitir que as mulheres sejam melhor representadas nos órgãos de decisão das ACD e das CRP e que tenham todas as condições para defenderem seus pontos de vista. Por conseguinte, além de ser uma questão essencial da democracia, é condição fundamental permitir: a) que as suas necessidades sejam melhor tomadas em conta nas estratégias de luta contra a pobreza e sejam objeto de projetos específicos, b) uma melhor integração econômica e social, em pé de igualdade com os homens; c) levar à reflexão, junto das ACD e das CRP, algumas questões de fundo sobre a problemática de gênero, essenciais á luta contra a pobreza. (CABO VERDE, 2008, p. 9).

Em entrevista, a Responsável pela Célula de Gênero e Animação da UCP-PNLP nos informou que esta estrutura foi criada somente em finais de 2010, na sequência de várias recomendações do FIDA e consultores, sobre a necessidade de incorporar este tema no PLPR, pelas razões acima mencionadas. Importa lembrar que o PLPR começou em julho de 2000 e o seu término está previsto para o final de 2012. Ela informou que estão à procura de equidade e que pretendem obter a paridade. Para isso, têm investido e focalizado no trabalho de sensibilização. Realizaram muitas formações sobre igualdade e equidade de gênero, palestras sobre atividades de animação comunitária, de modo a despertar a consciência de gênero e para que as pessoas comecem a compreender melhor o próprio conceito de gênero. Isso porque há muita confusão sobre a questão do gênero. Quando falamos de gênero normalmente as pessoas entendem que se pretende substituir homens por mulheres, substituir a tirania dos homens pela das mulheres. Assim sendo, pretendem trabalhar no sentido de mostrar qual é a situação da relação homem/mulher na sociedade cabo-verdiana e, sobretudo, no meio rural; demonstrar que, na prática, a igualdade perante a lei e a Constituição não existe.

Segundo a nossa entrevistada, começaram o trabalho apostando na formação das Unidades Técnicas (UT) das CRP, uma vez que elas trabalham diretamente com as ACD e respectivas comunidades, formando as animadoras e animadores do Programa, de modo

dotá-los desse *know how*. Assim, todas as CRP formadas elaboraram respectivos planos de ação a serem desenvolvidos junto às comunidades. Em algumas comunidades, nomeadamente, na Ilha de Santiago, formaram-se *facilitadores* em igualdade e equidade de gênero, mais direcionado aos jovens, considerando que estes têm maior potencial de difusão da ideia e de suscitar mudança de atitudes e comportamentos nas suas comunidades de pertença e não só.

Informou ainda que nas ilhas do Fogo e da Brava, com o apoio da Cooperação Japonesa desenvolveram um trabalho piloto sobre a questão do gênero, numa abordagem mais profunda. Assim, no Fogo e Brava, criaram *agentes de promoção de igualdade e gênero*, que percorrem as comunidades para a realização de trabalhos de sensibilização. Juntamente com o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG) fizeram formação sobre auto-estima, gênero e masculinidade, realizado pela *Rede Laço Branco*, constituída por homens promotores da igualdade de gênero e constituição de uma representação desta rede, nessas duas ilhas, para mudança de comportamentos, quebra de ideias sexistas prevalecentes.

Avança que o *Novo Programa FIDA*<sup>172</sup> (em substituição do PLPR, nos próximos cinco anos) tem uma grande preocupação com a questão de gênero, tendo já metas já estabelecidas em termos de objetivos a curto/médio prazo. Os Indicadores e as metas já estão definidos. Por exemplo, FIDA quer que até 2015, 40% das associações sejam lideradas por mulheres. Para isso é preciso reforçar cada vez mais as atividades de sensibilização a nível comunitário. Entretanto, não podemos esquecer que se trata de uma questão complexa que envolve a mudança cultural e cujos resultados não serão de todo satisfatórios, em tão curto espaço de tempo. Ela ainda informou que vão envolver o Ministério de Educação e a comunicação social e respectiva tutela governamental, porque no primeiro, alguns manuais transmitem estereótipos e, no segundo, há canais que veiculam programas com conteúdos discriminatórios em matéria de gênero.

Termina informando que a *Rede Laço Branco* é uma ONG internacional, fundada por um canadense e criado em Cabo Verde, em 2009, e encontra-se instalada no ICIEG. Tem feito muitos trabalhos com a juventude, ligados a paternidade responsável. Por outro

---

<sup>172</sup> Segundo o Jornal Asemana de 13 de dezembro de 2012, no relatório final das atividades realizados até este ano, o FIDA anunciou que, em 2013, o PLPR vai dar lugar ao Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconômicas Rurais (POSER).

Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article82621&ak=103>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

lado, procura desmistificar o mito de que o homem não chora, que é poder, que é como uma rocha, que é violento. De fato, estão realizando trabalhos muito interessantes, designadamente, nas ilhas de Fogo e Brava, onde estão a ser muito valorizados pelas comunidades.

Da análise do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), resultaram as seguintes considerações, abrangendo tanto os resultados obtidos como os constrangimentos encontrados, durante a implementação do PLPR.

Embora se tenha aumentado o número de ACD e comunidades pobres com a extensão do Programa, constatamos que em muitas comunidades a maior parte das famílias não se encontram representadas nas ACD. Em compensação, as assembleias são abertas aos não-membros e não é preciso ser membro para ser beneficiário de micro projetos, particularmente, os projetos sociais que beneficiam muitas vezes os não-membros. Aliás, este princípio é uma das maiores virtudes do associativismo nas comunidades rurais: a sua sensibilidade e atenção em prol dos mais pobres.

As ACD estão operacionais, embora prevaleça um défice generalizado no funcionamento dos Conselhos Fiscais e no pagamento de cotas. Ademais, persistem insuficiências na gestão administrativa e financeira, particularmente, no domínio do ciclo dos micro projetos e na visão estratégica dos seus dirigentes.

A nível do *gênero* verifica-se a velha questão da fraca participação feminina na condução das ACD, uma situação que, aliás, não evoluiu durante a fase II, o que reporta uma realidade estrutural da sociedade cabo-verdiana. Registra-se, no entanto, a crescente participação de jovens adultos nas ACD, embora suas implicações tenham mantido fracas. Para pôr cobro a esta situação, o PLPR tem feito investimentos importantes na formação profissional dos jovens. Sobre esta questão, o gestor da OASIS, em sua entrevista, congratula-se com a existência de múltiplas iniciativas de formação profissional direcionadas, principalmente, aos jovens, contudo, defende a necessidade dos conteúdos dos cursos contemplarem matérias sobre o associativismo e voluntariado.

A *coesão social*: o PLPR tem incentivado os membros das comunidades a evoluírem de maneira coletiva, disponibilizando-os ferramentas institucionais para o efeito, na perspectiva de que a coesão social não é um estado (um dado), mas uma construção social dinâmica resultado de uma interação inovadora entre o PLPR, CRP, ACD e comunidades. Contudo, tanto os dirigentes associativos como os membros das ACD

manifestaram suas preocupações no que concerne ao problema de desmobilização e déficit participativo dos sócios nas atividades das ACD.

A performance das Comissões Regionais de Parceiros é considerada satisfatória; sua existência como instância de reflexão sobre a luta contra pobreza, como lugar de debate democrático e de apoio às iniciativas locais teve um grande impacto na estruturação e na capacitação das ACD. No entanto, o déficit de participação feminina nessa organização é ainda mais acentuado. Registra-se apenas 35 mulheres entre os 245 representantes das ACD, em 2008.

A *relação com os municípios*, globalmente tensa na fase I do PLPR, é hoje normal. Nenhum município contesta a existência das CRP, nem a sua autonomia. Ressalta-se, inclusive, o fato das Câmaras de Paul e de Porto Novo terem-se tornado membros da CRP de Santo Antônio, em 2008. Ressalva-se, no entanto, que essa adesão ocorreu somente na última fase (III) do PLPR. Além disso, o responsável pela Célula da Formação Animação e Comunicação do PLPR reconhece a existência de um déficit de engajamento e de participação, tanto dos municípios como das delegações do Ministério de Agricultura nas CRP.

No que diz respeito a *parceria*, o próprio Programa reconhece a persistência de dificuldades das CRP em estabelecer cooperações duráveis e estrategicamente construídas com parceiros dotados de competências e de meios úteis para a implementação dos PLLP.

A *carência de formação* é uma necessidade sempre manifestada pelas lideranças das CRP, ACD e membros dessas organizações. Por outro lado, constata-se que nos cursos de formação profissional prevalecem a lógica da divisão sexual do trabalho, neste caso, das formações profissionais, sendo as escolhas feitas numa base tradicional e estereotipada: por exemplo, carpintaria, canalização, eletricidade para os homens e tecelagem, corte e costura, culinária para as mulheres, o que, seguramente, não corresponde a uma atitude fundada numa visão estratégica relativamente as potencialidades e oportunidades do mercado.

Além disso, é recorrente nos relatórios das missões de supervisão do FIDA recomendações para que a formação prossiga na fase II, 2004-2007, e III, 2008-2012, com a mesma intensidade e nível da fase I. Por seu lado, relatórios de avaliação interciclo manifestaram insatisfação com desempenho do PLPR a nível da formação durante a fase II. Outra questão tem a ver com o fato das ações de formação terem normalmente como destinatário os dirigentes associativos. Mantendo esse déficit de formação/capacitação das

comunidades e suas organizações o PLPR corre o risco de se transformar num Programa de transferência e distribuição de recursos, em que prevalecerá a vertente assistencial sobre a de emancipação.

*Focalização nos mais pobres:* um dos melhores resultados do PLPR é a integração do princípio de focalização nas categorias mais pobres, no conjunto dos procedimentos de seleção dos micro projetos. No que concerne a focalização nas mulheres, as mulheres chefes de famílias são as principais beneficiárias da habitação social (80%), mas não é o caso da formação profissional e atividades geradoras de rendimento, em que elas são apenas 35% dos destinatários dos micro projetos.

O *Seguimento e Avaliação* à nível da UCP-PNLP, a missão inter-ciclo encontrou grandes dificuldades em obter informações fiáveis e válidas sobre os micro projetos e seus beneficiários, tendo considerado a sua progressão medianamente satisfatória. Os progressos verificaram-se sobretudo na elaboração de ferramentas de seguimento físico e sua apropriação pelas CRP. No entanto, persistem insuficiências, nomeadamente, na operacionalização do banco de dados.

Quanta a *integração na política nacional* parece faltar uma estratégia construída para reforçar os laços de colaboração com as instituições nacionais e os programas que têm um papel a desempenhar na estratégia de luta contra a pobreza. Basta lembrar que Conselho de Supervisão não funcionou.

Finalmente, uma das principais conclusões é que o PNLP/PLPR contribuiu fortemente para inspirar a estratégia de redução da pobreza, nomeadamente, por sua metodologia participativa e pelo capital de experiência que acumulou em matéria de estratégia de intervenção fundada na parceria. Assim, face aos resultados obtidos ao longo da sua intervenção, especialmente, na mobilização das comunidades de base e seus parceiros em torno dos objetivos de luta contra a pobreza; na eficácia dos mecanismos de transferência de fundos públicos destinados às organizações de sociedade civil constituídas em torno destes objetivos, o PLPR confirmou sua capacidade em tornar-se um instrumento sustentável e duradouro de luta contra a pobreza rural a nível nacional. Esta perspectiva é reforçada por depoimentos tanto dos líderes como dos sócios das ACD e das pessoas das comunidades objeto da investigação empírica, os quais fizeram uma avaliação positiva do desempenho do PLPR.

De resto, Cabo Verde aderiu aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>173</sup> e, face aos progressos alcançados tanto no domínio econômico quanto no social, está bem posicionado para os atingir em 2015. Na década de 1990 o índice de pobreza em Cabo Verde era de 49%. No transcurso de quase 20 anos o país conseguiu reduzir essa base de referência em mais de 40%, o que significa que a taxa atual é de 27%, em 2007<sup>174</sup>. No entanto, para atingir totalmente a meta, Cabo Verde terá de ter uma taxa máxima de 24,5% até 2015.

Segundo o INE, em todo o Cabo Verde, a pobreza regrediu em 10%. Os municípios como: Ribeira Brava da ilha de São Nicolau, o seu índice de pobreza passou de 43 à 18; ilha do Maio passou de 34 à 15; e ilha de São Vicente passou de 29 à 14. Em contrapartida, algumas bolsas de pobreza persistem e indicadores de pobreza aumentaram por vezes, como é o caso do Município de Santa Catarina na ilha do Fogo, cujo índice passou de 48 à 59.

---

<sup>173</sup> Surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada por 189 Estados membros, em setembro de 2000. Na ocasião, os Estados firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males sociais, sintetizado em 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a serem alcançados até 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 11 set. 2012.

<sup>174</sup> Disponível em: [http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012\\_2016.pdf](http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012_2016.pdf)>. Acesso em 11 set. 2012.

## Conclusão

Do ponto de vista teórico-conceitual, destacamos os grandes eixos da discussão teórica sobre o nosso objeto de estudo, a partir dos quais construímos os instrumentos de observação, coleta e análise dos dados e informações no âmbito do nosso trabalho de campo.

Relembramos que a nossa opção pelo paradigma do dom foi essencialmente motivada pela força crítica presente em sua capacidade de superar certas clivagens conceptuais habituais em ciências sociais, produzidas pelos seus dois paradigmas clássicos e predominantes: o holismo e o individualismo metodológico, os quais impossibilitam a apreensão do fenômeno de economia solidária, no contexto da realidade do nosso objeto de investigação. Nesse sentido, o paradigma do dom se constitui como um poderoso recurso para se compreender e analisar a formação, a natureza e a permanência dos vínculos sociais, sendo, também, uma referência central para justificar as reações antiutilitaristas nas sociedades modernas.

Para conferir maior intelegibilidade ao nosso objeto de investigação empírica, particularmente, na dimensão da relação entre o Estado e as organizações de economia solidária, é, também, importante compreender como o dom se manifesta e atua na modernidade, ressaltando, mormente, o desenvolvimento de uma forma inédita de dom, o dom aos estrangeiros. Assim sendo, é relevante sublinhar que o próprio M. Mauss, embora reconheça a importância da dívida em toda sociedade, considera que na sociedade ocidental ela assume, sobretudo, a forma da redistribuição do Estado, em que o imposto substitui a dívida. Por conseguinte, esta função reguladora do Estado é justificada, sobretudo, pela necessidade de se preservar a ideia de bem público.

Além disso, a coextensividade do dom, do simbolismo e do político abre-nos a possibilidade de compreensão e pesquisa sobre a ideia da existência de uma relação de identidade entre associação e democracia, resultante da relação processada entre dom e política.

No que concerne ao papel do Estado na luta contra a pobreza, há consenso quanto ao seu protagonismo, liderança e responsabilidade nesse processo, o qual, no entanto, implica uma reforma substancial e urgente do Estado, que leve a redução da pobreza, mediante a produção de riqueza sustentável e sua redistribuição equitativa.

O Estado de Cabo Verde vem sendo objeto de profundas reformas, tanto no sentido da sua descentralização política e administrativa, visando o reforço e a autonomia dos municípios e das organizações da sociedade civil, bem como no da reforma e modernização da administrativa pública, com o objetivo de uma maior eficiência no desempenho de suas funções, nomeadamente, no atendimento das demandas da sociedade e das exigências da promoção de um desenvolvimento com crescimento e inclusão social. Não obstante as fragilidades e limitações nesse processo, particularmente, na vertente da democratização do Estado e redefinição da sua relação com a sociedade civil, concluímos que o modelo atual é adequado e provou ser eficaz na luta contra a pobreza nas comunidades rurais do país.

No que concerne, particularmente, a operacionalização do conceito de solidariedade democrática, na sua forma de redistribuição do Estado, ou seja, solidariedade democrática redistributiva, no contexto das iniciativas e experiências de economia solidária em Cabo Verde, a nossa observação e análise se centraram em três grandes e distintos momentos da história da sociedade cabo-verdiana: i) do período colonial até a independência, em 1975, ii) do pós-independência à 1990 e iii) de 1990 ao momento atual, com ênfase para o período de 1999, ano do arranque da implementação da fase piloto do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) à 2012.

Vimos que na relação entre o Estado colonial e a sociedade (colonizada) cabo-verdiana, predominou a escravatura, até a sua abolição, em 1868. Ao tráfico de escravos, até 1970, sucedeu a emigração (trabalho) forçada, principalmente, para as roças de São Tomé e Príncipe. No entanto, em finais de 1960 até 1974, o governo colonial viu-se forçado a assumir, gradativamente, um caráter assistencialista, que consistiu na implementação do programa de *Apoio às Vítimas Sinistradas pela Seca*, o qual marca o início da ação estatal solidária, mas no quadro que Laville define como solidariedade benevolente, traduzida em um dom gratuito, sem reciprocidade, visando apenas administrar e controlar a pobreza.

Após a independência nacional, o Governo de Cabo Verde, com base no apoio da cooperação internacional, instituiu as Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO), nas quais, não obstante o seu relevante papel de segurança social e alimentar, prevaleceram a mesma lógica e política assistencialista, implicando baixo nível de produtividade e incapacidade de promover o desenvolvimento e erradicação da pobreza rural.



A partir de 1990, com a mudança para regime pluripartidário e início da reforma do Estado, os parceiros internacionais de desenvolvimento, pressionaram o Governo sobre a urgência deste prosseguir com o processo de reformas no sentido da reconversão das FAIMO, no qual o Governo teve a participação ativa de um importante parceiro, o Programa PL 480, monitorado pela ACIDI-VOCA. Esta ONG americana começou, em 1995, a incentivar as comunidades locais a se auto-organizarem em associações locais, tendo também fomentado, a partir de 1996, a constituição de uma rede de Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), a nível do interior de Santiago, denominada de Organização das Associações de Agricultores, Avicultores e Pecuários da Ilha de Santiago (OASIS), na ilha do Fogo, a Organização das Associações do Fogo (OAF) e na ilha de Santo Antão, a Organização das Associações de Desenvolvimento Integrado de Santo Antão (OADISA). Por conseguinte, é exatamente neste momento que, de fato, a solidariedade democrática começou a efetivar-se, tanto na vertente de reciprocidade, quanto na de redistribuição.

Esse processo não tem sido fácil, nem pacífico, considerando o caráter ambivalente das ações solidárias implementadas pelo Estado, uma vez que este, no processo da sua democratização, ora libera a dívida na forma de ampliação do espaço de participação das comunidades rurais na definição de políticas e estratégias públicas direcionadas para o desenvolvimento comunitário, ora se vale de ações assistencialistas visando a manutenção e reprodução do poder que, por exemplo, se evidencia na metodologia de gestão e implementação do Programa *Operação Esperança* para construção e reabilitação de habitações dos muito pobres nas comunidades rurais do país. Lembramos que a maioria dos nossos entrevistados manifestaram, em seus depoimentos, que uma das maiores ameaças ao associativismo, particularmente na ilha de Santiago, é a persistente tentativa de instrumentalização político-partidária das ACD pelos agentes do Estado, implicando, por vezes, na discriminação das mesmas no acesso aos fundos públicos. É o paradoxo entre o assistencialismo e emancipação.

Sobre essa questão, vimos que a relação entre o Estado e sociedade é, por natureza, de contínuo e simultâneo antagonismo e reciprocidade, sendo seus liames, por isso, tensos. Por seu turno, a generalidade dos nossos entrevistados e entrevistadas manifestaram uma preocupação relacionada com o problema da desmobilização dos associados, por falta de financiamento de projetos e atividades geradores de emprego para os sócios e as

comunidades em geral. Na verdade, trata-se de um problema estrutural que remonta à gênese e organização do movimento associativo na década de 1990, que precisa ser superado privilegiando a formação e capacitação das ACD em associativismo e desenvolvimento comunitário.

Em compensação, todos avaliam positivamente o desempenho do Programa na redução da pobreza e melhoria das condições de vida das populações mais pobres do meio rural.

Apesar disso, é um fato que, em Cabo Verde, o Estado e seus entes públicos são os maiores parceiros e promotores do associativismo nas comunidades rurais, sobretudo, no quadro do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, no qual participam cerca de 500 ACD em todo o país. As relações são de parceria e as ações são executadas pelas próprias comunidades e respectivas associações, em um quadro descentralizado, envolvendo uma rede de parceiros locais, nacionais e internacionais, os quais, de alguma forma, se controlam mutuamente.

Da análise do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) e do (sub) Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), nossa principal unidade de observação e instrumento específico de política social do Governo na luta contra a pobreza rural, desde há cerca de uma década e meia, constatamos que as duas modalidades de solidariedade democrática - reciprocidade e redistribuição - interagem e se integram em um processo dinâmico de geração, construção e multiplicação de iniciativas e experiências de economia solidária. Além disso, contribuem para ampliação e aprofundamento do processo de democratização do Estado e de aproximação da gestão pública das comunidades rurais pobres. Assim, em parceria e co-responsabilização, o Estado e as Associações Comunitárias de Desenvolvimento, procuram construir um caminho seguro e duradouro de saída da pobreza e de promoção de um desenvolvimento sustentável e solidário em benefício de todas as cabo-verdianas e cabo-verdianos, residentes no país e na diáspora.

De resto, surpreendeu-nos ter deparado com um Programa inovador e diríamos até mesmo “revolucionário”, especialmente, pela sua concepção de pobreza, pela sua metodologia e estratégia de implementação descentralizada e em parcerias horizontais, o que faz do PLPR um paradigma do que deve ser as relações de cooperação entre o Estado e a sociedade civil, em todos os níveis de ação para o desenvolvimento local e nacional. Pelo seu potencial e capacidade efetiva de mobilização e coesão sociais, de democratização do

Estado e politização da sociedade, PLPR pode ser visto como um modelo a ser difundido e apropriado a nível nacional no prosseguimento da luta contra a pobreza e promoção do desenvolvimento local.

Importa, ainda, assinalar o relevante papel de outros programas conexos, por exemplo, a *Operação Esperança* e *Casa para Todos*, do Governo, bem como projetos e iniciativas da sociedade civil e respectivos parceiros, que muito contribuíram para a redução da pobreza em Cabo Verde. Os resultados obtidos até ao momento asseguram que o país atinja os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2015.

A participação do setor associativo nacional, não a consideramos pela sua contribuição para a formação do PIB nacional, que certamente é ainda marginal, mas sobretudo pelo seu potencial e capacidade efetiva de mobilização e coesão comunitária, pela educação e formação profissional e cidadã que vem proporcionando e pela participação e auto-organização das comunidades, de modo a capacitá-las para a construção conjunta do bem-estar social e do desenvolvimento local e nacional.

Relativamente aos resultados do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, não obstante as dificuldades de funcionamento da Célula de Seguimento e Avaliação e a montagem tardia (no final da fase II, em 2007) de uma base de dados da UCP-PNLP/PLPR, verifica-se uma justificada preocupação em quantificar e apresentar dados relativos aos financiamentos desembolsados para as CRP, infraestruturas construídas e reabilitadas, cursos de formação realizados e pessoas formadas, AGR financiadas e respectivos beneficiários, etc. Contudo, o Presidente da ABC-Patim e Gestor da CRP, na ilha do Fogo, na entrevista que nos concedeu, em setembro de 2011, manifestava uma preocupação relativamente aos muitos ganhos praticamente invisíveis (pelo menos em termos imediatos ou de curto prazo) obtidos no processo da luta contra a pobreza em Cabo Verde e no Fogo, em particular, notadamente, a nível da capacitação e desenvolvimento humano, os quais não são facilmente quantificáveis, nem suficientemente visíveis e valorizados pelas comunidades rurais. Neste caso, referimos, no capítulo 5, que economia solidária cumpre seu papel, principalmente, na construção ou subsidio a um sujeito social, um fato que transcende a mera aquisição de poder material, objetivando a obtenção de um posicionamento individual diante do coletivo/comunitário.

É importante frizarmos que a concepção da pobreza que orienta e estrutura o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), designadamente, o seu

(sub)Programa de Luta contra a Pobreza Meio Rural (PLPR) está perfeitamente adequada e articulada ao essencial do quadro conceitual e teórico que definimos e discutimos no primeiro e segundo capítulos desta tese, especialmente o conceito de pobreza, economia solidária e cooperação Estado e sociedade. Além disso, no decurso das 3 fases (2000 a 2009) os dados e as informações sobre o desempenho do Programa, nas suas diferentes componentes, convergem no sentido de confirmar e reforçar, em graus variados, o potencial desses conceitos em matéria de análise, compreensão e interpretação da realidade objeto de estudo.

Subsidiariamente, considerando que não constava dos objetivos iniciais da nossa pesquisa, percebemos que os recursos teórico-metodológicos e analíticos do paradigma do dom nos permite pensar e analisar outras modalidades ou níveis da ação solidária democrática presentes na economia e sociedade cabo-verdianas, nomeadamente, as que ocorrem, primeiro, na relação entre o Estado e a diáspora Cabo-verdiana, visto no capítulo dois. Aqui a relação de dádiva (dívida) é recíproca e histórica, constitutiva do próprio processo de formação e consolidação da nação cabo-verdiana. Essa relação funda-se nos fortes vínculos que a cultura e identidade cabo-verdianas forjaram na árdua luta pela sobrevivência às adversidades da vida nas ilhas e na diáspora. A nossa reflexão e análise apontam no sentido de que, tais vínculos são a principal razão por que milhares de cabo-verdianos e cabo-verdianas da diáspora enviam à Cabo Verde, regularmente, remessas, as quais constituem-se em uma das principais fontes de divisas e de financiamento do desenvolvimento do país.

Embora a existência do Estado cabo-verdiano seja recente (de 37 anos), essa entidade e seus cidadãos residentes reconhecem a valiosa contribuição das remessas dos emigrantes para a viabilização da construção do Estado e promoção do desenvolvimento socioeconômico do país. Assim, apesar dos limitados recursos, o Estado vem promovendo ações em diversos domínios, com o objetivo de oferecer à sua diáspora condições objetivas e vantajosas de participação no processo de desenvolvimento econômico, social e político do país e de sua melhor integração nos países de acolhimento, sem descuidar ações visando reforço dos laços culturais e identitários ou seja da cabo-verdianidade.

No que concerne ao segundo aspecto - as relações de cooperação internacional entre Cabo Verde e seus parceiros de desenvolvimento, seja a nível bilateral, multilateral e descentralizada - vimos que a Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) consiste em

um sistema de redistribuição internacional de recursos, em que os Estados nacionais dos países desenvolvidos, via cooperação bilateral e as Organizações Internacionais, via cooperação multilateral, se obrigam, livre, espontânea e solidariamente, a cooperar com os países pobres e em desenvolvimento, para a redução da pobreza, da desigualdade e promoção do desenvolvimento e bem-estar humano. Esta forma de solidariedade corresponderia, de acordo com o conceito de solidariedade democrática definido por Laville, a uma solidariedade redistributiva internacional.

Em relação ao terceiro aspecto, no conjunto da própria economia (convencional) cabo-verdiana, especialmente, a economia pública que é, na sua essência, uma tessitura de dádiva, inclusive na forma de ajuda orçamental e perdão da dívida externa ao país. Por exemplo, o dom constitui um grande catalisador que tem impulsionado, particularmente, o desenvolvimento do setor do turismo, na forma de incentivos fiscais, aduaneiros, e outras condições implementados pelo Estado, desde 1991, que fazem de Cabo Verde um destino seguro e atrativo para o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), com o objetivo de dinamizar e fortalecer o desenvolvimento econômico e social nacional.

Esta forma de dom, referida concretamente ao caso de Cabo Verde, atua em duas direções, uma interna e outra externa (ao país). Internamente, o dom opera a dois níveis. Primeiro, através do mecanismo de redistribuição do Estado para reforçar a coesão social, corrigir as desigualdades sociais e assegurar a igualdade e universalidade dos direitos entre os cidadãos, notadamente os mais pobres, configurando-se no que Laville define como solidariedade democrática redistributiva. Segundo, por intermédio das iniciativas e experiências de organizações da sociedade civil, nomeadamente, Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), nas comunidades rurais e urbanas do país, enquanto recurso de mobilização de iniciativas e interesses visando o empoderamento e a coesão social dessas comunidades, em torno da luta contra a pobreza e promoção do desenvolvimento local, configurando-se em solidariedade democrática recíproca.

Além disso, importa ressaltar que o Estado, no processo da sua própria democratização, também promove e financia iniciativas e experiências de economia solidária, ampliando, assim, os espaços de participação e redes de parcerias com organizações da sociedade civil, designadamente, Associações Comunitárias de Desenvolvimento, no meio rural, das quais ainda é, seguramente, o principal parceiro e financiador.

Externamente, desde os primeiros anos da independência nacional, o dom constitui um recurso estratégico e privilegiado de vinculação de Cabo Verde aos seus principais e tradicionais parceiros internacionais, multilaterais e bilaterais, de desenvolvimento. Entre os parceiros multilaterais destacamos a União Europeia, as Nações Unidas, através de seus Organismos: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), aos quais incluímos o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Entre os principais parceiros bilaterais estão os Estados Unidos da América, os países europeus que constituem os principais destinos da emigração cabo-verdiana e, ainda, a China e o Japão.

Com a breve abordagem desses aspectos no capítulo dois, quisemos, apenas e modestamente, esboçar e compartilhar uma inquietação nossa no que concerne à uma provável relutância dos teóricos e pensadores do MAUSS e antiutilitaristas em geral, em se engajar na realização de estudos e pesquisas sobre a formação, a natureza e a permanência dos vínculos sociais também a nível do Estado e das suas inter-relações, desde o nível local ao internacional. Aliás, esta parece ser a principal razão da existência de escassa teorização (literatura) sobre o dom a nível do Estado e de sua relação com a sociedade.

Se é certo que os limites da economia solidária enquanto projeto de mudança societal são por si evidentes no contexto das sociedades atuais, também é verdade que ela dispõe de potencial e possibilidades que precisam ser mais conhecidas, divulgadas e experimentadas.

## Referências bibliográficas

- ABRAHAMSOHN, Paulo. *Redação científica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- ALBURQUERQUE, Luis; SANTOS, Maria. (Coord.). *História geral de Cabo Verde*. 2ª Ed., Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.
- AMARAL, Ilídio. Cabo Verde: introdução geográfica. In: ALBURQUERQUE, Luis; SANTOS, Maria. (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. I, 2ª Ed., Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, p. 1-23.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ATELIER MAR; ESSOR. *Avaliação externa do projecto de desenvolvimento rural, no Concelho do Porto Novo*. Ilha de Santo Antão, Cabo Verde. Disponível em: <[http://www.interaide.org/praticues\\_old/pages/autres/suivi\\_eval/ESSOR\\_Avaliacao\\_Cabo\\_Verde.pdf](http://www.interaide.org/praticues_old/pages/autres/suivi_eval/ESSOR_Avaliacao_Cabo_Verde.pdf)>. Acesso em: 19 fev.2012.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- BAZZANELLA, Sandro Luiz. *Economia e vida: uma leitura filosófica dos horizontes biopolíticos contemporâneos a partir de Nietzsche e Agamben*. Universidade do Contestado - Campus Canoinhas, 2011?. Disponível em: [http://www.apec.unesc.net/VI\\_EEC/sesoes\\_tematicas/Tema12Temas%20Especiais/Artigo-8-Autoria.pdf](http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sesoes_tematicas/Tema12Temas%20Especiais/Artigo-8-Autoria.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2013.
- BENTO, Artur Monteiro. *A ideia de cultura cabo-verdiana: identidade, imigração e os significados da etnicidade*. Movimento Pró-África, UFRJ, 2010. Disponível em: <<http://pro-africa.org/a-ideia-de-cultura-caboverdiana/>>. Acesso em 24/06/12.
- BERTUCCI, Jonas. *A produção de sentido e a construção social da economia solidária*. 2010, 255 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A Miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O poder simbólico*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1989, p. 17-58.

CABO VERDE AS ILHAS DA MORABEZA. Disponível em: [http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO\\_VERDE\\_SITE\\_FINAL\\_REVISTO.pdf](http://www.aucv.rcts.pt/Word/CABO_VERDE_SITE_FINAL_REVISTO.pdf). Acesso em: 18/06/12.

CABO VERDE. Assembleia Nacional. Lei nº 134/IV/95, de 03 de Julho de 1995. Aprova o Estatuto dos Municípios. Bolitim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 21, Serie I.

CABO VERDE. Assembleia Nacional. Lei 25/VI/03, 21 de Julho de 2003. Estabelece o regime jurídico geral da constituição de associações de fim não lucrativo. Bolitim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 22, de 21 jul. 2003, I Série.

CABO VERDE. Assembleia Nacional. Lei nº 35/VI/2003, de 15 de Setembro de 2003. Estabelece o enquadramento legal das Comissões Regionais de Parceiros (CRP). Boletim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 30, de 15 de Setembro de 2003, I Série.

CABO VERDE. Assembleia Nacional. Lei nº 15/VII/2007, de 10 de Setembro. Regula a Atividade de Micro-Finança. Bolitim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 34, de 10 de Setembro de 2007, I Série.

CABO VERDE. Assembleia Nacional. Constituição da República de Cabo Verde. Praia: AN - Divisão de Documentação e Informação Parlamentar, 2011.

CABO VERDE. Conselho de Ministros. As Grandes Opções do Plano: uma agenda estratégica. Praia, 2001, p. 1-47. Disponível em: [http://www.governo.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=20&Itemid=300018&lang=](http://www.governo.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20&Itemid=300018&lang=). Acesso em: 03 set.2012.

CABO VERDE. Conselho de Ministros. Decreto-Lei nº. 96/78, de 21 de outubro de 1978. Cria o Instituto Nacional das Cooperativas. Boletim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 43, de 21 de outubro de 1978.

CABO VERDE. Conselho de Ministros. Decreto-lei nº. 80/79, de 25 de Agosto de 1979. Estabelece Bases Gerais das Cooperativas. Bolitim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 34/79, de 25 de agosto de 1979.

CABO VERDE. Conselho de Ministros. Decreto-lei nº. 135/81, de 5 de Dezembro de 1981. Cria o Fundo de Apoio às Cooperativas. Boletim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 49, de 05 de dezembro de 1981.

CABO VERDE. Conselho de Ministros. Decreto-Lei nº 101- H/90, de 23 de Novembro de 1990. Estabelece Bases Gerais das Cooperativas. Suplemento ao Bolitim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 46, de 23 de novembro de 1990.

CABO VERDE. Conselho de Ministros. Decreto-lei nº 2/95, de 23 de Janeiro 1995. Estabelece a Pensão Social Mínima. Boletim Oficial (da República de Cabo Verde), Praia, nº 2, Serie I.



CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório de assistência técnica. Programa Nacional de Luta contra a Pobreza: Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, INDE - Intercooperação Desenvolvimento, Lisboa, 2000, p. 1-56.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Subsídios ao relatório de atividades de 2001: componente animação e formação. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, 2001, p.1-22.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório da missão de supervisão, abril de 2002. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, 2002, p. 1-35.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório da missão de supervisão, março-abril de 2004, Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, 2004, p. 1- 30.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório da missão de supervisão, abril de 2005, Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, 2005, p. 1- 34.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório da missão de supervisão. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, 2006, p. 1-36.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório da missão de supervisão, maio de 2007. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, 2007, p. 1-33.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório de atividades de 2007. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (*Desk Office*), 2008, p. 1-73.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório de atividades de 2008. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (*Desk Office*), 2008, p. 1-80.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório da missão de supervisão, abril de 2009. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural 2009, p. 1-28.

CABO VERDE; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Relatório de atividades de 2009. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (*Desk Office*), 2010, p. 1-36.

CABO VERDE. Ministério das Comunidades. Instituto das Comunidades. Regressar a Cabo Verde. Praia: CAMPO - Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem, 2011, p. 1-102. Disponível em:

<[http://www.campo.com.cv/admin/imgBD/estaticos/Dossier\\_Regressar\\_a\\_Cabo\\_Verde\\_com\\_sucesso.pdf](http://www.campo.com.cv/admin/imgBD/estaticos/Dossier_Regressar_a_Cabo_Verde_com_sucesso.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2013.

CABO VERDE. Ministério das Finanças e Administração Pública: Direcção Geral do Planeamento. Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II (DECRP). Praia, 2008, p. 1-231. Disponível em: <[http://www.un.cv/files/DECRP-II%20\(2008-2011\)%20Portuguese.pdf](http://www.un.cv/files/DECRP-II%20(2008-2011)%20Portuguese.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2012.

CABO VERDE. Ministério das Finanças e do Planeamento. Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP), Praia, 2004, p. 1-99. Disponível em: [http://www.minfin.gov.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=62&Itemid=227](http://www.minfin.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=62&Itemid=227). Acesso em: 03 set. 2012.

CABO VERDE. Ministério do Trabalho Família e Solidariedade: Direcção Geral da Solidariedade Social. Estratégia para o desenvolvimento da protecção social de Cabo Verde. Disponível em: <[http://www.governo.cv/documents/estrategia\\_desenv\\_proteccao\\_social.pdf](http://www.governo.cv/documents/estrategia_desenv_proteccao_social.pdf)>. Acesso em: 19 abr.2011.

CABO VERDE. Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social. Programa Nacional de Luta contra a Pobreza: Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural. Relatório de Atividades de 2009, 2010, p. 1-35.

CABO VERDE. Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, Relatório de atividades de 2007, *Desk Office*, 2008, p. 1-73.

CABO VERDE. Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social. Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), Relatório de atividades de 2008, 2008, p.1-79.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. A sociedade mundial no horizonte. In: MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar Ferreira. (Orgs.). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília: Paralelo 15, 2004, pp. 17-41.

\_\_\_\_\_. *Dé-penser l'économique: Contre le fatalisme*. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S., 2005.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS. Cabo Verde: dez ilhas, um país, cinco continentes. Lisboa: SGE Mediateca, 2007.

CAP VERT; Fonds International de Développement Agricole (FIDA). Document de conception orientations et programme de travail pour le cycle 3. Programme de lutte contre la pauvreté rurale (PLPR), Division Afrique I: Report N° 2016-CV, 2008, p.1-29.

CAP VERT; Fonds International de Développement Agricole (FIDA). Mission de Supervision du 4 au 22 juillet 2011, Aide-mémoire (version provisoire), Programme National de Lutte contre la Pauvreté en Milieu Rural (PLPR), 2011, p. 1-30.

CARDOSO, Ana Josefa. *O papel da língua materna na aquisição de uma segunda língua: o caso da língua cabo-verdiana (breve abordagem gramatical)*. Centro de Estudos Multiculturais, 2005. Disponível em: <[http://www.multiculturas.com/textos/lingua\\_caboverdiana\\_Ana-Josefa.pdf](http://www.multiculturas.com/textos/lingua_caboverdiana_Ana-Josefa.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2012.

CARVALHO, José Maria Coelho de. *Economia solidária: uma perspectiva sobre a experiência em Cabo Verde*. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHALLINOR, Elizabeth. *Cooperação e construção de conhecimento em Cabo Verde*. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social, 2008, p. 49-72. Disponível em: <[http://www.ellipsis-apsa.com/Volume\\_6-Challinor\\_files/Challinor\\_ellipsis\\_6\\_2008.pdf](http://www.ellipsis-apsa.com/Volume_6-Challinor_files/Challinor_ellipsis_6_2008.pdf)>. Acesso em: 30 ago.2011.

CHANIAL, Philippe. Todos os direitos por todos e para todos: cidadania, solidariedade social e sociedade civil em um mundo globalizado. In: MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar Ferreira (Orgs.). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília, Paralelo 15, 2004, p.58-70.

CIMADAMORE, Alberto *et al* (Orgs.). *A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CODESRIA. Vulnerabilidade social em Cabo Verde, 2008, p. 18-36. Disponível em: <<http://www.codesria.org/IMG/pdf/3-CaboCaputilo.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2012.

COVEY, Stephen M. R.. *O poder da confiança: o elemento que faz toda a diferença*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Franklin Covey, 2008.

CUNHA, Gabriela. *Políticas públicas de economia solidária enquanto ressignificação das relações Estado-sociedade: alguns elementos teóricos e empíricos*. In Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais - NPMS, 2007, p. 291-312. Disponível em:<[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producao\\_Academica/ARTIGO\\_GABRIELACUNHA\\_SEMINARIO.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producao_Academica/ARTIGO_GABRIELACUNHA_SEMINARIO.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2012.

DEFOURNY, Jacques *et al*. *Insertion et nouvelle économie sociale: Un bilan international*, Paris, Desclée de Brouwer, 1998.

DEMO, Pedro. *Pobreza da Pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Política social, educação e cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

ÉVORA, Iolanda. *Djunta-mon em três tempos: pós-independência, imigração e transnacionalismo. Aspectos da experiência associativa cabo-verdiana*. CESA - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 2009, p.1-14. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2953/3/OP11.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Cooperativa: política de Estado ou cotidiano? O caso de Cabo Verde*. In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2000/2001, vol. 3/4, pp. 9-30. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v3-4/v3-4a02.pdf>. Acesso em: 06 abr.2012.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. *Entre o assistencialismo e a emancipação: uma análise da relação entre Estado e sociedade civil a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do Distrito Federal*. 2010, 170 f, Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Uiversidade de Brasília, Brasília, 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. *Dádiva e economia solidária*. In: MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar. (Orgs). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília: Paralelo 15, 2004, p.136-164.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FURTADO, Cláudio Alves. FIDA. *Abordagens inovadoras para a focalização de grupos pobres e mulheres no contexto do programa FIDA de redução da pobreza no meio rural (PLPR) em Cabo Verde*. 2004, p. 1-63. Disponível em: [http://www.ifad.org/french/operations/pa/cpv/i510cv/documents/case\\_study\\_vol\\_3.pdf](http://www.ifad.org/french/operations/pa/cpv/i510cv/documents/case_study_vol_3.pdf). Acesso em: 20 abr. 2009.

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GODBOUT, Jacques T.; CAILLÉ, Alain. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOHN, Maria da Gléria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GREEN, Duncan. *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo*. São Paulo: Cortez; Oxford: Oxfam Internacional, 2009.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEMPEL, M. Mirko; LIMA, Aristides (Orgs.). *Democracia, sistemas eleitorais & economia social*. Dakar: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

JESUS, Paulino Baptista Dias. *IDEOLOGIA VERSUS PRÁTICAS DE GESTÃO: o caso das cooperativas de consumo na ilha de Santo Antão*. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Global) Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE-BUSINESS SCHOOL, Lisboa, 2007.

JOHNSON, Norman. *El Estado del Bienestar en transición: la teoría y la practica del pluralismo del bienestar*. Madrid: Ministério de trabajo y Seguridad Social, 1990.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LAVILLE, Jean-Louis. Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. In: MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar Ferreira. (Orgs). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 42-57.

\_\_\_\_\_. *Fato associativo e Economia Solidária*. BAHIA, ANÁLISE & DADOS, Salvador, SEI Vol. 12 nº 1, 2002, p. 25-34.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. In: ECONOMIA SOLIDÁRIA VOLUME 1, p. 4-17. Disponível em: <<http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2012.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nos: Ensaio sobre a alteridade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (Orgs.). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília, Paralelo 15, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique. (Org.) *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. O Estado e a redistribuição dos bens da cidadania no contexto pós-nacional. In: MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilma Ferreira. (Orgs). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília, Paralelo 15, 2004, p. 71-88.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENDES, Domingos Veiga. *Perspectivas e alternativas para a economia de Cabo Verde*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/redesenv/teses/2010/mestrado/13.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2012.

MENDONÇA, João. Qual o futuro da economia social em Cabo Verde? O futuro do movimento cooperativo em Cabo Verde. In: HEMPEL, M. Mirko; LIMA, Aristides (Orgs.). *Democracia, sistemas eleitorais & economia social*. Dakar, Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p. 207-228.

MONTANO, C; DURIGUETTO, M. L.. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, Eurico. Evolução da legislação cooperativa em Cabo Verde. In: HEMPEL, M. Mirko; LIMA, Aristides. (Orgs.). *Democracia, sistemas eleitorais & economia social*. Dakar, Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p. 193-204.

MONTEIRO, Eurico Pinto. *Poder Local e Divisão Administrativa em Cabo Verde no Pós-Independente (1975-1990)*. In: Colóquio Internacional: “Descentralização e Divisão Administrativa: “Que Modelo para um Pequeno Estado Arquipelágico como Cabo Verde”. Praia, 2007, p. 1-20. Disponível em: <[http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&scIient=psy-ab&q=Divis%C3%A3o+administrativa+de+Cabo+Verde&oq=Divis%C3%A3o+administrativa+de+Cabo+Verde&aq=f&aqi=g-K1&aql=&gs\\_l=serp.3..0i30.5860.18945.0.24364.53.34.0.0.0.9.1308.10523.4-2j3j3j5.13.0...0.0.bmPvVhKC2II&pbx=1&bav=on.2,or.r\\_gc.r\\_pw.r\\_qf.,cf.osb&fp=72b581823b30fc2e&biw=1280&bih=717](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&scIient=psy-ab&q=Divis%C3%A3o+administrativa+de+Cabo+Verde&oq=Divis%C3%A3o+administrativa+de+Cabo+Verde&aq=f&aqi=g-K1&aql=&gs_l=serp.3..0i30.5860.18945.0.24364.53.34.0.0.0.9.1308.10523.4-2j3j3j5.13.0...0.0.bmPvVhKC2II&pbx=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.,cf.osb&fp=72b581823b30fc2e&biw=1280&bih=717)>. Acesso em 23/06/12.

MONTEZINHO, Jorge. Estamos longe de uma sociedade civil autônoma. *Expresso das Ilhas*, Praia, p. 1-6, 17 set. 2011. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/-estamos-longe-de-uma-sociedade-civil-autonoma>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

NASCIMENTO, Elimar. (Coord.). Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In Bursztyn, Marcel (Org.) – *No meio da Rua*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_. *O programa bolsa família na perspectiva dos direitos humanos*. Brasília, Abril de 2006, versão preliminar.

NEVES, José Maria. *Construindo a prosperidade para todos*: discurso do estado da nação pronunciado por sua excelência o Primeiro-ministro, José Maria Neves, na Assembleia Nacional. Chefia do Governo: Gabinete do Primeiro-ministro, Praia, 2010. Disponível em: <[http://www.governo.cv/documents/Estado\\_da\\_Nacao.pdf](http://www.governo.cv/documents/Estado_da_Nacao.pdf)>. Acesso em: 14/08/12.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. Os elos horizontais da economia solidária: desafios e perspectivas. In: MARTINS, P., NUNES, B. (Orgs.). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p.192-214.

OLIVEIRA, Atualpa Luiz de. *Empreendimentos econômicos solidários: implicações da ação externa*. *Otra Economía*, v. 3, n. 5, 2009, p. 61-71. Disponível em:

<http://www.unisinos.br/diversos/revistas/ojs/index.php/otraeconomia/article/view/1158/324>>. Acesso em: 06/08/12.

OLIVEIRA, Mônica Borges de. *Desenvolvimento territorial local: a agroindústria canavieira e o desenvolvimento da mesorregião de piracicaba*. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - 20 a 26 de março de 2005 - Universidade de São Paulo, p. 10680-10693. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/30.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

PEREIRA, Daniel Antônio. *Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

\_\_\_\_\_. *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição, IPC, 2009.

PEREIRA, Potyara. *Política social: temas & questões*. São paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Sônia. *A contribuição do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité - Ceará*. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação, n. 26, 2004, p. 29-43. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a02.pdf>>. Acesso em: 06/08/12.

PINA, Rita Maria. *Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural*. In: Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro: Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008, p. 1-15. Disponível em: <[http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/RitaPina\\_com.pdf](http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/RitaPina_com.pdf)>. Acesso: 30 ago. 2011. Faro: Universidade de Algarve, 2008.

POBREZA: Cabo Verde perto de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Expresso das Ilhas (online), 17 out. 2011.

Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/pobreza--cabo-verde-perto-de-atingir-os-objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 13 set. 2012.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

PORTUGAL. Conselho de Estado. Lei n.º 13/74, de 17 de dezembro de 1974. Estabelece o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde. Disponível em: <[http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes\\_Constituente/med01020185i.html](http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01020185i.html)>. Acesso em: 03 out. 2012.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manuel de Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Dunod, 1988.

RELAÇÃO ESTADO/SOCIEDADE CIVIL.

Disponível em: <<http://cursosnavi.ea.ufrgs.br/amerf/demo/files/Documento1.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2012.

RIBEIRO, Hermínia Susana. *O papel das autarquias na luta contra a pobreza em Cabo Verde: o caso da Ilha do Maio*. Dissertação de mestrado, ISCTE/IUL, Lisboa, 2010. (Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73198707/3/A-descentralizacao-em-Cabo-Verde>, acesso em 29/06/12).

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernandez *et al.* *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTANA, Alexandre Carlos. *A experiência do Projeto Dom Helder Câmara, com unidades demonstrativas de piscicultura em tanques-rede em assentamentos e pequenas comunidades rurais do semi-árido nordestino*. 2006, 40 f. Monografia (Especialização em em Administração Rural) - Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras (Minas Gerais), 2006.

Disponível em: <<http://www.projetodomhelder.gov.br:8080/notitia/files/387.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

SANTOS, Boaventura e RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar os cânones da produção. In: SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002, 23-77.

SANTOS, Jacinto. O cooperativismo em Cabo Verde: relato de um percurso. In: HEMPEL, M. Mirko; LIMA, Aristides. (Orgs.). *Democracia, sistemas eleitorais & economia social*. Dakar, Friedrich Ebert Stiftung, 2002, 181-189.

SCHERER-WARREN, I. *et al.* *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul* (mimeo), 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-115.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. Estud. av. [online]. vol.18, n.51, 2004, p. 7-22. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>>. Acesso em: 17/07/12.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 11-28.

SPINOLA, Daniel. *Simpósio sobre a Cultura e a Literatura Caboverdiana ou a celebração das luzes*. In: Seiva. Ano I, nº 2, 1986, p. 22-23.



STJERNO, Steinar. *Solidarity in Europe: The History of an Idea*. Cambridge University Press, 2004.

TAVARES, Paulino Varela. *Remessas dos trabalhadores emigrantes e impactos econômicos: evidências para Cabo Verde*. 2010, 243 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/redesenv/teses/2010/doutorado/11.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2012.

TITMUSS, Richard. *The Gift Relationship*. London: Allen and Unwin, 1970.

TOLENTINO, André Corsino *et al.* *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*. Lisboa: Alto-Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural, 2008.

Disponível em: <[http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/OI\\_27.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_27.pdf)>. Acesso em: 14/08/12.

TRAJANO FILHO, Wilson. *Por uma etnografia da resistência: o caso das tabancas de Cabo Verde*. Universidade de Brasília, 2006.

UNOPS: Bureau des Services d'Appui aux Projets des Nations Unies - Division Afrique II. Rapport de la mission de supervision. Programme National de Lutte contre la Pauvreté Rurale, Prêt Fida 510-CV, 2001, p. 1-29.

VANDENBERGHE, Frédéric. Trabalhando Marx: o marxismo e o fim da sociedade do trabalho. In: MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar Ferreira. (Orgs). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília, Paralelo 15, 2004, p. 91-121.

VERÍSSIMO, Paulo. *Capital social como estratégia de redução da pobreza: a implementação do programa de luta contra a pobreza no meio rural em Santiago - Cabo Verde*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)igualdades. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011, p. 1-20. Disponível

em:<[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308326470\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_CONLAB.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308326470_ARQUIVO_Artigo_CONLAB.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2012.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1996.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Ática, 2008.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento*

pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: COPPE/UFRJ, 2006.